

Carla Renata Antunes de Souza Gomes
 Jefferson Teles Martins
 Organizadores

180 Anos da Proclamação da República Rio-Grandense AS IDEIAS DE REPÚBLICA EM DEBATE

O ARTILHEIRO.

*Alguns vão maldizendo, e blasfemando
 Do primeiro, que guerra fez no mundo,
 Outros a sede dura vão culpando
 Do peito cubizoso, e nitubundo;*

CANÇÕES.

NA TIPOGRAPHIA DE CLAUDIO DUBREUIL,

O REPUBLICANO.

*Voilà ce que je suis, et ce que je veux être,
 Soit grandeur, soit vertu, soit préjugé soit-êtré.*

SEXTA FEIRA 9 DE MAIO DE 1854.

O IMPERIALISTA. JORNAL MISCELLANEO.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
 DO RIO GRANDE DO SUL

Fundo Alegre - Rua de Bragança, 1217

Subscriva-se para esta Folha, que sahe ás Quin-
 das, e Sábados na rua de Bragança, n. 45, a
 900 réis por Trimestre, pagos adiantados; e se
 vendem Follhas avulsas a 100 réis.

Legalidade, e

O RECOPILOADOR LIBERAL.

...nbliação do mando presta auxílio á tyrannia, se deixa
 para dominar, entrega os Povos para participar dos
 os, e renuncia a honra para obter dignidades, e (L-
 (MAYNAL.)

SENTINELLA DA LIBEIDADE



VESTIBULUM INDISSOLUTUM
 NOCTESQUE DISSOLUTUM

...para esta Folha a 55000 réis por es-
 pagos adiantados, na Casa do seu Redactor,
 n. 6; na do Sr. João Carlos de Araújo Bos-
 Typographia, e nas mesmas se vendem fo-
 d 100 réis.

...Na Typ. de Claudio DUBREUIL, & Companhia

...para esta Folha, que sahe ás Quar-
 tas, e Sábados na casa do seu Redactor, rua de
 Bragança, n. 45, a 2500 réis por Trimestre,
 pagos adiantados; e se vendem Follhas avulsas a
 100 réis.

Não he crime censurar os actos do Governo,
 publica Administrayão, em termos, pello que vigorar
 decaídos, e comediados.

(Cod. Crim. Art. 9 § 4.)

O ECHO PORTO-ALEGRENSE!

*Esprit et la liberté ornent les hommes. La pa-
 res et l'esclavage détruisent tout.*

Subscriva-se para esta Folha a 2500
 réis por Trimestre; que sahirá ás terças, qui-

O LEGALISTA PORTO-ALEGRENSE.

para esta Folha, que sahe ás Terças,
 na casa do seu Redactor, rua de
 15, a 2500 réis por Trimestre.

DO ESTÚPIDO GOVERNO A TYRANIA
 DE GOLPE ANIQUILASTE!

(Filinto.)

O JUSTICEIRO.

...Folha, que sahe ás Quar-
 do seu Redactor, rua de
 2500 réis por Trimestre,
 e vendem Follhas avulsas a

...É leis mais brandas regerção e mirão
 Quando homens mais humanos.
 C'o raio da verdade, a luz espalhem
 (E. ELYSIO.)

1856: NA TIPOGRAPHIA DE J. GIBARD, RUA DE BRAGANÇA NÚMERO 45.

**Carla Renata Antunes de Souza Gomes
Jefferson Teles Martins
(Organizadores)**

**180 anos da Proclamação da
República Rio-Grandense
AS IDEIAS DE REPÚBLICA
EM DEBATE**



Porto Alegre
2017

© dos autores

Organizadores: Carla Renata Antunes de Souza Gomes, Jefferson Teles Martins

Projeto gráfico e Editoração: Priscila Pereira Pinto

Capa: Priscila Pereira Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C397 180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as idéias da república em debate / Organizado por: Carla Renata Antunes de Souza Gomes e Jefferson Teles Martins. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

257 p.

ISBN 978-85-62943-08-9

1. História : Rio Grande do Sul. 2. Proclamação da republica. I. Gomes, Renata Antunes de Souza. II. Martins, Jefferson Telles. III. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IV. Título. V. Subtítulo.

CDU 94 (816.5)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária

Márcia Piva Radtke. CRB 10/1557

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

1ª edição/2017

Publicado no Brasil

APRESENTAÇÃO

A ideia deste livro surgiu a partir do convite realizado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, dr. Miguel Frederico do Espírito Santo, para organizarmos um evento, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado, que abordasse as ideias por trás da *República Rio-grandense*, por ocasião do 180º aniversário de sua proclamação em Piratini. Assim, organizamos o *Simpósio As Ideias de República em Debate*, para o qual foram convidados historiadores especialistas neste campo de estudos, cujos textos apresentados estão reunidos neste livro.

É quase lugar comum na historiografia afirmar que “os historiadores investigam o passado a partir de perguntas feitas no presente”, no entanto, há algumas recorrências na nossa história que sempre retornam ao *script* historiográfico. Uma das questões fundacionais da historiografia sulina é, sem dúvida, a *Guerra Farroupilha* e seus múltiplos significados e implicações – “revolução”, “guerra civil”, “separatismo”, “federalismo”.

Sabendo que nossas respostas são sempre provisórias, porque são parte do momento em que são respondidas, não podemos nos furtar de enfrentar essas questões sob pena de ver interpretações com ares de verdade absoluta sendo construídas por grupos fora do meio acadêmico. Por ser a problematização mais saudável ao debate, neste sentido, questionar-se sobre as “ideias de república” entre os rio-grandenses no século XIX parece ser mais adequado para a proposição da discussão do que reiterar determinado posicionamento. Diferentes concepções, como o *federalismo*, por exemplo, também estavam presentes e mesclavam-se com a ideia de republicanismo (ou republicanismos). É, portanto, interessante que diferentes trabalhos apontem as distintas interpretações sobre aqueles sujeitos históricos

e suas atuações práticas ou discursivas, convergentes ou divergentes – e em disputa – em relação a “ideia de república” no Rio Grande do Sul no século XIX.

Aqui estão reunidos trabalhos que exploram a temática da guerra civil farroupilha sob os mais variados aspectos e abordagens: que vão desde a ampla e acurada perspectiva das relações políticas no Prata articulando atores e ideias; passando pela investigação sobre as narrativas produzidas no incipiente campo da história ou da literatura no século XIX a respeito da *revolução*; compreendendo o estudo de trajetórias políticas de personagens envolvidas em episódios da guerra; explorando as ideias divulgadas nos jornais coetâneos a favor e contra a aventura revolucionária; e, por fim, analisando os primeiros esforços pela constituição tanto de um campo de produção histórica local fundada sobre a história da *revolução*, quanto de espaços de preservação dos acervos e fontes que permitiram essa produção.

ARTIGOS

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli realiza a fala de abertura do evento, *O verde-amarelo colorado de vermelho: república e federalismo, a República Rio-Grandense e o Rio da Prata*, apresentando um painel histórico e político no qual situa as trãnsfugas ideias de república, mescladas com um federalismo peculiar, que migram da republicana banda platina para as terras da imperial Província de São Pedro. Assim como refere as simpatias ou antipatias entre os chefes políticos rio-grandenses e platinos, as divisões de mando na região de fronteira, o compartilhamento de propriedades e interesses que, neste ambiente, configuravam ações políticas de perfil personalista, as quais correspondiam menos aos interesses políticos do império do que em benefícios aos líderes envolvidos. Tais homens ao aglutinarem papéis de comandantes de fronteira, chefes políticos e proprietários de terras não concebiam de boa vontade a redução de seus

direitos, de suas posses e de seu poder, lutavam pelo império protegendo seus próprios interesses, enfrentavam inimigos que eram parceiros comerciais, detinham influências que se estendiam além das demarcações políticas nacionais, afinal, conforme assevera Guazzelli, sobre a ideia de “regiões-províncias”: “A província era uma extensão do mundo da estância de criação, com um patrão mais seus capatazes e agregados capazes de acaudilhar *los de abajo* aos seus desígnios e dispensar as formalidades do Estado burguês”, tal era o *modus operandi* dos senhores da guerra que manejaram o pensamento republicano na Província de São Pedro.

Luiz Alberto Grijó apresenta e discute a produção historiográfica de dois personagens, que forneceram suas interpretações sobre os princípios que moveram os rio-grandenses às armas contra o império, no artigo *Assis Brasil contra Tristão Araripe: a “revolução rio-grandense” na história e na política do Brasil oitocentista*. De um lado Araripe desqualificando a atuação dos chefes farrapos como incapazes para manter a ordem política e descaracterizando a ideia de república com sentido de representação democrática, para o qual “os líderes sediciosos aparecem platinizados, estrangeirizados, incapazes de se sujeitarem a uma ordem civil e civilizada, ou entrarem em acordo a respeito dela”. Por outro lado Assis Brasil evoca o “caráter” dos rio-grandenses produzido pelas condições do clima e do cruzamento inter-étnico com predomínio do europeu branco que teria forjado o “tipo distintivo dos rio-grandenses, esse tipo vigoroso e sólido que só por si bastava para explicar o estranho ímpeto da sua revolução”, o autor nativo alude ainda às características que julga inatas ao tipo regional “sentimento ingênito de orgulho e altivez” e “independência latente em cada um” que compõem o perfil do “guerreiro auto-suficiente”. Grijó apresenta este duelo retórico e discursivo construído com bases teóricas permeadas por influências iluministas e pelo cientificismo

em construção que guiavam e, de certo modo, ainda guiam entendimentos sobre as concepções políticas e sociais dos sujeitos históricos que produziram aqueles acontecimentos.

No artigo *Brasas ardentes sob as cinzas do tempo: os registros da memória sobre a guerra civil farroupilha*, Carla Renata Antunes de Souza Gomes discute as dificuldades de escrita da história pelos rio-grandenses, que participaram direta ou indiretamente dos eventos dramáticos da guerra civil farroupilha, nos anos imediatos ao conflito. Seja pela interdição da lembrança com o decreto de esquecimento do Imperador, seja pela incapacidade de selecionar o que, quem e como deveria ser lembrado. Que tipo de construções deveriam ser feitas para o futuro? Por meio de biografias, romances, contos, relatos, diários e transcrições de documentos publicadas nos periódicos literários se delinea um conjunto de sentidos e significados da guerra além do aspecto político, o que se percebe são dramas humanos, decisões equivocadas, atuações difamantes, desespero, destruição e caos. As tentativas sucessivas de escrita da história pelos rio-grandenses que participaram do decênio farrapo não revelam heróis, registram antes os traumas da guerra, a dor da luta fratricida que cindiu a sociedade sul rio-grandense de maneira irremediável, a ponto de que a pergunta essencial não fosse por que a guerra aconteceu, mas sim, como os rio-grandenses foram capazes de tantas atrocidades, ódios e crueldades?

Fabrcio Antnio Antunes Soares, em *A escrita literria da Farroupilha no sculo XIX*, analisa a escrita literria oitocentista sobre a *Farroupilha*, atravs de trs romances, articulando o carter narrativo das obras e a dimenso social na qual se inserem. O primeiro romance analisado   *A Divina Pastora*, de Caldre e Fiao. Segundo Soares, o autor de *A Divina Pastora* procurou atribuir   estria um carter pedaggico e mostrar como a provncia mais ao sul do Imprio "equivocou-se" com a "rebelio"

farroupilha, além de instruir os leitores a respeito da ética social e moral cristã. Em sua análise de *O Gaúcho*, de José de Alencar, Fabrício Soares aponta que esse romance “procurava fornecer à nacionalidade, em vias de formação, padrões de conduta através da ação de seus personagens”, e no qual a identidade brasileira aparece unida à integridade do Império. Apesar de condenar o movimento farroupilha, Alencar não condenou os seus personagens, permitindo recolocar a Farroupilha na história nacional pela escrita ficcional. Por fim, analisa o romance *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre que se distancia de Caldre e Fião e José de Alencar por ser republicano e a partir disso “cria um significado diferente para a Farroupilha”.

Carla Menegat, no artigo *Do silêncio à barganha: a proclamação da República e suas repercussões nas trajetórias políticas de farrapos após a reintegração*, faz um cuidadoso exame de diferentes trajetórias para perceber as distintas estratégias de retorno dos ex-chefes farroupilhas ao círculo político da Província por meio da dupla inserção de suas relações pessoais e de propriedade na região da fronteira, em que mobilizaram todos os recursos (sociais e simbólicos) que dispunham no complexo “jogo” de reintegração marcado por aproximações e distanciamentos. Analisa também os efeitos da guerra na construção da delicada relação política entre a Província e a Corte, assim como a necessidade de silenciamento das memórias republicanas e a reapropriação do capital simbólico construído durante a rebelião com o propósito de reabilitação aos interesses de defesa do Império.

Em *República: o debate sobre o conceito na imprensa legalista ao tempo da Farroupilha*, Álvaro Antonio Klafke discute como o conceito de *república* foi explorado pelos jornais legalistas que defendiam a unidade e integridade imperial. Para o autor, uma parte da imprensa legalista apelou para a argumentação de que não havia “incompatibilidade

entre os princípios republicanos e regimes formalmente monárquicos” como o brasileiro, com o propósito de esvaziar o discurso revolucionário. Por outro lado, a “defesa da ordem” era incompatível com os pressupostos “democráticos”, estes identificados com o republicanismo radical, que seria “uma deturpação do próprio sistema republicano”. Assim, não havia, segundo Klafke, a condenação à priori ao *republicanismo* por parte da imprensa legalista moderada. Mas havia ainda outra imprensa legalista, mais conservadora, que pugnava pelo “regime monárquico absoluto”. Klafke mostra como as experiências republicanas do Prata apareciam nos jornais legalistas como exemplos negativos e depreciativos de *república*, enquanto que os Estados Unidos da América e seus líderes surgiam como um modelo positivo. Nesse último caso, porém, o discurso legalista procurava afastar a conjuntura brasileira da experiência republicana bem sucedida na América do Norte, justificando que “em virtude da sua formação cultural e processo de constituição política” os norte-americanos “seriam povos aptos ao republicanismo”, diferentemente dos brasileiros.

Em *Os restos mortais da geração farrapa: notas acerca da trajetória dos acervos farroupilhas*, as autoras, Ana Inés Arce e Vanessa Gomes de Campos, realizam uma incursão pelo processo de constituição dos principais arquivos e acervos a respeito da revolução farroupilha, seguindo de perto a trajetória desses conjuntos documentais que estão custodiados em instituições públicas ou privadas no Rio Grande do Sul. Mostram com acurada visão os vários graus de intervenção e vicissitudes que esses acervos sofreram ao longo do tempo e que determinaram a sua coleção, dispersão e, em alguns casos, sua perda ou eliminação, e que em última análise repercutem na própria escrita da história da “revolução”.

Em *A Revolução Farroupilha nas páginas do*

Almanaque Literário e Estatístico, do Anuário do Rio Grande do Sul e do Almanaque Popular Brasileiro, os autores, Jefferson Teles Martins e Miguel do Espírito Santo, através do estudo que conjuga análise quantitativa e qualitativa de conteúdo dos três principais almanaques que circularam no final do século XIX e início do XX no Rio Grande do Sul, procuram ver a contribuição desses veículos editoriais para a divulgação de textos sobre a revolução farroupilha, e sub-repticiamente para formação de uma “cultura histórica” e historiográfica local. Em especial, o Anuário do Rio Grande do Sul e o Almanaque Literário e Estatístico são vistos como “empresas intelectuais”, pelo caráter constante na execução de um programa intelectual ao qual permaneceram fiéis até o seu desaparecimento.

Cada um destes pesquisadores, a partir de suas fontes, apresenta, problematiza e discute as ideias de república presentes ou evocadas pelos sujeitos históricos diante de suas circunstâncias. Cada perspectiva ou abordagem procura trazer à tona outras possibilidades de interpretação do decênio farroupilha sem operar para o fechamento das questões, ao contrário o sentido é de ampliação das reflexões, oferecendo outras leituras de fontes consagradas, assim como de novas fontes apresentadas para o debate. A intenção é de atualização do debate, rediscussão de conceitos e valorização das memórias em torno da guerra dos farroupilhas sem dogmatismos nem mitificações.

Carla Renata Antunes de Souza Gomes
Jefferson Teles Martins
Organizadores

SUMÁRIO

QUADRO GERAL E POLÍTICO

- O verde-amarelo coloreado de vermelho: República e Federalismo, a República Rio-Grandense e o Rio da Prata**
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli15

HISTORIOGRAFIA OITOCENTISTA

- Brasas ardentes sob as cinzas do tempo: os registros da memória sobre a guerra civil farroupilha (1856-1870)**
Carla Renata Antunes de Souza Gomes.....41

- Assis Brasil contra Tristão Araripe: A “Revolução Rio-grandense” na escrita de história e na política do Brasil oitocentista**
Luiz Alberto Grijó.....79

- A escrita literária da Farroupilha no século XIX**
Fabrício Antônio Antunes Soares.....101

TRAJETÓRIAS POLÍTICAS

- Do silêncio à barganha: a proclamação da República Rio-grandense e suas repercussões nas trajetórias políticas de farrapos após a reintegração da Província.**
Carla Menegat.....127

IDEIAS E DISCURSOS

- República: o debate sobre o conceito na imprensa legalista ao tempo da Farroupilha**
Álvaro Antonio Klafke.....157

TRAJETÓRIAS DE FONTE E ACERVOS

- “Os restos mortais da Geração farrapa”: notas acerca da trajetória dos acervos farroupilhas**
Ana Inés Arce
Vanessa Gomes de Campos.....193

A Revolução Farroupilha nas páginas do Almanaque Literário e Estatístico, do Anuário do Rio Grande do Sul e do Almanaque Popular Brasileiro

Jefferson Teles Martins

Miguel Frederico do Espírito Santo.....237

QUADRO GERAL E POLÍTICO

O VERDE-AMARELO COLOREADO DE VERMELHO: REPÚBLICA E FEDERALISMO, A REPÚBLICA RIO- GRANDENSE E O RIO DA PRATA

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli¹

REPÚBLICA E FEDERALISMO: INFLUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO DE MAIO DE 1810

O último quartel do século XVIII trouxe mudanças no sistema colonial espanhol que seriam marcantes. As assim chamadas Reformas Borbônicas alteraram as instituições políticas americanas: o antigo Vice-Reinado do Peru foi dividido em duas partes, uma delas conformando o Vice-Reinado do Rio da Prata em 1776. Ainda no bojo das reformas, este em 1782 foi repartido em cinco Intendências: Buenos Aires, Tucumán, Cuyo, Paraguai, Chuquisaca, Santa Cruz de la Sierra e Potosí. Buenos Aires passou a ser o porto de exportação da prata e foi beneficiada por medidas que liberaram o comércio. A região platina tornou-se mais atrativa, o que provocou as Invasões Inglesas de 1806 e 1807. Esta situação revelou a incapacidade das forças metropolitanas na defesa do Vice-Reinado, ao mesmo tempo em que se afirmaram as milícias dos *criollos* da terra, que derrotaram os invasores. Assim, quando em 1808 o exército de Napoleão conquistou a Espanha e obteve a abdicação do rei Fernando VII, em Buenos Aires iniciou o movimento em busca de autonomia, criando-se a Primeira Junta de governo, que tentaria a partir de então liberar o Vice-Reinado das autoridades metropolitana no continente.

Vêm desta Revolução de 25 de maio de 1810 as primeiras ideias republicanas – e logo as federalistas – para o Rio Grande de São Pedro. Entre lideranças mais moderadas e até monarquistas, havia aqueles mais radicais, portadores

¹ Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

das ideias mais extremadas da Revolução Francesa, como Mariano Moreno.² Os membros da Primeira Junta tinham muito interesse de que sua revolução ultrapassasse os limites do Vice-Reinado do Rio da Prata, e eventualmente compromettesse os grupos dominantes da estremadura brasileira, como manifestou claramente o mesmo Moreno em seu “*Plan Revolucionario de Operaciones*” (MORENO, 1975, p. 73). Parece mais provável, no entanto, que os efeitos da Revolução de Maio tenham sido indiretos: na esteira das dificuldades apresentadas no processo de organização política das regiões platinas, acéfalas da autoridade real de Espanha, apareciam os projetos expansionistas desde o reino português instalado no Brasil, não apenas da casa de Bragança do Regente Dom João VI, como também de sua consorte Dona Carlota, irmã do rei espanhol apeado do poder. Estes interesses resultaram na Primeira Invasão da Banda Oriental em 1811, em apoio aos espanhóis cercados em Montevidéu. Nesta guerra, além das tropas de Buenos Aires, os luso-brasileiros tiveram contra si as milícias de cavalaria formadas pelos homens do campo da Banda Oriental do Uruguai, liderados por José de Artigas, portador de ideias radicais, republicanas e federalistas.³

Esta conjuntura propiciou aos rio-grandenses vislumbrar uma desejada ampliação da fronteira. A Primeira Invasão foi um momento de projeção para o futuro chefe farroupilha Bento Gonçalves, que havia imigrado pouco tempo antes para a povoação oriental de Cerro Largo, onde tornou-se proprietário, casou-se com uma uruguaia e atingiu o posto de *alcalde*. Estaria ainda exercendo tais funções quando iniciou a campanha de Artigas no cerco de Montevidéu, ao qual de início teria aderido o jovem

2 Intelectual e político, havia traduzido clandestinamente o *Contrato Social* de Rousseau. Acusado de defensor do Jacobinismo, foi alcunhado de “Robespierre” do Rio da Prata.

3 Artigas havia secundado um agente do reino espanhol, Félix de Azara, um defensor do Iluminismo. Além disto, possivelmente teve contato com ideias revolucionárias dos Estados Unidos.

emigrado; mais tarde, talvez em razão do sucesso das armas luso-brasileiras, abandonaria os artiguistas, iniciando sua trajetória como chefe de milícias rio-grandenses.⁴

De qualquer maneira, independentemente de uma influência direta dos republicanos mais radicais ligados ao Movimento de Maio, a presença de Bento Gonçalves e de outros tantos chefes da fronteira em território oriental permitiu-lhes o convívio com as propostas federalistas que circulavam amplamente pelo Prata. Eram, no entanto, vagas estas noções de Federalismo; mesmo que houvesse uma inspiração no modelo de Estado nacional que se implantara na América do Norte, faltava no caso platino o caráter orgânico que a reunião das várias unidades configurara na formação dos Estados Unidos, aqui certamente resultado de muitos debates parlamentares. O historiador Stewart Vargas observa a diferença que havia para o caso dos Estados Unidos da América: neste caso, as treze colônias inglesas já eram unidades soberanas quando constituíram um pacto no qual sacrificavam parte de suas autonomias delegando ao Estado federal. Federação aqui tinha um caráter orgânico, pois partia das diversas unidades políticas constituídas como estados a criação de uma autoridade que pairava sobre todas. No Rio da Prata, ao contrário, as meras circunscrições do que fora um Estado metropolitano fortemente centralizado, dificilmente poderiam adquirir autonomias políticas simplesmente pela transição a um sistema republicano que pretendesse uma organização federativa (STEWART VARGAS, 1958, p. 252). Torna-se difícil, pois, pensar numa união federativa entre Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e Banda Oriental, por exemplo, se elas muito recentemente se haviam afirmado sobre a dissolução da antiga Intendência de Buenos Aires

4 Esta era a versão de Rodrigo de Souza Pontes, um adversário acérrimo dos farroupilhas. PONTES, Rodrigo de Souza da S. *Memória Histórica da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça, 2006. O historiador Alfredo Varela afiançaria esta opinião em suas obras (VARELA, 1915, p. 994).

criada pelo governo metropolitano agora caído.

As províncias do antigo Vice-Reinado resultaram dos anseios por autonomia dos respectivos grupos dominantes levados ao extremo: à recusa de submissão a um poder centralizado que tentavam organizar os próceres da Revolução de Maio em Buenos Aires, somar-se-iam as insubordinações nas diferentes Intendências, fracionando-as em províncias. Estas seriam as unidades políticas que representavam o alcance máximo de poder dos grandes proprietários rurais, afiançados pelas relações sociais constituídas regionalmente, em geral no entorno das principais cidades coloniais, das quais se apropriaram dos nomes. Estes localismos e disputas herdadas dos tempos coloniais e desatados pelo movimento revolucionário, tiveram repercussões muito significativas no território da Intendência de Buenos Aires – que corresponde ao assim chamado *Litoral*⁵ – onde viriam a constituir-se as já citadas províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e a Banda Oriental (FREGA, 2007).

Desta forma, e alcançadas as pretendidas autonomias, eram praticamente impossíveis articulações que comprometessem estes objetivos políticos regionalizados. Abrir mão de prerrogativas locais – como pedágios ao trânsito de mercadorias e outros impostos às produções concorrentes – seria o mesmo que ceifar as fontes que garantiam a sobrevivência mínima das províncias recém-formadas, o que limita muito a concepção dita Federalista no âmbito do Rio da Prata. O nível mais elevado que atingiram os acordos políticos interprovinciais foi o das Ligas ou Confederações, que eram formadas defensivamente quando algumas unidades temiam intervenções centralizadoras por parte de outras, quase sempre aqui presentes os interesses de Buenos Aires. Ou seja, não havia a concessão para

5 Por *litoral* é conhecida toda a região banhada pelos tributários da Bacia do Prata, abrangendo as atuais repúblicas do Paraguai e do Uruguai, e as províncias argentinas de Buenos Aires, Entre Ríos, Santa Fé, Corrientes, Misiones, Chaco e Formosa.

algum tipo de organização que exercesse poder sobre estas províncias.

Chiaramonte também defende a impossibilidade de formação de Federações, admitindo que o grau máximo de organização política eram as Confederações ou Ligas. Este autor identificou no binômio “região-província” a unidade política mais consistente no âmbito do Rio da Prata, constituindo-se em pequenos “Estados” independentes, incapazes de uma integração que passasse dos limites das ligas eventuais com vistas a adversários comuns (CHIARAMONTE, 1991, p, 21-54; CHIARAMONTE, 2007). No que diz respeito à organização interna, tais “Estados” tinham seus interesses plenamente confundidos com os dos grupos dominantes, grandes latifundiários criadores agora alçados a chefes políticos. Estes caudilhos principais e seus seguidores, que também eram os responsáveis pela ordem interna e pela formação dos contingentes que defendiam militarmente a província ou em nome dela atacavam os adversários. E por todo o espaço platino se levantavam caudilhos provinciais que tratariam, ao longo das lutas pela independência e no processo de organização nacional, de exacerbar a defesa dos seus interesses econômicos e políticos, contando com as tropas irregulares de cavalaria ligeira formadas pelos peões campeiros.

República e Federalismo, entendidos sinteticamente como a recusa a uma autoridade suprema e centralizadora, foram bandeiras platinas que também tiveram seus ecos no Continente de São Pedro. E foi neste âmbito que os senhores da fronteira do Rio Grande, historicamente afirmados enquanto poderes locais pelas extremas dificuldades das autoridades centrais em submetê-los aos seus projetos, tiveram a oportunidade não apenas de acompanhar as lutas provinciais, como também o caso de uma delas constituir-se como Estado nacional reconhecido. E aquela noção de confederação, mais do que federação, passaria a compor o

leque de reivindicações dos chefes rio-grandenses. Neste sentido, é interessante o significado que os republicanos mais tarde propalariam, associando a autoridade central do Império a um momento de regressão ao Antigo Regime, uma verdadeira traição à independência americana, e ao domínio português, sendo a Corte do Rio de Janeiro uma nova versão de Lisboa. A República Rio-Grandense seria herdeira legítima dos ideais da Revolução de Maio e da própria Revolução Americana que resultou na formação dos Estados Unidos da América.

CRISE NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: A PERDA DA CISPLATINA E O 20 DE SETEMBRO

A Guerra dos Farrapos é uma conjuntura política privilegiada para observar-se que o Rio Grande de São Pedro pertencia simultaneamente a um espaço brasileiro e a um platino, seja por uma semelhança na conformação das propriedades e das relações sociais, seja por um convívio fronteiriço que, ao mesmo tempo em que era marcado por conflitos, também o era por relações de cumplicidade. Mas a nova hora e vez dos rio-grandenses chegaria em 1816, quando Artigas se tornara a liderança mais influente da Banda Oriental e de todo o *Litoral* e que, além de um federalismo extremado totalmente contrário às pretensões centralistas de Buenos Aires, acenava com um projeto de reforma agrária (ARTIGAS, 1971, p. 149-155) que contrariava os interesses dos estancieiros latifundiários por todo espaço platino. Tendo a concordância do governo *porteño*, repetiu-se a invasão da Banda Oriental, agora por soldados portugueses veteranos das guerras napoleônicas comandados por Carlos Frederico Lecor, somados aos comandantes rio-grandenses. A Província Oriental, agora chamada Cisplatina, tornou-se uma área de dominação portuguesa, mais tarde brasileira. E foi então que iniciaram as cizânias dos “senhores da

guerra”⁶ rio-grandenses com as autoridades centrais, mais tarde causadoras da secessão farroupilha.

Portugal e logo a seguir o Império do Brasil quiseram incorporar mais terras, pretendendo que fosse restabelecida a paz nos seus campos, que houvesse a adesão dos seus chefes, e que sua produção se reorganizasse para servir aos interesses dos grupos exportadores do centro do país. Os estancieiros rio-grandenses, porém, queriam aboletar-se nos campos conquistados, expropriando as reses, e drenando tropas para as charqueadas do Rio Grande; assim, para eles havia coincidência de interesses com a Corte na redefinição do espaço político, mas não quanto ao destino e organização deste mesmo espaço e das gentes que o conformavam.

Por certo a Guerra da Cisplatina teve outros envolvimento, como aquele do opulento grupo dos criadores de Buenos Aires, preocupados agora com a concorrência estabelecida nos campos orientais, e de alguns uruguaios desconformes com a ocupação brasileira. Mas mesmo aqueles que cordatamente haviam saudado Lecor, o Barão da Laguna, como um libertador dos desmandos igualitários de Artigas, não podiam deixar de reagir à espoliação que os homens da fronteira perpetravam; esse aboletamento em terras uruguaias nunca seria completamente revertido, e ao norte do Rio Negro boa parte das terras seguiu pertencendo aos estancieiros rio-grandenses.

Assim, o Rio Grande esteve na raiz da Guerra da Cisplatina, assim como a Cisplatina estaria pouco depois na gênese da Guerra do Farrapos. Mas se a guerra foi a consequência de distúrbios na ocupação da Cisplatina, no seu decorrer se acentuou o convívio dos chefes guerreiros dos dois lados da indefinida “linha”, vindo daí as relações entre Bento Gonçalves e seu compadre Juan Antonio

6 Cunhei esta expressão com referência à capacidade destes chefes militares de formarem suas próprias tropas da cavalaria e de agirem com autonomia na defesa de suas prerrogativas.

Lavalleja, Bento Manoel Ribeiro e o então Brigadeiro do Império Frutuoso Rivera. A perda da Cisplatina pesou para os rio-grandenses econômica e politicamente. Terminava o manancial de campos e reses, desabava o prestígio dos guardiões invictos da fronteira. Restava um poder central autoritário, regressivo e que gravava economicamente a província, além de ser responsabilizado pela campanha militar perdida. Assim, quando as promessas liberais alvissareiras de 1831 esfumaram-se, a crise fazia-se presumível. Do outro lado da fronteira, o novíssimo Estado Oriental nem de longe se apresentava como o desejado “algodão entre cristais”, mas como um barril de pólvora que, ao explodir, atingiria seus vizinhos mais poderosos e fiadores da Convenção Preliminar de Paz que inaugurara sua existência.

Já no primeiro mandato constitucional do Estado Oriental abria-se o conflito entre o presidente Frutuoso Rivera e Juan Antonio de Lavalleja, que iniciara a guerra contra a ocupação brasileira. Essa situação envolveria os chefes da fronteira rio-grandense, pois agora, além do trânsito de reses de um para outro lado, na busca de atenuar a penúria da pecuária rio-grandense, aparecia o tráfego dos cavalarianos de Lavalleja, fugindo da perseguição que lhes submetia Rivera. Além da proteção dada ao caudilho rebelde pelo Comandante da Fronteira do Jaguarão, Bento Gonçalves, e do Alegrete, Bento Manoel, somavam-se as confabulações de agentes orientais em Porto Alegre; além das interpelações diplomáticas por conta dos desmandos fronteiriços, os chefes rio-grandenses tornavam-se suspeitos de eventuais anseios separatistas.

Por outro lado, a indefinição da Guerra da Cisplatina provocara danos na precária organização nacional das Províncias Unidas do Rio da Prata, como se intitulava oficialmente a Argentina depois de formalizar sua independência em 1816. A guerra civil desencadeada

pelos *unitarios* – defensores de um governo centralizado, organizado em torno da economia exportadora de Buenos Aires – e os *federales* – que recusavam um Estado nacional que não reconhecesse as autonomias provinciais, afirmou o poder do governador de Buenos Aires, o federalista Juan Manuel de Rosas, que recriou as bases políticas do país na Confederação Argentina, que tinha ainda projetos expansionistas voltados para o Estado Oriental, o Paraguai e a Bolívia. As questões do Rio Grande, portanto, tinham importância neste precário equilíbrio de poderes no Rio da Prata.

Assim, a ruptura de 1835 esteve relacionada com as tentativas feitas pelos representantes das autoridades imperiais na província para cercear o poder dos comandantes da fronteira, envolvidos nas tropelias com os emigrados orientais. As alegações de natureza econômica ou os ressentimentos anteriores com a Corte apareceriam apenas mais tarde, já como justificativas de uma autonomia que tentava se afirmar. Os primeiros pronunciamentos após o 20 de setembro vivavam a monarquia e o Imperador, e procuravam legitimar a sublevação em função de um Presidente provincial e um Comandante de Armas que representavam a “regressão”.

A ARENA POLÍTICA DO SÉCULO XIX: OS ESTADOS NACIONAIS E AS “REGIÕES-PROVÍNCIAS”

São perceptíveis as dificuldades enfrentadas pelos grupos que tentavam construir os Estados nacionais nesta primeira metade do século XIX. A Confederação Argentina era um exemplo acabado deste fracasso: com suas treze províncias governadas por caudilhos *federales*, havia uma certa preservação das autonomias provinciais, desde que isto não afetasse os interesses de Buenos Aires, que praticamente não assistira a guerras em seu território e cuja economia exportadora crescia vertiginosamente.

Esses mesmos caudilhos eram os que votavam as leis, os que enviavam representantes para os acordos com outras províncias, os que estabeleciam as prioridades econômicas, sempre apoiados nas massas rurais que historicamente prestavam fidelidade aos estancieros-militares. Não havia um ordenamento político, uma burocracia profissionalizada, nem um recrutamento militar institucionalizado. A província era uma extensão do mundo da estância de criação, com um patrão mais seus capatazes e agregados capazes de acaudilhar *los de abajo* aos seus desígnios e dispensar as formalidades do Estado burguês.

A República Oriental do Uruguai, que deveria funcionar como um “Estado-tampão” entre Argentina e Brasil para pacificar o Rio da Prata, sequer conseguia compatibilizar internamente os seus caudilhos mais tradicionais, ligados ao partido *blanco*, com os *colorados*, mais “modernos”, associados aos comerciantes estrangeiros de Montevideo. Paradoxalmente, os primeiros estiveram mais próximos da construção de um aparelho de Estado capaz de se sobrepor aos caudilhos, enquanto os segundos eram muito mais habilitados à guerra praticada com milícias de cavalaria ligeira, formadas por peões livres das estâncias de criação.

O Paraguai foi um caso peculiar, certamente muito mais estável que os demais. O Estado paraguaio praticamente se resumia ao seu chefe, o Supremo, que foi capaz de distribuir os recursos um tanto precários da arrecadação para a manutenção dos camponeses parcelares e daqueles que trabalhavam nas propriedades públicas, além de sustentar forças armadas capazes de resistir às veleidades de vizinhos ambiciosos. Para a construção de um “espírito nacional” contribuíram a extinção dos grandes proprietários, o afastamento da Igreja Católica Romana, a cultura guarani como uma identidade coletiva, e as ameaças de agressão externa.

Neste concerto o Brasil parecia ser um modelo mais próximo do tão perseguido Estado nacional na América Latina. Fortemente centralizado por um governo monárquico, e com uma oligarquia exportadora que estava muito bem articulada ao mercado mundial, havia por certo, diferenças em relação às repúblicas do Rio da Prata. Mas não é possível negar a existência de tendências centrífugas que, de norte a sul, agitaram o Império durante a Regência. A Guerra do Farrapos costuma ser arrolada como uma dessas tantas, mas a sua duração por quase dez anos, e sua importância para a segurança de todo o conjunto, apontam para uma especificidade, que tem relação com a conformação do espaço platino.

O Rio Grande de São Pedro, antes de uma importância econômica que o articulasse ao centro do mundo colonial português, tivera o papel de “ponta-de-lança” na disputa dos espaços econômicos e físicos às pretensões hispânicas. O grupo dominante, militarizado desde seus começos, militarizara também a apropriação de gados, terras e gentes – e esta ordem não é casual – constituindo-se numa formidável força capaz de expandir Portugal até os limites “naturais” do estuário do Prata. A partir de 1828 a identificação mais observada entre os “senhores da guerra” era a regional: o discurso político contrapunha “rio-grandenses” ou “continentinos” – já durante a República Rio-Grandense “cidadãos” – à dinastia bragantina, à Corte do Rio de Janeiro e sua burocracia, aos “súditos do Império”, ao Antigo Regime europeu. Defensores da república e do federalismo, criações bem-sucedidas do processo de descolonização, os rebeldes denunciavam o Império como anacrônico, regressivo, centralista e “português”.

Nesta conjuntura, bem que a República Rio-Grandense tentou conformar um aparelho de Estado, procurando instrumentalizar indivíduos que não compunham o quadro dos chefes da fronteira, como os comerciantes Domingos

José de Almeida e Antônio Vicente da Fontoura, além de gente instruída como Correia da Câmara e Ulhoa Cintra. Montaram ministérios e secretarias, polícias e coletorias, mas aparentemente todos os planos esbarraram não apenas nas dificuldades inerentes a uma guerra desigual, como na impossibilidade de controlar efetivamente os comandantes militares.

Assim, poucos resultados davam as leis editadas por inspiração dos mais ilustrados se os que conduziam os destinos da pretendida república eram os caudilhos. Os negócios eram tratados diretamente pelos criadores, que mal aceitavam a intermediação das autoridades, e a diplomacia terminava em mãos dos comandantes sempre que os enviados interpunham muito palavreado e formalizações desnecessárias. A República, que pretendia interlocutores internacionais e reconhecimento como Estado nacional independente, não ultrapassava as negociações diretas com os chefes provinciais que pudessem ser aliados, acordos entre caudilhos que eventualmente visassem adversários comuns.

As negociações quase diretas entre os chefes provinciais eram relativamente fáceis quando os objetivos comuns tinham uma identificação momentânea e exigiam respostas prontas. Já o mesmo não valia em relação à perenidade destes acordos, que também rapidamente mudavam em função das conjunturas: o tempo dos caudilhos era de curtíssima duração, adequado à própria atividade pecuária de onde provinham, na qual os preços, mercados e a própria sobrevivência não podiam ser planejados no médio ou longo prazos. Mas esta condição de formar e desfazer alianças, se por um lado impedia alguma organização política mais abrangente que a própria “região-província”, por outro dava a flexibilidade necessária para ajustes de ocasião que permitiam uma enorme resistência a poderosos exércitos.

A REPÚBLICA RIO-GRANDENSE: RELAÇÕES POLÍTICAS NO RIO DA PRATA

Em 11 de setembro de 1836 foi proclamada a República Rio-Grandense, e seus dirigentes tentaram desde seus primórdios estabelecer relações mais estreitas com as repúblicas do Rio da Prata, buscando legitimação internacional e apoio em sua luta desigual com o Império do Brasil. Essas tentativas diplomáticas obedeceram a conjunturas específicas, mostrando por vezes oscilações e ambigüidades. É possível afirmar, no entanto, que genericamente a política externa dos farroupilhas apresentou três fases distintas.

Na primeira delas, de 1836 até fins de 1839, a República procurou ganhar o reconhecimento e estabelecer alianças com a Confederação de Rosas e com o presidente Oribe, que já se apresentavam como eventuais parceiros desde que Rivera buscara apoio nos legalistas do Rio Grande. O poderoso Rosas, que tinha planos para reconstituir o espaço do antigo Vice-Reinado⁷, preocupava-se em manter a paz com o Império, um adversário que não podia ainda enfrentar. Assim, negou-se a apoiar abertamente os *federales* do Rio Grande (GUAZZELLI, 2015, p. 165). No entanto, o auxílio da Confederação foi condicionado a uma intervenção decisiva dos republicanos rio-grandenses na liquidação definitiva do exército *colorado* de Rivera.

Já o presidente Oribe, mesmo com cuidados em relação ao Império do Brasil, franqueou amplamente a fronteira para os negócios dos sublevados. Provedo o abastecimento de cavalos, armas, munições e vestuário para as forças armadas da República Rio-Grandense, os negociantes de Montevideo asseguravam para seus *saladeros* o aporte de reses, além dos

7 Através de uma sólida aliança com os *blancos* Oribe e Lavalleja, pretendia reincorporar a Banda Oriental. Ao mesmo tempo, não reconhecia a independência do Paraguai, impedindo o trânsito de produtos paraguaios pela aduana de Buenos Aires, e ameaçava retomar a “província” pelas armas. Declarou guerra à Bolívia por questões territoriais, também aqui com anseios de reconquistar e território perdido nas guerras de independência.

couros, em condições muito favoráveis pelas necessidades prementes dos republicanos. Montevideo tornou-se o porto que os farroupilhas não dispunham, e a sobrevivência econômica e militar da República Rio-Grandense dependeu fundamentalmente desse trânsito fronteiriço. Apesar das insistências, não ocorreu a assinatura de qualquer tratado diplomático que formalizasse uma aliança da República com o Estado Oriental.

A falta de diplomas legais nessa busca de alinhamento com *federales* e *blancos* contribuiu assim para a procura de outros aliados, tais como alguns contatos com Rivera, especialmente depois que suas vitórias militares sobre os *blancos* aumentaram suas chances de reconquistar a presidência oriental. Também interessante foi a abertura de negociações com Gaspar Rodríguez de Francia, o Supremo Ditador do isolado Paraguai, que desde logo rechaçou os enviados da República Rio-Grandense (GUAZZELLI, 2002, p. 161).

Na segunda fase, que vai até fins de 1842, os republicanos rio-grandenses inverteram o sentido de suas associações, voltando-se para os *colorados* de Fructo Rivera e seus aliados argentinos, *unitarios* exilados e *federales* dissidentes de Rosas no *litoral*, especialmente Corrientes. Sempre acossados pelas hostes fiéis a Rosas, este foi um período de intensas negociações multilaterais, que incluíam tratados isolados entre o Estado Oriental e Corrientes, mais as tentativas de Corrientes em recriar uma liga no *Litoral* com Santa Fé e Entre Ríos, além de reabrir negociações com o Paraguai, agora governado por Carlos Antonio Lopez.

A República Rio-Grandense firmou o Tratado de Cangüé (GUAZZELLI, 2015, p. 177-181) com Fructuoso Rivera em 21 de agosto de 1838, pouco antes da vitória deste sobre Oribe que lhe permitiria voltar à presidência oriental. Era um diploma de mútuo reconhecimento, e que propunha uma aliança defensiva e ofensiva contra os

respectivos adversários; mais tarde, devido à importância que tinha o Império do Brasil nos assuntos platinos, Rivera desconsideraria os termos do tratado, mas manteria abertas as fronteiras uruguaias para os negócios rio-grandenses.

Já o Tratado de San Fructuoso (SPALDING, 1982, p. 192-193), de 28 de dezembro de 1841, é um documento muito enxuto e objetivo, pelo qual os farroupilhas receberiam dois mil cavalos e cederiam setecentos libertos do seu exército - quinhentos de infantaria e duzentos de cavalaria - para reforçar as forças de Rivera, que pretendia atacar as posições rosistas em Entre Ríos. Esse acordo teve grande repercussão no Prata, e foi motivo de muitas reclamações da legação argentina na Corte, exigindo uma intervenção mais ativa do Império contra as manobras de Fructo Rivera.

Pouco tempo depois, em 29 de janeiro de 1842, a República Rio-Grandense firmaria a Convenção de Corrientes com esta província argentina que estava em guerra contra Rosas (GUAZZELLI, 2015, p. 184-187). Através desse tratado de mútuo reconhecimento e de aliança defensiva e ofensiva, os farroupilhas procuravam obter a intermediação de Corrientes, no caso dela realizar uma campanha bem-sucedida contra Rosas, para o estabelecimento de relações com outras províncias do *Litoral*. Estavam em vigor, assim, acordos bilaterais da República Rio-Grandense com o Estado Oriental e Corrientes, assim como entre os governos destes, encaminhando uma aliança de maiores proporções para fazer frente à Confederação e ao Império.

Houve também a preocupação do Estado Oriental, de Corrientes e da República Rio-Grandense em ganhar a adesão do Paraguai, que agora esboçava uma abertura para o exterior, mas que ainda era muito prudente em relação aos turbulentos caudilhos platinos. A República Rio-Grandense nomeou um agente plenipotenciário para Corrientes e o Paraguai, que não chegou a estabelecer conversações porque alguns comandantes farrapos invadiram o território

paraguaio para atacar legalistas que aí realizavam a remonta de seu exército, provocando a indignação e o afastamento de Carlos Antonio Lopez (GUAZZELLI, 2015, p. 171-172).

O grande corolário da política externa no Prata foi a Reunião de Paysandú (GUAZZELLI, 2015, p. 189-191), quando Rivera procurou formar uma confederação “mesopotâmica” - recuperando a velha idéia da *Pátria Grande* de Artigas - que tivesse forças suficientes para combater Rosas e o Império do Brasil. Além do Estado Oriental, compareceram Pedro Ferré, governador de Corrientes, o general Paz, que havia conquistado militarmente Entre Ríos, o governador Lopez, de Santa Fé; Bento Gonçalves, ainda que não fosse signatário do tratado, representou a República Rio-Grandense. Foi ainda convidado Carlos Antonio Lopez, do Paraguai, que não aceitou participar do conclave. Esse convênio estipulava uma aliança defensiva e ofensiva, indicando Fructo Rivera como *Director de la Guerra* que moveriam contra a Confederação Argentina; a diplomacia *porteña* no Rio de Janeiro fez disso grande alarde, procurando envolver o Império numa guerra em conjunto para exterminar ao mesmo tempo os *colorados* e os rebeldes rio-grandenses (GUAZZELLI, 2015, p. 175).

Essas tentativas, independentemente dos resultados obtidos, apontam para uma série de possibilidades; as fáceis aproximações entre os caudilhos, eventualmente com interesses comuns, indicam que a ideia de Estado nacional era inexistente - ou entendida no máximo como confederação de províncias autônomas - entre eles, e que o mapa do subcontinente poderia ser muito distinto se determinadas situações conjunturais fossem bem resolvidas, como o caso da fracassada invasão promovida por Rivera, em nome do pacto de Paysandú, ao território controlado pela Confederação Argentina de Juan Manuel de Rosas.

A REPÚBLICA RIO-GRANDENSE VESTE COLORADO

Os movimentos políticos do espaço se faziam representar pelo uso de bandeiras, lenços, roupas, e panos em geral, que continham apelos que, muitas vezes, tinham alcances maiores que pronunciamentos ou publicações. Especialmente o uso do vermelho foi adotado e transformado ao longo do processo de formação dos Estados nacionais e das guerras civis, chegando também ao Rio Grande do Sul. A representação vermelha da liberdade, herança longínqua dos radicais que buscaram a Independência Americana nas colônias inglesas, passando pelo jacobinismo da Revolução Francesa, aportou em terras platinas já nas Invasões Inglesas de 1806. Assim como as ideias, também do Rio da Prata chegaram à República Rio-Grandense as cores representativas do federalismo, e isto teve início nas guerras de independência.

A Manuel Belgrano se atribui a concepção da atual bandeira argentina, concebendo-a nas duas listras horizontais azuis, separadas por uma branca; em Buenos Aires, a primeira aparição daquele pendão ocorreu somente em 23 de agosto de 1812. Apesar de controversa, é convincente a explicação que deu Sarmiento para estas cores: “As cores argentinas são o celeste e o branco; o céu transparente de um dia sereno, e a luz nítida do disco de sol; a paz e a justiça para todos”.⁸ Quando foi proclamada a independência das Províncias Unidas em 1816, o pendão de Belgrano foi adotado como bandeira nacional.

Antes disto, ao assumir o controle da Banda Oriental em 1815, Artigas decidiu usar um estandarte próprio, introduzindo uma faixa vermelha transversal na bandeira de Belgrano, numa provável influência da simbologia da Revolução Francesa. Escreveu o mesmo Artigas: “branco

8 “Los colores argentinos son el celeste y el blanco; el cielo transparente de un día sereno, y la luz nítida del disco del sol; la paz y la justicia para todos.” Tradução do autor (SARMIENTO, 1952, p. 87).

no meio, azul nos dois extremos e no meio destes umas listras coloradas, signos da distinção de nossa grandeza, de nossa decisão pela República e do sangue derramado para sustentar nossa Liberdade e Independência”.⁹ Desde sua imposição, a tricolor com a diagonal vermelha passou a ser chamada por diversos nomes, como “Bandeira Oriental”, “Bandeira da Liberdade”, “Bandeira da Independência”, ou mais simplesmente “Bandeira de Artigas”. O vermelho tornava-se, na medida em que o conceito de Liberdade se confundia com a Autonomia dos Povos Livres, em símbolo máximo do Federalismo, e foi esta representação que atravessaria todo século XIX. Versões muito semelhantes da bandeira artiguista seriam usadas como estandartes de Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes e Misiones.

E foi como representação máxima do Federalismo que o colorado foi incorporado ao pavilhão da Confederação Argentina nos tempos da República Rio-Grandense. Em abril de 1836, já na vigência da Confederação Argentina, Rosas introduziu na bandeira quatro barretes frígios, dois em cada uma das faixas azuis. Esta era uma das representações mais caras da Revolução Francesa, associada aos *sans culottes*, os atores mais radicalizados daquele processo.

A bandeira da República Rio-Grandense deste mesmo ano mostrava a dupla inserção da província no espaço platino: uma herança verde-amarela, simbologia do Império do Brasil, e a presença do colorado federalista do Rio da Prata. O pendão imperial foi uma encomenda de Dom Pedro I, desenhada por Jean-Baptiste Debret. Sua simbologia é muito detalhada: o campo retangular verde representa os Bragança, de Dom Pedro, mantendo a filiação imperial àquela dinastia; o losango amarelo se referia aos Habsburgo,

9 (...) blanco en medio, azul en los dos extremos y en medio de estos unos listones colorados, signos de la distinción de nuestra grandeza, de nuestra decisión por la República y de la sangre derramada para sostener nuestra Libertad e Independencia. Tradução do autor. Ofício de 4 de fevereiro de 1815 ao governador de Corrientes (CHAPARRO, 1951, p. 18).

dinastia austríaca da Imperatriz Dona Leopoldina.¹⁰ A bandeira mantinha muitos símbolos portugueses no seu escudo central: num fundo verde se inscreve um círculo azul com dezenove estrelas que se referiam às províncias; aparecem também a Esfera Armilar de Ouro e a antiga Cruz da ordem de Cristo. O escudo era encimado pela coroa imperial, e como suporte tinha um ramo de café e outro de tabaco, produtos de exportação do país.

A República Rio-Grandense, proclamada em 11 de setembro de 1836 por Antônio de Souza Neto, instituiu uma bandeira própria, chamada então de Escudo de Armas, assim descrito pelo seu primeiro decreto, de 12 de novembro de 1836:

O escudo d'armas do Estado Rio-Grandense será de ora em diante de forma de um quadrado dividido pelas três cores, assim dispostas: A parte superior junto à haste verde, e formada por um triângulo isósceles, cuja hipotenusa será paralela à diagonal do quadrado; O centro escarlate, formado por um hexágono, determinado pela hipotenusa do primeiro triângulo, e a de outro igual e simetricamente disposto, cor de ouro, que formará a parte inferior” (SPALDING, 1982, p. 124-125).

A manutenção das cores verde e amarelo aponta para uma origem brasileira. No entanto, a ambiguidade da república rebelada se representava também pelo vermelho, identificado com o federalismo platino. A faixa diagonal colorada, similar à de Artigas, confundia-se com a luta pela liberdade, a coragem e o ideal revolucionário dos rio-grandenses; nesta perspectiva, o vermelho traz também a ideia do sangue derramado por uma causa nobre.

Nesta ocasião República criou o Tope Nacional, que “será de forma circular, contendo as três cores Nacionais, dispostas como se segue: uma orla verde de largura de

10 Não há notícias quanto à ingênua interpretação do verde-amarelo representando as riquezas vegetais e minerais do país!

quatro linhas, outra escarlate com igual dimensão, formando a outra um botão de ouro, sem algum valor” (SPALDING, 1982, p. 124-125). Também aqui é evidente a influência do uso obrigatório de laços colorados de Rosas, assim como das divisas brancas no caso do Partido Nacional de Oribe, ambos do mesmo ano de 1836. Parece clara a proximidade platina, por conta talvez do interesse da República Rio-Grandense em aproximar-se da Confederação argentina e do Estado Oriental na época.

É bem presumível que as dificuldades em confeccionar tais “topes” tenham favorecido o uso simples do vermelho entre os rebeldes, presente em camisas, laços, lenços etc. Não existem evidências do uso de lenços colorados no pescoço, mas há alguns indícios. Antônio Augusto Fagundes afirma que “os rebeldes usavam um lenço vermelho de seda aberto, com duas pontas às costas e atado de forma peculiar à frente, quase como uma cruz sobre o peito” (FAGUNDES, 1995). (Esta forma de atar é ainda chamada de “Nó Republicano”, também conhecido como “Nó Farroupilha” ou “Nó de 35”)

Este verde-amarelo coloreado de vermelho da bandeira republicana parece significar a presença do federalismo que veio do Rio da Prata para ser adotado e adaptado pelos rebeldes do Rio Grande na guerra contra o Império.

REFERÊNCIAS:

ALONSO ELOY, Rosa et al. **La Oligarquia Oriental en la Cisplatina**. Montevideo: Ed. Pueblos Unidos, 1970.

ARTIGAS, José Gervásio de. Regulamento Provisório da Província Oriental para o Fomento do Campo e Segurança de seus Fazendeiros. In: BRUSCHERA, Oscar H. **Artigas**. Montevideo: Editorial Nuestra America, 1971.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata**.

Argentina, Uruguai e Paraguai – da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Brasília: Ensaio/UnB, 1995.

BRUSCHERA, Oscar H. **Artigas.** Montevideo: Editorial Nuestra America, 1971.

CHAPARRO, Félix A. **La Bandera de Artigas o de la Federación y las Banderas Provinciales del Litoral.** Santa Fé: Librería y Editorial Castellví, 1951.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1991.

_____. **Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación argentina (1800-1846).** Buenos Aires: Emecé, 2007

FAGUNDES, Antônio Augusto. O Lenço Farroupilha. In: ZATTERA, Vera S. **Gaúcho: Vestuário Tradicional e Costumes.** Porto Alegre: UCS, 1995

FREGA, Ana. **Pueblos y Soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A Província de São Pedro e o Paraguai na conjuntura da formação dos Estados nacionais. In: INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Anais do I Encontro de História Brasil- Paraguai.** Salvador: 2002, p. 155-189.

_____. **O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845).** Porto Alegre: Linus, 2013.

_____. La República Rio-Grandense y el retorno de la “Pátria Grande” (1838-1843). **Pasado Abierto.** Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP), N.º 2, Julio-Diciembre de 2015, p. 153-196.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Argentina: de la Revolución de**

Independencia a la Confederación Rosista. Buenos Aires: Paidós, 1972.

HAMILTON, Alexander, MADISON, James & JAY, John. **The Federalist.** New York: Barnes & Noble, 1996.

MORENO, Mariano. **Plan Revolucionario de Operaciones.** Buenos Aires: Plus Ultra, 1975.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, Direito e Revolução.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

PERAZZO, Rubén A. **Manual de Vexilologia Universal.** B. Aires: Dunken, 2008.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org.). **RS: Economia & Política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org.). **Revolução Farroupilha: História & Interpretação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PONTES, Rodrigo de Souza da S. **Memória Histórica da Revolução Farroupilha.** Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça, 2006.

SALA DE TOURON, Lucía & ALONSO ELOY, Rosa. **El Uruguay Comercial, Pastoril y Caudillesco. Tomo II: Sociedad, Política y Ideología.** Montevideo: Ed. de la Banda Oriental, 1991.

SILVA, José Luiz Werneck da. **As Duas Faces da Moeda: a Política Externa do Brasil Monárquico.** Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo o Civilización y Barbarie.** Buenos Aires: Editorial Sopena Argentina, 1952.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha.** São Paulo: Cia. Editora Nacional / UnB, 1982.

VARELA, Alfredo. **Revoluções Cisplatinas**. Porto: Livraria Chardron, 1915 (2 v.).

ZATTERA, Vera S. **Gaúcho: Vestuário Tradicional e Costumes**. Porto Alegre: UCS, 1995.

HISTORIOGRAFIA OITOCENTISTA

BRASAS ARDENTES SOB AS CINZAS DO TEMPO: OS REGISTROS DA MEMÓRIA SOBRE A GUERRA CIVIL FARROUPILHA (1856-1870)

Carla Renata Antunes de Souza Gomes

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a guerra civil farroupilha e sua influência na escrita da História sul-rio-grandense durante o século XIX. A partir do decreto de esquecimento do Imperador D. Pedro II das dissensões políticas, em 1844, e da criação do Instituto Histórico Geográfico da Província, em 1860, a fim de produzir a versão local sobre os acontecimentos históricos e, em seguida, o posicionamento interpretativo sobre a guerra farroupilha, em romances e nos periódicos literários, dos escritores que participaram ativamente da cena cultural de Porto Alegre durante a segunda metade do século XIX.

ESQUECIMENTO POR DECRETO DAS DISSENSÕES POLÍTICAS

Ao anunciar aos Rio-Grandenses o fim da guerra, em 1º de março de 1845, o Barão de Caxias, então presidente da Província, sem citar a palavra *anistia*, menciona que Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, pelo Decreto de 18 de dezembro de 1844, *ordenava o esquecimento do passado* referente aos atos e líderes da guerra civil no Rio Grande de São Pedro. Na mesma proclamação reitera: “maldição eterna a quem se recordar das nossas dissensões”.¹

Dez anos depois dessa proclamação, em 1855, têm início as primeiras articulações dos letrados locais para a

1 A *Proclamação de Caxias aos Rio-Grandenses*, conforme foi publicada em 1870, na revista *Murmúrios do Guahyba* e na *Revista Mensal do Parthenon Litterario* na biografia do *Tenente-General Bento Manoel Ribeiro*, em Março de 1875, há comentários do biógrafo sobre o decreto em que “este movimento foi posto em perpetuo esquecimento pela alta munificencia do imperante”. Tais palavras não são encontradas no decreto, elas foram proferidas pelo representante do Imperador.

criação de um Instituto Histórico e Geográfico na Província que, no entanto, somente será concretizado em 1860. No editorial do primeiro número da Revista do Instituto² encontra-se a preocupação em estabelecer uma relação recíproca entre a história da Província e a nacional, com a seguinte ressalva: “O que há de particular é somente a guerra civil, só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente.”³

Quando o Instituto completou um ano de atividades, o discurso do Dr. Caldre e Fião⁴, orador oficial, explicitava a intenção e o objetivo da instituição regional em relação ao IHGB, pois “de hoje avante dispensamo-la de tratar da história peculiar de nossa Província, missão que tomamos sobre os nossos ombros”.⁵ Em 1863 cessam as publicações da Revista do IHGSP, sem publicar qualquer artigo sobre os eventos ou pessoas relacionados à guerra civil.

Tais ocorrências assinalam um caminho oficial de produção da história local, que passa por instituições legitimadoras da memória, como o Instituto Histórico, e pelas autoridades políticas que zelam pelo que deve ou não ser lembrado. E que, ao pontuarem alguns momentos do percurso de constituição de uma escrita da história rio-grandense pós-guerra civil, tornam evidentes as dificuldades dos letrados envolvidos nesse processo. Dificuldades de

2 Sete números da Revista do Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro são publicados entre 1860 e 1863.

3 “O Instituto Histórico”. In: *Revista do IHGSP*, n. 1, agosto 1860, p.3.

4 JOSÉ ANTONIO DO VALLE CALDRE E FIÃO (1821-1876). Médico pela faculdade do Rio de Janeiro. Abolicionista e jornalista. Fundou e dirigiu *O Filantropo* (1849-1851) na Corte. Romancista escreveu *A Divina Pastora* (1847) e *O Corsário* (1851). Colaborou n’*O Rio-Grandense* (1852). Deputado da Assembleia Provincial (1854). Membro fundador do IHGSP (1860-1863). Presidente e colaborador do *Parthenon Litterario* (1868-1876). Editor do jornal *O Conciliador* (1858-1859). Foi colaborador d’*A Reforma* de Gaspar Silveira Martins (1871). Escreveu e publicou artigos contra a escravidão, biografias de rio-grandenses ilustres e poesias. O Dr. Caldre e Fião terá sua biografia publicada pela *Revista do Parthenon Litterario* em 1876.

5 *Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião na 1ª Sessão solene aniversário de instalação. REVISTA TRIMESTRAL DO IHGSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.101, 1 trimestre, 1946, p.68.

muitas ordens, mas que podemos resumir no seguinte dilema: cumprir o dever de obedecer ao Imperador e corresponder ao seu magnífico perdão, esquecendo o passado da guerra fratricida, ou ter a coragem de realizar o poder e a vontade local de registrar suas memórias e o próprio julgamento desse passado?

Porém, dar cumprimento a essa vontade implicava não apenas na desobediência ao possível decreto de esquecimento do Imperador, mas, sobretudo, em desafiar a ordem estabelecida na Província conforme o posicionamento adotado. Nesse caso, o que estava em jogo não era apenas o esquecimento da guerra, mas a justificação de sua existência, a defesa dos participantes e de seus princípios, ou ainda a lembrança da derrota e da anistia.⁶

Então, como os rio-grandenses procederam? Conseguiram levar a cabo a intenção de escrever sua própria história? Que tentativas existiram? Que tipos de registros foram possíveis? Que eventos e pessoas foram selecionados para serem lembrados? Quem foram os seus narradores: historiadores ou memorialistas?

6 As *Instruções Reservadas*, de 18/12/1844, que foram publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (n.113 a 116, 1949, p.463-464), conforme cita Wiederspahn (1980, p.11-14), não trazem a expressão esquecimento, elas estabelecem as condições para a concessão da “ampla anistia” aos envolvidos na rebelião. O documento que determinaria o “pleno esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos” é a *Convenção de Paz entre o Brasil e os Republicanos*, publicado na Revista Militar Brasileira (abril-junho, vol. CXIII, ano LXIV, 1978, p.116-117), também citada por Wiederspahn. No entanto, o historiador esclarece que nenhum desses documentos foi encontrado para sua conferência, nem a *Convenção* (que teria sido escrita de próprio punho pelo Barão de Caxias) foi mencionada pelos historiadores que vasculharam os arquivos da Província à procura de documentos sobre a Revolução, existindo, portanto, algum mistério em torno de seus dizeres. Wiederspahn menciona que na *Coleção de Alfredo Varela*, publicada no 3º volume dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontrou o respectivo decreto de anistia, numa cópia referida por Domingos José de Almeida. Pode ser consultado em: Anais AHRs, 1979, p. 649-650.

HISTORIADORES OU MEMORIALISTAS

Em setembro de 1856, *O Guayba*⁷ propõe aos leitores rio-grandenses um concurso de biografias a fim de estimular “um ramo da literatura” ainda pouco praticado na Província. Não houve inscritos e o concurso não obteve êxito, entretanto, o periódico, com o auxílio de seus colaboradores, publicou duas *Biographias de Rio-Grandenses ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes*. Destacaremos apenas os trechos que mencionam eventos relativos à guerra civil ou caracterizações sobre o homem rio-grandense, para que possamos analisar as percepções e os registros sobre os efeitos da guerra num período ainda tão próximo dos acontecimentos.

O primeiro *Apontamento Biographico* publicado é de José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), o Visconde de São Leopoldo, escrita pelo cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, indicado como sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e sobrinho do biografado, que descreve sua participação nos eventos revolucionários.

Em outubro é a vez da *Notícia Biographica* do Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto (1790-1856), escrita por Miguel Meyrelles (1828-1872), militar e colaborador do periódico, que exalta a conduta do veterano e seu desempenho durante a Revolução.

Deve-se destacar que as duas figuras biografadas representam esferas de poder e atuação diferenciados, pois o Visconde de São Leopoldo é um homem urbano, bacharel coimbrão, político e nosso primeiro historiador; já o Marechal Menna Barreto é o militar proprietário de terras, descendente e genitor de uma linhagem guerreira.

7 *O GUAYBA. Periódico Semanal, Litterario e Recreativo*, é o primeiro periódico dedicado exclusivamente à vida cultural da cidade de Porto Alegre, e circulou sempre aos domingos, de 03 de agosto de 1856 a 26 de dezembro de 1858. Publicou 120 exemplares. Durante esse período de tiragem semanal, apenas cinco números não são impressos e cinco exemplares de 1857 não foram encontrados para consulta.

Ambos são servidores fiéis do Império e consagraram suas vidas à defesa dos interesses da monarquia, participaram e sofreram as consequências do movimento revolucionário sem desviar do cumprimento desse dever. Esse é o propósito do exemplo, do modelo capaz de tornar ilustre um Rio-Grandense *pelos ciências, letras, armas e virtudes*.

Temos nessas páginas as primeiras crônicas ou memórias-literárias impressas, não com o intuito deliberado de defender tal ou qual facção ou ideário político (pelo menos não ao modo dos periódicos panfletários dos partidos), mas a exposição das lembranças de exemplos a serem seguidos, tanto na conduta, quanto na linguagem transmissora de sentidos e significados. Mas quais sentidos podem ser apreendidos nessas narrativas?

Para o sobrinho-biógrafo do Visconde de São Leopoldo, “a revolução de vinte de Setembro de 1835” (grafada em letra minúscula) foi alimentada “por antigos ódios e profundas rivalidades”, e conduzida por “homens que arvoraram a esfarrapada bandeira da república de Piratinim”, atingindo-o devido aos seus sinceros “sentimentos monárquicos”, porque é “dever de todo o bom cidadão” não ficar indiferente às dissensões civis. E desse modo, o Visconde, viu sua chácara ser invadida e incendiada pelos “rebeldes” durante o cerco de Porto Alegre; seus escravos fugirem para servir ao exército liberal; e acordou-se durante a noite “sobressaltado ao pavoroso ruído das bombas e granadas, que rebentavam sobre a cidade”. Tomou parte da reação que retomou o governo “da capital que havia por deplorável descuido caído em poder dos sediciosos”, cujo partido, entretanto, “soube respeitar a sua pessoa e toda a sua família” (O GUAYBA, 28/09/1856, p. 67).

O discurso do biógrafo, como se deve esperar, segue o tom do encômio ao biografado quanto ao posicionamento moral e político adotado durante os eventos revolucionários. Seu relato evidencia adesão e apoio ao ordenamento imperial

pela desqualificação do conflito e de seus participantes, reduzidos a rebeldes contrariados em interesses pessoais que tomaram em armas para defender esfarrapadas ideias de república, afrontando os bons cidadãos, invadindo propriedades e causando destruições na cidade, embora tenham sabido respeitar o visconde e sua família. O tom e o som da guerra podem ser captados na representação da angústia ou desespero de quem é acordado no meio da noite pelo terrível ruído das bombas e granadas que rebentavam sobre a cidade e seus habitantes. Esse é o significado da revolução: desordem, medo e destruição.⁸

Miguel Meyrelles, militar como seu biografado, ressaltará, tal *como deve ser*, as virtudes do soldado exemplar; isto é, o Veterano (grafado em maiúscula) que jamais esquece os juramentos pátrios e que, mesmo desligado do exército, tem a espada sempre pronta a servi-lo. Um militar plenamente consciente e convicto de sua função e comportamento, inclusive diante de comandados despreparados para enfrentar os “revoltosos”, já que, segundo Meyrelles, o Marechal ensinava aos “cidadãos armados” *como deve ser* o “verdadeiro soldado”. O relato nos conduz de tal modo ao campo de batalha, ou ao entrincheiramento das tropas, como se fosse possível escutar o Veterano a proferir a homilia militar antes do embate, “este homem prestigioso que unia qualidades especiais, que arrastava em tudo quantos o ouviam”, assim como podemos ainda conhecer *como deve ser* o comportamento de um líder militar nato que, a despeito da hierarquia de comando, compartilha com os homens às suas ordens as duras condições que os igualam

8 Em ambos os relatos destacam-se as perdas ocorridas com a guerra civil, no caso do Visconde de São Leopoldo. Registra o sobrinho: poucos meses antes de morrer, em Abril de 1847, escrevia ele estas palavras, que foram para mim o seu canto do cisne: “(...) Não tenho o remorso de dissipar o patrimônio de meus filhos; *uma rebelião, na qual eu mais padeci pelo meu aferro e devoção à monarquia, desolou, e incendiou a minha chácara*. Duas vezes o Imperador parou diante dela indo para Viamão: nada tenho pedido, senão a indenização do meu officio da alfândega do Rio Grande, o que não é uma graça, é uma justiça; porque é uma propriedade, que eu criei, e exerci por mais de vinte anos, com honra e sem nota, e ninguém me o negará.” (*O GUAYBA*, 28/09/1856, p.67, grifos meus).

para enfrentar os mesmos perigos nas batalhas (O GUAYBA, 12/10/1856, p. 83-84). Perigos encarados por Menna Barreto durante 40 anos em todas as campanhas que envolveram as tropas imperiais e que, apesar de tudo, morreu pobre, tendo as terras arrasadas durante a guerra civil.⁹ Esse é o perfil do militar rio-grandense: austero, bravo e dedicado, narrado segundo os preceitos militares de ordem hierárquica, ressaltando a disciplina e o fiel cumprimento do dever na defesa dos interesses do Império, tal *como deve ser*.

Além do depoimento admirado pela conduta do Marechal, Meyrelles legamos uma descrição do ambiente hostil e profundamente dividido que pairava sobre a capital e seus habitantes, afinal Porto Alegre estava

na mais cruel situação, em que o terror, e a desconfiança se pintavam desde as praças até o seio das famílias; em que o amigo desconfiava do amigo, o irmão do irmão, o pai do filho, e mesmo bastantes da esposa; em que as opiniões divididas se chocavam a cada momento, ensanguentando fratercidas (sic) nosso belo Porto Alegre e suas avenidas” (O GUAYBA, 12/10/1856, p. 84).

É importante ressaltar que Meyrelles tinha apenas oito anos quando aconteceu o cerco a Porto Alegre; portanto, sua narrativa é construída a partir de impressões e lembranças compartilhadas com indivíduos que, efetivamente, presenciaram ou souberam de tais situações (seus pais, avós, professores, criados etc.). Logo, mesmo que o narrador tenha crescido sob a influência desses acontecimentos (ao final da guerra civil ele estava com 17 anos), não podemos conferir-lhe a classificação de memorialista senão indiretamente, porque soube por ouvir de *vozes que chegam do passado*.¹⁰ O

9 Sobre as perdas de Menna Barreto, escreve Meyrelles: “Casado duas vezes em as principais famílias do Rio Grande o Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto, abastado proprietário, morreu pobre; a guerra civil que assolou nossa terra destruiu como outros, a fortuna que ele havia herdado de seu pai e esposas, e que habilmente havia aumentado”. (O GUAYBA, 12/10/1856, p.84, grifos meus)

10 Ricoeur (1997, p.381-382) explica que o terceiro sentido do termo “tradição” se constitui a partir da crença que considera verdadeiras as informações recebidas do passado e, desse modo, constroem a autoridade do que é transmitido. A “voz da tradição”

que não destitui completamente a validade de sua narrativa, apenas circunscreve e delimita o perfil do narrador (sobre acontecimentos que se passaram próximos a ele há 20 anos), pois tal relato está alicerçado naquela *voz geral* e homogênea que atende pelo nome de *opinião pública*¹¹, assentada no consenso produzido pela comunidade que compartilha tais informações e a que Halbwachs denominaria *quadros sociais da memória*.¹²

Outras informações sobre Porto Alegre durante a ocupação dos republicanos aparecem, em 1857, no artigo de fundo, *Fundação e principais estabelecimentos de Porto Alegre*:

A população de Porto Alegre quotidianamente aumentada, sofreu alguma paralisação em consequência do movimento republicano que rebentou em 1835 nesta Província, vendo-se os habitantes desta cidade à braços com a falta de mantimentos, o que por algum tempo se experimentou. Por decreto imperial de 19 de Outubro de 1841 foram conferidos à esta cidade os títulos de *leal e valorosa* em recompensa da adesão que mostraram seus habitantes a prol da causa da monarquia, operando a reação de 15 de Junho de 1836, que deu em resultado o baque do governo estabelecido pelos republicanos, quando se apoderaram da cidade

é composta de crenças, persuasões e convicções que pretendem à verdade; é, portanto, “essa pretensão à verdade, que não procede de nós, mas nos alcança como uma voz vinda do passado, enuncia-se como auto-apresentação das “coisas mesmas”.

11 Morel (2008, p.33-35) explica que, embora a expressão opinião pública seja polissêmica e polêmica, ela emerge no Brasil ligada às injunções políticas do momento, configuradas a partir da instabilidade provocada pelas exigências portuguesas e pela recente liberdade de expressão na imprensa, que criou o espaço de manifestação pública das ideias, que iam formando uma espécie de “voz geral”. A expressão “voz geral” como conotação para “opinião pública” é utilizada nos jornais do período, como *O Macaco Brasileiro* em 1822, conforme esclarece Neves: “Os escritos transformavam-se naquela “voz geral”, capaz de formar uma opinião pública, novo “termômetro” da política pública, que passava a ser discutida e influenciada pelos vários representantes das elites e não mais apenas pelo círculo privado da Corte.” NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil*. In: ABREU e SCHAPOCHNICK, 2005, p. 410.

12 Segundo Halbwachs (2004, p. 93), a memória coletiva, aquela construída socialmente em interação com os membros do grupo, “apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece dentro dessas imagens sucessivas”, mesmo que não as tenha vivido pessoalmente.

sem defesa alguma. Bem que a cidade não sofresse os danos que eram de esperar se houvesse mais perícia e destreza da parte republicana, que cercava a cidade, contudo houveram alguns danos ocasionados pelas balas que choviam sobre a cidade. (*O GUAYBA*, 16/08/1857, p. 257)

Não há nessas breves notícias ou crônicas sobre o cerco de Porto Alegre, nenhuma alusão positiva dos resultados da guerra; ao contrário, todos são condenatórios aos atos e efeitos da Revolução e de seus propugnadores. Os elogios cabem aos homens que a ela resistiram com perícia militar ou com argúcia política.

Destaca-se que essa é a primeira tentativa de escrita pública sem conteúdo meramente faccioso ou panfletário na primeira revista literária da Província, e que se propôs a franquear suas páginas aos letrados que quisessem se dispor a preenchê-las. Além disso, a originalidade da contribuição dessas narrativas reside no tom memorialista da apresentação, carregando ainda características da transmissão oral. Não há apoio em registros outros que não nas memórias particulares ou coletivas sobre os homens e os eventos como foram recontados, sobre como teriam acontecido, sobre como teriam sido vividos e, no caso da narrativa de Meyrelles sobre Menna Barreto, *como deveria ter sido* a conduta de um militar exemplar.

Cabe-nos indagar: poderiam ser publicadas biografias de rio-grandenses que contrariaram tais exemplos? Poderiam ser exaltadas as virtudes dos que combateram contra o Império? Sobre esse aspecto, vale recuperar ainda a narrativa do redator d'*O Guayba* sobre a história pátria que, ao mencionar *en passant* os tempos turbulentos das Regências, adverte a si mesmo que não julga “prudente continuar expondo livremente nossas opiniões: o terreno ainda está muito quente, como disse um escritor moderno, para que se deva revolvê-lo” (*O GUAYBA*, 29/03/1857, p. 98).

BRASAS ARDENTES SOB AS CINZAS DO TEMPO

As brasas que permanecem sob as cinzas do tempo é metáfora recorrente utilizada para aludir às dificuldades no tratamento do tempo e do tema, e foi recuperada por Oliveira Bello (1851-1919) vinte anos depois no romance *Os Farrapos*, publicado em 1877. A ideia ilustra adequadamente a atmosfera de interdição acerca da guerra civil e seus participantes:

Será cedo para escrever-se a história desse movimento insurrecionista? Talvez; no convolver as cinzas desse brasido, pode ser que disperte (sic) ainda uma fagulha, insuflada pelo açoute da severidade, vibrado em punição de alguma demasia, senão de algum crime. (...)

A história é de si póstuma; vivem ainda atores da tragédia, inflexos pela velhice, mas com o rescaldo dos antigos entusiasmos não de todo o ponto apagado talvez.

Dez anos de luta porfiada não se diluem em trinta de paz ainda fraterna; a onda de anistia, que lava as nódoas de sangue salpicadas nas tábuas da lei criminal, nem sempre pode sumir tão depressa as cicatrizes que, se já não são chagas, pois sararam, são todavia pontos melindrosos que se doem da mais tênue pressão.

A história pode contudo já ir instruindo com documentos o processo que tem de instaurar; o tempo urge, os testemunhos visuais vão desaparecendo, a tradição começa já a bordar as ramarias fantásticas da lenda na tela das narrativas revolucionárias; a fidelidade austera da crônica rende-se às seduções das musas, que inspiram os cânticos populares. (OLIVEIRA BELLO, 1985, p. 26-27)

As dificuldades existiram e foram, plenamente, vividas e reconhecidas pelos contemporâneos, o que não os removeu, entretanto, da ideia de produzir a sua própria versão dos acontecimentos, conforme evidencia o discurso do orador oficial do IHGPSP, Dr. Caldre e Fião, em 1861, quando dispensa o IHGB de tratar da história da Província.

O problema, no entanto, residia em posicionarem-se politicamente apoiados em documentação apropriada, a fim de produzirem tal versão, ou mais especificamente, na seleção documental capaz de instruir ou subsidiar o processo que a história teria de instaurar, conforme a judiciosa formulação do bacharel Oliveira Bello. Mas como a história (ente abstrato) não instaura processos (ela os produz como ação e como narrativa), caberia aos homens (entes concretos), ao manusearem tais informações e documentos, instruí-la a partir de suas escolhas e interpretações. Entretanto, militares e letrados não estavam subordinados à mesma ordem hierárquica, não obedeciam aos mesmos códigos culturais de conduta e, embora muitos tivessem visões convergentes sobre os eventos históricos, as dificuldades tornavam-se explícitas nas divergências sobre as abordagens.

Nesse sentido é importante recuperar a perspectiva do presidente de honra do Instituto, General Manoel Marques de Souza¹³ (1804-1875), segundo a qual cabia aos homens de letras, envolvidos nessa associação, escrever “as biografias dos mais ilustres varões, que por armas ou letras brilharam no firmamento rio-grandense”, já que o general delimita bem o campo de atuação de cada membro.¹⁴

O entendimento do presidente-militar do Instituto Histórico regional não deixa margem para muitas dúvidas sobre o papel social de cada membro. Enquanto os militares

13 MANOEL MARQUES DE SOUZA. Militar, filho e neto de militares. Combateu na Guerra da Cisplatina (1827); na Guerra Farrroupilha, lutou ao lado dos imperiais legalistas; comandou as tropas brasileiras na Guerra contra Oribe e Rosas (1852), que derrotaram o ditador argentino. Já aposentado, participou também da Guerra do Paraguai. Sócio-fundador e único presidente do IHGSP (1860-1863). Foi eleito deputado à Assembleia Provincial por diversas vezes; foi Ministro e Secretário dos Negócios de Guerra da Província; recebeu o título de *Barão* em 1852; *Visconde*, em 1866 e *Conde*, em 1868. Para outras informações sobre o ilustre militar, ver: BOEIRA, 2008, p. 211; PORTO ALEGRE, 1917, p. 26. O Conde de Porto Alegre terá sua biografia publicada na *Revista do Parthenon Litterario* em 1875.

14 “Coube-nos a nós, homens da geração passada, uma bem formosa missão; a vós, senhores, que florões do presente vedes luzir o futuro, a vós pertence-vos continuar nossa obra, e conservar na sua memória as formosas lições que ela vos lega”. 2ª Sessão Aniversária em 23 de fevereiro de 1862. REVISTA TRIMENSAL DO IHGSP, 1862, ano III, v. III. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, 1946, p. 205-206.

lutaram e conquistaram as glórias nacionais no passado remoto e recente, realizando efetivamente a história, sua “bem formosa missão”, caberia aos letrados do presente que veem “luzir o futuro” a conservação dessa memória, a preservação desse legado de lutas e guerras e de suas “formosas lições”. Há uma relação hierárquica estabelecida a partir da ótica de quem viu, viveu e lutou, ou seja, os militares, a qual regula o que deve ser feito a partir daí - a narração de seus feitos a ser realizada pelos letrados do presente para a geração do porvir. Diferentes esferas de atuação, diferentes experiências e expectativas a pretenderem ingressar uns pelas mãos de outros, num panteão comum sob a proteção de uma *deusa* chamada história, que *abençoa* com a lembrança e *protege* do esquecimento, preservando a *honra* e promovendo a glória da posteridade.

Ironicamente, essa mesma lógica parece guiar a inversão sobre os atributos dos homens ilustres que, tanto n’*O Guayba* quanto do IHGB são os que se distinguem “pelas ciências, letras, armas e virtudes”, mas que para o presidente-militar do IHGPSP são “os mais ilustres varões, que por armas ou letras brilharam no firmamento rio-grandense”. Ou seja, no Instituto Histórico rio-grandense as letras cedem à preferência às armas. Não é meu propósito aqui manipular entendimentos, é evidente que no discurso de um militar sobressaia o louvor às armas; no entanto, não devemos deixar de registrar a inversão.

O que se acompanha, portanto, é a emergência de um novo teatro de lutas. As fronteiras a serem defendidas a partir de agora, no Rio Grande, não serão mais as territoriais que os separavam dos inimigos platinos, o reverso identitário e político tantas vezes combatido em campo aberto. Tem início uma nova batalha: o combate para a construção de outra imagem social no campo da escrita e do discurso, a conversão de homens de terra e guerra em homens de papel e tinta, o duelo entre a destreza física e a palavra, entre a

força e a inteligência, entre a obediência hierárquica e a formulação de princípios cívicos de comportamento.

No bojo dessas disputas e alianças entre papéis sociais, imaginários políticos e instituições culturais, a identidade regional será configurada por meio da literatura apoiada nos eventos históricos, transmitida pelos periódicos e refigurada na medida em que os letrados reiteram e consolidam sua escrita, convertendo as lembranças dos tempos idos dos homens de terra e guerra em memórias-históricas, devidamente instruídas pelos homens de papel e tinta.

HOMENS DE PAPEL E TINTA *VERSUS* HOMENS DE TERRA E GUERRA

Como Caldre e Fião tomou parte ativa nesse movimento sociocultural, cabe evocar o seu registro literário sobre os eventos revolucionários, já que foi testemunha da guerra civil na Província de seu nascimento, representando no primeiro romance regional, *A Divina Pastora* (1847), o homem da terra ao ser chamado à guerra:

Ao primeiro grito – Liberdade – a esta palavra mágica, o Rio-Grandense desembainhou a espada, enferrujada pelo oxigênio da paz, mas que outrora luzente refletira ao sol do Uruguai; buscou os louros emurchecidos e cobertos da poeira que tinham levantado da terra a relha do arado ou o tropel dos ginetes nas lidas pacíficas dos campos; e correu ao encontro do suposto tirano que lhe assinalavam. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27).

Seja como autor, narrador ou médico-escritor-jornalista e rio-grandense, Caldre e Fião deixou nesses vestígios narrativos literários suas impressões sobre a Revolução, que indicam um posicionamento político e denotam sua desaprovação quanto ao fato e suas circunstâncias, condenando peremptoriamente os envolvidos.

Quereis que eu vos diga quais minhas ideias a respeito da revolução que teve princípio, na Província de meu nascimento, em 20 de setembro de 1835 e que devastou seus campos por nove anos, cinco meses e oito dias? Não farei dela história; direi em definitivo: a razão condena os partidos que em uma reunião social tendem a disseminar a desordem e com ela a desconfiança que destrói os laços de fraternidade, mas olhemos para as circunstâncias morais de nossa associação nesses tempos e facilmente adivinharemos o motivo da guerra. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45).

Também n' *O Corsário* (1851) uma personagem descreve os horrores da guerra para alertar os filhos sobre os perigos que representam as “boas palavras” de um revolucionário. Assim, se n' *A Divina Pastora* o narrador aludia a “*alguns abusos*” neste, tornam-se ações efetivas através “*das desgraças da pátria, as lágrimas das mães, os gemidos dos órfãos; e enfim, a miséria de todos*”. Se naquele romance havia apenas “*fanatismo político*”, neste “*os rebeldes e os revolucionários são, a mor parte das vezes, ou sempre, especuladores miseráveis*”. E se no primeiro texto havia o prenúncio de uma “*explosão espantosa*”, há no seguinte o lamento e a constatação de “*como é horrível uma revolução!*” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 222).

Sobretudo, se na primeira narrativa havia uma sugestão de equívoco quanto aos motivos que levavam os *Rio-Grandenses* a desembainharem suas espadas, para lutar contra o “*suposto tirano que lhe assinalavam*”; na segunda, a advertência soa mais veemente, ao avisar: “*fugi do revolucionário como de um inimigo tentador que vos arrasta com boas palavras ao abismo insondável dos perigos. Fugi dele, porque, se ele não achar apoio, não prosseguirá em seus crimes*” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 222). Eis aqui, portanto, as ideias de Caldre e Fião expressas com meridiana clareza, não se eximindo, nem silenciando sobre os efeitos nefandos que tal situação histórica imprimiu aos que a vivenciaram.

A percepção política, fixada nos romances do liberal

Caldre e Fião, é em tudo semelhante à do relato biográfico do Visconde de São Leopoldo, publicado uma década depois; sobretudo, a manutenção dos sentidos que reiteram a subversão da ordem, a insubordinação, a ausência de comando e autoridade, enfim, o caos.¹⁵

No âmbito do Instituto, entretanto, não houve por parte de Caldre e Fião qualquer registro escrito sobre tais eventos. O orador oficial do IHGPSP limitou-se a lastimar no falecimento do Comendador Antonio Vicente da Fontoura (1807-1860) a importante perda que este significava como testemunha dos “fatos que presenciou da guerra civil” (*Revista do IHGRGS*, n. 101, I trimestre, 1946, p. 70). Tão breve alusão remete-nos novamente às dificuldades na *instrução* e manejo dessas memórias no nível oficial de sua produção. Afinal, Vicente da Fontoura havia registrado em diário pessoal, sob a forma de cartas para a esposa Clarinda, o último ano da guerra civil. Eram apontamentos preciosos sobre o dia-a-dia das tropas republicanas, as privações da campanha, sobressaltos, saudades da família, embrutecimento das relações, sofrimentos de todo tipo, cansaço, frio, vento, chuva, tédio, fome, e também suas opiniões sobre os principais comandantes farroupilhas. Observações e julgamentos bastante desairosos em alguns casos, principalmente sobre Bento Gonçalves e José Mariano de Mattos, aos quais imputava todos os males da má condução dos negócios da guerra, bem como por seu prolongamento e indefinição.

Mesmo não sendo trazido à publicidade no tempo de sua escrita, o *Diário* do republicano Vicente da Fontoura

15 Caldre Fião (1979, p. 21-22) também denuncia o recrutamento de escravos para a guerra, em artigo publicado em 5 de outubro 1849, no jornal *O Filantropo*, e se refere aos farroupilhas como *rebeldes*: “A guerra civil do Rio Grande do Sul, de que sou testemunha, nos apresenta outro fato mui saliente: *Os rebeldes chamaram ao seu exército* os escravos, de que fizeram quatro batalhões e alguns esquadrões de cavalaria. Isto causou sérios sustos e arruinou muitas fortunas. Os escravos que não morreram nas batalhas, ficaram mutilados e não serviram mais. Durante a guerra os senhores sofreram estrondosas vinganças de seus escravos libertos e conheceram bem o valor destes inimigos”.

revela descrições muito semelhantes à narrativa literária do monarquista Caldre e Fião, na referência que ambos fazem ao modo como as revoluções afetam aos homens. Em 05 de abril de 1844, escreve com tintas melancólicas seu parecer sobre os rumos tomados e desenganos percebidos na condução dos anseios políticos de 20 de setembro:

Estas imagens tristes me pareceram as da pátria, e baixando à terra o pensamento que pouco antes contemplava o céu, principiei recordando essas cento e duas luas que, desde 20 de setembro de 1835, tem decorrido, apadrinhando crimes e desgraças; nesse longo período em que as poucas sublimes almas, eminentemente amadoras da sacrossanta liberdade dos povos, se não sacrificado em tudo e por tudo, em pós (sic) desse fantasma que sempre nos foge, vigorosamente tocado pelo turbilhão de egoístas e malvados que, com a máscara de patriotas, roubam nosso ouro, jogam nosso sangue e arrebatam o precioso repouso das inocentes famílias. (FONTOURA, 1984, p. 68).

Em 29 de julho de 1844, descreve e lamenta-se à esposa como foi pessoalmente afetado pelo fanatismo das ideias patrióticas “uma ilusão inocente, que tem podido fascinar até as grandes almas!” (FONTOURA, 1984, p. 111-112). E em 20 de setembro de 1844, reflete sobre a revolução e seus resultados:

Quão mudada e quão diferente reaparece a aurora de Vinte, no céu do Continente! No ano de 35 quão fulgurante e esperançosa impulsou ela todo o coração americano! Quão lutuosa e triste hoje, desanima a todo o brasileiro que, atento no prisma da Justiça e da Liberdade, vê apenas o longínquo lampejo de uma esperança que a razão não pode tolerar sequer, com a rapidez do relâmpago. (...) Oh! Liberdade, nome vão! Será isto uma blasfêmia? Ah! Que o diga o Brasil, que (ai de mim) o declare o Continente!

Ali o hediondo monstro do despotismo, nove anos antes, a medo, uma vez ou outra fazia nadar seu carro ensanguentado. Aqui, ó doce pátria minha, soava apenas

o pavoroso estrépito dessa carroça infernal, e logo o geral e o público anátema dava mortal sacudimento ao tiranete que ousava insultar-nos. E hoje todo o Brasil é escravo, e o Rio Grande, além de escravo, envilecido! (FONTOURA, 1984, p. 127)

Diferentes perspectivas políticas, semelhantes julgamentos sobre os destinos dos homens envolvidos pelos ventos revolucionários. A principal divergência entre Caldre e Fião e Vicente da Fontoura é sobre a monarquia, enquanto para o primeiro, o Rio-Grandense desembainhou a espada e levantou o arado das lidadas pacíficas do campo para combater o “suposto tirano” que lhe apontavam; para o segundo, havia no Brasil um hediondo monstro do despotismo que vez ou outra banhava de sangue o solo da pátria, ao qual reagiram os Rio-Grandenses ao “tiranete” que ousava insultá-los.

Suposto tirano ou pequeno tirano, a chave da resposta era a Liberdade, “esta palavra mágica”, “esse fantasma que sempre nos foge”, em reação à monarquia, ao despotismo e a escravidão. Entretanto, ambos concordam que “a razão condena” e não pode tolerar a devastação dos campos, a desordem, a desconfiança, a guerra fratricida que apadrinha crimes e desgraças, sacrificando vidas e famílias inocentes. Razão turvada por ilusões disseminadas com “boas palavras” que arrastam ao “abismo insondável dos perigos”, ao “pátrio fanatismo” que ilude e “fascina até as grandes almas”. Os significados da revolução permanecem: irracionalidade, desordem, medo e destruição.

No relato de Fontoura há, inclusive, a descrição da dissolução do comportamento exemplar do comandante militar, contraponto antitético à representação realizada por Meyrelles, justificada pela exaustão do tempo em campanha numa guerra que se arrastava indefinidamente, sem vislumbrar solução. Tal é a percepção do rio-grandense em marcha pelo sonho de República, em 27 de maio de 1844:

(...) o meu amigo Canabarro, que no ano passado trilhava estes mesmos campos, comandando o seu 2º

corpo de exército, laborioso, ativo e enérgico, prevendo as marchas e os planos do inimigo, suprindo a nudez e privações do soldado; (...), fazendo conservar a ordem dos esquadrões e a regularidade das colunas; infundindo ao soldado enregelado, um novo brio, uma audácia mesmo contra o rigor da estação; quão mudado está, quão diferente!

Marcha seguidamente na frente, jamais volve aos flancos ou retaguarda, e todo o exército toma na marcha um prodigioso terreno, por efeito do seu nenhum alinhamento! (...)

Acampa-se, e esse homem vigilante, que não deixava a eminência das colinas, dando hoje algumas horas aos assuntos públicos, vai qual um adamado maricas para a barraca da safadíssima *Papagaia*, roubando à pátria em pueris conversas, horas que só à pátria deve, pela posição em que está colocado. (FONTOURA, 1984, p. 86).

Homens, simplesmente. Não heróis forjados e retemperados nas cruentas guerras. Apenas “indivíduos que agem e padecem, no tempo do mundo desenhado sobre o céu visível” como, poeticamente, formulou Ricoeur.¹⁶ Homens exaustos após nove anos sobrevivendo a batalhas contra o frio, a fome, a saudade, o sofrimento e o exército imperial. O *Diário* de Vicente da Fontoura não pinta heróis bravos e fortes; ao contrário, expõe a frágil e fraca face humana da guerra, dos sonhos frustrados, das indecisões, das escolhas equivocadas, do medo, do fracasso, da desonra, do desrespeito, da falta de rumo, de objetivo e de esperança. Tais são os significados da guerra civil no tempo da narrativa desse letrado, convertido em soldado farrapo.

Outra narrativa que contribui para a composição do quadro narrativo desse período são as *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*, escritas por autor anônimo,

16 Referindo-se à apropriação reflexiva que desenvolve sobre o tempo mítico e os ritos dos quais retém apenas “a função especulativa, que trata da ordem do mundo”, que se refere a sua dimensão profana da vida e da ação imediata dos homens no mundo (RICOEUR, 1997, p. 180-182).

contudo autodeclarado *Um Riograndense*. Esse relato oferece-nos a perspectiva a partir da organização do exército imperial, assim como Vicente da Fontoura forneceu das tropas republicanas às vésperas da pacificação. As *Reflexões* abordam o último período da revolução, conduzido pelo então Conde de Caxias, de 1843 a 1845, e foram publicadas em 1846.

Este foi o primeiro texto sobre a guerra civil e o contexto de sua pacificação, produzido numa clara intenção de escrita historiográfica, no qual um autor rio-grandense fornece muitos dados sobre a composição das tropas, as táticas militares, com curiosas comparações entre os generais designados para conduzir as forças militares imperiais na Província, avaliados por inaudita imperícia e temerária incapacidade para o comando de tal campanha, tecendo ainda comparações com históricos povos guerreiros (espartanos e romanos) e com outros conflitos bélicos, principalmente a Venda francesa.

Na *Dedicatória aos Concidadãos* esse Rio-Grandense anônimo apresenta o seu bosquejo histórico de parte da guerra civil aos leitores rio-grandenses. Nessa *Dedicatória* é interessante destacar primeiramente a noção de dever com a memória do acontecimento e daquele que foi o baluarte da pacificação: Luiz Alves de Lima e Silva, ou Conde de Caxias; em segundo lugar, a transferência aos contemporâneos do dever de manter viva a memória desse “Monumento de Glória”, tornado tanto mais monumental pela execução exemplar da missão de pacificação da Província rio-grandense. Esse duplo dever de memória é curioso por partir de um contemporâneo para os contemporâneos. Não há evocação de um passado que mereça o direito de ser lembrado; ao contrário, a evocação é pela memória do e no presente, para os que vivem no rescaldo de 10 anos de guerra.

Esse texto é notável por vários aspectos mas,

sobretudo, por atribuir a extensão e permanência da guerra à imperícia dos generais do Império, à sua precária diplomacia militar e, principalmente, à falta de competência dos comandantes enviados pela Corte, cujos “desatinados planos” e “concepções desvairadas” contribuíram para acentuar os rumos da guerra e não para fazê-la recuar. Assim, assistiram atônitos os rio-grandenses a “quasi todas as pequenas capacidades militares, para aqui mandadas” (REFLEXÕES, 1938 (1846), p. 7-9).

Apesar de ser um texto dirigido pelo intuito da exaltação às virtudes militares de Caxias, para realizar o objetivo principal a partir da comparação com os generais que o antecederam, o autor traça um perfil bastante inconveniente para a classe militar brasileira em geral, e em contrapartida reforça a habilidade militar dos rio-grandenses. E, por fim, atribui mais a falta de experiência do comando militar para a finalização da guerra do que o embate das ideias políticas entre monarquistas e republicanos. É ainda bastante enfático quanto à existência de legalistas exaltados, aos quais não interessava o fim do conflito.

O texto também é rico em informações sobre o cotidiano das tropas imperiais, suas precárias condições e táticas de formação. Nesse sentido, é bastante complementar ao relato de Vicente da Fontoura. Além disso, a fim de fornecer um retrato modelar da conduta do Conde de Caxias, o autor realiza um verdadeiro tratado sobre *como deve ser* o comandante exemplar, ao modo da descrição feita por Meyrelles sobre Menna Barreto, há uma pormenorizada prescrição dos modos de ação militar e de conduta entre as tropas que é quase um manual sobre a excelência do comportamento militar. As *Reflexões* são, portanto, parte do monumento à memória das virtudes e sacrifícios de Caxias e dos rio-grandenses, que poderiam ter sido discutidas, comentadas ou resenhadas pelos letrados que herdaram a memória desses acontecimentos. O único a mencioná-

la, entretanto, é Domingos José de Almeida; os demais silenciaram sobre sua existência e conteúdo.

O ÁRDUO TRABALHO DE INSTRUIR A HISTÓRIA

Não era ainda chegado o tempo dessa geração de letrados efetuar a narrativa desse passado, como queria o presidente-militar do IHGPSP. O passado não estava suficientemente morto para ser revolvido. E as memórias estavam muito presentes para serem devidamente selecionadas, pois viviam ainda os “atores da tragédia” que, embora “inflexos pela velhice”, conservavam “o rescaldo dos antigos entusiasmos”. Permaneciam as brasas ardentes sob as cinzas do tempo.¹⁷

A produção de uma narrativa sobre esse passado, ou seja, de um relato ordenado sobre essa história, está relacionada ao surgimento de um conjunto de práticas que resultam de um lugar socialmente construído (CERTEAU, 2002, p. 65 e ss.). De tal modo que a constituição desse lugar exige, além da habilitação (e disposição) do letrado para enfrentar o método no manejo da documentação - também numa escolha do modo de apresentação do conteúdo que implica adotar uma posição pública frente aos acontecimentos -, algo que era bastante delicado dentro da Província, como o comprova o anonimato do autor das *Reflexões* e a não publicação do *Diário* de Fontoura. Portanto, as condições de possibilidade dessa escrita serão estabelecidas conforme as relações de dependência ou autonomia do lugar de produção desse discurso “cuja proporções variam segundo

17 Sobre a dificuldade no procedimento de seleção das memórias, cabe o relato de Wiederspahn no texto de apresentação do *Diário* de Antônio Vicente da Fontoura, sobre a publicação parcial realizada por Alfredo Ferreira Rodrigues no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, entre 1910 e 1912: “A respeito dessa divulgação por iniciativa de Alfredo Ferreira Rodrigues, relatou-nos Abeillard Barreto que nos seus contatos pessoais com aquele seu velho amigo, “este sempre fazia referências à publicação parcial do documento, alegando que o fizera assim, porque sendo um admirador de Bento Gonçalves, cuja estátua promovera na cidade do Rio Grande, não achara razoável dar a público suas últimas páginas, em que Antônio Vicente da Fontoura dizia mal de seu companheiro de Revolução (sic)” (FONTOURA, 1984, p. 6-7).

os meios sociais e as situações políticas que presidem à sua elaboração.” (CERTEAU, 2002, p. 56).

É, portanto, no sentido de construção de um lugar que permitisse a produção dessa escrita que se entende o conjunto de periódicos literários, que circulam na capital da província entre 1856 e 1879, como o meio institucional que tornou possível a reunião de um grupo de letrados, os quais, ao compartilharem ideias e anseios, deram continuidade a práticas de escrita, leitura e oratória, e, finalmente, formularam regras que definiram como deveriam proceder e qual o padrão de conduta deveria ser adotado para pertencer ao grupo e à instituição.¹⁸

Considerar o conjunto de periódicos literários como uma instituição sociocultural por meio da qual os letrados rio-grandenses pudessem exercer, de maneira eficaz e adequada, o seu papel social de construtores de outra ordem de sentidos, de outra esfera de atuação para os homens da Província - nem estritamente vinculada à política dos partidos, nem ao tradicional modelo agrário-militar -, visa tornar visível o esforço e a persistência dos indivíduos envolvidos nesse processo de buscar outro modo de organização e de expressão social. Por isso cada periódico de pequena ou extensa duração não deve ser tomado isoladamente, mas fazendo parte de uma cadeia de ações públicas e políticas que gerações de letrados, e suas práticas literárias e periodísticas foram construindo e

18 A base teórica dessa formulação foi encontrada em Berger e Luckmann (2005, p. 79-80), que caracterizam a origem das instituições a partir de alguns elementos básicos, segundo os autores: “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. (...) As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social (...) e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. (...) As instituições implicam a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. (...) As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições (...) controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis”.

consolidando.¹⁹

Em janeiro de 1870 aparece no cenário periodístico da capital a *Murmúrios do Guahyba – revista mensal consagrada às letras e à história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, dirigida por José Bernardino dos Santos (1848-1892), também membro do Parthenon Litterario e da comissão de redação da *Revista Mensal*. A novidade que surge em suas páginas, a partir do segundo mês de circulação, é a publicação de transcrições de documentos sobre a *Revolução da Província (1835 a 1845)* ou *Coleção de documentos oficiais, peças autênticas e notas importantes relativas à história da revolução da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, títulos da seção dedicada à história e redigida por José Bernardino.

Sob o título *Revolução da Província (1835 a 1845)*, José Bernardino publica as proclamações de David Canabarro de 28 de fevereiro de 1845, e a do Barão de Caxias de 1º de maio (sic, o correto é março) de 1845. Ele inicia suas considerações sobre as dificuldades de proceder a escrita da história inspirado em Affonso de Lamartine (1790-1869), o poeta e historiador francês que escreveu entre outras a *História dos Girondinos* (1847), para o qual “A imparcialidade da história, não é a do espelho que reflete unicamente os objetos; é a do juiz que vê, que escuta e que sentencia” (SANTOS, 1870, *Murmúrios do Guahyba*, fevereiro, p. 78).

Tal conhecimento, no entanto, ao invés de incentivá-lo a produzir sua própria versão dos acontecimentos da história local, parece tê-lo intimidado, pois o papel de “juiz que vê, escuta e sentencia” pareceu pesado demais aos ombros do jovem de 22 anos que se iniciara há pouco na

19 Retomando aqui o conceito de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” de Koselleck (2006, p. 309-310), que garante a consistência teórica desse compartilhamento de ações que garantiram a manutenção do espaço de produção letrada; assim como o conceito de “agir político” de Arendt (1993, p. 52), aquele que permite aos homens a sequencialidade das ações ao recuperarem ações anteriores e “fazer um novo começo”, lidando com o que passou e reconciliando-se com o que existe.

seara das letras, e que registra o depoimento pessoal sobre as dificuldades enfrentadas ao percorrer descrições de acontecimentos tão gloriosos quanto cruéis, e que exigem daqueles que os perscrutam a serenidade necessária para o cumprimento da jornada, justificando de algum modo a frustração de seu intento.

O coração juvenil de José Bernardino era invadido por uma gama de sentimentos contraditórios e complementares; ora sentia entusiasmo, respeito e admiração pelos feitos memoráveis de heroísmo e glória, ora experimentava mágoa e indignação diante de atos cruéis e bárbaros perpetrados por ambos os partidos. De fato, José Bernardino vivenciava por meio das fontes históricas aquele turbilhão provocado pelas paixões políticas que turvam a mente e corrompem a razão, conforme descreveram Vicente da Fontoura e Caldre e Fião.

O esforçado jovem também faz observações sobre o árduo trabalho do historiador, que se debruça sobre as caudalosas fontes que dizem muito sem falarem nada, e desafiam seus intérpretes a formularem adequadamente seu propósito, sob pena de verem-se soterrados pela miríade de informações que dimanam delas, o que de certo modo também contribuiu para a sua desistência.

Encontrar a mão e a pena capazes de descrever o “drama de sangue de que foi teatro a Província de São Pedro” - tal era o desafio e a proposta de José Bernardino para aquele que se habilitasse a tal execução. Para tanto, oferecia nas páginas de sua revista os documentos oficiais e autênticos que serviriam de prova no “tribunal da história”. Propósito semelhante já havia sido apresentado, 13 anos antes, aos leitores rio-grandenses nas páginas d'*O Guayba*, e aguardava ainda a sua realização.²⁰ Ainda, José Bernardino

20 A sobrevivência desse conjunto documental é, portanto, representativa de um desejo de perpetuar uma memória sobre as práticas letradas da Província, demonstrando o interesse daqueles letrados pelo registro histórico na preocupação em publicar

avança no cumprimento desse objetivo comum ao dar início à publicação da transcrição de documentos originais garantindo em nota sua fidelidade: “Nos documentos e notas que publicar esta «Revista» se guardará toda a sua fidelidade, e em ordem chronologica daremos os mais importantes que possuímos, conservando esta redacção perfeita imparcialidade sobre eles.” (SANTOS, 1870, *Murmúrios do Guahyba*, fevereiro, p. 83).

No exemplar de fevereiro, além das duas proclamações, há outras cinco correspondências de Sebastião Barreto Pereira Pinto²¹ para Bento Gonçalves (30/12/1834); de Antonio Rodrigues Fernandes Braga²² para o Juiz da Comarca de Piratiny (24/12/1834); do mesmo Braga para o promotor público de Porto Alegre (19/01/1835); do mesmo Braga para Sebastião Rodrigues Dias, comandante da fronteira do Rio Grande (22/01/1835); e ainda outra correspondência a ser concluída do número seguinte da revista.

Dentre as correspondências, destaco a que Fernandes Braga dirige ao promotor público da capital Sr. Lourenço Júnior de Castro, a fim de solicitar o enquadramento legal previsto pelo código criminal aos autores de periódicos que contêm “proclamações incendiárias, concitando o povo a insurgir-se contra as autoridades legítimas, e procurando por todos os meios enthronisar a anarchia”(SANTOS, 1870, *Murmúrios do Guahyba*, fevereiro, p. 83).

documentos e “arquivar o mais possível notícias que pudessem mais tarde servir à pena que quisesse escrever a história de nossa Província” (O GUAYBA, 28 de junho de 1857, ano 2, n. 26, p. 202).

21 *Sebastião Barreto Pereira Pinto* (1780-1841). “Foi comandante de armas da Província desde 1829 até 1835, quando o governo dos farroupilhas o destituiu. Por sua conduta e vinculações políticas, teve papel relevante na eclosão do movimento de 20 de setembro; era das personagens mais visadas pelos farrapos. Tinha aproximação com o presidente uruguaio Frutuoso Rivera e hostilizava Lavalleja, que, por sua vez, era apoiado e estimulado por Bento Gonçalves da Silva.” (FRANCO, 2010, p. 162).

22 *Antonio Rodrigues Fernandes Braga* (1805-1875). “Presidente da Província do Rio Grande do Sul, de maio/1834 a set/1835, quando foi deposto pelos farroupilhas em Porto Alegre; obrigado a fugir para Rio Grande. Nesta cidade exerceu a presidência até jan/1836, quando foi substituído pelo Dr. José de Araújo Ribeiro.” (FRANCO, 2010, p. 43).

Ao publicar as correspondências, proclamações e discursos, José Bernardino tece algumas considerações sobre os eventos que contribuem para nossas reflexões sobre os sentidos e significados da guerra civil, tanto para os contemporâneos quanto para os seus sucessores:

Os ânimos cada dia mais se excitavão, azedados no ódio das paixões partidárias que os repassava, desde a extinção da Sociedade Militar tão mal vista pelos liberaes, que se orgulhavão de appellidarem-se Farroupilhas em quanto que aos contrários, como um epitheto infamante, chamavão Caramurus, independente de outros pseudos acintosos, taes como restauradores, escravos do Duque de Bragança, Gallegos e outros, como se vê das próprias correspondências e papeis officiaes trocados entre as primeiras autoridades da Província e os juizes de paz (...). (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, março, p. 122)

As notas de José Bernardino revelam que as perseguições eram promovidas de parte a parte por liberais e portugueses, porque esses defendiam o retorno de D. Pedro I e sua reintegração ao trono do Brasil, reunidos na Sociedade Militar composta por oficiais militares nascidos em Portugal, despertava naqueles os ódios políticos, que resultavam “muitas vezes o sangue e o assassinato” (*idem ibidem* p. 123-124). Nesse clima persecutório de ódios e vinganças, José Bernardino narra a “insólita insubordinação” ocorrida no “quartel do batalhão de guardas nacionais”, quando os guardas resistiram em dar cumprimento a uma ordem de prisão determinada pelo comandante que, reagindo com violência contra um dos guardas, foi atacado pelos demais, o que quase provocou a sua morte. Tal ocorrência teria sido provocada pela prisão do Visconde de Camamú, provavelmente, simpático a tal Sociedade Militar, pois nascido em Portugal, e acusado por injúrias ao major João Manoel de Lima e Silva, liberal e opositor à criação daquela Sociedade no Rio Grande do Sul.

O esforço narrativo de José Bernardino busca os fundamentos, as hostilidades e ressentimentos desencadeados pela Revolução nessas iniciais animosidades entre liberais e portugueses, e as funestas repercussões do ativismo político no seio da força militar imperial que provocou atos tão extraordinários quanto à insubordinação e agressão dos guardas nacionais ao seu comandante. Sobre tais acontecimentos, o aturdido narrador confessa não saber se encontra a *correta realidade* por trás do ocorrido, já que o motivo foi atribuído por adversários políticos. O jovem aprendiz de historiador depara-se com o drama de quem busca a *verdade* nas fontes à sua disposição, e a nós não cabe submetê-lo a um julgamento descabido, porquanto completamente estranho ao seu tempo. Pois ele teria que aprender ainda que, para ser um historiador *imparcial*, seria necessário tomar partido, ou seja, agir como o anônimo rio-grandense das “Reflexões” sobre o comando das forças imperiais sob Caxias, a fim de homenagear a atuação desse “Monumento de Glória”, ou como tentou Domingos José de Almeida ao se propor a narrar a “revolução mais cavalheira do mundo”. Partindo dessa premissa, se a seleção não se tornava mais fácil, pelo menos tinha uma direção certa, ou, como desejava Marques de Souza que os letrados do Instituto, em sua “formosa missão”, narrassem as “formosas lições” legadas pelos homens de terra e guerra, tal como fez Meyrelles sobre Menna Barreto, aliás, ambos homens de espada.²³ Entretanto, para executar essa narrativa sob qualquer posicionamento, era necessário não ter medo do que revelavam os documentos sobre os envolvidos nesse “drama de sangue”.

A via encontrada pelo cuidadoso jovem, que tentou seguir os conselhos de Lamartine, foi a mesma seguida

23 Nesse parágrafo utilizei o destaque em itálico para as palavras que se referem a conceitos já exaustivamente discutidos pela teoria da história, e que já não necessitam de esclarecimentos, para diferenciar dos destaques entre aspas das citações diretas dos textos e autores utilizados.

por tantos outros, ou seja, sumarizou os eventos e seus personagens principais e eximiu-se de emitir o próprio entendimento, deixando que as fontes *falassem* por si mesmas.

No exemplar de março, algumas páginas adiante após a lenda da *Uyara* e um conto de amor juvenil, intitulado *Morena*, José Bernardino, o jovem tímido e hesitante historiador dos eventos revolucionários de sua Província, narra vigorosamente o *Combate de Aquidabam*, ou seja, a “scena final da pavorosa e sanguinolenta tragédia que se representou na America meridional e que se intitula — *Guerra do Paraguay*”. Evento trágico que, no entanto, encontrou na pena de José Bernardino os elogios que cabem às grandes glórias militares, por mais terríveis, sangrentas e funestas que tenham sido. Aliás, tal era o tom esperado das glórias militares que fossem mesmo terríveis, sangrentas e funestas, pois esse trágico arcabouço era o responsável pela produção dos heróis. Além disso, aqui havia um “déspota tirano e bárbaro”, além de estrangeiro, a ser combatido e eliminado, Francisco Solano Lopez, e o Brasil havia recebido “na face a luva do desafio, na sua bandeira uma nódoa e uma affronta à sua dignidade” (*idem ibidem* p. 142-143).

Parece que não faltava talento narrativo ao jovem José Bernardino, pois ele soube como transformar a carnificina paraguaia em uma “santa cruzada” para lavar com sangue a nódoa que atingira a bandeira e a honra nacional. Não houve dilema moral, nem problema algum para efetuar o discurso encomiástico às atrocidades inscritas num “vasto cemitério que atesta ao mundo o extermínio de um povo, que quasi desapareceu lutando heroicamente pela causa do fanatismo e da tyrannia!” (*idem ibidem* p. 144). Tais questionamentos só parecem sobrevir se os atrozes atos forem perpetrados, entre compatriotas, por mãos e braços que por ventura tenham embalado o pequeno José Bernardino.

No mês seguinte, a revista traz ainda a publicação da

Coleção de documentos oficiais, com vários ofícios de 1834 e 1835. O procedimento adotado foi o mesmo, a sumarização dos eventos e seus principais protagonistas e, na sequência, os documentos que “nos dão notícia de ajuntamentos sediciosos, e das providências tomadas a fim de os dispersar ou resistir-lhes.” (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, abril, p. 160).

A novidade desse número é que os documentos são precedidos pelo romance de José Bernardino *A Doua, romance original rio-grandense*. A história é sobre o amor dos jovens Elisa e Artur, que não pode realizar-se por uma série de desventuras, e a heroína do título, a que enlouquece pela tragicidade do destino, é a jovem Elisa. O romance fica inacabado porque não conseguimos encontrar o exemplar do mês de junho, o último de circulação da revista.²⁴ No entanto, a abertura do romance, a parte I, denominada *Período de Sangue*, contribui para a análise empreendida porque apresenta o contexto no qual agem os personagens, durante o ano de 1840. Não faremos aqui um cruzamento entre os documentos publicados por José Bernardino e suas apropriações no desenvolvimento do romance; basta para o momento apontar que ele as faz, principalmente, para a caracterização de alguns personagens.

Nesse momento nos interessa destacar que o jovem historiador, receoso do julgamento sobre os eventos do passado, com a seriedade que o apoio documental exige para comparecer como depoentes diante do “tribunal da história”, cede a vez e a voz narrativa ao jovem poeta cujos escritos são severamente apreciados por Apolinário Porto Alegre, em texto de crítica literária corajosamente publicado na revista, em março e abril, e que serviu de introdução ao romance. Apreciemos, portanto, o cenário descrito como *O*

24 Mauro Póvoas (2001), que pesquisou esse periódico, conseguiu acesso a um exemplar incompleto do mês de junho, no qual também não constava a continuação do romance. Não sabemos se não foi publicado ou apenas se está entre as partes faltantes do exemplar.

*Período de Sangue:*²⁵

Cinco annos de guerra sem tregoa, guerra encarniçada e odienta, como são sempre, em toda a parte, as lutas fratricidas, que convulsionão as nações, fechavão o primeiro dos aneis de ferro da grande cadeia dos acontecimentos, depois de uma serie não interrompida de combates successivos, tão heróicos como sanguinolentos, tão sanguinolentos como inglórios; combates, onde o vencedor não se illustra, e sim rasteja ao nivel do assassino ante os supremos tribunais da consciência e da civilização. (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, abril, p. 151-152)

O título do romance *A Doua* poderia também referir-se à louca revolução “que conflagrou a família rio-grandense”, provocando “as pavorosas scenas que se desencadeavão e succedião tão rápidas como horríveis”, cujo cenário estarrecedor até o sol hesitava em revelar e o próprio “anjo do extermínio” recuava comovido diante “das scenas de sangue e de horror que promovera”. No tempo da narrativa, o “silêncio tenebroso” que reinava nos campos inimigos não era o de um armistício, mas sim uma trégua pela extenuação, uma “afflictiva intermittencia do desespero” que ainda se prolongaria por mais cinco annos (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, abril, p. 151-152).²⁶

José Bernardino nasceu em Porto Alegre, três annos após o término da guerra civil. Portanto, tais imagens de desolação e ruínas foram construídas a partir das leituras dos documentos que reuniu sobre a Revolução. Mas, sobretudo, sua narração é herdeira de um conjunto de

25 Esse capítulo foi reproduzido em: (ZILBERMAN, 1985, p. 49-52).

26 Segundo os apontamentos de Araripe (1986 (1881), p.227), com base nos registros officiais sobre os conflitos da guerra civil, “o anno de 1840, bem como os de 1843 e 1844, nos exhibem maior número de conflitos entre as forças legais e rebeldes do que nos demais annos da luta. Indicam-nos, assim, os dois períodos em que ambas as partes mais esforçadamente se empenharam pela terminação da guerra por via das armas. No primeiro período agrediam os rebeldes, no segundo, os legalistas. O anno de 1842 apresenta quase um armistício: a luta pareceu amortecida”. Nesse caso, ou José Bernardino não dispunha de informações suficientes sobre os conflitos, ou preferiu situar a narrativa a meio termo da guerra, apenas para sinalizar o quanto ainda tardaria seu final.

sentidos compartilhados e transmitidos pela memória das gerações que o precederam ou, no dizer de Ricoeur (1997, p. 193), “das narrativas recolhidas da boca dos *antepassados*”, e não o resultado de experiência pessoal direta, como foi o caso de Vicente da Fontoura e, em certo grau, de Caldre e Fião. Entretanto, os sentidos, embora permaneçam os mesmos, são amplificados pelo horror a tanta destruição ante os “olhos da imaginação” do jovem poeta, “muito mais vivos e penetrantes” que os “da cara”, como bem definiu Machado de Assis.²⁷ Ele segue a narrativa sobre a “encarniçada e odienta” guerra fratricida que não produz heróis, mas assassinos “ante os supremos tribunais da consciência e da civilização”:

Horrorosamente bárbaro, miseravelmente execrando é, por sem duvida esse batalhar insensato em que se exterminão os cidadãos do um mesmo paiz, filhos de uma mesma raça e família, que fallão uma só lingoa, regidos pelas mesmas leis, nascidos sob céu igual e adorando n'elle um único Deos; batalhar, onde cada golpe despedido não fére um inimigo, porém victíma um irmão; não oppõe resistência ao conquistador estrangeiro, mas corta iniquamente os laços sagrados do sangue, da afinidade e do amor!

(...)

Fatal cegueira é essa das paixões políticas quando se arraigão no espirito do povo, e o extrema em facções; que abafando-lhe n'alma todos os nobres sentimentos, o juizo da consciência e o pronunciamento da razão o arrasta em grupos armados á fimbria do abysmo, e os transmuta em machinas de destruição, que marchão automaticamente ao esturpido cavo do tambor, obedecendo as notas do clarim que significa a voz do chefe; que, na poética phrase de Aimé Martin — alinhão-se, batem-se sem cólera, e matão sem ódio

27 Esse conjunto de saberes compartilhados construídos com os “olhos da imaginação” e não com os “olhos da cara”, faz referência ao conto de Machado de Assis *Uma excursão milagrosa*, de 1866. As expressões foram retiradas da seguinte passagem: “Julgue-o quem não pode experimentá-lo, disse o épico português. Quem não há de ir ver as cousas com os próprios olhos da cara, diverte-se ao menos em vê-las com os da imaginação, muito mais vivos e penetrantes”. (*apud* SUSSEKIND, 1990, p. 76).

nem remorsos!

Tal era o estado de cousas d'esta varonil Província no anno em que começa a nossa narrativa.

A revolução fazia experimentar os seus terríveis effeitos: a industria estava morta e o commercio exausto: a navegação, embargada, apenas deixava cruzar nas agoas das lagoas e rios immensos da Província os lanchões e hiates de guerra: a instrucção, esse precioso alimento dos povos, desaparecera totalmente: todas as fontes da riqueza publica haviam seccado: o fértil seio da terra se tornara esteril e avaro: tudo enlanguecia, definhava tudo!

A Anarchia única e pujante alçava o collo, e ateava o incêndio aproveitando o soprar tempestuoso das paixões. (*idem ibidem* p. 152)

Se não há grande mérito na narrativa literária do poeta José Bernardino, se alguns personagens foram mal concebidos ou a linguagem estropiada, conforme o julgamento de Apolinário, o que ele legou, com a mesma intrepidez juvenil que o levou aos equívocos literários, ao tempo em que ainda latejavam as mal cicatrizadas feridas abertas pela guerra civil, sejam elas físicas, políticas ou sociais que impediam a escrita de sua história conforme aludiu Oliveira Bello, foi a explicitação literária do drama da guerra de maneira pungente e muito mais taxativa do que as narrativas precedentes de Caldre e Fião. Sem citar nomes, mas colocando todos os participantes segundo o mesmo juízo moral, José Bernardino apresenta a crucial questão: como fomos capazes de fazer isso?

Como os rio-grandenses puderam ser tão bárbaros, cometer tão execráveis atos? Tais homens, sob a perspectiva de Bernardino, não são heróis, mas bandidos sanguinários cegos pelas paixões políticas. Tal é a sentença proferida, não pelo confuso historiador, mas pelo destemido jovem poeta. Se para Caldre e Fião, Vicente da Fontoura, o autor das *Reflexões*, Fernandes Pinheiro e Meyrelles a Revolução

deixava um rastro de medo, desordem, destruição e irracionalidade, na prosa de José Bernardino restam apenas ruínas humanas e materiais produzidas pelo horror, a anarquia, o crime e a loucura.

É interessante destacar que a associação que José Bernardino faz entre a Revolução Farroupilha e a Revolução Francesa não inclui os significados do dístico romântico “liberdade, igualdade e fraternidade”. Ao contrário, reserva as semelhanças apenas ao clima lúgubre do terror e extremismo jacobinista. Assim como a menção às temerárias reuniões dos clubes facciosos de onde emergiram as insurgências, igualmente referidos por Caldre e Fião.²⁸ Também repercutem no texto os ecos de alguns documentos por ele transcritos, como a correspondência do Presidente Braga ao promotor público de Porto Alegre para reprimir, com a lei, os insultos e acusações públicas promovidas pelos jornais da capital, utilizados como instrumentos das insanas “paixões partidárias”.

Quanto aos atributos reservados aos discretos personagens destacados pelo narrador como os principais responsáveis pelos terríveis acontecimentos, há a idêntica menção do autor das *Reflexões* aos ineptos delegados da Regência e os ambiciosos chefes dissidentes, que disputavam entre si “a supremacia do governo ainda em embryão.” (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, fevereiro, p. 80).

Cabe então recuperar a Proclamação do Barão de Caxias, publicada na edição de fevereiro, na qual se lê que “S. M. o Imperador ordenou, por decreto de 18 de dezembro

28 “Estava reservado ao século 19º o desenvolvimento das ideias liberais, suscitadas, naturalmente, na alma do homem, pelo ódio que haviam atraído sobre si os séculos bárbaros da prepotência da Idade Média. O Brasil, por ele, tinha quebrado os ferros de um poder estranho e realizara estas tendências maravilhosas dos gênios patriarcais dos Brasileiros. Alguns abusos, porém, deveriam aparecer por entre as mais judiciosas reformas; e foi o que vimos realizar-se em diferentes pontos do Império, levando os homens ao fanatismo político. Desde 1818 uma fermentação de ideais se preparava, em clubes diversos na Província do Rio Grande do Sul, até que uma explosão espantosa teve lugar em 20 de setembro de 1835, presidindo então os negócios governativos da Província o Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27).

de 1844, o esquecimento do passado” e cuja conclusão estabelece: “Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas”!

Temos, portanto, um conjunto de discursos que se entrecruzam não apenas nas páginas da *Murmúrios do Guahyba*. Eles são resultantes das vozes circulantes na sociedade, já que havia esse esforço e empenho para produzir uma escrita sobre a história desse conturbado e delicado período. Assim como havia a interdição não apenas pelo decreto do Imperador, mas também devida à instabilidade política interna, ainda permeada por ressentimentos, e mesmo pela indefinição gerada pelo modo como foi selada a pacificação, pois se não houve vencedores nem punição aos culpados, a quem caberiam as glórias?

Mas o encontro desses discursos é ainda mais significativo por assinalar, num mesmo espaço, o surgimento da dissonância ou o começo da fratura de um discurso que vinha se mantendo desde os romances de Caldre e Fião, passando pelos registros de Vicente da Fontoura, pelas *Reflexões do generalato de Caxias*, pelas biografias d’*O Guayba*, manifestando-se no propósito do IHGPSP e até nas narrativas de José Bernardino - que estabeleciam um *continuum* interpretativo de Vicente da Fontoura e Marques de Souza até José Bernardino, como se fizessem parte da *mesma geração*, isto é, daqueles que possuem uma *bagagem* e uma *orientação comum*, conforme a definição de Dilthey.²⁹

Entretanto, a *Murmúrios do Guahyba* também abrigará outros autores que dão início a outra possibilidade interpretativa para a guerra farroupilha, entra em cena a *sequência das gerações* na qual a *bagagem* é comum, mas a

29 Segundo Dilthey: Pertencem à “mesma geração” contemporâneos que foram expostos às mesmas influências, marcados pelos mesmos acontecimentos e pelas mesmas mudanças. (...) Essa pertença compõe um “todo” em que se combinam uma *bagagem* e uma *orientação* comum. Recolocada no tempo, essa combinação entre influências recebidas e influências exercidas explica o que faz a especificidade do conceito “sequência” de gerações. É um “encadeamento” oriundo do cruzamento entre a transmissão da *bagagem* e a abertura de novas possibilidades. (RICOEUR, 1997, p. 189)

orientação pode abrir-se a *novas possibilidades* (RICOEUR, 1997, p. 189), que contendo as mesmas indicações de interdição, não se furta a discorrer sobre o tema e seus participantes e Apolinário Porto Alegre passará a caracterizar este outro modo de escrever sobre esta guerra.

REFERÊNCIAS:

ARENDETT, Hannah. **A dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Construindo a nação: o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar. In: **Produzindo História a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: APERS, 2008.

FRANCO, Sergio da Costa. **Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2010.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso - um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)**. Porto Alegre: Editoras Associadas/SMC Prefeitura de Porto Alegre, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2006.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU,

Marcia e SCHAPOCHNICK, Nelson (orgs.). **Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2005.

PÓVOAS, Mauro Nicola. Murmúrios do Guaíba: índice e antologia. In: **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias do PUCRS - CEPEL**. Porto Alegre, vol. 7, n.1, maio de 2001. Publicação do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da PUCRS.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **O convênio de Ponche Verde**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ZILBERMAN, Regina et al. **Um dia todas essas coisas hão de ser história: textos farroupilhas**. Porto Alegre: PUCRS, ERUS, 1985.

FONTES:

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais Vol.3**. (Coleção Alfredo Varela; correspondência ativa e copiadore de Domingos José de Almeida). Porto Alegre: IEL, 1979.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: CORAG, 1986. (Primeira edição: 1881)

CALDRE E FIÃO, Antonio José do Valle. **A Divina Pastora**: novela rio-grandense. Porto Alegre: RBS, 1992. (Primeira edição: 1847)

_____, Antonio José do Valle. **O Corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento: IEL; Brasília: INL, 1979. (Primeira edição: 1851)

FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845**. Porto Alegre: Sulina, Martins; Caxias do Sul: EdUCS, 1984.

MURMÚRIOS DO GUAHYBA REVISTA MENSAL CONSAGRADA ÀS LETRAS E À HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE. Porto Alegre, 1ª série, janeiro a maio de 1870, Typ. do Rio Grandense. (5 exemplares)

O GUAYBA, PERIÓDICO SEMANAL, LITERÁRIO E RECREATIVO. Porto Alegre, agosto a dezembro de 1856, Typographia brasileira-alemã. (22 exemplares)

O GUAYBA, PERIÓDICO SEMANAL, LITERÁRIO E RECREATIVO. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1857, Typographia brasileira-alemã. (46 exemplares)

OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de. **Os Farrapos**. Rio Grande: Movimento; Editora da FURG, 1985. (Primeira edição: 1877)

REFLEXÕES SOBRE O GENERALATO DO CONDE DE CAXIAS. Biblioteca Militar. Vol. V. Col. A. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. (Primeira edição: 1846, sem autor)

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1875, 2ª série, 4º ano, Imprensa Litteraria. (12 exemplares)

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, agosto de 1860, ano 1, n. 1, v. 1, Typographia do Conciliador. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n. 100, ano XXV, IV trimestre, 1945.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, março de 1861, ano 2, n.1, v.2, Typographia do Conciliador. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n. 101, ano

XXV, IV trimestre, 1945 (ou I trimestre, 1946).³⁰

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, 1862, ano 3, v. 3, Typographia do Correio do Sul. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n. 102, ano XXVI, II trimestre, 1946.

30 Este exemplar da Revista do IHGRS informa duas datas diferentes: I Trimestre de 1946 (capa) e IV Trimestre de 1945 na parte interna.

ASSIS BRASIL CONTRA TRISTÃO ARARIPE: A “REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE” NA ESCRITA DE HISTÓRIA E NA POLÍTICA DO BRASIL OITOCENTISTA

Luiz Alberto Grijó¹

INTRODUÇÃO

Escrever história no Brasil oitocentista era uma tarefa para poucos, como era o próprio escrever, habilidade dominada mesmo que instrumentalmente por uma parcela muito pequena da população. Nesta tarefa destacaram-se especialmente os letrados do Instituto Histórico-Geográfico do Brasil (IHGB). Na década de 1880, o IHGB já contava com mais de 40 anos de existência e abrigava membros das gerações que passaram pelas escolas superiores imperiais antes de 1870 e que estavam muito marcadas pelos primeiros objetivos e influências da instituição. Manuel Guimarães salienta que estes estavam vinculados a um duplo “projeto”, o de “dar conta de uma gênese da Nação brasileira” e o de inseri-la “numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo”. O Instituto deveria “surgir como o desdobramento nos trópicos de uma civilização branca e europeia” (GUIMARÃES, 1988, p. 8). Ainda segundo Guimarães, o iluminismo que influenciava os membros da instituição no sentido de sua concepção de história, a qual era entendida tanto como um curso linear rumo ao progresso, quanto como a “mestra da vida”, foi marcado pela “tradição particular portuguesa”, que era fundamentalmente católica e conservadora, o “que deixará suas marcas na geração fundadora do Instituto Histórico” (GUIMARÃES, 1988, p. 14).

Este artigo procura enfocar o caso da produção de

1 Doutor em História Social pela UFF, professor do Departamento de Pós-Graduação em História da UFRGS.

tipo historiográfico em finais do período imperial brasileiro, mais especialmente na década de 1880. Seu fio condutor são: o livro de Joaquim Francisco de Assis Brasil, *História da República Rio-Grandense*, publicado em 1882, quando seu autor era ainda estudante de direito na Academia do Largo de São Francisco em São Paulo, e o texto de Tristão de Alencar Araripe, *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos*, publicado em 1881 por este já então antigo magistrado. Como apontado, trata-se de um pretexto para discutir as características do fazer história no século XIX, comparando estes textos, seus autores e seus contextos de produção.

Embora o tema deste artigo seja original em seu tratamento, as partes que se referem ao livro de Assis Brasil em grande medida já foram explicitadas e analisadas em um trabalho anterior denominado “A elite do partido republicano se apropria da ‘Revolução’”, publicado em 2010 na revista *História Unisinos* (ver GRIJÓ, 2010). Naquele caso, porém, o tema era de que modo certos líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), especialmente Júlio de Castilhos e Assis Brasil, se engajaram em uma disputa simbólica com membros do Partido Liberal por uma suposta herança farroupilha-republicana na Província, inscrita no seu passado desde o movimento de 1835 e da subsequente proclamação da República Rio-Grandense em 1836. Aqui, por outro lado, evidentemente são retomados certos elementos e citações já analisados do texto de Assis Brasil, mas, agora, na perspectiva de comparar com o texto de Araripe, objetivando refletir sobre o que significava escrever história no final do século XIX brasileiro.

ASSIS BRASIL CONTRA ARARIPE, A “NATUREZA” CONTRA O “CARÁTER”:

Difícilmente o livro de Assis Brasil pode ser enquadrado nos referenciais acima expostos e que caracterizaram as

primeiras gerações de escritores de histórias do IHGB. Já o livro de Araripe, publicado inicialmente em 1881, como uma comunicação ao Instituto, ao qual era ele associado, é mais claramente vinculado aos referenciais citados.

Bacharel em direito em 1845, Tristão Araripe foi um cearense nascido em 1821. Tornou-se magistrado, vindo a ocupar várias comarcas pelo Brasil, chegando a desembargador e depois ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi presidente das províncias do Ceará, do Pará e do Rio Grande do Sul (1876-7), além de ter sido deputado na Assembleia Geral por sua província natal. Araripe exerceu ainda muitos outros cargos e funções ao longo de sua vida, mas, resumindo, pode-se dizer que foi um típico alto funcionário imperial do Brasil do século XIX.

Assis Brasil, por seu turno, nasceu em São Gabriel, província do Rio Grande do Sul. Em 1878 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e, junto com outros colegas rio-grandenses, dentre eles Antônio Gomes Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos, engajou-se diretamente no ativismo republicano. Participou de clubes e da redação de jornais e, antes ainda da formatura em 1882, publicou livros, como o que aqui é objeto de análise. Foi um dos fundadores do PRR, ao qual permaneceria vinculado até 1891. Foi um político muito ativo no seu estado natal e no Brasil, chegando a embaixador, líder e organizador de partidos políticos e ministro da agricultura no governo provisório de Getúlio Vargas no pós-1930.

O *História da República Rio-Grandense* foi, em parte, uma resposta ao texto de Araripe. Assis Brasil refere que, para escrever seu livro, valeu-se, entre outras fontes, da “excelente monografia do Sr. Desembargador Araripe, obra de grande mérito, porque é uma verdadeira construção com elementos que estavam dispersos e desconexos”. Apesar disto, marca a sua “fundamental discordância com as ideias do autor e mesmo quanto à exatidão de alguns fatos”, embora

declarando que no livro em questão “aprendi mais do que em parte alguma, além de ter nele bebido a inspiração de escrever o meu” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 583).

Os dois textos têm entre si a semelhança de tratarem de um mesmo tema, a “revolta”, “rebelião”, “revolução” ou “guerra civil” ocorrida na província mais meridional do Império ainda no período regencial. Ambos têm também a pretensão de ser ou de contribuir para a história do evento, desvelando suas motivações, natureza e caráter. A partir disto, se distanciam.

Em Araripe fica muito clara a intenção de dar conta daquilo que chama de “revolução”, que chegou a propor a separação de parte da província sulina do Brasil, por meio de argumentos e análises estritamente jurídico-institucionais, juntamente com a impossibilidade ou incapacidade dos líderes “rebeldes” de efetivamente lidarem com instituições “civilizadas”. Os revolucionários rio-grandenses aparecem claramente no texto de Araripe como “bárbaros”.

O magistrado cearense aponta que “a revolução rio-grandense [...] resume-se em três épocas, a da sedição, em que a desobediência pedia justiça; a da rebelião, em que renegava-se a comunhão brasileira; a da sujeição, em que os desobedientes e os rebeldes regressam ao grêmio nacional”. O movimento era apresentado por seus líderes como “republicano” e “democrático”, porém “nunca o chefe supremo dessa intitulada república, que, na linguagem da rebeldia, constituía um povo soberano e independente, [...] foi erguido pelo voto popular em comícios regulares; antes pelo contrário o Presidente da república de Piratini jamais teve outro título de legitimidade senão o arbítrio de poucos caudilhos” (ARARIPE, 1881, p. 4). Nesta visão, os líderes da sedição, os “caudilhos”, possuíam uma incapacidade “para a ordem civil” e, ao invés de consultarem os cidadãos por meio do sufrágio, “tudo” decidiam e ordenavam desde “seus ajuntamentos militares”. Assim, “nunca a democracia

afastou-se mais de um governo do que do da república de Piratini”.

Se com efeito a democracia é o regime governativo, onde a vontade popular influi decisivamente na nomeação dos chefes supremos da nação, e na direção dos públicos negócios, bem podemos afirmar, que a república de Piratini jamais passou de uma fantástica criação de espíritos desejosos de inovações; pois nunca o voto geral influiu no governo dessa república dos caudilhos rio-grandenses; só eles, e não a população que deixou-se dominar pelo desejo de nova ordem de coisas, designavam os chefes, e resolviam as questões de interesse geral (ARARIPE, 1881, p. 5).

Como lembra Manuel Guimarães, se “Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro”, um “outro” externo dessa “Nação” se constituía “a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado”. Aparece assim que “os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie” (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Como fica claro na referência aos “caudilhos rebeldes”, Araripe por certo apresenta um ponto de vista do centro imperial a respeito do conflito que se iniciou no Rio Grande do Sul em 1835, além de estar mais ou menos sintonizado com os princípios gerais norteadores do “programa” do IHGB e mesmo da casa de Bragança. Embora não se ocupe especificamente da questão das “raças”, central na proposta de Von Martius, cujo *Como se deve escrever a história do Brasil* se tornou um referencial fundamental para a escrita da história desde o IHGB (ver CEZAR, 2003), a preocupação com a integridade territorial nacional e com a tentativa de dar conta das possíveis causas de dissensões são fios condutores do seu texto que o aproximam fortemente do receituário do “sábio” teuto, para quem “deve o historiador

patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as províncias ao Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas” (MARTIUS, 1991, 54-5).

Deste modo, os líderes sediciosos aparecem platinizados, estrangeirizados, incapazes de se sujeitarem a uma ordem civil e civilizada, ou entrarem em acordo a respeito dela. Em suma, constituem um perigo para a unidade imperial sob a qual se realizaria o projeto de nação do qual o IHGB é seu intérprete e defensor.

O texto de Assis Brasil parte de referenciais diferentes. Considerando as suas atividades vinculadas a agremiações republicanas durante seu tempo junto à Faculdade de Direito; considerando ainda a vinculação de seu livro sobre o movimento de 1835 com um outro livro de sua autoria anteriormente publicado – *República Federal*, de 1881 –, no qual defende o regime republicano; considerando que a obra foi uma encomenda do Clube 20 de Setembro – associação de estudantes rio-grandenses de direito em São Paulo –, e que foi também uma resposta à publicação de Araripe; são muito fortes e marcadas, na oportunidade da veiculação e no próprio texto de *História da República Rio-Grandense*, as intenções político-partidárias e de defesa de posições e pontos de vista doutrinários e ideológicos de seu autor em meio às polêmicas e divergências que grassavam em torno das escolas superiores e nos meios letrados em geral do Brasil da última década do Império.

Por outro lado, o livro de Assis Brasil extrapola essa intencionalidade e oportunidade eminentemente instrumentais vinculadas à luta política e se situa também como um texto de história que pode ser analisado como tal. Nesta perspectiva, um dado inicial importante parece ser a ruptura de referenciais que opera com aqueles que sustentavam a produção do IHGB, ou a dela próxima.

Trata-se do afastamento e mesmo da recusa do referencial iluminista, o qual pode ser também identificado como “liberal” no sentido como o primeiro liberalismo europeu fora incorporado por lentes e alunos das faculdades de direito imperiais. Era um liberalismo instrumental, uma ferramenta cultural utilizada por certos grupos político-partidários que advogavam alternativas descentralizadoras e federativas para a estruturação do estado brasileiro para contraporem-se aos grupos centralistas, unitários e mesmo absolutistas. Embora certos conceitos permaneçam, são re-significados a partir de uma apropriação marcada agora pelos referenciais cientificistas então em voga, notadamente o positivismo e o darwinismo em sua vertente spenceriana. Já se operara no Brasil a reorientação intelectual capitaneada pela chamada “geração de 1870”, sendo que Assis Brasil pode ser considerado um dos seus adeptos (ver GRIJÓ, 2005, primeira parte).

Assis Brasil situa a sua *História da República Rio-Grandense* como uma contribuição “historiográfica”, um ensaio e uma narrativa baseados nas “leis indefectíveis segundo as quais se efetua o movimento histórico” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 586). Ele próprio explicita que seu livro “não tem o mínimo interesse em ocultar a verdade sobre fatos particulares do grande drama que descreve, porque está certo de que qualquer nódoa parcial seria iluminada e desfeita pela harmonia do conjunto, e mesmo porque o descrédito da causa de 1835 não o seria para a causa de hoje”. Assim, o “interesse que há é o de dizer a verdade histórica, bebida de boa fé nas melhores fontes” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 720).

Ele alegadamente afasta a sua produção do mundo das opiniões político-partidárias, procurando cercá-la de uma eficácia simbólica mais ampla, situando-a no mundo da “ciência” e da “verdade natural” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 581). Logo no início do texto, analisa alguns elementos cujas

linhas argumentativas têm um forte acento naturalista. Para ele, sua província natal “é uma terra que pode viver com luxo exclusivamente dos seus próprios recursos. Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso, ainda mesmo aquelas circunstâncias que à primeira vista representam um estorvo”. O “caráter rio-grandense” teria sido gestado por meio da “adaptação do povo a esse conjunto de circunstâncias ambientes”, as quais corresponderiam à sua “natureza”. É deste modo que, “em primeiro lugar, na natureza física, no conjunto de circunstâncias que constituem o meio cósmico, que se encontra a primeira razão, a causa inicial não direi só da revolução, mas também do modo por que ela se efetuou” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 595-6).

Assis Brasil não escapa da abordagem da já então clássica “questão das raças”. Porém, ele tomará uma posição muito particular. Ele escreve que, “em resumo, a população rio-grandense – e cumpre notar que me refiro a que influiu para o movimento de 1835 – é produto destes três fatores principais: açoriano e português, paulista e mineiro, espanhol; o elemento africano e o autóctone exerceram ação quase nula” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 604-5). Para ele o Rio Grande do Sul seria composto majoritariamente por um “povo branco”, no que se diferenciaria das demais regiões do país. Contaria também com um clima mais frio, mais propício mesmo aos “méritos da raça saxônica” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 607).

Neste ponto, além de inaugurar uma construção mitológica a respeito do Rio Grande do Sul, a de que seria ele uma região “mais branca, mais fria e mais europeia” do que as outras regiões do país, também se afasta do receituário de Martius, o qual sustentava a idéia de que, embora uma inegável superioridade do “sangue português [que] em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica”, no Brasil se via “nascer e desenvolver” um “povo novo”, marcado pela “reunião e contato de tão

diferentes raças humanas”, pelo que se poderia “avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais” (MARTIUS, 1991, p. 30-1; ver também CEZAR, 2003, p. 183 e segs.). O “racismo” em Martius é ainda o racismo étnico-cultural característico dos tempos do humanismo renascentista e do iluminismo. O “racismo” em Assis Brasil já aparece com os contornos cientificistas, biologizantes e fisiológicos, ancorados nas supostas ciências que se desenvolviam na Europa do período e que pretendiam apontar as “raças” mais ou menos superiores e inferiores de acordo com um enquadramento natural-evolucionista.

É assim que a “raça branca”, que é um norte para Martius enquanto “elemento português”, tem em Assis Brasil um peso distintivo essencial, inclusive como um dos elementos que separariam os rio-grandenses dos demais brasileiros, pois seu “povo” não teria sofrido praticamente nenhuma influência, vista como fator profundamente negativo, de “etiópicos” e de “autóctones”.

Segundo ele, teria sido da “influência do clima, da natureza e aspecto do solo e da sua consequente capacidade produtora, plasticidade da população original, alimentação, indústria, contágio com a raça vizinha” que teria “germinado” o “tipo distintivo dos rio-grandenses, esse tipo vigoroso e sólido que só por si bastava para explicar o estranho ímpeto da sua revolução”. Mas não somente, o “rio-grandense” teria ainda se forjado por várias “causas secundárias”: o “sentimento ingênito de orgulho e altivez que ao rio-grandense infunde a contemplação das belezas e da superioridade duma terra que ele tanto ama, terra esplendente de maravilhas, predisposta para inclinar todos os espíritos a assomos de entusiasmo poético”; o “sentimento de independência latente em cada um pelo convencimento em que todos estão de que a província, que contém no seu seio com amplíssima superabundância

tudo quanto é necessário à vida, não precisa de vínculos de sujeição a elemento estranho para conservar-se e progredir”; enfim, “todos esses sentimentos atuando constantemente nos homens por mais dum século, revigorando-se pela persistência, transmitindo-se pela hereditariedade de geração a geração, cada vez mais pronunciados, cada vez mais incisivos” abrem as portas para a “compreensão” da “natureza” e dos “efeitos dum movimento que partisse do coração desse povo por tal forma preparado por enérgicos precedentes” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 617-8).

Para Assis Brasil, a “natureza” física e humana do Rio Grande do Sul forjaria um povo “independente”, “guerreiro”, “auto-suficiente”, “vigoroso” e “orgulhoso”. Para este povo, a organização federativa seria “natural”. Aquilo que é apresentado como “descoberta” e como “descrição”, o que é tomado como “a natureza” do povo rio-grandense, são também vinculadas a uma “constatação científica”, seriam “verdades naturais” associadas à província que, tidas como “essenciais” e “naturais”, intrínsecas aos habitantes da região, na verdade findam por buscar atribuir uma legitimidade científica às próprias características que elas mesmas descobrem e descrevem. Ou seja, “descobrimo cientificamente” a “natureza do rio-grandense”, contribui para criar esta “natureza” que supostamente “descobre” emprestando-lhe na era da ciência e do progresso uma legitimidade “científica” (ver BOURDIEU, 1981).

Em outra passagem, ele complementa: “o povo tornou-se essencialmente guerreiro, os hábitos duma contínua agitação militar incutiram-se fortemente na sua natureza, e, ao mesmo tempo, o fato de defender os seus interesses quase sempre com os recursos próprios, mais ainda o acostumou à ideia de independência” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 621-622).

Interessante observar que essa construção de Assis Brasil ainda hoje se mantém muito forte e viva nas

referências culturais identitárias que buscam definir o que seria “o gaúcho”. O Movimento Tradicionalista e a mídia em geral, além de certa literatura e alguma produção cultural, se responsabilizam atualmente por reproduzir tais supostas “verdades” a respeito do passado e do que seria a “essência” ou a “natureza” do sul-rio-grandense e de sua terra (ver GRIJÓ, 2012).

Tentando, portanto, mostrar que seu trabalho diferia dos “poucos” anteriormente realizados sobre a “revolução” de 1835, os quais atribuíam aos fatos causas relacionadas à “exclusiva influência dos indivíduos”, Assis Brasil refere que divergia “fundamentalmente de método tão cômodo quanto infecundo”, pelo que buscava “esboçar, com a filiação histórica da série de sucessos” que narra, “as causas que me parece explicarem a [...] origem e prolongamento” do conflito (ASSIS BRASIL, 1882, p. 586).

A leitura mais detida do livro revela, porém, que, embora Assis Brasil procure desenvolver o “método científico” acima citado, sustenta e sublinha constantemente as características que atribui à história que mais se aproximam das posições político-ideológicas do grupo ao qual fazia parte. Por certo o livro não é uma espécie de panfleto ou material de “propaganda” federalista-republicana, como os escritos correntes encontrados nos jornais da época. Como já frisado, é também um texto de caráter historiográfico e, neste sentido, tinha um limitador já por si de sua circulação e tiragem, ficando mais restrito o seu público às elites letradas. Mas a obra poderia contribuir e, ao que parece contribuiu, para formar uma imagem do conflito adequada aos objetivos do grupo de ativistas republicanos do qual Assis Brasil era também parte. Participa, portanto, de um plano da disputa política muito mais sofisticado em termos culturais, importante para as elites nele empenhadas. O livro sustenta para o seu seletivo público uma tese muito clara e que é eminentemente político-programática: federalismo

é o que a natureza (humana e física) impõe ao Brasil e, especialmente, ao Rio Grande do Sul.

A “ordem natural de coisas claramente exigia” que “as instituições de que a revestissem não fossem antagônicas com a sua índole”. Um “sistema racional de instituições políticas” deve ser o reflexo “do sistema de condições sobre as quais se estabelece”. Para Assis Brasil, “foi justamente isso o que no Brasil se desconheceu e se negou sempre, com especialidade relativamente ao Rio Grande”. Neste caso, o conjunto das instituições sempre negou o que seria da sua “natureza”. “Como todos os membros do país, ela foi amarrada ao centro pelos funestos laços da unidade mal entendida. A lei teve o intento insensato de nivelar aquilo em que a natureza havia estabelecido uma sábia e harmônica desigualdade”. Enfim:

Quando a força legislativa se ajusta com a da natureza, é profícua e salutar, é como a inteligência guiando e aproveitando as aptidões do corpo; mas, quando entra em concorrência com ela, operando em sentido oposto, a vitória, que há de caber necessariamente à natureza, é tanto mais funesta quanto desajudada do esforço consciente. Os sucessos do Rio Grande foram uma triste comprovação desta verdade. Grande exemplo, cuja lição eloquente parece, entretanto, não ter até hoje servido àqueles a quem se destinava. *Uma organização baseada nos elementos naturais, uma organização federativa, para dizer tudo, estabelecida no tempo oportuno, na qual os grandes órgãos deste extraordinário país exercessem livremente as suas funções, cooperando livremente também para a vida do todo* – teria aparado os reduplicados golpes que por vezes estiveram a cortar para sempre o fio da integridade nacional. *A liberdade é em tudo uma condição de vida e, por conseguinte, de ordem; quiseram substituí-la pela centralização atrofiante; o resultado foi o que se viu: um protesto enérgico da natureza* (ASSIS BRASIL, 1882, p. 619-621, grifos apostos).

Para Assis Brasil, que nessa passagem parece estar

respondendo diretamente a Tristão Araripe, as causas da revolta, pois, estavam assentadas na falta de correspondência entre as instituições e leis impostas desde cima, entre a organização jurídico-estatal, e as leis da história e da natureza do povo a elas submetido, leis estas que ele próprio descobre e descreve. De um lado, a lei dos homens do centro aplastador, de outro as vilipendiadas leis da natureza. “Nunca foram tão evidentes os males da centralização, isto é, da ausência de liberdade” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 629). Assim, ele discorda frontalmente com a ideia de Araripe de que o que ocorreu no Rio Grande do Sul teria sido produto da ação de bárbaros incultos, incapazes de perceber e se render às sutilezas muito mais sofisticadas e sublimes da civilização.

Federalismo e liberdade se fundem e confundem, são, enfim, “o poder de viver soberanamente por si naquilo que só a si diz respeito” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 631). A culpa e os males, o estopim da revolta, pois, são de responsabilidade do governo brasileiro, centralizador, arrecadador, demandante, sem uma reciprocidade que pudesse dar em troca às províncias asfixiadas recursos equiparáveis em valor aos que elas a ele aportavam. Sempre sacrificadas em benefício do centro, delas se exigiam os maiores sacrifícios, principalmente no caso do Rio Grande do Sul, pois era quem tinha que arcar com o peso das guerras de fronteira. “Estava rasgada a senda da federação. O povo não tardou em precipitar-se por ela [...]. E este fenômeno foi geral em todo o Brasil” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 631).

Nesta construção, liberdade não corresponde às noções iluministas da liberdade individual, é encarada como um tipo de relação entre o periférico e o central, é simplesmente federação.

Um outro ponto fundamental do livro de Assis Brasil é o de como a proclamação da República Rio-Grandense é encarada. O conflito que eclodira em 20 de setembro de

1835 devido às “causas naturais” expostas, logo obteve a unanimidade entre o povo da província, como não poderia deixar de ser, já que de acordo com sua natureza (ASSIS BRASIL, 1882, p. 685, 691 e 699). Os seus adversários, os do “partido retrógrado”, por sua vez, são mais ou menos explicitamente apontados como elementos estranhos ou estrangeiros, os “*gallegos*, título que continuou em voga durante toda a revolução e que, como se sabe, designa na linguagem popular os indivíduos de nacionalidade portuguesa”. Assis Brasil refere que Antônio Souza Netto, ao proclamar a República em 11 de setembro de 1836, teria declarado que “o fim da revolução” seria “libertá-la duma odiosa facção retrógrada, principalmente composta de indivíduos estranhos” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 634, 654 e 746-747).

No primeiro ano do levante os farrapos logram expulsar as autoridades indicadas pelo governo central e buscam estabelecer um diálogo com o regente do Império, então o padre Diogo Antônio Feijó. À postura do regente, Assis Brasil atribui a culpa pelo “sangue derramado no Rio Grande do Sul e, o que é ainda mais lamentável do que o sangue, a inutilização das salvadoras ideias que o patriotismo rio-grandense havia de concretizar e plantar no seio da nação brasileira”. O governo central se tornara, pois, estrangeiro, não porque os rio-grandenses quisessem se separar do Brasil ou não se sentissem brasileiros, pelo contrário, como a própria referência acima indica, mas porque centralista e governado por alguém com “selvagens instintos de tirania” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 702), artificial, portanto, não natural.

É interessante neste ponto traçar mais alguns paralelos com o texto de Araripe. Primeiro, o que em Araripe é o estrangeiro, o caráter platino das lideranças da revolta, seus “caudilhos”, em Assis Brasil é o que incorpora a essência do rio-grandense e do próprio brasileiro: a liberdade.

Estrangeiro é o que se tornou o governo imperial unitário, pois o que haveria de mais natural aos rio-grandenses e aos brasileiros em geral seria a liberdade que a federação garantiria. A disputa se dá em torno das definições do que poderia ser considerado estrangeiro e civilizado frente aos referenciais mais aceitos no mundo cultural mais amplo. A política se revela nessa busca pelos rótulos que possam vencer.

Em segundo lugar, a questão do caráter do governante, tão antiga quanto a própria reflexão política, se atualiza nesta disputa. Araripe estava mais preocupado com ela na medida em que deixa transparecer que o grande problema dos revoltosos farroupilhas, como já citado, os “caudilhos”, era seu total despreparo civilizatório. Seu caráter apostado a um povo não ilustrado deu como resultado um movimento que ele contrapõe com a revolução pernambucana de 1817 e com a Confederação do Equador cearense de 1824. “No norte o primeiro pensamento dos revolucionários foi recorrer ao povo como origem do poder. Os governos passageiros, que então organizaram-se procuraram legitimar-se pela eleição popular”. Nos casos do norte “os movimentos foram suplantados pela força das armas, mas não cederam. No sul o movimento não procurou a legitimação pela eleição popular, e afinal, sem dar-se por vencido, transigiu”. Araripe traça, então, as principais diferenças entre o movimento do sul e os do norte. No caso dos últimos, “a ideia política ou o sentimento democrático levantou a rebelião”, no caso do primeiro, “suscitou-a a ideia restrita de influência local”; no norte, “a rebelião apoiou-se no voto popular”, no sul, prevaleceu o “espírito de caudilhagem”. No Ceará e em Pernambuco a inspiração para a “revolução” veio “nas ideias do regime civil”, enquanto que na província sulina “ergueu-se sob o influxo da ideia do governo militar”.

Para Araripe, o que será para Assis Brasil uma influência “branca” e “benéfica”, é um dos grandes sinais

da vilania que a rebelião representava, pois, o “exemplo da caudilhagem, dominante nas vizinhas repúblicas do Prata, por certo muito influiria para semelhante resultado no sul”. Cada um com seu espelho: no “norte os rebeldes olhavam para os Estados Unidos, e dali tiravam argumentos para as suas deliberações; no sul os rebeldes tinham na vizinhança os caudilhos militares do Prata, por cujo regime se modelavam” (ARARIPE, 1881, p. 12). Recordando o episódio do duelo entre Bento Gonçalves e Onofre Pires, Araripe escreve: “Eis o que vinha a ser a república rio-grandense: no governo político o assassinato com a supressão de uma dificuldade a planos partidários; na administração a injúria do superior contra o subalterno; nas relações privadas o duelo para desafronta de ofensas supostas ou reais” (ARARIPE, 1881, p. 163). Enfim:

Tudo isto prova, que a república só deve ter por base a ilustração do povo; mas a república de Piratini levantava-se no meio de uma população na máxima parte sem instrução, e sem amenidade de costumes, qual era então a população da nossa campanha do sul; por isso inapta para o regime de democracia. Iluminai o povo, e o tereis democratizado, habilitando-o a governar-se por si mesmo. Ai está o grande serviço à liberdade dos povos (ARARIPE, 1881, p. 163).

Araripe atribui, pois, à deficiência de ilustração os equívocos da rebelião sulina. Um povo no fundo não civilizado e ignorante comandado por caudilhos sequiosos de influência e mando local. Esses referenciais que sustentam o texto de Araripe formam um conjunto de princípios eminentemente “liberais”, no mesmo sentido a eles atribuído pelos que assim se autoproclamavam desde antes mesmo da independência do Brasil e os sustentavam em suas manifestações públicas. E entre eles se pode também destacar a questão do caráter da elite e dos governantes.

Assis Brasil não se afasta totalmente desses referenciais, principalmente quanto a este último ponto, mas

para ele a questão do caráter é menos uma determinação advinda do grau de ilustração, mas é conformado por sua adequação ou não à natureza. O que forma o primeiro é a segunda.

Para Assis Brasil, a culpa pela radicalização do movimento iniciado em 1835 era do governo imperial que se tornara estrangeiro e contra a natureza por sua tirania e excessiva centralização. A separação da província foi, nesta perspectiva, uma espécie de último recurso de “honra e patriotismo” ao qual tiveram de lançar mão os revoltosos para a “vitória dos princípios, bem que com enormes sacrifícios”, segundo teria dito o coronel Antônio Souza Netto ao proclamar a República Rio-Grandense. Ainda segundo o que Assis Brasil aponta como tendo sido as palavras de Netto: “o Rio Grande, desligando-se do Brasil, formaria um estado livre e independente, sob a forma republicana, mas [...] conservaria o amor antigo aos irmãos brasileiros e aceitaria em qualquer tempo a confederação de todas as províncias que se colocassem na mesma condição política” (ASSIS BRASIL, 1882, p. 747-748). Assis Brasil resume:

Os revolucionários, porém, apenas queriam a autonomia da província, sem que fosse roto o princípio da integridade da grande nação; entretanto a incompatibilidade entre o regime dominante e esta grande aspiração evidenciou-se logo. A independência e a democracia vieram fatalmente, como única solução das ideias liberais bem entendidas. Impuseram-se à vontade dos homens. Foi sempre esta a história das revoluções liberais: ou sucumbem debaixo de pressão reacionária, ou a lógica as arrasta à democracia legítima. Muitas vezes os próprios homens que as servem não as compreendem, tiram-lhes o caráter social, o caráter amplo, para atribuir-lhes feições egoísticas e acanhadas. Mas os homens são instrumentos das ideias: trabalham por elas sem saber para que trabalham, sem apreender o conjunto dos fatos a que se dirigem; porque as revoluções são como as montanhas de que fala o poeta Hugo: só de longe podem ser vistas da base ao píncaro (ASSIS BRASIL, 1882, p. 749-750).

Resultado: ninguém ou nada pode impor impunemente leis artificiais que se oponham às leis da natureza que governam os homens e a história. Os farroupilhas foram empurrados à solução separatista pela natureza, uma força que os impulsionava quase que por si. Os revoltosos que, sob o ponto de vista do governo central, não passavam de rebeldes traidores são assim transformados em uma espécie de, com o perdão do anacronismo, vanguarda patriótica das aspirações e do caráter, natureza, de seu próprio povo e da parcela “iluminada” do povo brasileiro. Se chegaram ao limite de romper os laços políticos com o centro foi por culpa deste. O centro se encontrava, pois, em descompasso com a natureza do povo e com as leis da história e da própria natureza. Assim, “democraticamente” este povo se levanta para defender a “liberdade”, a autonomia frente ao governo central, pois sua natureza não somente reivindicava, mas exigia “federação” e não “centralização”. E, assim, Assis Brasil cumpre um duplo papel, tenta cientificamente salvar seus conterrâneos das pechas de bárbaros e traidores, ao mesmo tempo em que busca legitimar as reivindicações do grupo político ao qual fazia parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A comparação entre os textos de Araripe e Assis Brasil ilumina um espaço de disputas importante para as elites letradas do final do período imperial e suas lutas culturais que, ao fim e ao cabo, eram também lutas políticas. Do mesmo modo, revela as transformações que seus referenciais culturais sofriam, passando da influência iluminista da virada do século XVIII ao XIX para a do cientificismo que se desenvolve ao longo deste último século citado.

Importante, no entanto, é salientar que tais disputas aparentemente herméticas ou restritas ao entendimento de poucos naquela sociedade, visavam sim efeitos políticos

na medida em que atuavam sobre a representação de temas históricos que não eram nada inócuas. Além de escritores que eventualmente cometiam algum tipo de história, ambos os “autores” aqui enfocados eram agentes políticos extremamente engajados nas lutas mundanas de então. Conhecedores do jogo e de suas regras, sabiam dar a importância relativa que tinham as representações sobre a história e sobre as representações sobre o presente e suas disputas por parte daqueles nelas empenhados. Seus textos comprovam isto, ou melhor, seus esforços em escrevê-los e publicá-los.

A partir disto é interessante notar que no caso do Rio Grande do Sul o livro de Assis Brasil passou para o rol das “obras canônicas”, “originais”, “precursoras” neste âmbito das representações sobre o passado local, enquanto que o texto de Araripe foi devidamente esquecido pelos árbitros científico-culturais da região. Araripe é reprimido como aquilo que se quer deslembrar em prol da representação culturalmente dominante nos dias de hoje sobre a “revolução dos gaúchos”, a qual passou a marcar fortemente, desde meados do século XX, a identidade regional.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARARIPE, Tristão de Alencar de (Biografia). In: Centro Cultural Bárbara de Alencar – http://barbaradealencar.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=33, acessado em 2010.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos**. Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1881. Edição fac-símile. Porto Alegre: CORAG, 1986.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de (Biografia). In: CPDOC/

FGV – <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>, acessado em junho de 2016.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Democracia representativa: do voto e do modo de votar. Quarta Edição, 1931. In: BROSSARD, Paulo (org.) **Ideias políticas de Assis Brasil**. Vol. 2. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1989.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. História da República Rio-Grandense. Rio de Janeiro, Leuzinger & filhos, 1882. In: BROSSARD, Paulo (org.) **Ideias políticas de Assis Brasil**. Vol. 3. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1989.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio/EDUSP, 1986.

BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: Cultura & ideologia**. Porto Alegre : mercado Aberto, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Décrire et Prescrire; note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo, Difel, 1989.

BROSSARD, Paulo (org.) **Ideias políticas de Assis Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1989, 3 vols..

CASTILHOS, Júlio. Movimento republicano. 03/03/1884. In: ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Globo, 1928. II parte: escritos políticos. p. 3-5.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CONSTITUIÇÃO política do Estado do Rio Grande do Sul. In: OSÓRIO, Joaquim Luís. **Constituição política do estado do Rio Grande do Sul: comentário**. Brasília: UnB/Câmara dos Deputados, 1981.

COSTA, Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, Cruz. O pensamento brasileiro sob o Império. In: IGLÉSIAS, Francisco et al. O Brasil monárquico: reações e transações. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Ed. da Universidade – UFRGS, 1988.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do partido republicano se apropria da “Revolução”. In.: **História Unisinos**, vol. 14, n. 1, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Niterói, Tese de Doutorado em História Social/PPGH/UFE, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Um conteúdo inferior: a luta pela história regional do e no Rio Grande do Sul. In: NOVALES, Ana Frega et al. (orgs.). **História, regiões e fronteiras**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2012.

GUIMARÃES, Manuel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, n. 1, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

MARTIUS, Karl F. Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PINTO, Céli R. Jardim. **Positivismo – um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

REVERBEL, Carlos. **Assis Brasil**. Porto Alegre: IEL, 1996.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1980.

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Globo, 1928.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de ensino jurídico no Brasil)**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

A ESCRITA LITERÁRIA DA FARROUPILHA NO SÉCULO XIX¹

Fabrício Antônio Antunes Soares²

INTRODUÇÃO

Esse artigo analisará a escrita literária sobre Farroupilha no período do Brasil monárquico. Serão avaliados, portanto, três romances para examinar a escrita literária sobre a Farroupilha no século XIX. O primeiro é o romance *A divina pastora* de Caldre e Fião; o segundo é o romance *O gaúcho* de José de Alencar; o terceiro é *O vaqueano* de Apolinário Porto Alegre. As três obras foram escritas durante o período monárquico.

Para examinar os romances é necessário entender, não apenas o caráter narrativo dos romances, mas, também, sua dimensão social. As narrativas circulam socialmente, mas não circulam livremente, elas são produzidas e transmitidas em um contexto político-social. São escritas com uma finalidade: estabelecer um imaginário sobre o corpo social. Dessa forma, usarei como metodologia de investigação dos romances o conceito de controle do imaginário de Luiz Costa Lima. Em a *Trilogia do Controle*, Costa Lima desenvolve o conceito de controle do imaginário que é: “entendido como o mecanismo com que a sociedade (ocidental) opera para ajustar as obras dos que privilegiam o imaginário (...) aos valores em vigência em certo período histórico dessa sociedade” (LIMA, 2007, p. 17-18). Isto é, em cada sociedade há valores que se impõe socialmente e existe um aparato institucional que luta por sua preservação. O controle do imaginário:

1 Este artigo já foi parcialmente desenvolvido em outro artigo ainda a ser publicado referente a participação no III Encontro do História do Memorial do Ministério Público do RS.

2 Doutor em História pela PUCRS, com estágio doutoral na Universidade Livre de Berlim.

supõe domesticação, ajuste às normas da sociedade, e não se confunde com a censura (...) A censura supõe uma legislação existente, que se aplica. O controle é bem mais sutil: é uma negociação política, pela qual se *lamina* o que não se proíbe (LIMA, 2007, p. 123).

Portanto, o que se busca averiguar no artigo é a ligação entre a narrativa dos romances e o controle do imaginário. Como foi escrita a Farroupilha no período do Brasil monárquico para atender as necessidades políticas da época.

A DIVINA PASTORA, DE CALDRE E FIÃO

A data em que Caldre e Fião publicou *A divina pastora*, 1847, enquadra-se no período analisado por José Murilo de Carvalho (2012) como a construção da ordem – momento em que foram lançados os fundamentos do Estado monárquico brasileiro. A época do Brasil imperial foi um longo período de formação do Estado-nação brasileiro (CARVALHO, 2012). Nesse período, o Brasil consolidou a sua independência, garantiu a unidade territorial, definiu suas relações externas, fundou uma monarquia constitucional, manteve a liberdade de imprensa, deu os primeiros passos na industrialização e, demoradamente, terminou com o trabalho escravo. Para os letrados desse período tornava-se indispensável a busca de criação de uma literatura autônoma no Brasil, manifestando a seu modo os temas, dilemas e aspectos da nova nação. Portanto:

Ela [literatura] precisa ser a expressão de uma identidade. A nação já não é apenas a soma dos homens bons, mas um personagem histórico que é anterior à própria comunidade empírica [...] Compreender a literatura como expressão de uma unidade individual chamada nação criava a necessidade de explicar as forças que a organizavam (ARAÚJO, 2008, p. 124).

Os literatos foram, pois, à busca das tradições nacionais e da história, sendo uma consequência o tema local:

descrever costumes, paisagens e fatos nacionais. O romance foi um elemento que se encadeou à construção da ordem. Os letrados românticos encontraram neste gênero o veículo ideal. Há três eixos para se pensar o romance romântico: a) o lastro do real; b) visão de país; e c) temas. Na Corte, os romances obedeceram ao lugar de sua produção, isto é, foram escritos com o imaginário sobre eles controlado. A intriga deste conflito: a construção da jovem nação imperial. O trono, o cetro, o imperador, essas eram as referências dos enunciados da escrita.

José Antonio do Valle Caldre e Fião nasceu em Porto Alegre em 1821. Aos 13 anos começou a trabalhar em uma farmácia na capital sulina. Aos dezesseis, foi admitido como auxiliar de botica na Santa Casa de Misericórdia também na Capital. Aos 22 anos foi para o Rio de Janeiro ainda nos tempos da Farroupilha. Exerceu o magistério em escola particular na capital do Império. Não saiu do Estado natal por questões políticas, mas para formar-se em medicina no Rio de Janeiro, dedicando-se aos estudos de homeopatia. Os anos passados na Corte foram de intensa atividade pública e produção intelectual. Foi professor, dono de jornal, publicou dois romances, guias homeopáticos e teve intensa atividade abolicionista, mas também “a fidelidade ao regime monárquico temperava seu liberalismo político [...] Caldre e Fião empenhava-se em cumprir um papel de homem público e construir as instituições sociais e políticas do império”. (LAZZARI, 2004, p. 53). Portanto, merece ênfase nesta pequena biografia de Caldre Fião o fato de que ele se formou intelectualmente e como homem público na capital do Império e esses elementos são importantes para interpretar seu romance.

A divina pastora foi o primeiro romance que narrou a Farroupilha. A paisagem do romance é a vila de São Leopoldo, a cidade de Porto Alegre, Viamão, o Passo da Cavalhada e Belém Velho. Isso é a marca do romance brasileiro que, na

época, estaria comprometido na identificação e nomeação do espaço circundante, fazendo do romance uma ferramenta para o conhecimento da jovem nação. O romance está centrado em Edélia (a divina pastora) e seu primo Almênio. Entretanto, após a recusa de Edélia em casar-se com ele por ser farroupilha, e, também, pelas vilanias amorosas de Francisco³, Almênio casou-se com Clarinda (jovem imigrante alemã). O livro é composto em uma narrativa moralista, em que os exemplos de condutas atravessam a atuação dos personagens.

Assim, para o narrador “estava reservado ao século 19 o desenvolvimento das ideias liberais” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27). Ideias geradas na alma do homem contra a Idade Média. O Brasil, por estas ideias, quebrou o jugo de Portugal e começou a realizar suas disposições. Contudo, excessos aparecem nas requeridas reformas e em diferentes pontos do Império levando os homens ao fanatismo político:

Desde 1818 uma fermentação de ideais se preparava, em clubes diversos, na província do Rio Grande do Sul, até que uma explosão espantosa teve lugar em 20 de setembro de 1835, presidindo então os negócios governativos da província o Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27).

Ao grito de liberdade, o rio-grandense desembainhou a espada, outrora muito usada no Uruguai e “correu ao encontro do suposto tirano que lhe assinalavam” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27). Almênio, soldado republicano, neste momento entra na narrativa. Este ponto na intriga do romance é importante porquanto foi o apoio de Almênio à “explosão espantosa em 20 de setembro” que acendeu a aversão de sua prima Edélia e a repulsa ao possível casamento com ele. Este é um recurso narrativo para demarcar a interpretação dos fatos. A explosão espantosa foi narrada como sinônimo da desordem, desestabilizadora

3 Rival de Almênio pelo amor de Edélia.

da composição social e familiar, pois, conforme o narrador observou no início, não era algo reservado ao homem bom. Tanto que no final do romance, convencido da ilegitimidade do 20 de setembro, Almênio passou ao exército imperial, ajuizando sobre a imoralidade do ato político-militar que tomou. Contudo, ainda anterior a isso, no início do romance:

Almênio, jovem de 23 anos, no ardor das paixões violentas, filho de abastados pais, julgou cumprir um dever, apresentando-se no campo da batalha em defesa dos sagrados ideias da liberdade, e no calor do prélio fazer provar aos que julgava inimigo o fio da sua espada. Inflamado pelo ardor marcial esquecera a casa paterna; e a benção dos céus que de seus maiores recebia, sagrado talismã, de há muito não recaía sobre sua cabeça (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27-28).

Sob o comando das paixões violentas, Almênio era como o barco que naufraga no baixio, pois ele teria a vida do homem mau enquanto estivesse lutando pelas ideias liberais. Mas havia algo moralmente ainda mais grave: “Ele tinha desobedecido. Seus pais, amestrados na escola do mundo, tinham reprovado uma reforma que julgavam desnecessária em um país que apenas começava a fruir o resultado da aplicação de uma constituição liberal” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 28). Almênio encontrava-se em Viamão, apeia em um cemitério improvisado dos republicanos. Sentia-se com o coração aliviado e passou em revista a sua vida:

Quanto devo a meus pais que insuflaram em meu coração o amor da virtude quando apenas entrava o limiar da existência! Em vão, ainda hoje, o bafejar do crime tem pretendido fascinar-me; imune conservado me tenho do pêgo voraz dos vícios e sinto o modicar da alma nessas impressões, que geram desconhecidas emoções. Mas o amor da *pátria*! Esse sentimento me era estranho, fez-me tantas maganguices, negaceando-me na órbita de minhas ações juvenis que arrastou-me ao lavacro do foco revolucionário e me deixou entregue à sua torrente ruidosa; desde então estabeleceu-se uma reação, partindo do sentido íntimo ou moral, que tem

lutado com vigor as sensações externas causadas pelo prazer da guerra, dos desastres e da morte. Meus irmãos [...] Por que não vos reunistes como um só homem para esmagar com mão de ferro aquele que ousou concitar-vos à guerra civil? [...] prometo sacrificar minha vida à grandiosa obra da *pacificação da província*, para que a frondosa árvore da prosperidade espalhe numerosos e não exíguos ramos por todos os seus pontos (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 37-38).

A reconversão do personagem Almênio à ideia da ordem monárquica é total. Ao recusar suas antigas posições, Almênio compreendia que estar ao lado dos rebeldes era estar do lado do vício e do crime. E quando ele não tinha amor à pátria foi que esteve do lado dos revolucionários. Mas, logo, acendeu em seu peito o amor à pátria, Almênio passou-se para o lado imperial e convida a todos a terminarem com a guerra civil. Assim, os exemplos de bondade e ordem recuperam o personagem Almênio para o interior da paz e da pátria. Almênio muda de um polo ao outro da guerra ao longo da narrativa. Portanto, o personagem Almênio descobre os males da rebeldia política, moral e familiar e retorna ao *status quo* anterior.

Para o narrador, uma das causas da espantosa explosão foi que “a gente baixa da *campanha* obedece cegamente ao chefe que a guia ao combate, sem importar-se com a cor política do *partido* que ele segue” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 40). Almênio abandonava a causa da República do Piratini, pois seus pais a reprovavam. O narrador deu mais dois motivos para a tal explosão espantosa. Por um lado, o povo excitado por líderes brutos ambicionava do governo soluções que abrandassem os ânimos, todavia o povo aguardou inutilmente e a corrente da insatisfação cruzou sobre a reação dos políticos. Por outro lado, “alguns caudilhos antolhavam um futuro cheio de esperanças, de ouro e glória individual, e muito poucos o da verdadeira glória da Pátria” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45). Para o narrador, os republicanos colocaram à frente do bem social o

individualismo o que, em seu entendimento, sempre trouxera anomalias sociais. Iniciada a revolução, os republicanos tiveram que mantê-la e fizeram a sua independência sendo amparados nesta guerra pelos vizinhos platinos, a quem o narrador considerava ambiciosos e desleais.

Não pertencendo mais ao exército republicano, Almênio foi a Porto Alegre cortejar Edélia. Contudo, não foi bem recebido por sua prima, pois ela era contrária a revolução de 20 de setembro. No pequeno diálogo que mantiveram, o futuro amor dos dois tornou-se impossível, pois a Farroupilha interpôs-se entre os dois e impediu a sua união. Numa conversa rodeada pelo mate, assim Edélia falou ao primo:

Homem iníquo! Eu te horrorizo e detesto teu hábito de desumana fera! Quando as gerações vindouras lerem os anais de nossa história encontrarão uma página de sangue e teu nome escrito em caracteres de infernal invenção. Teu crime parece desnaturar-se aos olhos da natureza. Eu não sou tua prima! [...] Não posso perdoar crimes de lesa-pátria! (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 58).

Estar ao lado dos rebeldes, em *A divina pastora*, é estar do lado do crime que coloca sangue na história da nação e, além disso, um crime tão grave que a personagem Edélia rompe o laço afetivo e o futuro matrimônio com Almênio por causa de seu crime de lesa-pátria, ao qual ele participara como republicano. Contudo, Almênio (re)convertido à vida justa, a ordem monárquica, respondeu: “Tendes razão, minha prima, disse ele. Folgo ter renunciado o título de *farroupilha*. Irreflexões me arrastaram e justamente sou réu no tribunal de vossas convicções” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 60). Portanto, a Farroupilha, controlada textualmente, interditou um relacionamento amoroso para representar o erro social e político que seria a Farroupilha.

Enfim, “o ensanguentado dia 20 de setembro de 1835 em que a revolução começou os seus furores sob o mando do Coronel Bento Gonçalves da Silva” (CALDRE

E FIÃO, 1992, p. 174), dia em que irmãos e amigos se amaldiçoavam mutuamente, terminou por impedir de vingar os sentimentos dos primos. Dessa forma, a partir do imaginário monárquico e no conflito interno da consciência cristã de Almênio e Edélia se desenvolveu o ensanguentado 20 de setembro. Ao fim, Almênio não conseguiu permanecer na desordem republicana que a consciência cristã desautorizava. E tal consciência moral o levou a defender o império e a jovem nação. Edélia, a própria consciência da nação contra crimes de lesa-pátria, é a virtude do Império. O imigrante Hendrichs, com exemplos e lições das revoluções passadas, mostrou o que, na visão do narrador, seria o melhor caminho a ser seguido politicamente: respeitar a ordem, a fé cristã e a unidade do Império. *A divina pastora* mostrou mais que guerras ou eventos militares. O texto criou uma representação sobre o “ensanguentado 20 de setembro” em que dilemas morais, exemplos, a pedagogia cristã do narrador, amores ceifados por escolhas políticas se desenvolveram no cotidiano dos personagens sob o imaginário da construção do Estado monárquico brasileiro, em que a Farroupilha foi condenada em *A divina pastora*.

O GAÚCHO, DE JOSÉ DE ALENCAR

Após o período de consolidação do Estado imperial brasileiro, de 1831 a 1850, entrar-se-ia no período denominado o apogeu da monarquia, de 1850 a 1875. O poder do Partido Conservador desdobrou-se até 1853. Desse ano até 1862, prevaleceu a política da Conciliação, depois na sequência veio uma temporada liberal até 1868. Dom Pedro II em 1853, tendendo a revogar a supressão dos liberais do poder, levou ao gabinete um político do Partido Conservador que se delineava a suplantar os conflitos políticos que cindiam o Império desde 1831. Este político era Honório Hermeto Carneiro de Leão, marquês do Paraná. Falecido em 1856, sua arquitetura política ficou incompleta.

A Conciliação, mesmo que de reduzida duração, transformou a estabilidade do campo político-partidário que se deslocou no sentido de robustecer politicamente o Partido Liberal. Em 1862, foi concebido um novo partido que reunia liberais moderados e conservadores dissidentes, a que se deu o nome de Liga ou Partido Progressista. Concomitante ao fim das insurreições e do temor da divisão do território, começaram embates sobre o caráter do sistema político. Liberais, progressistas e, após 1869, os radicais, principiaram a questionar diversas particularidades das instituições monárquicas. Só não questionavam o centro das instituições: a própria monarquia. Entretanto, essa dinâmica da vida política cessou-se, por um evento começado no fim de 1864: A Guerra do Paraguai: “Prolongando-se o conflito, o imperador julgou necessário chamar ao poder os velhos conservadores, a cujo grêmio pertenciam os políticos mais experientes e os melhores oficiais. A mudança se deu em 1868 e causou um pequeno terremoto político” (CARVALHO, 2012, p. 105). O Brasil sustentou a maior parte das despesas da guerra tanto em soldados como recursos financeiros. Para Carvalho (2012), somente a disposição de D. Pedro II conservou o exército na guerra até a ruína de Solano Lopez. Os resultados para o erário brasileiro foram calamitosos. As decorrências políticas da guerra igualmente foram nocivas.

Nesse novo contexto do Império vem a lume, em 1870, o romance *O gaúcho*, do escritor cearense José Martiniano de Alencar, nascido em Mecejana, Ceará, em 1º de maio de 1829. Quando Alencar lançou o romance *O gaúcho* já era reconhecido e famoso escritor nacional. Era a época de uma literatura nacional orientada à designação dos componentes basilares da cultura nacional. Alencar, então, narrou aos leitores a formação nacional das várias regiões do Brasil e:

Esta intenção cultural surge em conjunto com uma necessidade política da jovem nação de construir a sua imagem, de encontrar em sua História valores autóctones formadores da cultura brasileira. Assim

inicia-se dentro do movimento literário romântico uma tendência que se propõe a mapear os modos de viver regionais, tendo José de Alencar como o intelectual que conduz este pedagógico projeto nacionalista que visa apresentar os costumes, o linguajar e o comportamento típicos dos habitantes de outras regiões do interior do Brasil, aos brasileiros da Corte e vice-versa. Alencar manifesta muita consciência quanto ao seu papel [...] demonstrando o quanto se sentia historicamente envolvido no esforço de construção da identidade nacional via Literatura (GOMES, 2008, p. 40-41).

O romance *O gaúcho* começa por uma descrição da natureza. O narrador descreve como melancólicos e solenes os vastos campos que margeiam o rio Uruguai. A paisagem é erma, imóvel, de profunda solidão. O pampa é o pasmo, por toda parte a imutabilidade. O pampa, segundo o narrador, é a pátria do tufão. Passa a borrasca sem deixar vestígio, “a savana permanece como foi ontem, como há de ser amanhã” (ALENCAR, 1982, p. 14). Era manhã de 29 de setembro de 1832. Reinava o inverno e soprava o minuano. Descreve o narrador que um moço de 22 anos corria a toda velocidade na campanha. Reconhecia-se pelo traje que era um gaúcho: ponche, chiripá, botas e chilenas grossas. Na parada comia um churrasco. Seu nome era Manuel Canho.

Na tarde desse mesmo dia havia um alvoroço na vila de Jaguarão. O general Lavalleja fora batido por Rivera no Uruguai. Derrotado, foi obrigado a passar a fronteira. Em território brasileiro, o caudilho foi intimado pelo coronel Bento Gonçalves a entregar as armas. Os soldados foram recolhidos ao quartel e Lavalleja ficou hospedado na casa de Bento Gonçalves esperando um destino. Em Jaguarão, o povo especulou que Bento não desarmou com gosto o caudilho. E que preferia ter feito isso com Rivera.

Era a hora da ceia e Bento Gonçalves voltou para casa e encontrou Lavalleja nervoso a falar. O caudilho uruguaio exclamou para Bento Gonçalves: “Coronel, o senhor não é um homem!” (ALENCAR, 1982, p. 22). Bento Gonçalves

respondeu, passada a cólera, que precisaria dois castelhanos para fazer meio brasileiro. Lavalleja retrucou, voltou a insistir no mesmo ponto, porque para ele se Bento fosse homem seria o primeiro em todo o Rio Grande: “Em vez de coronel se faria General” (ALENCAR, 1982, p. 23). Para o caudilho do Estado Oriental, o Rio Grande do Sul seria um Estado independente se Bento assim o desejasse. Bento terminando a conversa respondeu:

Sou brasileiro; nasci cidadão do império; e assim hei de viver, enquanto houver liberdade em meu país, porque para mim a liberdade não é a burla para enganar o povo, mas o primeiro bem, que não se perde sem desonra, e não se tira sem traição. Quando eu me convencer que para ser livre, é preciso deixar de ser imperialista, não careço que ninguém me lembre o que me cabe fazer. O coronel Bento Gonçalves saberá cumprir seu dever (ALENCAR, 1982, p. 23-24).

O romance *O gaúcho* reafirma a identidade brasileira unida à integridade do Império, e que os brasileiros lutam pela liberdade e os platinos pelo poder. O romance procurava fornecer à nacionalidade em vias de formação padrões de conduta através da ação de seus personagens. Acabou que o romance alencariano fixou-se num centramento da brasilidade que o induziu para certa depreciação dos países platinos. Sendo que a tônica de *O gaúcho* e do período era a vontade em nacionalizar a literatura no século XIX, isso levou o romance alencariano a ser marcado pelas tensões sul-americanas.

No romance *O gaúcho*, enquanto deslizava a existência obscura e tranquila de Canho, “ensaia-se o drama terrível” que ensanguentaria a Província e a transformaria num campo de guerra. Estava em curso o prólogo da revolução. Desde 1832, quando se realizou o desarmamento de Lavalleja por Bento Gonçalves, iniciaram-se, para o narrador, os germes de uma conspiração para espalhar a independência e a república na Província. O caudilho uruguaio concentrou energias para

promover a propaganda de sua pretensão. Desse tempo data a criação de sociedades secretas que se ramificaram por toda Província sob a invocação da liberdade, mas que no fundo preparavam a revolução. Lavalleja foi a Buenos Aires, onde “obteve para o futuro estado a proteção secreta de Rosas” (ALENCAR, 1982, p. 80). Fontoura acompanhou o caudilho em tal passagem, em que “naturalmente assistiu ele às conferências onde se planejou a grande Confederação do Prata, formada dos três estados independentes: de Buenos Aires sob a ditadura de Rosas, Montevidéu sob a ditadura de Lavalleja, e Rio Grande sob a ditadura de Bento Gonçalves” (ALENCAR, 1982, p. 80).

No partido que se organizava a oposição armada, “havia uma fração que era francamente republicana” (ALENCAR, 1982, p. 80), que aspirava à independência e à Confederação do Rio da Prata. Para o narrador, o republicanismo chegou a tal ponto “que desvanecia de momento a repugnância tradicional das duas famílias da raça latina” (ALENCAR, 1982, p. 80). Para o narrador, não havia dúvida que Netto e Canabarro eram a alma do republicanismo na revolução. Contudo, observou que a outra fração política do mesmo partido não tinha ideias de separação e independência. Limitar-se-ia a restaurar a liberdade. Dessa parcialidade política, “era chefe incontestado Bento Gonçalves da Silva, o homem de maior influência na província, aderiram sinceramente não só liberais da campanha como a classe militar, decaída do antigo lustre com a política democrática e pacífica, inaugurada pela revolução de 7 de abril” (ALENCAR, 1982, p. 80).

No romance *O gaúcho*, portanto, interesses ofendidos se reuniram contra um inimigo comum: a regência trina. Um governo fraco que tinha a irritação dos aliados e o desprezo dos adversários. Para o narrador, Bento Gonçalves resistiu às instâncias do grupo republicano. Por isso, “a história lhe fará justiça”, porque foi sua lealdade e o seu prestígio que

contiveram a revolução há muito fomentado na população. Para o narrador, não havia no espírito de Bento uma atuação tão forte do princípio monárquico “quanto o sentimento de nacionalidade e, sobretudo da dignidade da raça. Como brasileiro devia repugnar-lhe a comunhão com os povos de origem espanhola” (ALENCAR, 1982, p. 81). Tampouco devia passar despercebido para o coronel que a intenção de Rosas era “a restauração do antigo vice-reinado de Buenos Aires” (ALENCAR, 1982, p. 81). Também, narrou-se que Bento foi chamado à Corte acusado de excitar à revolução. Contudo, ele nunca se aproveitou das desordens e voltou da Corte disposto a acalmar os ânimos. Entendeu-se que o coronel não defendeu a revolução e a julgava com rigidez. Não obstante, a narração para com a Farroupilha foi diferente e na escrita de *O gaúcho*, o “drama terrível” (a Farroupilha):

Não foi unicamente um crime político, um atentado à integridade do Império, foi mais do que isso, foi um grande erro que felizmente não se consumou. A separação do Rio Grande seria um sacrifício de sua nacionalidade, que brevemente ficaria absorvida, senão aniquilada pela anarquia das repúblicas platinas. Não se decepa um membro para dar-lhe força (ALENCAR, 1982, p. 81).

Na interpretação que *O gaúcho* oferece para a Farroupilha, esta foi mais que um erro, um cálculo político infeliz contra a nacionalidade brasileira e a integridade do Império. Um golpe da anarquia platina contra a ordem imperial brasileira. Portanto, o imaginário monárquico está presente no romance *O gaúcho*.

De volta à narrativa de *O gaúcho*, no suceder dos dias, ocorreu a demissão de Bento Gonçalves do comando do 4.º corpo de cavalaria e da fronteira de Jaguarão. Segundo o narrador, esse ato de energia teria abrandado o drama terrível se não fosse a fraqueza da regência. A exoneração de Bento foi avaliada como um desafio à revolução e, desse modo, formou-se na campanha uma convicção de que

o rompimento era inadiável. Contudo, Bento Gonçalves esperava que a regência de Feijó repará-lo-ia dos agravos que sofreu; então, temendo perder a disposição do coronel, os republicanos resolveram precipitar o acontecimento.

Em uma noite na vila de Piratini, ouviu-se um homem aos gritos de “tomamos Porto Alegre”. Era Lucas Fernandes e logo a população foi à praça aclamar com entusiasmo a revolução. Para o narrador, não era de estranhar-se o desenlace dos acontecimentos que chegavam a Piratini, porque depois de 7 de setembro “alguns amigos de Bento Gonçalves o tinham convencido de que a revolução era inevitável” (ALENCAR, 1982, p. 106).

No ponto em que havia chegado a situação, se Bento Gonçalves não tomasse a frente dos rumos, seria total a radicalidade. Por isso, “o meio mais seguro de prevenir a separação da província era sem dúvida a revolução; ela tirava o pretexto aos republicanos” (ALENCAR, 1982, p. 106). O coronel saiu de Camaquã, convencido por essas razões, e marchou sobre Porto Alegre a 20 de setembro. O presidente Fernandes Braga fugiu e organizou a resistência em Rio Grande. O coronel, senhor da capital, despachou Manuel Canho com uma carta para Netto em Piratini avisando que deveria bater Silva Tavares em Herval. Lucas, que estava também na Capital, seguiu com Canho para estar mais perto da próxima luta.

Ao longo da narrativa, Manuel Canho apaixonou-se por Catita. Em Piratini, Canho foi avisá-la da última ordem que recebera de Bento Gonçalves, que era a de levar uma carta para Rosas em Buenos Aires. Um mês passara até que Manuel Canho voltasse da missão. Antes de ele regressar a Piratini, passou em Bagé para ver a mãe e a irmã. Logo após, partiu para Piratini para ver Catita. Contudo, ao chegar o gaúcho ficou sabendo pelo pai da moça que ele fora desonrado. A moça fora enganada por um mascate

chileno chamado D. Romero.⁴ Nesse momento em que o gaúcho se encontra atônito, Bento Gonçalves chegou a casa de Lucas. Fortunata (a mãe de Catita) contou ao coronel o que ocorreu. Bento aproximou-se de Canho e deu-lhe uma palavra de consolo. Ele despertou-se com a voz do coronel, sorriu-lhe e entregou-lhe a carta que Rosas lhe enviara. Depois disso apartou-se. Foi atrás da sua vingança. Mas o chileno fugiu e estava protegido por tropas legalistas. Mas o gaúcho conseguiu capturar o chileno e o levou a Piratini, onde o obrigou a casar com Catita. Depois o chileno tentou violar Catita e é morto por Manuel Canho. O gaúcho e Catita somem juntos montados em um cavalo em meio a um tufão.

O gaúcho constitui um momento do projeto de Alencar de narrar a brasilidade, assim, regionalizar em Alencar não significa fragmentar, mas integrar a cultura local no todo do projeto nacional. Alencar usou elementos regionais em *O gaúcho*, apropriando-se da estética romântica, para construir uma simbologia que expressava a natureza nova e peculiar das nações em construção. Dessa forma, a Farroupilha mostrou-se, na narrativa alencariana, como parte de um projeto literário nacional em que os personagens históricos ou fictícios representam uma parcela de um quadro maior.

O VAQUEANO, DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE

No Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1870, foi publicado no jornal *A República* o manifesto do movimento republicano no Brasil. O manifesto tinha em destaque as ideias de democracia e federalismo e, também, continha críticas ao poder pessoal do imperador e sua interferência nos resultados eleitorais. Ele fora assinado em sua maioria por dissidentes do Partido Liberal. A grande maioria era da província de São Paulo, onde as demandas desta província e de outras mais periféricas se viam como mal representadas

4 Para Alencar (1982, p. 31), D. Romero tinha “excessivo donaire que afeta geralmente a raça espanhola”.

na rígida estrutura de representação da política imperial. A defesa do federalismo levou muitos deles para o campo reformista.

Com o rearranjo político nacional, após a queda do gabinete liberal, em 1868, novas formas de representação do passado articulam a crise política do presente. Na província de São Pedro, o lugar de produção intelectual de maior relevo foi o Parthenon Literário, sob a direção de Apolinário Porto Alegre, onde articulou-se um novo imaginário sobre a Farroupilha. A geração parthenonista estava voltada aos temas públicos do Estado, sem ainda tomar parte dele, e valem-se de sua escrita para agir no processo político em curso, somente a geração republicana posterior que comandaria o PRR atingiu ao comando do Estado. Os instrumentos que os parthenonistas dispunham eram ou jornais ou revistas literárias. Junto com a crítica, de que foram os precursores, os letrados do Parthenon produziram contos, poesia e romance, gêneros por meio dos quais propagaram seu ideário liberal, o apoio inicial ao republicanismo e começaram a narrar a Farroupilha diferentemente do controle do imaginário monarquista. O Parthenon, constituído em 1868, era um lugar associativo de cunho não oficial e autônomo em relação às instituições do Império e, por causa disso, nesta instituição tiveram repercussões as divergências da sociedade local.

Nesta nova etapa da escrita sobre a Farroupilha, dois imaginários se chocam. Interessante notar é que *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre, é de 1872, isto é, quando a palavra oficial do IHGB sobre a Farroupilha, *A guerra civil no Rio Grande do Sul* de Tristão Araripe de 1881, ainda não havia sido publicada. Então, tem-se a partir desse período uma disputa em torno do imaginário da Farroupilha, isto é, o projeto monárquico da nação centralizada começa a ficar poroso e enfrentar as primeiras adversidades públicas. Os republicanos, os militares, os abolicionistas e os centros

urbanos começam a questionar a vida política e social no Império.

Apolinário Porto Alegre nasceu na cidade de Rio Grande em 1844 e morreu em Porto Alegre, na Santa Casa, em 1904. Iniciou seus estudos na faculdade de direito de São Paulo, mas não formou-se, por razão da morte do pai e do amparo aos familiares. Fez-se professor, poeta, romancista, linguista e educador exercendo grande influência intelectual em sua época. Pelos periódicos, na literatura ou ministrando suas aulas, espalhou a ideia de república e de um novo reconhecimento sobre história da Farroupilha.

O romance *O vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre, narra a história de José Avençal e sua participação como vaqueano no exército farroupilha. O romance começou a ser publicado na Revista Mensal da Sociedade Parthenon Literário (RMSPL), grêmio onde o letrado teve função de relevo. A narração adota os preceitos do romantismo seguido pela maior parte dos componentes do Parthenon, com a ascendência de José de Alencar. O pano de fundo do romance é a Farroupilha, e o enredo mescla dois temas prezados pelo Romantismo: o amor e a vingança, em que estão submergidos José de Avençal e Rosita.

A ação do romance *O Vaqueano* passa-se no período de 14 de julho de 1838 a 15 de novembro de 1839, composto tanto por personagens históricos como fictícios. O romance começa com uma descrição da paisagem rio-grandense. Narra-se o que seria a característica da paisagem: o frio. Esta descrição é uma forma de particularizar a província em relação ao restante da nação. Pergunta o narrador quem pode amar o inverno, período em que a vida congelaria, com neve, frio intenso e solidão. A paisagem da maior parte do livro são os campos de Vacaria. E assim, para o narrador “que íntima e mística afinidade existe entre a natureza e a alma humana” (PORTO ALEGRE, 1987, p. 25). O que acontece com esta encontra ecos naquela. Para o narrador

o homem é um autômato. O homem seria governado por um poder estranho a si próprio. O homem seria governado pela natureza e, neste caso, o homem rio-grandense tem sua natureza: o frio.

Depois de referir-se à natureza, o narrador aborda como é o homem rio-grandense: “de repente na treva sulcou uma centelha. Crer-se-ia que fora ferida uma pederneira” (PORTO ALEGRE, 1987, p. 27). Cena mítica em que nas trevas fez-se o fogo. Só do fogo que aquece poderia nascer a vida, surgiu o homem, o rio-grandense. O narrador pede que “acerquemo-nos” do fogo. Era 14 de julho, dois homens estão juntos de uma fogueira tomando mate. Descreve um dos mateadores com fisionomia franca, jovial, insinuativa típica do campeiro rio-grandense. Descreve sua roupa, o poncho.

Essas descrições de costumes e trajes fazem parte do projeto romântico de construir um tipo regional que integre a jovem nação em construção. Em aspectos da vida cotidiana e da história, criam-se o cenário e o entendimento da nação e da região. Após descrever esse hábito local, muda de cena e passa a uma conversa entre dois líderes da revolução: Garibaldi e Canabarro. Eles estavam conversando sobre como chegar mais rapidamente a um determinado lugar, pois, para Canabarro, a surpresa é a alma da guerra. Canabarro manda chamar o vaqueano, que se caracteriza por ser um profundo conhecedor dos caminhos e é o guia do exército. O vaqueano, que era um dos mateadores, foi ao encontro dos líderes militares e disse que os levaria ao seu destino de forma mais rápida, mas que o novo caminho era mais perigoso. Conforme se lê:

Os republicanos com as grandes vitórias adquiridas em 1838, mormente a do Rio Pardo, em 30 de abril, onde reunidas as forças de Netto, Canabarro, João Antônio da Silveira e Bento Manuel, fizeram retirar o exército imperial comandado pelo General Sebastião Barreto Pereira Pinto, quiseram estender a área dos combates,

e para tal intuito determinaram tomar a Província de Santa Catarina. Aí vão eles, agora que os encontramos, executar o plano concebido (PORTO ALEGRE, 1987, p. 29).

Nota-se que não é o fim do controle, mas o início de outro controle do imaginário. Se, na geração literária posterior a Apolinário haveria uma ruptura com o modelo liberal-romântico, em Apolinário não houve tal mudança. O que muda de Apolinário para Caldre e Fião e José de Alencar é seu entendimento político, permanecendo a semelhança estética. O que altera do romance dele aos outros, onde a *poiesis* mostra sua força de criação, é a partir da demanda política de Apolinário. Ele é republicano e a partir disso cria um significado diferente para a Farroupilha. Essa nova reapresentação da Farroupilha tem, na distensão política que os novos liberais e republicanos trazem para a representação do passado, uma nova configuração política para o presente.

Na continuação do romance, o exército republicano estava perto do morro de Santa Marta e Moisés⁵ foi como bombeiro averiguar a vila de Laguna. Em 23 de julho, o estandarte da “República do Piratini” estava fincado sobre a vila, balançando aos ventos da vitória. Enquanto isso,

Canabarro tratou logo de se precaver contra qualquer eventualidade. Levantou na barra uma forte bateria em defesa do porto e fez armar quatro embarcações para o curso. Garibaldi, não só bom soldado, mas excelente marinheiro, [...] foi nomeado chefe da esquadilha. Também em pouco infestou a costa, e raro era o dia em que não fazia presas consideráveis de navios mercantes do império, requintando de audácia até o ponto de aparecer em frente à cidade do Desterro e de ameaçá-la com um canhoneio. Canabarro, no continente, não descansava, os planos de hostilidades abrangiam a Província inteira. Esperava em breve ocupar toda ilha, de posições tão importantes, que o tornariam

5 Meio irmão de José de Avençal.

formidável por terra (PORTO ALEGRE, 1987, p. 85).

Contudo, chegou o dia em que o governo central, assustado com a invasão de Laguna, temeu por uma ocupação geral da Província de Santa Catarina. Também viu seus navios mercantes “apresados por um inimigo cuja audácia e valor não tinham limites” (PORTO ALEGRE, 1987, p. 100). A Corte nomeou o Marechal Soares de Andréa para o exército e o chefe da força naval era Frederico Mariath. Em 15 de novembro de 1839, imperiais e republicanos travaram a batalha. Canabarro “campava” na bateria que defendia o porto e Garibaldi estava com os navios prontos para a batalha. Rompe o fogo e quantas façanhas, heroísmo e bravura. Percebe-se uma mudança de entendimento em relação aos farrapos diferente do controle monárquico. Na escrita ficcional de *O vaqueano* se reconhecia nos farroupilhas exemplos de bravura e liberdade:

Como Canabarro e Garibaldi sorriam jubilosos, sob um céu de metralhas de fogo! Leões da guerra, colunas avançadas da liberdade, cederam [...] ao número e recursos poderosos, não ao esforço e bizzarria. Grandes na vitória e no infortúnio. Grandes na derrota, porque tinham no coração as lágrimas do desespero! Derrota?! Não... retirada gloriosa, ressaca de vagalhões que imprimiram o selo de sua pujança onde bateram, fracassando (PORTO ALEGRE, 1987, p. 101).

Para Apolinário, os republicanos eram heróis até na derrota. A bandeira tricolor flutuava na hástia mesmo crivada de balas, contudo media-se altiva com a bandeira do Império. Há uma disputa política pelo imaginário, isto é, com o romance *O vaqueano* inicia-se outro entendimento literário e político sobre a Farroupilha. O imaginário monarquista e, o outro, republicano. Canabarro manda recolher a bandeira, pois a posição iria ser tomada. Nisso o vaqueano gritou dizendo que vai guardar a bandeira e que nos imperiais iria “dar-lhes uma lição”. Tocou-se a retirada, “partiram tantos heróis ainda com ímpetos de retrocederem, se a voz do

chefe ordenasse. Quantos naquele momento não preferiam ter ficado na arena da batalha” (PORTO ALEGRE, 1987, p. 102). Enfim, as tropas partiram, Avençal só ali se conservava tendo à mão um morrão aceso. Pensava que em pouco tempo estaria com Rosita.⁶ Os imperiais aproximavam-se. Ele espalhou rastilho de pólvora através do terreno até o mastro em que estava a bandeira. Os legalistas tomaram a posição e, neste momento:

Avençal bradou: Viva República! E seu braço abaixou o morrão; o rastilho incendiou e [...] uma detonação horrenda, nuvens de fumo, espanadas de fogo! Quando o ar desanuviou, viu-se que o pavilhão da República não costumava render-se: ardia com seus inimigos (PORTO ALEGRE, 1987, p.102).

Assim, *O vaqueano* mostrou o conflito sulino de 1835 como um momento de afirmação de um novo imaginário: o republicano. Se esteticamente *O vaqueano* é semelhante a *A divina pastora* ou a *O gaúcho*, contudo aquele inova politicamente, pois retira a Farroupilha do controle político monárquico, iniciando uma disputa pelo reconhecimento do imaginário na Farroupilha na escrita ficcional.

CONCLUSÃO

A ficção do romance em *A divina pastora* ficou controlada pelo imaginário monárquico. A República e seus personagens são colocados em contraste com o projeto da construção da ordem. Os farroupilhas são bandidos, criminosos, mentirosos. Quando Almêmio resolve se unir aos farroupilhas, é para burlar a ordem e se distanciar da moralidade cristã. *A divina pastora* pode ser compreendida como romance com um viés pedagógico, querendo instruir aos leitores da época exemplos a respeito de ética social e moral cristã, além da história como exemplo para compreender como a província mais ao sul do Império

6 Par romântico de Avençal.

equivocou-se com a Farroupilha. Portanto, o romance de Caldre e Fião se articula a um imaginário pós-independência, em que os letrados brasileiros desenvolveram uma literatura nacional que escreveria a história da jovem nação. A construção da ordem foi um vetor intelectual para pensar a ficção, para uma história e uma cultura não mais luso-brasileira, mas apenas brasileira, que permitisse conhecer o Brasil imperial, sua geografia e sua história através da ficção do romance.

Alencar estava vinculado de forma política e estética ao controle do imaginário da monarquia, provavelmente ele foi um dos seus maiores inventores e controladores. Contudo, constrói um romance em que a ficção leva o histórico a contradições, pois ao mesmo tempo que condena a Farroupilha como movimento político militar, ao contrário de Caldre e Fião, Alencar não condena os personagens farroupilhas (que narra em seu romance) Bento Gonçalves e Manuel Canho, o que possibilita recolocar a Farroupilha na história nacional por outro lado: o ficcional. Assim, problematizando do ponto de vista teórico o controle do imaginário monárquico do período.

A disputa decisiva em relação à interpretação da Farroupilha de Apolinário em comparação com a de Caldre e Fião e José de Alencar manifesta-se em sua crença política. Se ele tem outro entendimento do conflito sulino, o tem é por ser republicano e por produzir num espaço de escrita não monárquico. Assim, acaba escrevendo ficcionalmente a Farroupilha de uma forma diferente do controle imperial não por questões estéticas, e sim por convicções políticas. O que permite a Apolinário ser “transgressor” *poeticamente* é seu ideário político: a república. Contudo, essa “transgressão” é aberta em *O gaúcho* de Alencar, que ao condenar o movimento político, ao mesmo tempo, “salva” os personagens, e assim, integra os farroupilhas na história nacional. É por esse caminho que Apolinário problematiza

o imaginário monárquico, pois põe em contradição um dos seus elementos: o Estação-nação, nesse caso o Brasil monárquico. Enfim, três romances escritos sobre a Farrroupilha no século XIX e três representações literárias distintas do mesmo passado.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, José de. (1870). **O gaúcho**. São Paulo: Ática, 1982.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. (1847). **A divina Pastora**. Porto Alegre: RBS, 1992.

CANDIDO. Antonio. **A formação da literatura brasileira: Momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860/1910)**. Tese de doutorado. UNICAMP/IFCH, 2004.

LIMA, Luiz Costa. **Trilogia do controle**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

PORTO ALEGRE, Apolinário. (1872). **O Vaqueano**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1987.

TRAJETÓRIAS POLÍTICAS

DO SILÊNCIO À BARGANHA: A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE E SUAS REPERCUSSÕES NAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DE FARRAPOS APÓS A REINTEGRAÇÃO DA PROVÍNCIA.

Carla Menegat¹

O acordo que selaria a paz entre os revoltosos farroupilhas e o Império, conhecido como Paz de Ponche Verde não encerrou todas as tensões entre os líderes políticos que haviam acolhido a proclamação da República Rio-grandense de 11 de setembro de 1836 contra a monarquia brasileira. Ao longo dos anos que se seguiram ao encerramento da revolta, muitas foram as formas desses homens se manifestarem. Proponho aqui seguir algumas trajetórias pós-conflito de líderes importantes entre os farroupilhas para entender as dimensões da reintegração desses rebeldes na política e mesmo na sociedade imperial, especialmente no que toca às estratégias empregadas ao silenciar ou relembrar a extinta república como sintoma da falta de habilidade política da Corte em conseguir combinar seus interesses com os da Província.

David Canabarro passou às páginas da historiografia como personagem importante e polêmico na construção da pacificação da Província. A relação estreita que criou com o Conde de Caxias e a sombra de sua participação no planejamento do ataque de Porongos (OLIVEIRA; SALAINI, 2010, p. 46-49) são facetas bastante controversas. Especialmente aos olhos das condições de sua reintegração à Guarda Nacional em 1850, às vésperas da Campanha contra Oribe e Rosas, quando o presidente da Província, Pimenta Bueno pediu que Bento Manuel Ribeiro – o general que trocou de lado quatro vezes durante a Farroupilha –

1 Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atualmente é docente no Instituto Federal Sul-Rio-grandense.

intercedesse e o convencesse a assumir o Comando Superior da Fronteira de Quaraí e Livramento. O próprio Pimenta Bueno seguia as ordens de Caxias, preparando a campanha que seria liderada por este. O Conde percebera antes mesmo de encerrar a Farroupilha que para garantir a paz na fronteira campanha do Rio Grande do Sul precisaria ter como aliados os homens que conheciam a guerra naquelas paragens (MUGGE, 2014).

O proclamador da República Rio-grandense, General Antônio de Souza Netto tomaria rumo diferente depois do conflito. Atravessaria a fronteira e se instalaria no Uruguai, levando junto seus homens fiéis. Netto seria constantemente vigiado pelo Império, sendo visto como uma ameaça nos primeiros anos após a assinatura de Ponche Verde. Tanto que, às vésperas da Campanha contra Oribe e Rosas, quando o Barão do Jacuí organizava as “califórnia” – expedições de apresamento de gado em fazendas no Uruguai – o medo do Império era de que o próprio Netto aderisse à empreitada para desestabilizar a paz na Província. Curiosamente, o Barão de Jacuí adquirira seu título combatendo contra os farrapos, mas suas atitudes levaram o Império a observá-lo como um rebelde em relação às decisões da Corte sobre os assuntos do Prata.

O ministro da Fazenda da República Rio-grandense, Domingos José de Almeida abandonaria sua ambição de escrever uma história da Revolução Farroupilha, para a qual vinha juntando documentos no fim da década de 1850, por conta da recomendação de aliados e desafetos de que a divulgação de tais situações serviria apenas para reanimar os ânimos contra o Império. Almeida recebera do Império não apenas a anistia política mas também isenção de impostos sobre seus estabelecimentos de graxas, couro, velas e charque em Pelotas logo após o encerramento do conflito. Tendo se tornado novamente importante membro da sociedade charqueadora estabelecida em Pelotas,

Almeida seguiria um liberal ferrenho, que usava as letras para movimentar a política. Seja com cartas ou com a edição de jornais, sua participação no cenário provincial seria expressiva.

Ainda assim, a reintegração desses e de outros farroupilhas foi difícil na mesma medida em que foi necessária ao Império. A Farroupilha ensinara à Corte que na Província do Rio Grande do Sul a guerra era parte da construção da política. Talvez o principal serviço ao Império estivesse justamente nas armas, e em nenhum outro ponto do Império a possibilidade de mobilização da Guarda Nacional foi tão clara e presente. O próprio desenvolvimento das batalhas mostrou ao Império que não havia peritos maiores no terreno que os comandantes militares treinados na região, e um contingente considerável deles esteve no lado revoltoso, assim como parte considerável da elite provincial, característica particular em relação a outros movimentos do período.

O perigo da revolta precisava ser afastado em muitos sentidos. Um deles estava diretamente relacionado às reclamações que levaram à rebelião: o reerguimento da economia da região, devastada após a guerra e que sofria com a guerra civil pela qual passava o Uruguai.² A presença da fronteira nessa equação também foi chave importante para entender a necessidade do Império de atender anseios e pacificar a província com a reintegração dos revoltosos.³

2 Guerra Grande é a denominação que a historiografia uruguaia dá ao conflito entre os partidos *colorado* e *blanco* que se transformou em guerra civil e dividiu o país em dois governos entre 1839 e 1851. Profundamente aliados aos unitários argentinos, os *colorados*, liderados por Fructuoso Rivera, se tornaram alvo do presidente vizinho Juan Manuel Rosas, que por sua vez era aliado do principal líder dos *blancos*, Manuel Oribe. Por mais que seja considerada uma guerra civil, este conflito extrapolava as fronteiras, coexistindo na Argentina e apenas tendo sido encerrado graças à interferência militar do Império do Brasil, com a Campanha contra Oribe e Rosas (1851-1852).

3 O termo "*califórnia*" como designação da prática empregada especialmente pelo Barão de Jacuí, mas que é ainda anterior, de atravessar a fronteira Brasil-Uruguai e tomar o gado à força como represália pelos confiscos realizados pelas autoridades uruguaias, era uma alusão à contemporânea descoberta de ouro naquele território da América da Norte (ver MENEGAT, 2015).

A fronteira oferecia outros desafios, especialmente aqueles ligados à manutenção do sistema escravista⁴ – tema então bastante sensível com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós – e à produção de pecuaristas brasileiros no país vizinho (VARGAS, 2014). O principal produto da província, o charque, dependia de ambos os aspectos. Pecuaristas, charqueadores, senhores da guerra, líderes políticos urbanos, todos se enredavam numa rede de relações que atravessava a fronteira múltiplas vezes.

Ainda assim, a segunda metade da década de 1840 pode ser definida como de silêncio e suspeita sobre a revolta. Não era aconselhável falar dos eventos, muito menos observar a participação de um ou outro indivíduo nos episódios. Mesmo os homens que se aproximaram do Barão de Caxias e que se tornaram sua base política na província naqueles primeiros anos, como David Canabarro, Antônio Vicente da Fontoura e Bento Manuel Ribeiro, observaram uma certa discricção em sua atuação. A Coroa soube reconhecer aqueles que tinham lhe prestado serviços, como bem apontou Miquéis Mugge:

Apesar de ter se dirigido à Corte em março de 1846, eleito Senador, Caxias teve tempo suficiente de produzir três tipos diferentes de listas: propondo oficiais para ocupar os postos vagos no Exército; fazendo conhecer legalistas que deveriam ser agraciados com medalhas e outras honras; passando “cautelas”, isentando oficiais rebeldes do serviço do Exército e da Guarda Nacional (MUGGE, 2014).

Esse procedimento não foi isento de contrariedades. O jogo político exigido para reintegrar os antigos rebeldes por vezes desgostava aqueles que tinham lutado como legalistas. De toda forma, reorganizar a relação com as elites regionais foi a tônica das relações políticas naqueles anos, exigindo da Corte o uso constante da negociação e a da

4 Para uma discussão sobre fronteira recomendo a percepção da “fronteira manejada” ver em (FARINATTI; FLORES, 2014).

conciliação. O retorno da elite da Província do Rio Grande do Sul esteve na sua pronta mobilização nas questões do Prata e na sua adesão, inclusive além das fronteiras, a um projeto nacional que era marcado pela escravidão e pela monarquia em contraponto aos países vizinhos.

De toda forma a relação seguia marcada por um quê de paradoxo. Os discursos dos presidentes de província apontam a dubiedade com a qual o Império encarava os senhores da fronteira. Valores como a habilidade guerreira, adquirida nos muitos anos de guerras, tanto podiam, num mesmo comunicado, ser louvadas como parte de um conjunto que permitia à Província defender o Império das ameaças provenientes dos países vizinhos, quanto ser o eixo central de uma acusação da incapacidade de estabelecer ordem e civilização, impelindo os cidadãos a cometerem crimes.

Entender esse cenário tortuoso exige um olhar para o papel que os ex-farroupilhas deram a memória imediata sobre o conflito, seja no silêncio sobre, seja na sua enunciação.

TORTUOSAS TRAJETÓRIAS DISRUPTIVAS: HOMENS, GUERRA E POLÍTICA

Antes mesmo de assinada a paz de Ponche Verde, Domingos José de Almeida e sua esposa Bernardina retornaram a Pelotas, obstinados a retomarem o curso de suas vidas e de seus negócios no estabelecimento de charqueada que lá possuíam. Ao findar o ano de 1845 estavam à espera de mais um filho. Infelizmente, aos trinta e nove anos, Bernardina não suportaria os efeitos de uma hemorragia e viria a sucumbir em 17 de maio de 1846. Esse evento marcou a necessidade de Almeida renovar sua relação com a família da esposa, buscando manter a saudável troca que ao longo dos anos de guerra permitiu a sobrevivência dos seus.

O retorno a Pelotas significou a renovação de outras relações. O primeiro “protetor” de Almeida, o Dr. João Batista de Figueiredo Mascarenhas repetiu o investimento na fixação do conterrâneo ao emprestar todo o dinheiro que adquiriu vendendo sua propriedade de Pau Fincado – uma quantia de mais de cem contos de réis – para que fossem quitadas as dívidas (CUNHA, 1902, p. 27). Reproduzindo o gesto depois de um quarto de século, Mascarenhas podia ao mesmo tempo pretender manter as aquisições anteriores, como também ampliá-las. Se Almeida estava desprovido de recursos financeiros, ao retornar depois de uma década percorrendo a província possuía um cabedal ainda maior de contatos, de vínculos, todos eles contendo inúmeras possibilidades. Era a atualização da estratégia que anos antes havia ligado dois conterrâneos em uma relação desigual, porém não dependente, e que ao mesmo tempo em que investia ambos de obrigações recíprocas, não os comprometia definitivamente, evitando restrições de suas capacidades de expansão social. Como apontei em pesquisa anterior (MENEGAT, 2009), Almeida e Mascarenhas estavam em campos diferentes da política e não compartilhavam rede familiar, mas mantiveram os mesmos laços de solidariedade que haviam possibilitado a migração e fixação de Domingos naquela cidade.

A percepção de que todos os recursos relacionais adquiridos durante a década em que estivera dentre os revoltosos insurgidos contra o Império não bastavam por si, mas que constituíam uma dimensão diferente, porém intimamente relacionada com a dos recursos locais, possivelmente indicou a Almeida a sua volta ao cenário político da Cidade de Pelotas. Antes de se lançar candidato a qualquer cargo, Domingos optou por defender determinados concorrentes. Assim o fez quando da eleição para Deputado Geral⁵, defendendo o primo de sua esposa,

5 AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-653-655, p. 116;119-120.

o advogado Dr. Israel Rodrigues Barcellos. Impedido de se ausentar por muito tempo de Pelotas devido à grave situação de suas finanças, Almeida exerceu sua influência através da escrita. Cartas e manifestações em jornais demarcaram suas posições políticas e especialmente indicaram quem o acompanhava.⁶

Paralela a essa atuação local de aglutinador eleitoral, Domingos José de Almeida seguia se comunicando com correligionários políticos em outros pontos da província, especialmente com os antigos companheiros de revolta na região da Campanha. Indivíduos com quem antes divergia em relação à condução da República Rio-grandense, neste momento passam a ser identificados como aliados⁷, indício de que a identidade de revoltosos era um elemento catalisador. E curiosamente, a necessidade de esquecer o passado de rebelião para se (re)integrar ao Império era conjugada por estes indivíduos com a necessidade de lembrar o mesmo à Corte.

David Canabarro comprou, em 1846, a estância São Gregório em Santana do Livramento e, ao que parece, ocupou-se ainda na década de 1840 de recompor seu patrimônio. Essa estância era contígua a da Alegria, que possuía em sociedade com seu cunhado e tio Antônio Ferreira Canabarro. Em 1849, depois de desfazer a sociedade com o tio-cunhado, Canabarro compra com seu irmão a estância São João do Umbu, outra propriedade contígua a São Gregório. Os negócios pareciam demandar muito tempo, dado a dinamicidade de investimentos. Ao menos, em 1850, quando chamado a assumir o Comando Superior de Quaraí e Livramento, reclamou que aquele seria “um dos maiores

6 BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE. *Jornal O Pelotense*, tomo único, nº 23. 07 jan 1852. fl 1.

7 Entre outros nomes surgem Antônio de Souza Netto, David Canabarro, José Mariano de Mattos e José Gomes Portinho. AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 652; 656; 662; 664; 675; 678; 689; 690; 708; 728.

sacrifícios”.⁸

De toda forma, os negócios não pareciam ter retirado Canabarro completamente da política. Seguiu se correspondendo ao menos com outros liberais, mormente com ex-farroupilhas, como Almeida. Ao mesmo tempo, parece ter mantido muito próxima sua relação com Caxias. Provavelmente a relutância em aceitar o posto estivesse em outra ordem de negócios.

Um posto militar significava a mobilização de muitos recursos, especialmente os sociais. Canabarro deve ter calculado quantos homens teria de mobilizar naquela fronteira do Quaraí e Livramento. A região, território tradicionalmente dominado pelos Ribeiro de Almeida, família de Bento Manuel, era vista até então como uma extensão sul da fronteira do Alegrete. Santana do Livramento ganhara importância justamente durante a Farroupilha, como importante ponto de contato com os aliados no lado uruguaio. Também era a região de atuação do Barão do Jacuí, que lutou e ganhou seu título como legalista e vinha promovendo um dos mais controvertidos movimentos, as “califórnia”, e o mais importante sobre isso, possuía muitos simpatizantes e seguidores. Num mundo onde política, guerra e família se misturavam, era preciso equacionar todas essas questões.

A capacidade militar de Canabarro não estava em questão, ele tinha recebido a honra de ser convidado para assumir o posto, possivelmente a questão colocada era: valia a pena arriscar liderar homens num conflito que poderia reacender suspeitas e polêmicas em torno de seu caráter. Ou ainda, a relutância podia apenas estar relacionada a uma outra postura que se tornaria cada vez mais comum, a da barganha. Talvez, mais provavelmente em minha opinião, Canabarro tenha sido o primeiro ex-farrapo a perceber que

8 ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. Ofícios de 22 de outubro de 1850, de 25 de setembro de 1850 e de 16 de setembro de 1850.

tinha uma habilidade necessária ao Império, liderar homens nas batalhas de guerra de cavalaria ligeira, e com isso, tenha observado a chance de obter as melhores vantagens de sua posição.

A posição de Comandante de Fronteira numa guerra em país vizinho não estava desprovida de vantagens, especialmente para um homem de negócios como Canabarro. Sabe-se que uma das atividades dos comandantes de fronteira era abastecer suas tropas e as do exército. Ao menos, em 1853, Canabarro negociou cavalos para as tropas do exército com o Brigadeiro Ortiz, importante estancieiro da região, por preço bastante generoso (FARINATTI, 2010, p. 141). Esse tipo de situação construía e reforçava um cabedal de relações políticas e comerciais importantes e que podem explicar porque o General David Canabarro se manteria no posto pelos anos seguintes, até a Guerra do Paraguai e o complicado evento da invasão paraguaia em Uruguiana.

Sua habilidade militar, provada na Campanha contra Oribe e Rosas, lhe devolveria o mesmo posto que ocupava entre os farrapos, o de General. Honraria retirada para evitar que os rebeldes reintegrados se iguallassem aos legalistas, ao fim, teve ser restaurada. Como apontei anteriormente, a reintegração não foi completamente desprovida de tensões e nem sempre os farrapos silenciaram essas tensões. Por vezes, usaram dos méritos que tiveram frente às tropas e à administração da República Rio-grandense como recurso para se fazerem notar.

Almeida fez um manejo bastante racional deste recurso, em diferentes ocasiões. A memória do conflito aparece tanto como uma justificativa para seguir atuando politicamente, como quando afirmou a um correligionário político que “velho e desgostado, desejo empregar o pouco tempo que me resta da existência no reparo de males que com as melhores intenções cooperei para que

aparecessem”.⁹ Ou pôde estar presente como ameaça em momentos de negociação, como quando Domingos José de Almeida escreveu ao Império seu pedido de reembolso pelas dívidas da extinta República, declarando que se não lhe for satisfeito o pagamento, será obrigado a denunciar tal injustiça através da publicação de um jornal na tipografia de sua propriedade.¹⁰

Curiosamente, há a possibilidade de que esta tipografia seja aquela mesma adquirida em Montevidéu para servir a República e que foi considerada perdida, a mesma tipografia que havia gerado boa parte de suas dívidas. Domingos não possuía tipografia alguma em 1835, precisando mandar publicar em Porto Alegre seu Manifesto aos Concidadãos¹¹ e, considerando-se que o empreendimento da imprensa republicana esteve a seu encargo, especialmente nos últimos anos, quando editou os dois últimos jornais farroupilhas – O Americano e A Estrela do Sul – é provável que tão valioso equipamento tenha sido levado com ele a Pelotas quando do seu retorno.

Dez anos depois esta mesma tipografia entrava em funcionamento para a edição de O Brado do Sul, jornal sob a direção de Carlos Von Koseritz, alemão até então desconhecido na província e que aqui tinha chegado engajado como uns dos soldados Brummer (PIASSINI; PADOIN, 2015) na campanha contra Rosas e depois havia permanecido lecionando em aulas do secundário (CUNHA, 1902, p. 30). Publicado entre março e outubro de 1858, o jornal foi obrigado a sair de circulação por falta de um editor responsável. Koseritz foi espancado brutalmente em dezembro do mesmo ano, após tentar sem sucesso

9 AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-655, p. 120.

10 BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogo de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 002.

11 ALMEIDA, Domingos Jose de. *O Cidadão Domingos Jose de Almeida a Seus Compatriotas*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farrroupilha, 1986. [original de novembro de 1835]

a aprovação de um novo editor pelas autoridades locais (CUNHA, 1902, p. 31).

Diante de tal fato, Domingos José de Almeida resolveu assumir a responsabilidade sobre o jornal, eliminando o expediente do uso de um testa de ferro que assumisse o ônus decorrente das virulentas discussões estampadas no periódico, numa demonstração de que seu prestígio podia sustentar inclusive uma posição considerada pouco confiável. E nas páginas de O Brado do Sul, Almeida renovaria a tensão com as autoridades centrais, iniciando a publicação de documentos sobre a República, tencionando escrever uma história da revolução. A intenção foi adiada por pedidos tanto dos aliados quanto dos adversários (MIRANDA, 2016). O surgimento de ataques convulsivos, possivelmente resultado de uma epilepsia tardia¹² impediram qualquer plano futuro de publicações e com o passar do tempo e a diminuição do lapso entre os ataques, outros projetos não tiveram continuidade.

Ainda assim, o papel de Domingos José de Almeida como mediador dos liberais na Província do Rio Grande do Sul seguiu até a eleição que antecedeu sua morte. Em setembro de 1860 escreveu a David Canabarro na distante fronteira do Quaraí pedindo votos para o Barão de Mauá: “Reiterando meu pedido para que V.S. com seus numerosos amigos se empenhem na reeleição do Barão de Mauá de Deputado à Assembleia Geral Legislativa pelo 3º círculo [além de] meu parente e amigo o Dr. Joaquim José Afonso Alves, que (...) há demonstrado ter compreendido as

12 É complicado tratar de epilepsia durante o século XIX, porque muitas outras coisas eram confundidas com tal doença, além do fato de existirem muitas variedades. Além disto, epilepsia em si não existe, o sintoma é resultado de alguma outra doença, como já alertava Hipócrates; até hoje, no entanto, muitas destas causas não são identificadas - em torno de 40%. Das confusões mais comuns, especialmente em mulheres, era com quadros variados de histeria, caso de Jacobina nas suas “visões” que norteavam (ou desnorteavam, melhor) os Muckers. Se os ataques começaram tardiamente, como neste caso, a causa mais comum capaz de provocar morte seria Sífilis, o que aponta para um comportamento mais promíscuo do que aquele verificado para Domingos José de Almeida (MENEGAT, 2009).

necessidades da Província”.¹³

Canabarro, naqueles anos, se encontrava como um dos mais prestigiosos líderes políticos, além de importante peça na defesa da Fronteira, onde iniciavam já os distúrbios que culminariam na Guerra contra Aguirre, em 1863. A parte principal de seu prestígio provinha justamente de sua capacidade em arregimentar homens, seja para as batalhas, seja para as urnas. Contudo, seu silêncio sobre a Farroupilha foi tão notável quanto sua reintegração à política monárquica. Nem todos atingiram esse grau de integração, como no caso de Almeida, que acabou por assumir sua posição de ex-farrapo como constante. Possivelmente, é importante aventar, não lhe tenham surgido as mesmas oportunidades que teve Canabarro, e assumir a pecha de revoltoso anistiado tenha sido seu melhor recurso.

Se a tensão com o poder central foi constantemente renovada por Almeida, como forma de barganhar posições, em outros momentos permaneceu inativa, permitindo que o velho insurgente usasse seu prestígio como forma de cooperar com o poder central (FARINATTI, 2007). Durante os preparativos para as campanhas contra Oribe e Rosas no ano de 1851 exerceu particular atuação no recrutamento para as tropas, produzindo listas detalhadas de homens em condições de servir, baseadas em seu conhecimento das experiências dos indivíduos em conflitos anteriores, especialmente entre os que engrossaram as fileiras da extinta República. Adjetivando os indivíduos que constavam do rol, Domingos não apenas o constituiu no sentido de identificar possíveis recrutáveis, como utilizou de seu prestígio para convidá-los a pedido do então Conde de Caxias.¹⁴ Ainda, utilizou de sua posição privilegiada para ao mesmo tempo em que enviava seu afilhado e cunhado Modesto Rodrigues

13 AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-731.

14 AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-663, p. 128-132.

Barcellos e seu filho Luiz Felipe de Almeida, solicitar a dispensa de outro filho seu, Bernardino Bráulio de Almeida, acometido há um ano por uma moléstia que o colocava como incapaz para o serviço das armas.¹⁵

O envio de dois de seus parentes seria uma honraria, mas nem por isso deixou de ser negociado, exigindo Domingos que ambos fossem tomados sob a proteção de José Mariano de Mattos, ele mesmo um ex-farrapo reintegrado ao exército e à política na Corte, e informando de que determinadas condições alimentares foram utilizadas como forma de convencê-los a rumarem junto às tropas.¹⁶ Luiz Felipe foi particularmente indicado como dotado de habilidades que podiam e deviam mantê-lo longe dos exercícios de batalha, desde que isso não significasse estacionar sua carreira militar, patrimônio muito vantajoso para ser desperdiçado apenas pelo risco de morte que poderia correr. De todos os filhos varões de Domingos e Bernardina que chegaram à idade adulta, apenas o mais jovem, Epaminondas Piratinino não exerceu nenhuma função militar. Assim como a falta de ensino superior, a inexistência de carreira militar era uma deficiência no cabedal de recursos de Almeida e que ele percebeu como necessidade a ser suprida.

A guerra era um elemento importante naquele contexto, compondo grande parte da cultura política (MENEGAT, 2011). De fato, antes da revolta, o número de municipalidades era realmente diminuto na Província: quatorze, nove deles criados após 1822. A pouca habitualidade com os aparatos públicos e o baixo índice

15 AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 3. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-664, p. 132-133.

16 “Eles vão animados pelas informações que lhes tenho dado de que vão passar a mui bem tendo ao toque de alarma uma boa tigela de chocolate, 4 ovos quentes e um pão; [rasgado] de vinha e uma taça de café com bolachinhas doces. Ao jantar, assado de couro, uma fatia de presunto, arroz, outra garrafa de vinho e uma libra de queijo londrino; e à noite chá com torradas. Quem passa assim, não passa mal!” AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 3. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-664, p. 132-133.

de graduados no ensino superior que compunham a primeira assembleia provincial são indícios importantes da conformação da participação política. Ao mesmo tempo, o serviço militar sempre fora um importante serviço prestado à Coroa. E como aponte, depois da Revolução Farroupilha, a Corte se atentara a necessidade sempre presente de bons comandantes. Esse foi o caminho de David Canabarro para a reintegração política. E mais tardia e tortuosamente também seria o caminho de Antônio de Souza Netto.

Finda a Revolução Farroupilha, Antônio de Souza Netto, Chefe do Estado-Maior e General da extinta República Rio-grandense decide viver em suas propriedades no Estado Oriental do Uruguai, num autoexílio voluntário.¹⁷ Segundo a tradição, Netto teria sido acompanhado por mais de duzentos escravos, que o teriam feito de livre e espontânea vontade e que seriam seus peões¹⁸ na estância de La Gloria, na localidade de Piedra Sola, na divisa dos departamentos de Tacuarembó e Payssandú. Netto ainda possuía outra propriedade, a Estância do Rincón de Zamorra, próximo ao lugar conhecido como Clara em Tacuarembó, assim como uma porção menor de terras na costa do Jaguarão. Foi a partir desses pontos que Netto passou a atuar nos mais de vinte anos que se seguiram.

As primeiras aparições de menções a Netto depois da Revolução Farroupilha na documentação diplomática e de guerra, tanto da província quanto do Império datam do

17 Assumo aqui a expressão de Cesar Guazzelli como uma metáfora, dado que Netto retornaria frequentemente ao território do Rio Grande do Sul segundo a documentação. A metáfora, a meu ver, se refere a prática dos caudilhos derrotados do Prata de não participar diretamente da política de seus países. O que reforça a imagem é a semelhança com Artigas, que migrou com os indígenas que eram seus clientes, assim como tantos homens pobres. Como veremos, esse autoexílio de Netto será interrompido antes mesmo de completar uma década, mas acredito que a inspiração original fosse essa (GUAZZELLI, 2013).

18 Essa memória tradicional é baseada no relato de um sobrinho-neto do General, que inclusive aponta que muitos desses homens seriam sobreviventes do corpo de lanceiros negros. (OLIVEIRA; SALAINI, 2010, p. 46-49). Essa versão, difícil de ser confirmada se popularizou enormemente com o romance "Netto perde sua alma" de Tabajara Ruas, que depois foi adaptado para o cinema em filme homônimo.

ano de 1847. Diferentes autoridades do Império tiveram preocupações com a amizade pública que Netto tinha com Oribe, evidenciada pelo período em que representou os farroupilhas em negociações por apoio militar para a República Rio-grandense. Rumores davam conta de que Netto estava agrupando homens para auxiliar os *blancos* numa invasão ao Império para libertar os escravos de Pelotas. Duas famas do general farroupilha faziam ecoar os boatos: sua discutível paixão pelo republicanismo, denotada de seu ato de proclamação da República Rio-grandense em 11 de setembro de 1836 e a reputação de abolicionista que angariara para suas tropas no recrutamento durante a revolta.

O medo crescente em relação a uma invasão vinda desde o Estado Oriental para realizar a abolição era um sentimento bem típico dos últimos anos da década de 1840. A questão era entender por que Netto era tido como o pivô dessa possível invasão, além de sua pública amizade com Oribe. Durante toda a sua estada no Comando de Armas dos farroupilhas, Netto foi um grande recrutador de escravos. A prática de recrutar os escravos do inimigo era comum desde o período colonial, e foi empregada pelos dois lados da contenda. A diferença residia no fato de que, incapazes de contar com a mobilização nacional que dispunha o Império, os farrapos foram obrigados a se voltar para dentro da Província e para fronteira platina, recrutando muito mais cativos que o exército imperial (CARVALHO, 2013, p. 69).

O abolicionismo dos farroupilhas era guiado, como em outras guerras da Bacia do Prata, pelas necessidades de tropas. Muitos farroupilhas tomaram medidas para proteger seus escravos, como por exemplo o próprio Ministro da Fazenda da República Domingos José de Almeida, que como mencionei, enviou seus escravos para serem alugados em Montevideú. Se os escravos que, diz-se, acompanharam Netto ao Estado Oriental o fizeram de livre

e espontânea vontade ou não, o conhecimento que tenho da documentação me impede de construir uma avaliação. Possivelmente se sim, faziam parte do discurso que criava uma imagem abolicionista para Netto. Ainda assim, uma série de dados indica o oposto.

De toda forma, acreditar na figura de Netto como um abolicionista fazia parte do corrente temor que as revoltas regenciais haviam despertado. Não foram poucos os movimentos daqueles anos que tiveram a direção de escravos, como a Revolta dos Malês, na Bahia, do mesmo ano de 1835 que viu eclodir a Farroupilha, e antes disso a revolta em Carrancas, em Minas Gerais em 1833 (REIS, 2003; ANDRADE, 2013), ou de pardos e libertos, como a Sabinada, a Cabanagem e a mesma Balaiada também encerrada por Caxias.

Netto, durante a rebelião dos farrapos se mostrou um aparente entusiasta da República. As correspondências que trocou com Domingos José de Almeida antes e depois da Revolução o deixam claro¹⁹, especialmente aqueles em que discutia os editoriais do primeiro jornal farrapo, “O Povo”. Mas sua percepção do republicanismo estava marcada pela experiência platina, pela constituição de uma soberania das gentes em substituição a inexistência de uma soberania monárquica e pela prática política entrelaçada à liderança militar, enquanto Almeida almejava um republicanismo mais calcado no liberalismo norte-americano e de certa forma mais urbano, com uma arena baseada no debate público e não nas armas. E essa diferença era o que marcava inclusive os movimentos de Netto depois da Farroupilha.

Enquanto Almeida retornou para Pelotas e rapidamente se reinseriu na cena política se tornando voz ativa na opinião pública, Netto se retirou para o interior da campanha, declarando que a monarquia era incompatível

19 CV 2225, 2250, 2366, 2497. Anais do AHRs. Vol. 4.

com seus princípios (DORATIOTO, 2008, p. 88). Como veremos, essa postura se alterou ao longo dos anos que viveu no Estado Oriental. A partir do fim dos anos 1840, e mais especialmente depois do fim da Guerra Grande, Netto não se furtaria a buscar no Império o auxílio necessário, o que me faz crer que sua adesão ao republicanismo fosse um elemento discursivo de barganha. Quando recorrer ao aparato do estado monárquico lhe era interessante, Netto não deixou que seu republicanismo atrapalhasse a resolução de seus problemas.

Em busca de respostas para os boatos que corriam a campanha e chegavam ao Rio de Janeiro, a Porto Alegre e a Montevideú, o Império enviou Osório para visitar Netto, sob o disfarce de uma licença para cuidar de negócios. Esse pretexto nos revela um importante ponto. Osório era proprietário de uma estância no Arapehy e sua cobertura seria a venda e compra de gado em diferentes pontos do norte do país vizinho. Ao mesmo tempo que demonstra o papel dos estancieiros no mercado de gado, evidenciando uma prática comum, essa constatação permite perceber que não era possível enviar um mensageiro qualquer ao encontro de Netto, se o objetivo era a discrição. Além de ser alguém confiável ao Império e a Netto, o mensageiro tinha de se passar por um homem daquelas paragens facilmente, ou sê-lo, como Osório. Se a missão não fosse silenciosa, a posição de neutralidade do Império poderia ser comprometida ou pior, a mensagem de que o Império temia uma guerra com Oribe seria desastrosa.

Osório retornou no início de 1848 informando que Netto estava em sua estância apenas cuidando de seus negócios, embora seguisse amigo e compadre de Oribe, a quem respeitava muito.²⁰ Embora as referências sejam bastante divergentes, algumas indicando que Netto teria composto as forças de Caxias na campanha de 1851, algumas

20 IG¹ 179 – Série Guerra – Gabinete do Ministro. ANRJ.

dizendo que ele não se envolveu no conflito, sempre de forma contundente, as fontes nos permitem ver uma atuação bem mais silenciosa. Netto lidava com a suspeição através do silêncio, mas não com completa inação.

Netto fora se encontrar com Oribe como muitos rumores anteviam.²¹ Em contrapartida também se reuniu para conversar com o grupo que organizava as *califórnicas*, antes dos primeiros manifestos do Barão do Jacuí, como os boatos opostos indicavam. A questão a ser observada se resume ao fato de que Netto não aderiu a nenhum dos dois lados. Se Netto tinha ou não oitenta, cem ou duzentos homens, nesse caso se torna irrelevante, ele não os levou a nenhum dos dois lados. Acredito ser mais plausível crer que o estancieiro tenha buscado realizar a mediação entre seus compatriotas e o presidente oriental, como alguém que de fato não estava diretamente interessado em uma solução específica e contava com a confiança das duas posições.

Possivelmente pela mesma razão Netto não tenha se envolvido na campanha de 1851²², mesmo que nos anos seguintes da década de 1850 ficasse clara sua feroz oposição à política de Estado dos *blancos*. As relações pessoais neste caso se sobreponham a questões políticas e acredito que se tratava de não fazer guerra a um amigo, no caso Oribe, muito mais do que não defender o Império. As manifestações de Netto nos anos logo posteriores ao fim da Guerra Grande mostraram que seu desacordo com o projeto político dos *blancos* era grande.

Netto era perigoso aos olhos do Império por motivos muito semelhantes àqueles que tinham tornado David Canabarro tão valioso a partir da Campanha contra Oribe e Rosas. Netto era um famoso criador de cavalos, com

21 Nota de 10 out 1849. Códice 309/4/23 Arquivo Histórico do Itamaraty.

22 Não encontrei registro que permita constatar qualquer presença de Netto em qualquer corpo militar, o que me leva a acreditar que as afirmações de sua participação na campanha de 1851 tenham sido feitas a partir de documentos que não consultei ou que haja alguma confusão sobre os dados.

contatos importantes nas províncias *litoraleñas* argentinas e possivelmente com ligações até o Paraguai. Durante a Revolução Farroupilha o General ficou famoso pela capacidade de saquear o inimigo e inimigos dos amigos platinos em busca de reses e montarias. Mas possivelmente foi sua condição de grande proprietário e criador que permitiu que Netto convertesse seu prestígio militar em patrimônio político de forma mais consistente. Em vários momentos dos anos 1850 a documentação dará conta de seu trânsito desde Tacuarembó até Pelotas, negociando gado e, me arrisco afirmar, apoio político, se transformando com isso de antigo líder rebelde da província em uma voz ativa e potente dos interesses dos estancieiros brasileiros no Estado Oriental.

Ao longo dos anos esse papel transformaria a reação do Império à figura de Netto. Certamente o medo de que mobilizasse homens contra o Império era parte importante da equação que levava as autoridades brasileiras a respeitá-lo, mas havia sua condição de representante dos estancieiros estabelecidos no Uruguai, não apenas frente ao Império, mas frente às próprias autoridades uruguaias. No conjunto de reclamações pendentes da Missão Saraiva exemplarmente se encontra a seguinte nota referente ao ano de 1855: “Asesinato del capataz de la estancia del brasileiro Antonio Netto, perpetrado por la comandancia de la policia de Lorena. El Ministro brasileiro reclamó el castigo del asesino em Abril de 1855. – Pendiente”.²³ Ao contrário de inúmeros outros casos no mesmo documento em que se nomeiam as vítimas da agressão e assassinatos, neste caso, o nomeado foi Netto, o patrão, indicando que neste caso a relevância estivesse não na vida retirada, mas na ofensa sofrida. Certamente o fato de que Netto, naquele ano de 1864, foi a figura pública mais ativa na campanha política por uma nova intervenção na República Oriental do Uruguai

23 “Correspondência e Documentos Especiais relativos à Missão Especial do Conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio da Prata em 1864”. Bahia: Tipografia do Diário, 1862. p. 05

permitiu que ele participasse da formulação das petições da Missão, com uma representação inclusa.²⁴

Nos anos que se seguiram à Guerra Grande Netto se tornou um dos principais interlocutores dos problemas vividos pelos estancieiros brasileiros no norte uruguaio até o momento que, no início dos anos 1860, os *blancos* elegem Bernardo Berro presidente e recomeçaram a implementar o projeto de Estado Nacional que tanto desagradava aos brasileiros, com a proibição de contratos de peonagem²⁵ com prazos maiores que seis anos e a anulação legislativa de vários pontos dos Tratados de 1852, especialmente aquelas ligadas ao trânsito livre de gado. Nesse momento uma ampla campanha pela intervenção em prol do *colorado* Venâncio Flores é desencadeada, com a participação de deputados sul-rio-grandenses, como Felipe Nery e o nome de Netto surge frequentemente nos jornais da Corte.²⁶

Os senhores da guerra na fronteira dependiam de um determinado arranjo social e econômico para manter sua posição. As mudanças impulsionadas pelo governo de Berro, assim como a revisão das taxas sobre o *tasajo* platino nos portos brasileiros vinha enfraquecendo a posição dos produtores de charque de Pelotas. O mercado de gado no interior do Estado Oriental devia passar por uma reorganização graças ao aumento da

24 *Idem*, p.02.

25 O contrato de peonagem, ou *conchavo de peonaje* consistia em dispositivo que simulava a alforria condicional, aquela em que o escravo ficava obrigado a cumprir determinados termos – servir um senhor até sua morte, ou a filha de um senhor até seu casamento, ou por tantos anos até pagar seu valor – e, portanto, remetia à prerrogativa da inviolabilidade do poder do senhor sobre o escravo, ao devolver ao senhor a decisão sobre a liberdade. Muito embora os contratos fossem realmente contratos, contendo cláusulas para ambas as partes, suas condições retomavam a precariedade da vida escrava. Na prática o senhor “libertava” o escravo sob a condição e que esse trabalhasse em suas propriedades no Uruguai por um número determinado de anos (que poderia chegar a trinta). (Para mais ver: BORUKI; CHAGAS; STALLA, 2004).

26 Matheus Luís da Silva (2015) aponta em sua dissertação de mestrado 158 ocorrências entre 1850 e 1866 que mencionam Antônio de Souza Netto nos jornais da Corte presentes na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Dessas, 107 são dos anos entre 1863 e 1866 (SILVA, 2015, p. 62).

produção em Montevideu e na província argentina de Entre Ríos, provavelmente criando novas possibilidades de negócios. A posição de um grande criador como Netto estava na sua capacidade de oferecer, entre outras coisas, negócios seguros e vantajosos, o que poderia mudar com a estagnação da produção das charqueadas brasileiras. Ainda, o problema da mão-de-obra seguia sendo uma constante, como tantos documentos apontam. Netto mobilizou toda a sua extraordinária rede de relações numa tentativa de manutenção de seu poder naquele contexto.

Ao mesmo tempo que Netto usufruía de relações privilegiadas com políticos da Corte, os anos que sucederam a visita de Giró a Tacuarembó frutificaram em boas relações com os *colorados*. Netto parece ter criado especial relação com Venâncio Flores, com quem, junto ao comandante Fidelis dividiria o comando das tropas ao sul do Rio Negro na Guerra contra Aguirre. Seria também a confiança em Netto e a adesão brasileira à campanha no Uruguai em 1864 creditada a ele que permitiria que Flores levasse os orientais para dentro da Tríplice aliança.

No início dos anos 1860 os medos em relação ao republicanismo de Netto prevaleciam apenas nas falas de seus inimigos. Em muitos aspectos ele havia se tornado um defensor do Império, ainda que usasse a memória da secessão farroupilha como elemento importante de seu poder de barganha no jogo político monárquico. Netto havia estabelecido muitos aliados na Corte, se estabelecendo como interlocutor dos problemas dos estancieiros no Uruguai. Ângelo Muniz da Silva Ferraz havia sido presidente da província do Rio Grande do Sul entre outubro de 1857 e abril de 1859, exatamente quando houve a crise de superprodução do charque e os problemas dos estancieiros no Estado Oriental recomeçaram (SILVA, 2015, p. 77). Ferraz, então senador com uma promissora carreira na política imperial, recém chegado da Corte, teria escrito

a muitos líderes locais da província de forma destacada a Netto.²⁷ Parece vir desse período a relação que se tornaria fundamental para os desdobramentos dos anos 1860. Ferraz se tornaria em agosto de 1859 Ministro da Fazenda e se tornaria Ministro da Guerra em 1865.

Ferraz encontrou-se em meio a possibilidade do Império se ver de novo arrastado para um conflito no Estado Oriental quando estourou a Revolução de 1858 naquele país e buscou o auxílio dos vice-cônsules para encaminhar providências que garantissem a segurança dos brasileiros residentes no país vizinho. Como informou ao Encarregado dos Negócios, não conseguindo boas conclusões, precisou recorrer a outros meios.

Acusando a recepção do officio que V.Ex.^a se dignou dirigir-me em 24 de Dezembro do ano passado, no qual comunica as medidas que o Governo dessa República adoptou para prevenir a revolta que ahi ultimamente teve lugar, tenho a significar a V.Ex.^a que logo que tive conhecimento desses movimentos procurei pessoalmente providenciar sobre a segurança da fronteira e proteção das pessoas e propriedades dos Brasileiros residentes nesse Estado, prestando-me nessa occasião o Cidadão Antônio de Souza Netto os mais relevantes serviços, não podendo o mesmo dizer dos Vice-Consules Brasileiros na Fronteira.²⁸

Ferraz provavelmente precisou contar com Netto para evitar que brasileiros se envolvessem nessa revolta que se mostrou rápida e terrivelmente malograda. A intervenção de Netto, neste caso, demonstra a influência que contava entre os proprietários e sua capacidade de avaliar a situação política no Estado Oriental e certamente foi parte do que construiu seu prestígio junto a Ferraz, que se revelaria tão importante nos anos seguintes.

27 Edição de 5 ago 1858, Diário do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital BN. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170> > Acesso em 05 out 2015.

28 Códice A3-04. AHRN.

Os distúrbios que começaram em dezembro 1857 e seguiram pelo primeiro mês do ano de 1858 no Estado Oriental foram resultado de uma rebelião armada envolvendo líderes *colorados* de diferentes pontos do país, que se levantaram contra o governo eleito. Parte do acirramento de disputas entre as duas facções do país, a revolta foi sufocada com o que ficou conhecido como o Massacre de Quinteros, onde foram fuzilados todos os chefes derrotados presos, entre eles César Díaz – que voltara do exílio em Buenos Aires, onde tinha se dirigido para acompanhar Venâncio Flores, de quem era um dos principais apoiadores – e Manuel Freire, este último um dos *Treinta y Tres Orientales*. Ao todo 152 homens foram executados no Paso de Quinteros, sobre o Rio Negro, por ordem do presidente Gabriel Antonio Pereira, ele mesmo um dos pais fundadores do Estado Oriental.

Pereira passava por um momento complicado quando a rebelião se levantou. A tentativa de um governo conciliatório entre *blancos* e *colorados* apontava para se tornar uma experiência malograda, muito embora a morte de Oribe em novembro de 1857 e o afastamento temporário de Flores da política oriental – Flores se exilara na Argentina e prestava serviço lutando nas guerras contra os indígenas ao sul de Buenos Aires – parecessem constituir as condições perfeitas para a perspectiva que ficou conhecida como *fusionista*. A sangrenta finalização da revolta permitiu que Gabriel Pereira finalizasse seu mandato, mas não exterminaria com a rivalidade entre os dois grupos, que voltaria com toda carga nos anos 1860, com a eleição de Bernardo Berro e a oposição de Venâncio Flores desde o outro lado do Rio da Prata. Estava terminado o apartamento de Flores da política naquela que passara gradativamente a ser chamada nos documentos de República Oriental.

Nesses mesmos anos, Ângelo Muniz da Silva Ferraz estaria no centro da Corte, enquanto Netto estaria organizando forças para combater a política dos *blancos*,

tanto metafórica quanto literalmente. Como bem apontou Matheus Luís da Silva, essa relação aparentemente insólita entre um conservador baiano monarquista e um liberal de veia republicana da fronteira esteve guiada pela solidez da convergência de interesses entre a Corte e os estancieiros, mais uma vez (SILVA, 2015, p. 81). O autor aponta ainda, para reforçar a questão da relevância das relações pessoais sobre as políticas, a ocasião do afastamento de David Canabarro do Comando de Uruguaiana, depois da invasão do cerco daquela vila pelos paraguaios. Quando Ferraz, então Ministro da Guerra precisa nomear alguém para o lugar de Canabarro indica o nome de João Antônio da Silveira, forte aliado e amigo de Netto.

Nesse sentido, a posição de Netto um pouco dentro, um pouco fora da política imperial era extremamente interessante. Canabarro tinha sofrido em sua relação com Ferraz o desgaste das muitas eleições apoiando candidatos liberais na província. Além disso, sua atuação política na fronteira, de alguma forma sempre duvidosa, além da relação próxima com Caxias, virtual candidato a pasta da Guerra, incomodava Ferraz. Na oportunidade em que o Ministro precisou de um culpado pela invasão, o encontrou em Canabarro, que não se furtou de devolver a acusação de negligência na defesa da fronteira ao Ministro quando apresentou sua defesa. Ao contrário de Netto que tinha construído sua trajetória estando apartado de cargos e funções no serviço do Império, Canabarro se reabilitara e colocara seu cabedal na dependência de seu posto.

As disputas locais não acabavam descoladas das afinidades políticas com o centro. Canabarro e Netto tiveram ao longo dos anos uma relação complexa, marcada por idas e vindas. Fizeram parte de grupos políticos distintos durante a Farroupilha e há crença entre parte da historiografia sobre a revolta de que Netto não tivesse gostado nem dos termos da pacificação nem da participação desleal de Canabarro no

Massacre de Porongos. De toda forma, em alguns momentos dos anos seguinte houve aproximações.

Em 1862 ao menos, quando o General Netto usava de carga para exercer pressão sobre o Império para a resolução dos problemas dos brasileiros no Uruguai e ameaçava tomar a margem direita com quatro mil homens, afirmava estar contando com o apoio de Canabarro.²⁹ Porém, nos anos das Guerras contra Aguirre³⁰ e do Paraguai, Netto e Canabarro trocariam reclamações de lado a lado, o primeiro reclamando que o segundo não dava proteção aos brasileiros na República Oriental; o segundo denunciando o uso de meios violentos que o primeiro usava para recrutar sua Brigada Voluntária (SILVA, 2015, p. 84-86). De toda forma, em 1864, David Canabarro protegia bandos armados partidários de Venâncio Flores em suas terras na fronteira.³¹ Ao menos no que se referia a fazer guerra contra Aguirre, Netto e Canabarro estavam do mesmo lado.

A reintegração dos ex-farrapos passou com bastante frequência pela guerra. Até um homem da política letrada e urbana como Almeida se favoreceu dos esforços de guerra em 1850, e mesmo o suspeito Netto se tornaria comandante importante no Paraguai. Mas certamente o fim do ciclo de guerras no Prata, com a Guerra do Paraguai coincidiria com o encerramento dessa forma de fazer política, não por acaso sendo também o período da morte desses homens.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Marcos Ferreira. Rebelião escrava e política na

29 Correspondências caixa 33. AHRs.

30 Venâncio Flores invadiu o Uruguai iniciando sua “Cruzada Libertadora” em 1863. Em 1864, com o país imerso numa guerra civil, o mandato de Bernardo Berro expira. Na impossibilidade de realizar a eleição o Senado nomeia interinamente Atanasio Cruz Aguirre, que dirigia aquela casa legislativa, como presidente. Quando o Brasil invade o Uruguai, a Guerra é realizada contra o governo constitucional de Aguirre, muito embora o inimigo fosse Bernardo Prudêncio Berro.

31 Avisos do Ministério de Estrangeiros, B.1.0.32. AHRs

década de 1830: O impacto da Revolta de Carrancas. **Anais eletrônico do 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. **Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855**. Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.

CARVALHO, Daniela V. **Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CUNHA, José Zeferino da. **Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida**. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902.

DORATIOTO, Francisco. **General Osório: a espada liberal do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto E. FLORES, Mariana F. da C. T. “A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)” In: HEINZ, Flávio (org.) **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FLORES, Mariana F. C. T. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

GUAZZELLI, Cesar A. B. **O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre: Linus, 2013.

MENEGAT, C. “Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: USP, 2011.

_____. **Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: brasileiros e produção pecuária no norte do Uruguai em meados do Século XIX**.

Tese de doutorado, PPG História – UFRGS, 2015.

_____. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos** (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MIRANDA, Marcia Eckert. A Revolução Farroupilha e a República Rio-Grandense: o arquivo, as coleções e os anais. **Acervo**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 162-177, abr. 2016. ISSN 22378723. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/644/697>>. Acesso em: 12 Ago. 2016.

MUGGE, Miquéias H. Sobre pacificação e reorganização: a guarda nacional e a Província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha. In: **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS. Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira; SALAINI, Cristian Jobi. Traição Farroupilha: Documento que revela massacre de soldados negros por líderes farroupilhas gera polêmica até hoje. **Revista de História**, v. 58, 2010.

PIASSINI, C. E. ; PADOIN, M. M. . A Guerra Grande (1839-1852) e os Brummer: Fronteira e Imigração Germânica no Rio Grande do Sul do séc. XIX. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Matheus L. **Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

VARGAS, Jonas M. Na trilha das tropas: os charqueadores de Pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (Rio Grande do Sul, c. 1850 - c. 1890). **Revista Territórios e Fronteiras**, vol. 7, nº 2, 2014.

IDEIAS E DISCURSOS

REPÚBLICA: O DEBATE SOBRE O CONCEITO NA IMPRENSA LEGALISTA AO TEMPO DA FARROUPILHA

Álvaro Antonio Klafke¹

INTRODUÇÃO

República era um termo recorrente nos periódicos da província, à época da chamada Revolução Farroupilha. Curiosamente, o conceito surgia mais frequentemente nos escritos legalistas do que nos jornais farrapos, ou seja, era mais combatido do que defendido explicitamente. De parte dos farrapos, porque parecia mais urgente, e viável, de início, lutar por reformas que atendessem às suas demandas do que propor uma radical alteração de regime, com independência da província. Quando esta aconteceu, foi cercada pelas ambiguidades de um permanente aceno à possibilidade de retorno à “comunhão brasileira”. Pela parte que toca aos defensores da monarquia, cabia, por um lado, estabelecer distinções claras entre os sistemas, ressaltando os perigos que a ordem e o desenvolvimento sofreriam com o abalo do trono. Nesse sentido, as repúblicas do Prata eram os alvos ideais, aos olhos dos redatores legalistas, com seus exemplos de “tirania” travestida de republicanismo. Por outro lado, também era do interesse desses liberais moderados defender a tese de que o problema não residia no sistema em si mesmo: entravam em cena, então, os Estados Unidos, uma república absolutamente distinta das vizinhas. À luz de tais considerações, este texto objetiva discutir a forma como os jornais legalistas² abordaram o conceito de

1 Analista pesquisador em História da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

2 São aqui tomados por “legalistas” aqueles jornais cujo texto permite identificar a defesa da unidade e integridade imperial, com o objetivo de diferenciar de outros com posturas alinhadas ao federalismo monárquico mais radical, especialmente na conjuntura anterior à Revolução Farroupilha, e os ligados ao republicanismo, posteriormente. Também deve-se atentar para o fato de que, ainda que a guerra civil sirva de marco referencial, publicações com essa caracterização podem ser anteriores à deflagração do movimento (1835). Para

república, num contexto em que uma mínima justificação teórica era fundamental às ações políticas e militares.

UM CONCEITO EM DEBATE

Analisando os escritos de frei Caneca, Renato Lopes Leite salienta que, embora o significado de “regime constitucional e representativo” não seja idêntico ao de república, no essencial existem pontos de aproximação. Fundamentalmente, um governo constitucional e representativo, ainda que monárquico, “é uma forma que se opõe frontalmente ao absolutismo” (LEITE, 2000, p. 34). É o que tornava compreensível a aceitação, por Caneca, republicano de 1817, de um compromisso federativo, monárquico constitucional, para a união do país, em 1824.

Não abre mão, contudo, de suas convicções constitucionalistas e dos princípios republicanos latentes desde 1817: essencial eram os direitos, a representatividade e a separação de poderes complementada por um sistema de checagens e balanços de um corpo de magistrados. Leitor de Montesquieu, frei Caneca tinha consciência de que o rótulo de uma república não impediria, por si só, um despotismo governamental (LEITE, 2000, p. 34).

A possibilidade do despotismo impor-se em repúblicas era lembrada permanentemente pelos legalistas sul-rio-grandenses, também eles leitores de Montesquieu. Apoiavam-se, nesse aspecto, em sua visão sobre a situação política dos “vizinhos” e de outros contextos históricos. Um dos problemas das repúblicas seria precisamente o “despotismo militar”, que “imprime o ferrete da mais abjeta escravidão em nome da Liberdade, e das Instituições legais” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 84, 29 de outubro de 1836).³

um estudo mais detalhado dessas questões, remeto ao livro originado de minha tese de doutoramento (KLAFKE, 2014).

3 As citações dos periódicos tiveram a grafia das palavras atualizada, sem outras alterações do texto.

Na conjuntura do período regencial, a argumentação que apelava para a não incompatibilidade entre princípios republicanos e regimes formalmente monárquicos assume relevância na medida em que permite compreender elementos centrais dos discursos dos defensores do império, assim como perceber certas dificuldades, traduzidas em ambiguidades presentes na argumentação dos farroupilhas.

O uso corrente de alguns conceitos pode induzir a enganos. República é usualmente entendido como forma de governo oposta à monarquia, e, de fato, alguns partidários do republicanismo insistiram nesta contraposição. Contudo, seguindo Philip Pettit, devemos atentar para a “ampla tradição republicana”, com origens na Roma clássica, teorizada por Cícero, e reanimada no Renascimento, sendo central no pensamento de Maquiavel. Esta tradição desempenhou papel fundamental na autoconsciência das repúblicas setentrionais italianas, as primeiras comunidades políticas modernas, e forneceu, a partir daí, uma linguagem que dominaria a política do Ocidente moderno, com particular evidência na República Holandesa, durante a Guerra Civil Inglesa e no período que culmina com as revoluções Norte-Americana e Francesa. Chegou ao século XIX através de Harrington, Montesquieu, Tocqueville e Rousseau, entre outros.

A tradição republicana foi, em grande parte devido ao trabalho destes autores, unificando-se em torno de alguns preceitos gerais, como o do império da lei, em detrimento do império dos homens; uma constituição mista, em que os distintos poderes se limitam e se contrapesam mutuamente; e pela ideia de um regime de virtude cívica, no qual os cidadãos estariam dispostos a servir honradamente nos cargos públicos. Evidencia-se o caráter anti-despótico das premissas. Entretanto, o que Pettit destaca a seguir relativiza a imperiosidade – do republicanismo – como forma de governo:

El antimonarquismo fue a menudo un rasgo de la tradición republicana, sobre todo durante la Guerra Civil inglesa, y de nuevo, tras las Revoluciones Norteamericana y Francesa. Pero los republicanos eran antimonárquicos sólo en la medida en que consideraban que un monarca buscaría inevitablemente el poder absoluto y arremetería contra el tipo de libertad que ellos estimaban. Así, se contentaron con la monarquía constitucional que hallaron en la Inglaterra del XVIII: ‘una nación’, en la inconfundible cita de Montesquieu [...] ‘en la que la república se amaga bajo la forma de monarquía’ (PETTIT, 1999, p. 38-39).

O autor reforça a argumentação citando o insuspeitado Thomas Paine, para quem o governo republicano não seria nada mais, nem menos, do que um governo instituído e conduzido no interesse do público. Não estaria, à partida, ligado com alguma forma particular, mas sim combinaria mais naturalmente com as formas representativas, garantidoras dos interesses da nação enquanto coletivo (PETTIT, 1999, p. 50).

É isso o que fazia com que um paladino do republicanismo, João Soares Lisboa, quando dos intensos debates que precederam a independência, pudesse sustentar, nas páginas do *Correio do Rio de Janeiro*: “O Sistema de Governo Republicano é, quanto a nosso modo de sentir, melhor [...] do que o governo monárquico absoluto, assim como o governo de monarquia constitucional, melhor que o Republicano [...]” (*Correio do Rio de Janeiro*, n. 109, 24 de agosto de 1822. Apud LEITE, 2000, p. 235).

Essa posição deixou marcas na vida política brasileira, embora sempre sob disputa. Se atentarmos para a força que tal tradição exercia à época, podemos analisar de uma perspectiva mais ampla posicionamentos assumidos, e principalmente difundidos, pelos agentes políticos. Assim, não seria de estranhar as mudanças de tom que Bento Gonçalves assumia nos seus escritos e comunicados, em relação ao governo central. Se dos vivos ao “trono

constitucional do nosso jovem monarca e à integridade do império” passou-se à defesa dos direitos imprescritíveis de uma república independente e soberana, isso não se devia, como sugere José Plínio Guimarães Fachel, a uma negação estratégica inicial, por trás da qual existiria um projeto republicano há muito acalentado (FACHEL, 2002, p. 69-70). O que parece mais plausível como alternativa interpretativa é que a defesa dos *princípios* republicanos não seria incompatível com a manutenção da monarquia, e nessa apreciação a discussão sobre a *legitimidade* do poder, ponto chave e inescapável nas discussões, tornava-se fundamental. Daí a preocupação em preservar a figura do imperador, até o momento em que aconteceu a ruptura. *A posteriori* surgiram as justificativas apoiadas no Direito das Gentes, que Bento Gonçalves brandia seguindo Emmerich von Vattel: “Assim, a revolução no Rio Grande do Sul era uma guerra civil que é a guerra que se faz ‘entre membros de uma mesma sociedade política quando estão de um lado os cidadãos descontentes e de outro o soberano e os que lhe obedecem” (PICCOLO, 1998, p. 41).⁴

Evidentemente, para os que “obedeciam o soberano” (ou os que governavam em seu nome), legalistas de todos os matizes, a soberania era uma questão crucial. A garantia da legitimidade e continuidade dinástica sempre fora tratada como questão de Estado muito relevante, no Brasil governado pelos moderados. A saúde do príncipe, note-se, era motivo de inquietação, e sua evolução acompanhada por boletins deste teor: o governo da Regência

4 É interessante observar a advertência de Chiaramonte acerca dos autores referenciais aos debates políticos do período: “[...] es preciso advertir la existencia de un campo compartido de supuestos políticos. Es de notar así que, mientras buscamos en las páginas de los periódicos de ese entonces las menciones de aquellos más conocidos autores cuya influencia nos interesa verificar, o los párrafos que las testimonian aun sin nombrarlos, se nos escape una frase, casi una muletilla, frecuentemente repetida: ‘lo que corresponde por derecho natural’, o ‘en virtud del derecho natural’, u otras variantes de lo mismo, así como la recurrencia a autores hoy poco recordados, de lugar secundario en los manuales de historia de las doctrinas políticas, si se atiende al sitio concedido a Hobbes, Locke o Rousseau, pero entonces autoridades indiscutidas, como el citado Vattel” (CHIARAMONTE, 2004, p. 82).

tem a fortuna de anunciar-vos haverem-se desvanecidos os terrores, de que nos sentimos acometidos pela violenta enfermidade, que na noite de 4 do corrente mês ameaçou a vida de nosso Jovem Monarca; ouvindo assim o Onipotente as fervorosas preces de todos os Brasileiros pelos preciosos dias d'Aquele, em Quem estão depositadas as nossas mais doces esperanças (*O Observador*, n. 141, 2 de novembro de 1833).

Anos mais tarde, já em um contexto de conflito armado, a relevância do tema da legitimidade monárquica surgiu explícita no texto em que o *Artilheiro* comemorava o nascimento de Pedro II, chamado “O dia 2 de dezembro”: este nascimento garantia a estabilidade do Brasil, que de outra forma poderia ser ameaçada “pela vil ambição de filhos ingratos, que dividindo-o em frações, demolissem o edifício fundamental de seu Ser político, e o privassem de sua Liberdade, e Instituições” (*O Artilheiro*, n. 20, 2 de dezembro de 1837).

Desde o momento da independência, a questão da legitimidade fora afastada de concepções típicas de antigo regime, como as que a ancoravam no princípio do direito divino.

Mais do que o brado de ‘Independência ou Morte’, celebrizado pela historiografia posterior, a aclamação e a coroação tornaram d. Pedro um imperador fruto do pacto, tendo nesse contrato as raízes da sua soberania, da sua legalidade e da sua legitimidade. E esses eram conceitos basilares na política que se praticava (RIBEIRO, 2007, p. 399).

Basilares e que foram “transferidos”, por assim dizer, à figura e pessoa do herdeiro do trono, em 1831, à custa de um movimento que, como já se dizia na época, na prática instituíra um sistema de governo “republicano”. Que, entretanto, em nome da preservação da ordem e de incertos pressupostos acerca da união do país, não dispensara a aura de responsabilidade, solidez e permanência representada pela figura do rei. Ou, seja, embora devamos atentar para

o fato de que um imperador criança e tutelado não oferecia muito em termos de imagem detentora de um poder legítimo, a forma de sua confirmação como futuro soberano, no espírito do Sete de Abril, um tanto paradoxalmente, o fortalecia. O que tornava mais difícil o ataque à coroa. É a radicalização do processo (não consensual entre os farrapos, aliás) que parece conduzir a uma mudança de argumentação, desaparecendo a figura do imperador; uma vez que determinadas reivindicações fundamentais não são atendidas, quando, aí sim, uma república soberana seria a opção, mas sempre integrada em algum projeto federativo ou confederativo.⁵

Por outro lado, à propaganda legalista era permitido jogar como elementos caros ao republicanismo, argumentando que estariam satisfeitos dentro do regime monárquico, o que, em termos atuais, provocava um certo esvaziamento do discurso revolucionário. Essa argumentação era reforçada, constantemente, pela associação com a defesa da ordem, grande bandeira, essa sim, dos regimes monárquicos. É o que demonstra o artigo publicado no *Observador*, reproduzido da *Aurora Fluminense*, que reafirmava seus princípios moderados, pela relação que estabelecia com a

5 Como procuram demonstrar Heloisa Starling e Christian Lynch, as alterações de sentido percebidas no conceito de república no Brasil têm na Revolução Constitucionalista do Porto um dos momentos cruciais. Diferente do que ocorrera na América hispânica, no Brasil, sob inspiração dos liberais portugueses, prevaleceu “uma fórmula de transição do Antigo Regime para o governo constitucional, que preservava a forma monárquica de governo, [o que] levou o conceito de república a passar para o segundo plano, escondido seu significado sob as fórmulas de uma monarquia democrática ou republicana” (STARLING; LYNCH, 2009, p. 231). De maneira que, considerando essa herança, talvez se possa dizer dos farrapos que eram, em certa medida, como outros grupos republicanos, “vintistas extremados, que somente premidos ao último limite rompiam com a fórmula de transigência da monarquia constitucional. Tanto assim que, mesmo depois da abdicação de Pedro I, em 1831, sob as regências chefiadas por senadores, em meio às guerras civis provinciais e em plena febre federalista daquela época, a adesão ao republicanismo continuava a não se efetuar senão em último caso” (STARLING; LYNCH, 2009, p. 236). Analisando a evolução do conceito em Portugal, Rui Ramos sublinha o seu uso mais genérico, dissociado de forma de governo, à época da revolução de 1820. “No parlamento, aliás, está associado muito especialmente à antiguidade, em alusões à ‘república romana’ ou à ‘república de Atenas’. Nota-se que são os deputados comprometidos com a corrente dita ‘liberal’ os mais predispostos para recorrerem a esse tipo de alusões históricas, e para se permitirem referências à monarquia como uma ‘república’” (RAMOS, 2008, p. 158-159).

França, “fatigada de conspirações”, que agora desejava “os verdadeiros princípios da revolução de Julho que apartam ao mesmo tempo as tradições de uma república, e as doutrinas de uma restauração”. De forma semelhante, o Brasil

detesta a anarquia, tanto quanto o despotismo; e os dois partidos extremos, dos quais um sonha a república, e o outro a restauração, não estão de acordo com as ideias do povo Brasileiro. Ele se abraça com a opinião racional que se esforça por sustentar a Monarquia representativa, e que rejeita com horror todas as ideias de regresso ao sistema que nos regia antes de 7 de Abril, ou ao príncipe que então nos desgovernava (*O Observador*, n. 98, 24 de abril de 1833).

O ataque severo a Pedro I era marca dos partidários moderados do movimento da Abdicação, espécie de escudo a ser usado frente às críticas de conservadorismo que sofriam dos exaltados. Mas isto apenas atenuava os traços efetivamente conservadores da corrente política à qual estava alinhado o *Observador*. Em suas páginas lemos um texto escrito com base na *Politique Naturelle*, do barão D’Holbach, no qual se esclarecia:

A virtude, diz um ilustre publicista, **é o móvel do governo republicano**. Todavia [...] veremos que há nas repúblicas um outro ídolo, a quem a virtude mesma foi sempre sacrificada: é a igualdade. Mas nada é mais quimérico, que essa igualdade; a Natureza não a concedeu aos entes da espécie humana; de balde a querem estabelecer entre os homens (*O Observador*. Rio Grande, n. 34, 23 de agosto de 1833).

A França, referência para muitos políticos e publicistas brasileiros, promovera, depois de 1830, avanços liberalizantes em relação ao período anterior, da restauração, então sob condução mais conservadora dos doutrinários. Processo semelhante ocorreu no Brasil, embora, entre os liberais locais, prevalecessem os aspectos mais moderados, a prudência, o respeito à hierarquia e à ordem que o redator do *Observador* ilustrava em tom filosófico. De fato,

“os exaltados ou abertamente republicanos foram sempre minoritários em relação aos *moderados* que, na busca de um meio termo, queriam uma descentralização mais prudente, lastrada no liberalismo da Monarquia de Julho” (STARLING; LYNCH, 2009, p. 238).⁶

A defesa da ordem era incompatível com pressupostos igualitários ou niveladores, algo aparentemente já assentado no discurso político luso-brasileiro há um certo tempo. Como destaca Telmo Verdelho, discorrendo sobre o vocabulário do vintismo, “Tornou-se bem claro, em toda a concretização revolucionária, que não havia a mais leve intenção de enveredar pelo igualitarismo. É de notar que a palavra ‘nivelador’ quase não se vulgarizou na linguagem dos jornais” (VERDELHO, 1981, p. 98).⁷

Em contrapartida, o jornalismo português de 1820-23 popularizou

um numeroso grupo de palavras que caracterizam e definem a seu modo o desenvolvimento original do conceito de igualdade no liberalismo português. São designações típicas dos sistemas de maior igualdade que significam alargamento, colectivização, uniformização, – o ‘bem geral’, ‘público’, ‘vulgo’, ‘comum’, ‘recíproco’, ‘mútuo’, ‘universal’, ‘social’, ‘humano’ (VERDELHO, 1981, p. 99).

Estes termos representam “abstrações generalizantes” como define o autor, e, acrescentaríamos, eram politicamente mais neutros, como bem notavam os contemporâneos. Quando surgiam palavras como

6 Também em Portugal, os líderes liberais afirmavam estar cumprindo o programa francês, isto é, “cercar o trono de instituições republicanas”, solução possível. De forma que o republicanismo “pudesse ser ‘teórico’ e dispensasse um ‘partido republicano’, isto é, um movimento revolucionário. O republicanismo podia ser concebido como uma luta pelo ‘progresso’ dentro da legalidade, através da instrução e do fomento económico” (RAMOS, 2008, p. 162).

7 Nivelador, como é sabido, vem dos *Levellers*, grupo político de ambições igualitárias da revolução inglesa do século XVII, assim conhecidos por pretenderem nivelar as diferenças sociais (*to level*). Tornou-se termo comum nos debates políticos, sendo eloquente a sua ausência no âmbito da língua portuguesa, nesse momento. Sobre a situação histórica que deu origem à expressão, uma boa obra é a de Christopher Hill (HILL, 1987, p. 117-155).

igualdade, democracia e afins, era para serem denunciadas, o que justificava aproximações, à época demeritórias, como as promovidas pelo *Liberal Rio-Grandense*, ao ironizar “As opiniões Democráticas, que o *Continentista* improvisadamente patenteou coloridas pela perspectiva de um futuro brilhante...” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 4, 8 de janeiro de 1836).

Democrático era apresentado como sinônimo de republicanismo radical, quase que como uma deturpação do próprio sistema republicano, o que transparece mesmo em comunicações oficiais.⁸ Em Ofício da Câmara de Rio Grande para Bento Manoel Ribeiro (e em um similar para Bento Gonçalves da Silva) era dito que “Não podem ser ocultos a V. Ex. os males de um Governo Democrático num país, que ainda não está para isso preparado. V. Ex. tem ocularmente presenciado a contínua luta em que vivem os nossos vizinhos, desde longos anos, durante os quais têm sido sacrificados os seus melhores Cidadãos empeorando-se sempre a sorte do seu País.” Do Ofício para Bento G. Silva: “A Câmara afirma, que um só dos seus Munícipes, que tenha interesse pela Pátria, não quer outro sistema de Governo, que o que está jurado, e adotado por toda a Nação: a palavra República, é para eles sinônimo de anarquia, de desordem, e perpétuo aniquilamento” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 21, 9 de março de 1836).

A crítica ao sistema republicano era referida, pelo *Liberal Rio-Grandense*, à ausência de condições objetivas da população:

Os que ousam desacreditar o nosso sistema de Governo, que querem substituir-lhe? Vós o sabeis, Rio-Grandenses; debaixo do nome pomposo de República, o reinado das paixões, da hipocrisia política, dos crimes, dos desatinos de todos os gêneros, que tem assolado os Povos, que como vós, não estavam preparados para

8 No início do século XIX, o dicionário de Moraes e Silva registrava essa aproximação entre república e democracia, conforme destacado por (STARLING; LYNCH, 2009, p. 225-226).

essa forma de governo. A Suíça, a América do Norte tinham a sacudir um jugo de ferro, a sua causa foi a dos Povos oprimidos. De que nos querem eles libertar? (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 3, 5 de janeiro de 1836).

Essa argumentação mostra, ainda que discretamente, que não havia uma condenação apriorística à ideia de república, visto ser o republicanismo portador de pressupostos políticos já consagrados, em certa medida, e sobre os quais seria muito difícil retroceder. Assim, ao mencionar que a Suíça e os Estados Unidos haviam se libertado de um domínio insustentável, o redator se precava contra o uso dos exemplos positivos de repúblicas. Este era um ponto importante da defesa legalista, pois articulava um contra-discurso preventivo que buscava diferenciar as situações históricas e conjunturais do Brasil com experiências republicanas tidas como bem sucedidas. Por outro lado, também havia uma preocupação em não permitir a vinculação automática entre o republicanismo e certos valores liberais inescapáveis. Por isso, ao afirmar, através da pergunta retórica de encerramento, que não havia do que ser a província libertada, ele reforçava a opinião de que havia, sim, garantias constitucionais no sistema vigente.

Entretanto, este é um exemplo do discurso moderado. A polarização que tendeu a alinhar as forças e concepções políticas da época em partidários e contrários à centralização imperial (reforçada, também, pela simplificação dos pósteros) pode ser problematizada atentando-se para a diversidade das posições e interesses. Atacando duramente os farrapos, mas a partir de uma posição mais conservadora, o redator d'*O Artilheiro* discorria sobre o movimento político que agitava a província e sustentava que “a República não é compatível com o nosso caráter, índole, e costumes nacionais”. Sua postura era de crítica à monarquia constitucional, pugnando pelo regime “monárquico absoluto”, pois, “quando com a Monarquia Constitucional Deus sabe como nos arranjam, [...] que fará com uma

instituição mais ampla como a República?” (*O Artilheiro*, n. 3, 5 de agosto de 1837). Interessante nesse texto é que o autor buscava na história de Portugal a justificativa para a incompatibilidade com o regime republicano, e mesmo com o monárquico constitucional. A solução ideal para o redator, embora no momento bastante distante, seria o absolutismo, consoante aos costumes “nacionais” que se arraigaram antes do Brasil existir como nação.

Em outros momentos, o jornal investia severamente contra o governo da Regência e a facção moderada dos legalistas, acusando-a de combinação com os “anarquistas”. O redator se julgava o verdadeiro representante do “partido legalista”, composto “da gente grada, e rica da Província, e de pessoas honradas, que quer a ordem restabelecida”, o outro partido seria formado “quase no todo da canalha”, que trabalharia pela República há quase oito anos (*O Artilheiro*, n. 6, 26 de agosto de 1837). É de destacar o escalonamento social estabelecido, demonstrativo de uma visão muito particular da divisão da elite provincial, e a lembrança da atividade “republicana” remetida ao momento anterior à Abdicação, explicitando as simpatias restauradoras observáveis nas posições do periódico, que aparentemente resistiam mesmo após a morte de D. Pedro I, em 1834. Pode-se até questionar se as manifestações do *Artilheiro* alinhavam-se no campo da “legalidade”, pois sua argumentação tangenciava a sublevação da ordem política estabelecida no momento, o que não deixa de ser irônico, sob certo aspecto, e evidencia a não uniformidade das posições dos defensores do Império. Para além das diferenças, se o conceito era bastante discutido, em termos teóricos, havia a sua apreciação em relação à aplicação prática. Nesse sentido, duas formas principais – e opostas – de abordar o tema do republicanismo se destacavam.

AS REPÚBLICAS PLATINAS

Um dos recursos de argumentação mais recorrentes na imprensa do período era a comparação da situação política da província e do Brasil com outros países. Com relação à crítica que se procurava dirigir às pretensões de constituição de uma república, fossem estas infundadas ou concretas, tornava-se inevitável a menção aos vizinhos platinos, então – também eles – em turbulento processo de constituir-se como nações.

Já no início de 1833 o *Observador* alertava contra planos sediciosos, tramados especialmente em Porto Alegre, e espantava-se da

incrível ousadia, com que uma pequena facção delirante, e cega de ambição, se tem arrojado a querer regular os destinos de mais de duzentos milhares de homens, trabalhando por mudar a face política de uma Província, que nenhum elemento tem em si para outra forma de governo, que a atual, e que de todas quantas se possa projetar, a mais ruinosa será a incorporação ao Estado vizinho, sob qualquer condição que seja.

O comentário surgira a partir de uma convocação da Sociedade do Gabinete de Leitura de Porto Alegre, que instigava as câmaras das diversas localidades a protestar contra um saque feito pelo ministério das finanças na tesouraria provincial, a título de cota da Província na dívida nacional. Questões dessa ordem, de fato, se constituíram, ao lado de outras, em causas econômicas da futura secessão. Nesse momento, o redator já deixava clara a posição do periódico, sustentando que essa dívida era “tanto ou mais sagrada que a dívida Provincial, e em que se acha empenhado o brio, e o decoro da Nação”, e que se recusar a contribuir seria “um verdadeiro atentado à integridade dela” (*O Observador*, n. 75, 19 de janeiro de 1833).

A partir de um protesto que, em princípio, poderia ser resolvido, em termos federativos, passava-

se a inferências e elucubrações demonstrativas do clima político absolutamente tensionado já então, pois o redator denunciava, explicitamente, cabalas que visariam à formação de uma reunião de províncias sulistas (o termo utilizado, mais assustador, é incorporação), sob qualquer título, mas que de toda maneira promoveria a separação do Rio Grande do Império. Essa foi, de maneira geral, a tônica dos discursos legalistas, quando se referiam às relações com o Uruguai e as Províncias Unidas, manancial de exemplos negativos relativos ao republicanismo.

Anos mais tarde, depois da deposição de Fernandes Braga, os rumores cresciam, e a folha que defendia o novo presidente Araújo Ribeiro prevenia, logo na sua edição de estreia:

Prega-se-vos a República, como se não conhecêsseis mais do que é preciso a história de vossos vizinhos [...]. Rio-Grandenses, visitai [ilegível] com o pensamento toda a América ex-Hespanhola, vede o que tem custado 25 anos de delírios [...]. A só ideia de um Rosas, desse espectro aterrador, para um Povo amante da sua liberdade é capaz de fazer tremer o mais intrépido dos amigos da razão, e da humanidade.

Vede, Rio-Grandenses, vede em Rosas a herança de um povo desvairado. Ai daquele, que se opuser ao arbítrio, qualquer que ele seja, do armi-potente Ditador.

Eis os presentes, que vos estão reservados pelos partidários da separação (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 1, 29 de dezembro de 1835).

A articulação conectava ameaças futuras de despotismo com o regime republicano, temor que mesmo seus defensores manifestavam, como vimos. A ligação do nome de Rosas, e seus qualificativos – espectro aterrador, ditador – com o conceito em pauta também cumpre função crítica, mais ainda pelo contraste que se estabelece com a adjetivação dos rio-grandenses, povo amante da liberdade e amigo da razão. O texto, como era usual, tinha algo de

teórico, mas era, no fundamental, uma convocatória, visto que a prevenção dos perigos, que parecem, para o articulista, inerentes à república, dependia da ação política no presente.

Às vésperas da proclamação da República Rio-Grandense, o mesmo redator insistiria na denúncia dos perigos do autoritarismo. De início, lamentava: “Ainda há pouco era o Estado Oriental refúgio, um retiro de segurança, e hoje seu horizonte se apresenta coberto de nuvens carregadas da tempestade de uma guerra civil” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 59, 3 de agosto de 1836). Ele não parecia preocupar-se com a contradição de que, na província, e em outras do Brasil também a guerra civil manifestava-se, como a sua própria argumentação em várias edições destacava – o que enfraqueceria o argumento de que isso seria um fenômeno típico das repúblicas. Ou talvez não se tratasse propriamente de uma contradição, uma vez que os movimentos brasileiros eram apresentados como mais isolados, e devendo-se justamente ao “espírito republicano” de interesseiros ou incautos, portanto superáveis com o reforço da monarquia constitucional.

No mesmo texto, sobre o movimento de Frutuoso Rivera, no Estado Oriental:

Eis aí como homens que se dizem republicanos, não são de fato mais que os miseráveis e aperreados escravos deste, ou daquele caudilho, que sobre excede em astúcia e poder os rivais que lhe disputam a primazia, e que arrasta ao campo de batalha, quando se vê ameaçado, a clientela, que jura em suas palavras, e referenda com sangue sua crença quase sempre prestigiosa.

A repetida acusação vinha acompanhada de uma análise interessante do caudilhismo, aliás compartilhada com grande parte da historiografia coetânea e posterior. Não há nenhuma referência explícita, mas o texto dá a entender que o redator tinha plena consciência de que tais práticas de

arregimentação não seriam exclusividade dos vizinhos.⁹

Mas os dias eram de luta, o que fazia com que, dependendo da evolução desta, os juízos emitidos fossem revistos, e mesmo os caudilhos reconsiderados. Assim, meses depois, quando Rosas negaria oficialmente apoio aos farrapos, em um primeiro momento, o mesmo redator escreveria: “Louvores sejam dados ao circunspecto general Rosas, e aos Governadores das outras Províncias, que, com a sua não ingerência, tão sabiamente mantém a harmonia, boa inteligência, e respeito internacional, que devem constituir recíproca a segurança entre povos vizinhos”. No texto também era relatado o caso de prisão de um “perverso” que passado ao Uruguai fora ali preso, o que “prova, que o Governo do Estado Oriental também não protege os facciosos, como eles alardeiam; e os que contam com tal proteção vejam neste fato a sorte que os aguarda, se por ventura podendo se subtrair aqui à punição de seus crimes, passarem para o território daquele Estado” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 31, 20 de abril de 1836). Aqui, em função de eventuais posicionamentos favoráveis à causa, já não se observava o furor despótico antes sublinhado, e o próprio regime de governo surgia isento de qualquer reparo. Estava em curso, claro, a tática de ocultação de aspectos que seriam prejudiciais à aproximação.

Entretanto, essa boa vontade era efêmera, principalmente quando se tratava de denunciar a participação de estrangeiros em conflitos políticos rio-grandenses. A denúncia, embora os platinos, pelas suas relações de proximidade, fossem o maior alvo, estendia-se a todas as nacionalidades. Fiel ao seu estilo, o *Artilheiro* ironizava as modas do vocabulário e aproveitava para

9 Cesar Guazzelli analisa a historiografia sobre o caudilhismo e os fundamentos do prestígio dos chefes junto às *montoneras*. (GUAZZELLI, 1997, p. 80-91). É curioso que Bento Manoel Ribeiro, quando legalista, também era chamado de “caudilho”, em evidente aceção negativa, pelo próprio Bento Gonçalves, o *caudilho* preferencial dos legalistas. Cf. *Liberal Rio-Grandense*, n. 61, 10 de agosto de 1836.

questionar as influências externas. Chamava a atenção para a excessiva utilização dos “vocábulos acabados em *ano* assim como *Republicano, Puritano* etc”. Destacava o uso de “Districtano” [por distrital?], e questionava que língua seria esta: “Portuguesa não, Francesa pior, só se carcamana?” (*O Artilheiro*, n. 25, 6 de janeiro de 1838). Parece fazer referência aos italianos que lutavam ao lado dos farrapos, prosseguindo, em tom diferente, uma discussão que havia sido encetada anteriormente pelo *Liberal Rio-Grandense*.

Em decorrência de uma publicação aparentemente desprezível, mas não inocente, deste periódico, criara-se uma polêmica sobre os participantes ou combatentes estrangeiros. Na edição de 16 de março de 1836, o jornal publicara, na Seção “Pensamentos”: “Todo o partido que comete a falta de chamar os estrangeiros em seu favor, sacrifica o interesse geral ao particular, e entrega a Pátria a um jugo humilhante” [...] “É perigoso, e comum confundir a plebe com o povo. (Segur.)” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 23, 16 de março de 1836).

No número seguinte, o redator, por força de questionamentos de leitores, ver-se-ia forçado a explicar-se:

Consta-nos que um dos pensamentos de *Segur*, que transcrevemos no nosso número anterior desagradara a algumas pessoas, as quais nos atribuíram sinistras intenções. Cumpre não estigmatizar aquilo que se não compreende. Ninguém de certo avançara, que partido seja sinônimo de Nação. Nenhuma pessoa sensata podia jamais conceber que naquele pensamento se aluda aos auxílios que os Governos muitas vezes se vêem obrigados a ir buscar no estrangeiro; por que é cousa tão trivial, tão comezinha que poucas pessoas ignoram que tanto na América, como na Europa isso está ordinariamente acontecendo. Com estrangeiros restaurou o Duque de Bragança a Liberdade de Portugal; com estrangeiros conseguiu a Bélgica a sua independência da Holanda; estrangeiros estão atualmente protegendo a Liberdade e o Trono de Isabel

II na Espanha; e finalmente, estrangeiros cooperaram para a nossa independência. E visto que não fomos entendidos, declaramos que inserindo aquele pensamento nos referimos ao partido Lavalleguista, que no Estado oriental, segundo se diz protege os rebeldes desta Província (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 24, 22 de março de 1836).¹⁰

A passagem destaca o debate público que as publicações periódicas suscitavam, e nas suas justificativas, o redator parecia não se dar conta ou propositadamente passava ao largo de uma contradição. Ele apresentava como exemplos positivos, ou no mínimo aceitáveis, algo que em nada diferia das práticas dos farroupilhas, acusados de contar com auxílio estrangeiro. Nessa época, não havia exército organizado, e a Guarda Nacional sofria os efeitos das divisões políticas da sociedade e das relações de proximidade com os territórios platinos. Dentro desse quadro, era difícil sustentar uma acusação que discriminasse a eventual participação de estrangeiros, quando nem os limites da nacionalidade e da cidadania estavam fixados.¹¹

A argumentação crítica era, por vezes, reforçada com exemplos, como pretendia a transcrição, traduzida, do periódico *El Moderador*, de Montevideu:

As prisões, os grilhões e o degredo, se tornaram tão frequentes em Buenos Ayres, que segundo se infere da carta, já se não sabe qual seja o número dos presos existentes nos diversos pontos da Província; e

10 Derrotado por Rivera na primeira eleição presidencial do Uruguai (via Assembleia) em 1830, Lavalleja entrou em confronto aberto com o presidente, mais tarde. Grosso modo, Rivera procurou manter boas relações com o Império, enquanto Lavalleja, com apoio de Rosas, e graças à amizade com Bento Gonçalves, aproximou-se dos republicanos rio-grandenses, utilizando a região de fronteira como base de operações. O apoio, real ou presumido que os farrapos dariam e receberiam do chefe “rebelde” oriental sempre foi motivo de acusação, para os legalistas.

11 Aliás, como demonstra José Iran Ribeiro, o momento da Revolução Farroupilha e das demais revoltas provinciais foi precisamente aquele em que a Corte do Rio de Janeiro iniciou, com dificuldades, a organização de um exército nacional. Se não teve muito sucesso a organização militar profissional, em contrapartida esses períodos de conflito e convivência entre brasileiros de diversas províncias serviram de auxílio valioso na construção de uma ainda incipiente identidade nacional (RIBEIRO, 2009).

como ninguém se pode reputar livre de semelhante desgraça, pode ter-se como uma evidência a tristíssima proposição de que – *el pueblo de Buenos Ayres será hoy todo, menos feliz.*

Agregava-se o comentário: “Rio-Grandenses, vede o estado a que vos querem reduzir!” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 11, 3 de fevereiro de 1836). A forma como era encerrado o texto sugeria que, nas atuais condições, uma mudança de regime seria involutiva. Tratava-se de um argumento menos usual, pois reconhecia-se, geralmente, as virtudes teóricas do republicanismo, mas de apreciável utilização na comparação que se pretendia estabelecer entre república e monarquia constitucional. Surgira já nas cortes vintistas, durante a discussão sobre a estrutura parlamentar. No sistema unicameral, sujeito a facções, e a partidos, corria-se o risco de que o legislativo “se precipitasse sobre o poder, fazendo então degenerar a Monarquia Constitucional (o só Governo que eu desejo, e todos nós desejamos) em República, e por consequência em Anarquia”.¹² A ameaça da degeneração, no sentido da anarquia, termo de utilização exaustiva em todas essas décadas, alinhava-se ao discurso de destaque do potencial civilizador da monarquia constitucional, pelo menos em relação ao estágio no qual se considerava estar, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Havia, portanto, uma perspectiva crítica aos Estados limítrofes referenciada a aspectos negativos dos seus regimes, expostos em tese, mas o discurso subia de tom quando os periódicos passavam a, simultaneamente, defender presuntivos direitos ofendidos dos brasileiros: “E para mais dobrar pesares, consta que o Governo Oriental postergando o Direito das gentes, e comprometendo a sua segurança e paz, tem perseguido os súditos Brasileiros ali domiciliados, e, o que ainda é pior, tem prestado auxílios guerreiros aos anarquistas desta Província”. O articulista

12 Discurso do deputado Bento Pereira do Carmo, *Diário das Cortes Gerais*, 23 de fevereiro de 1821 (Apud RAMOS, 2008, p. 159).

solicitava providências ao governo Imperial, que deveria reclamar “energicamente contra tais violações das regras e ditames de Direito Universal; não devendo consentir que nem por sombras seja o Império Brasileiro o ludíbrio de um Governicho impolítico” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 80, 15 de outubro de 1836).¹³ A inflexão tornava-se ameaçadora, quanto mais não seja pela alusão de que a perseguição aos súditos do Império comprometeria a segurança do país. Na edição seguinte, a retórica era semelhante: “[...] o Governo Central não perde, não perderá de vista a má fé de Oribe, e os males, que sua criminoso convivência (a realizar-se o que se receia) nos poderia acarretar” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 81, 19 de outubro de 1836).

Talvez não seja avançar demasiado na interpretação cogitar que esse discurso ameaçador possa revelar uma incontida pretensão, presente desde os tempos de colônia, de apossar-se do território da antiga cisplatina.¹⁴ É o que parecia trair, ou antes explicitar, esse curioso artigo comunicado, assinado por S., no qual se exigia providências do governo uruguaio face à alegada proteção dada aos farrapos.

Se ele as recusar, então nos deixa fora de dúvida, que por seu consenso se praticam esses excessos; e apesar, que muitas considerações de conveniência e utilidade nos façam desejar a paz, todavia, uma força mais

13 A defesa do Império também podia ser a defesa dos interesses de brasileiros estabelecidos no Uruguai, que vinham lutar nas hostes legalistas, como era o caso, entre outros, do tenente Aníbal Antunes Maciel, que “reunindo alguns de seus concidadãos ali residentes formou um pequeno Esquadrão armado, e pronto: com ele seguiu para esta Província”, juntando-se às tropas de Silva Tavares (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 91, 23 novembro 1836).

14 Os cuidados do império luso-brasileiro em relação ao Prata sempre foram motivados, primeiro, por intenções imperiais, e depois, sem prejuízo dessas, pela necessidade de obstar a fermentação dos ideais republicanos. É o caso das opções pensadas como solução à época dos movimentos de independência na América hispânica: trono para Carlota Joaquina e depois, a opção do envio de um infante de Espanha que estabelecesse uma nova monarquia na região. Curiosamente, tratava-se de uma solução pensada pelo governo do Rio de Janeiro, em 1819, com vistas a evitar o “cerco” republicano à monarquia na América, mas que logo depois foi adotada pela própria dinastia dos Bragança em relação ao Brasil e sua independência de Portugal (ALEXANDRE, 1993, p. 338-355).

imperiosa que todas, a Honra Nacional, nos forçará a romper por todas elas para castigar o arrojo, de quem se atrever a menoscabá-la.

E o momento seria propício, pois “em nem uma outra ocasião estaria a Província tão preparada, como agora, à vista das tropas, que têm vindo, e das que se esperam”. Além do que, “ao reclamo da Pátria ameaçada os Rio-Grandenses de todas as idades, de todas as condições hão de correr a desafrontá-la: o fio de suas espadas cortadoras, tantas vezes provados pelos Orientais não está embotado: hoje a traição e a inépcia não presidem os destinos do Brasil” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 87, 9 de novembro de 1836). Sublinhem-se as abundantes referências ao passado guerreiro, com críticas veladas à condução e aos resultados da passada guerra da Cisplatina, marcando uma diferença entre o período que se vivia e o Primeiro Reinado. O discurso dos novos tempos apresentava, contudo, algo remanescente ao antigo projeto bragantino de extensão imperial até o rio da Prata, temperado agora por um espírito de vingança, no qual a menção ao poderio atual apontaria para uma oportunidade a ser aproveitada. As referências a essa questão mal resolvida, aparentemente a unir farrapos e legalistas, talvez também jogasse com a possibilidade de conciliar pelo menos grande parte da província frente a um inimigo externo, a despeito das relações dessa fronteira viva e absolutamente indefinida. Um aspecto curioso é que *O Artilheiro* se refere ao Uruguai pelo antigo nome da província do Império: “Estancieiros abastados têm se ido estabelecer na Cisplatina...” (*O Artilheiro*, n. 3, 5 de agosto de 1837).

As críticas ao republicanismo recrudesceram depois da proclamação da República Rio-Grandense, embora na forma muito disseminada da ironia e do deboche. Entretanto, para muitos a questão era encarada de outra forma, como o demonstra este artigo, reproduzido de um jornal da Corte, no qual se argumentava que, apesar da aparência ridícula, devia-se levar a sério a proclamação da República Rio-

Grandense, pelas

circunstâncias da guerra, e rebelião aberta que por mais de um ano tem assolado aquela Província; a posição daquela vila [Jaguarão] no último extremo do nosso território, com a mais imediata comunicação para o Estado Oriental, e mesmo para Buenos Aires; e reconhecido favor e relações daqueles Estados para o chefe da rebelião daquela Província; os interesses desses Estados em fracionar o Império, cuja grandeza futura os assusta, e em separar de suas fronteiras Este Poderoso vizinho, e o seu Princípio Governativo, interpondo-lhe um estado novo com instituições análogas às suas.

No mesmo texto há, a semelhança de outro anteriormente citado, um excerto histórico ameaçador:

É necessário que se faça conhecer a esses Governos que assim como nós os respeitamos, nos devem eles respeitar; e que se por tais motivos infelizmente viéssemos ao extremo de alterar nossas relações de paz, ou antes suspensão de hostilidades, que tem existido desde a convenção de 1828, não achariam no nosso país as simpatias que lhes facilitaram a vitória do passo do Rosário, e os desastrosos sucessos daquela campanha: que de 1828 a 1836 tem decorrido oito anos; e que esse pequeno período equivale a séculos na experiência e na determinação da opinião dos Brasileiros sobre a excelência de suas Instituições, e seus verdadeiros interesses (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 92, 26 de novembro de 1836).

A alusão à malfadada campanha da Cisplatina cumpria pelo menos dois objetivos: diferenciar positivamente o governo da Regência daquele do Primeiro Reinado, responsável pela derrota, e acenar aos rio-grandenses queixosos dos efeitos ainda sentidos do conflito. O redator tocava em ponto muito delicado da história recente. No Rio Grande do Sul, especialmente para os líderes fronteiriços, a derrota na Guerra da Cisplatina sempre fora creditada à incompetência dos militares da Corte, que teriam alijado

da condução da campanha aqueles mais preparados para tanto, os rio-grandenses. O que se insinuava no artigo, quase que afirmando, aliás, era que houvera colaboração de chefes locais com os orientais, configurando uma traição ao Império. Acusação gravíssima, que invertia totalmente a interpretação acerca do conflito. Demonstra o grau de tensão que cercava as relações entre legalistas e farrapos na conjuntura da proclamação da República Rio-Grandense, notadamente no que tange às relações com a vizinhança mais próxima, cujos regimes eram execrados. Outra seria a avaliação, ao olhar-se para o norte das Américas.

OS ESTADOS UNIDOS

Ao caráter permanentemente negativo das menções feitas ao Uruguai e às Províncias Unidas, contrapunha-se a positividade das apreciações sobre os Estados Unidos. No *Observador*, periódico indicador de um certo tom geral dos articulistas moderados, foi reproduzido um artigo do *Jornal do Comércio* extremamente elogioso ao país, intitulado “Progresso da instrução e das luzes nos Estados Unidos da América do Norte”. Eram salientados especialmente o desenvolvimento da instrução básica, da imprensa, e a liberdade religiosa. O redator finalizava lembrando que, quando se tratar desse país, sobretudo da sua “sociedade política”, “é necessário de bom, ou de mau grado, renunciar aos lugares comuns, e às frases já feitas de antemão sobre a turbulência das democracias” (*O Observador*, n. 154, 1 de março de 1834).

De início há que se destacar que os Estados Unidos constituíam exemplo para todos os grupos políticos, sob diferentes aspectos.¹⁵ É de certa forma natural que a nação nortista fosse elogiada pelos farroupilhas, ainda antes da deposição de Braga, como o fazia o *Continentista*, após

15 Para um panorama sucinto acerca da imagem do republicanismo norte-americano na América ibérica veja-se (LOMNÉ, 2009).

protestar contra o domínio, na condução da província, de uma facção retrógrada, composta de homens “envelhecidos, e assalariados que por toda a parte apregoam – respeito e cega obediência às autoridades constituídas – auxílio aos defensores da ordem – destruição aos anarquistas e republicanos!”. Difícil seria a posição de um povo submetido a tal situação de cabalas e chantagens políticas,

mas não duvidosa, é todavia a escolha. Não vacilou o Povo da Virgínia quando em sua declaração do 1º de Junho de 1776 exclamava: cada vez que o governo for reconhecido por incapaz de preencher os grandes fins para o que o povo o investiu do poder, ou que lhe seja contrário; a maioria da Nação tem o direito *indubitável, inalienável e inalterável* de aboli-lo, substituí-lo, e reformá-lo da maneira que julgar mais conveniente ao bem público (*O Continentista*, n. 7, 7 de agosto de 1835).

Por essa argumentação, teriam razão aqueles que defendem a tese de que os projetos de república estavam em curso mesmo antes da deposição de Braga, embora ainda não passasse de ameaça. Mas o que mais importa aqui é a utilização dos conceitos políticos. Nação seria a província, para os farrapos? Nesse caso, seria o conjunto do império para os legalistas? Ou, hipótese possível, a Nação seria, também para os farroupilhas desse momento, todas as províncias reunidas e, a exemplo do que teria ocorrido na Virgínia, o movimento que se iniciava no Rio Grande do Sul consistiria apenas um foco de um mais amplo projeto republicano, de âmbito “nacional”. Em qualquer caso, permanece a questão de quem teria a seu lado o “Povo”, com o destaque da maiúscula, em maioria.

A forma como se davam os debates, na imprensa, era muito aberta, e o recurso de publicar textos dos adversários para posteriormente rebatê-los, bastante comum. Em momentos chegava-se a dar maior destaque ao que se queria atacar do que à resposta. É o que aconteceu com

mais um artigo importante do *Continentista*, transcrito na íntegra pelo *Liberal Rio-Grandense*, que quase confunde e faz pensar que se tratava da argumentação do próprio jornal patrocinado por Araújo Ribeiro. Propagandeava então o farroupilha, divulgado pelo legalista:

Todos os homens nascem iguais, e da mesma forma, e obtiveram do seu Criador certos direitos inauferíveis, entre os quais a vida, a liberdade, a segurança individual, a felicidade e a resistência à tirania são os principais. Para sustentar e defender estes direitos os homens criaram os governos, a quem conferiram poder e autoridade somente enquanto os governantes curassem do bem ser do Povo, o qual tem o direito de lhes tirar o poder, e a autoridade logo que eles se tornem seus opressores. Por consequência quando o Governo não preenche suas obrigações, e não promove a felicidade do Povo, em quem reside a Soberania, ele tem o direito de o mudar, abolir, reformar, como lhe convier, e organizar outro baseado em princípios, que sejam mais conformes às suas circunstâncias, e que tenha por objeto defender suas garantias e propriedades, e sustentar sua dignidade, honra e liberdade (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 4, 8 de janeiro de 1836, transcrevendo artigo do *Continentista*, de Porto Alegre, sem especificar a data).

No mesmo artigo, fazia-se uma firme defesa dos Estados Unidos, país de “governo sábio, justo, prudente e Nacional”, tal como seria “o da Nação Rio-Grandense, se seus dignos filhos animados do sagrado fogo do patriotismo tiverem bastante coragem, e constância, para afrontar os perigos, e privações em defesa da honra, da Nacionalidade, da Pátria, e da Liberdade”. O texto do adversário era mostrado pelo *Liberal*, claro, para denunciar uma cabala separatista, e na resposta, o redator mostrava o seu escândalo quanto ao descaramento com que “os apóstolos da Democracia” pregam “a revolta, a separação, e o Governo Republicano”, além da forma arrojada com que se atacava “diretamente as nossas instituições fundamentais, os direitos Majestáticos,

os princípios da União Brasileira, e tudo quanto temos de mais caro e respeitável” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 4, 8 de janeiro de 1836).

O verdadeiro manifesto do *Continentino* mereceu uma resposta legalista que buscava contraditá-lo em pelo menos dois aspectos fundamentais, entre outros, para os quais o redator do *Liberal* chamava a atenção (“Leia-se o artigo a que aludimos: vejam ali os nossos leitores a doutrina que ele envolve”). O primeiro consistia no debate sobre o entendimento de soberania, tema sempre controverso, e aparentemente o jornal contrapunha, ao princípio de que esta “residiria” no “Povo”, os alegados “direitos Majestáticos”. O segundo seria a defesa da “União Brasileira”, dogma dos defensores do Império detentor de muita força em uma época em que demonstrações de poderio eram vitais à sobrevivência das nações. Outro elemento a destacar do texto que originou a resposta é o uso da expressão “Nação Rio-Grandense”, de uma maneira que poderia ser tomada como sinônimo de pátria, no sentido corrente, ou ser mesmo demonstrativo do afloramento dos sentimentos de nacionalidade que vieram a desenvolver-se e disseminar-se no decorrer do século.

O exemplo de desenvolvimento e harmonia política a que a imagem dos Estados Unidos se prestava era largamente utilizada pelos farroupilhas. Os aspectos tidos como positivos dessa “outra” potência americana tampouco eram desvalorizados pelos defensores do Império. Contudo, entrava em cena, nesse caso, a consideração do estágio evolutivo da população. Em um texto chamado “Diálogo: o Constitucional e o Republicano de boa fé”, era explicitada a convicção de que norte-americanos e suíços, em virtude de sua formação cultural e processo de constituição política, seriam povos aptos ao republicanismo, o mesmo não acontecendo com os brasileiros. Afirmava o “constitucional”:

Não sou tão frenético contra essa forma de Governo

que o tenha por uma utopia: todavia a história, e os publicistas de melhor nota mostram até a evidência que com a nossa civilização ainda não estamos maduros para tal forma de Governo. Não, meu amigo, infelizmente não somos os Suíços, nem os Norte-Americanos (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 7, 21 de janeiro de 1836).

A própria contraposição que dá título ao texto já demarcava uma posição. Quem argumentava era o “constitucional”, claro que por monarquista constitucional, do contrário não faria sentido o diálogo, e o que parece sublinhado é o caráter “liberal” do debatedor, em sintonia com a postura do periódico, alinhado com o governo de Feijó. O interlocutor era republicano, mas de “boa fé”, ou seja, sensível aos apelos da razão. Mas em que se fundamentava o autor para emitir um juízo tão severo sobre o atual estado civilizacional do Brasil? O seguimento do diálogo oferece uma explicação que buscava reforçar as virtudes do atual regime, e dissociar-se dos retrógrados:

Há, como sabes, certos exaltados na Província que não cessam de nos falar do Governo dos Estados Unidos, e de federação, e com estudado subterfúgio não dizem uma palavra sobre a Legislação, usos, e costumes dos Norte-Americanos na época de sua emancipação. Uma palavra não nos dizem dos hábitos viciosos, e funestos abusos, que nos deixou o jugo colonial, que suportamos. A União Americana contava então em seu seio muitos homens de reputação europeia; seus habitantes, como todos sabem, eram sóbrios, laboriosos, ativos, dados à indústria, respeitadores da Lei, e observadores da sua Religião: os benefícios da Constituição Inglesa tinham disposto aquela região para vir a ser o assombro do mundo civilizado. Podemos nós, sendo de boa-fé, dizer outro tanto do nosso estado atual? Livres apenas da férrea tutela, com que nos oprimiu o nosso desapiedado padrao, felizes nós, se à sombra do nosso Código fundamental formos progredindo em moral, e virtudes cívicas para que um dia nos possam colocar entre os Povos virtuosos, únicos, que podem, e merecem gozar

da plenitude da Liberdade; únicos, que a não ultrajam; únicos, que conservam aceso, e ilibado, este fogo sagrado, que abrasava os corações dos Washingtons, dos Franklins, dos Adams, dos Jeffersons, honra eterna do gênero humano.

Apesar de louvar as benesses do “Código fundamental”, o redator reconhecia que não se estaria no gozo da liberdade plena, mercê dos efeitos ainda sentidos de um passado de opressão que considerava tanto o período colonial quanto o primeiro reinado. Quanto a esse aspecto, tratava-se de manifestação típica do liberalismo moderado, que buscava dissociar-se da figura do primeiro imperador, em sentido liberalizante, sem contudo avançar demasiado, a ponto de comprometer a ordem. Num passo adiante, a república poderia ser o caminho natural da história política do país, em chave de argumentação evolucionista. Para o momento, e isso era fundamental deixar muito claro, a monarquia constitucional é que era o sistema condizente com o estágio de civilização e, mais do que isso, o principal agente civilizador.

Ainda com o objetivo de relacionar regime de governo com estágio da população, o mesmo periódico reproduziu um comunicado do Ministério da Guerra do Peru, que tratava da convocação, sob condições muito severas, para alistamento e incorporação militar. O objetivo do jornal, em tom crítico, era “resumidamente darmos aos nossos Comprovincianos uma ideia cabal do que são repúblicas sem as necessárias luzes, sem as virtudes cívicas, que um tal Governo exige...” (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 6,16 de janeiro de 1836). Se não havia sido atingido um **nível** mínimo de educação e amadurecimento de parcela considerável do povo, seria, obviamente, “grandíssimo delírio julgar tão fácil fazer republicanos, como projetos de república (Segur.)”, seção Máximas e Pensamentos (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 10, 30 de janeiro de 1836).

A relativa benevolência para com a *tese* republicana

que, a essa altura, manifestava o *Liberal Rio-Grandense*, representante de Araújo Ribeiro e Feijó, não passou incólume ao crivo do redator do *Artilheiro*. Dois anos mais tarde, e fiel ao seu credo absolutista, ele reforçava uma concepção de monarquia forte e tradicional, em um texto que aparentemente fora reproduzido do *Eco da Religião e do Império*, chamado “Profecias”. Era previsto que Feijó, então fora do governo, tentaria voltar, apoiado pelo partido “de nomeada de Republicanismo e aversão à Igreja Católica”, mas seria derrotado e então reposta “no seu antigo brilho as doutrinas da nossa Religião Santa, assaltadas pelo filosofismo do Sr. Feijó”. Preservar-se-ia, ainda, “a Constituição do Império de um novo enxerto de Federação Rio-Grandense” e far-se-ia, “da Monarquia Americana da *Aurora* e da Monarquia *barata* do sr. Feijó, uma Monarquia de realidade e de salvação” (*O Artilheiro*, n. 28, 3 de fevereiro de 1838). Registre-se que, nestes tempos, mesmo o mais radical dos conservadores não poderia deixar de fazer referência à Constituição.

Para além do sistema de governo, as figuras pessoais dos líderes norte-americanos eram alvo de admiração. Um artigo chamado “Retratos dos Presidentes Norte-Americanos, traduzido da Revista Europeia” (comunicado do *Correio Oficial*), sustentava que qualquer governo “é mais ou menos determinado pelo caráter moral ou intelectual de seus Magistrados Supremos”, e a partir desse pressuposto propunha uma vista rápida sobre os sucessivos governos de Washington, Adams, Jefferson, Madison, Monroe, Quincy Adams e Jackson. O tom geral é elogioso, e chama a atenção o fato de cada governo ser analisado consoante a traços de personalidade atribuídos aos presidentes. Assim, se contrapõe, por exemplo, a circunspeção de Washington ao gênio de “filósofo cheio de teorias e de hipóteses” de Jefferson. Há um tom de surpresa e admiração pelo fato das figuras pessoais dos presidentes destacarem-se pouco, no aspecto e nas maneiras, do comum dos cidadãos (*O*

Liberal Rio-Grandense, n. 74, 24 de setembro de 1836). Tal admiração sublinhava, novamente, um aspecto do ideário liberal que se defendia.

A imagem dos Estados Unidos e de seus presidentes servia a muitos fins. Até mesmo para ironizar os adversários, como foi feito quando do anúncio da proclamação da República Rio-Grandense, pela Câmara de Jaguarão, sobre “os nomes veneráveis desses heróis que assinaram a declaração *solene*, eclipsando os feitos generosos de Washington, e Franklin”. Ainda no mesmo tom, imaginava quem se atreveria a realizar um

cálculo dos progressos materiais, e morais, que vão abrilhantar com a rapidez do raio, a *soberana* República de Jaguarão, governada interinamente pelo *Exm. Comandante Superior* Bento Gonçalves da Silva, que deve ter dado as mais enérgicas providências da Fortaleza de Santa Cruz, aonde o supomos presentemente, para que sejam aproveitados os serviços eminentes da Municipalidade Jaguaranense? Quem ousaria a alguns meses prognosticar, que a *populosa*, e mui *florescente* Vila de Jaguarão havia de ser a primeira na Província, que superior às inspirações do medo, partilha das almas fracas, levantaria o estandarte *venerável* de uma República, *bem constituída* e que tem por chefes homens *eminente*mente respeitáveis pelos seus não vulgares talentos, e acrisolado patriotismo? (*O Liberal Rio-Grandense*, n. 90, 19 de novembro de 1836).

Curiosamente, esse artigo foi redigido com base em um texto do *Jornal do Comércio*, que por sua vez transcreveu a proclamação originalmente publicada no *Universal*, de Montevidéu. Mais uma mostra da circulação de informações entre os periódicos, e da fluidez das fronteiras políticas meridionais.

O destaque conferido à positividade da visão da imprensa legalista em relação aos Estados Unidos, a contrastar com as opiniões depreciativas sobre as repúblicas platinas obriga-nos a questionar suas razões. A

desqualificação das repúblicas vizinhas parece dever-se, quase que obviamente, ao risco sempre permanente de aproximação política com os territórios do sul da América, ameaça que os líderes militares sul-rio-grandenses faziam questão de manter em pauta, com os mais variados objetivos. Vivia-se, de fato, uma fase de indecisão geral acerca dos arranjos institucionais mais convenientes para os diversos grupos de elite, daí que, a despeito das ironias, a questão era tomada a sério pelos articulistas defensores da monarquia imperial. Mas estes, majoritariamente, como sempre frisavam, sustentavam o trono de uma monarquia constitucional e representativa, o que permite compreender a diferença de tratamento dispensado à república norteamericana. Nesse caso havia uma distância relativamente segura, em termos de risco de “contágio”, e tampouco o país nortenho aparecia como muito interessado em exportar o seu modelo político, pelo menos ao Império brasileiro.

Mais relevante, contudo, era a função que cumpria o modelo americano, já relativamente assentado e em desenvolvimento, de parâmetro de defesa de alguns princípios liberais caros aos moderados locais, como os relativos à garantia da propriedade, incluindo escravos. Este seria, digamos, um aspecto mais conservador. Porém, sob outra óptica, em tempos de disputa absolutamente aberta, no sentido de indefinida, a potência do norte, ou seja, a sua representação, o seu espectro republicano, positivo, ao mesmo tempo servia de escudo contra as ameaças de retroação. E essa imagem era importante para os promotores da Abdicação de 1831. Assegurava, frente aos regressistas, a manutenção de conquistas mínimas, em termos de garantias constitucionais, como preço a pagar pela preservação da monarquia, ou, e aqui também valia a ameaça, toda a América seria republicana. Um dos fundamentos e da força dessa ameaça talvez residisse na memória histórica que o fenômeno do Artiguismo ainda representava, embora nunca fosse referenciado. Artigas projetara um modelo

confederativo para os territórios do sul da América (que poderia incluir o Rio Grande do Sul) que, embora baseado no republicanismo norte-americano, era socialmente mais avançado, no sentido de redistributivo e inclusivo. Ora, isso era inaceitável para as elites de qualquer coloração política da província, o que auxilia a entender os silêncios e as formas distintas de considerar os exemplos históricos próximos. República, embora com as eventuais aceitações em tese (e com o notável exemplo concreto dos Estados Unidos), era tida como domínio da anarquia, da dispersão e do despotismo. Pelo menos, era o que tentava demonstrar o discurso legalista sul-rio-grandense de combate ao, às vezes presumido, republicanismo farroupilha.

FONTES CONSULTADAS:

Periódicos – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre)

O Artilheiro (Porto Alegre, 1837-1838)

O Continentista (Porto Alegre, 1835-1836)

O Liberal Rio-Grandense (Rio Grande, 1835-1836)

O Observador (Rio Grande, 1832-1834)

REFERÊNCIAS:

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português.** Porto: Afrontamento, 1993.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias.** Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **Revolução Farroupilha.** Pelotas: EGUFPel, 2002.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos**

do Rio da Prata (1835-1845). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997. (Tese de doutorado)

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KLAFKE, Álvaro Antonio. **Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/edipucrs/Capa/PubEletrEbook>

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOMNÉ, Georges. De la “República” y otras repúblicas: La regeneración de un concepto. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850.** Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

PETTIT, Philip. **Republicanism. Una teoría sobre la libertad y el gobierno.** Barcelona: Paidós, 1999.

PICCOLO, Helga I. L. **Vida política no século 19.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

RAMOS, Rui. República – Republicanos. In: **Dossier: História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro. 1750-1850. Ler História.** Lisboa, n. 55, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os sequestros dos bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal. In: CARVALHO, J. M. (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, José Iran. **“De tão longe para sustentar a honra nacional”**: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS (Tese de doutorado), 2009.

STARLING, Heloisa M. M. & LYNCH, Christian E. C. República/ Republicanos. In: FERES Jr., João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

VERDELHO, Telmo dos Santos. **As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

TRAJETÓRIAS DE FONTE E ACERVOS

“OS RESTOS MORTAIS DA GERAÇÃO FARRAPA”: NOTAS ACERCA DA TRAJETÓRIA DOS ACERVOS FARROUPILHAS

Ana Inés Arce¹
Vanessa Gomes de Campos²

“Os documentos não se encontram aqui ou ali, por intermédio de algum misterioso decreto dos deuses.”
Marc Bloch

A história da República Rio-grandense, incontornável marco identitário regional, tem sido contada e recontada a partir de acervos que, em sua maioria, se encontram, atualmente, em instituições de memória públicas e privadas. Por outro lado, uma parte desse conjunto documental, cuja dimensão não é possível precisar, ainda permanece em mãos de colecionadores particulares ou de descendentes das famílias dos antigos combatentes.

Reconhecendo a importância do estudo desses acervos, tendo em vista que “os arquivos – como registros – exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva, e da identidade nacional, sobre como nós nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedades” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 16), o que aqui nos propomos é, percorrer brevemente as trajetórias de alguns desses conjuntos documentais e das instituições que os acolheram, para que possamos compreender a partir de que material tem sido possível escrever a história dessa República.

O estudo desses percursos torna-se valioso quando

1 Arquivista no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

2 Arquivista e historiógrafa no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

percebemos o grau de intervenção que os conjuntos documentais vão sofrendo já a partir de sua produção, de sua tramitação inicial e, mais tarde, nas constantes eliminações, reorganizações e relocações. Como referem Cook e Schwartz:

Estes contextos culturais subjacentes são vitais para o entendimento da natureza dos arquivos enquanto instituições e enquanto lugares de memória social. Tais contextos também influenciam os arquivos no nível individual da criação e da sobrevivência de um único documento: a carta, a fotografia, o diário, o vídeo caseiro. Como os arquivos coletivamente, um documento individual não é somente portador de conteúdo histórico, mas, também um reflexo das necessidades e desejos do seu produtor, dos propósitos de sua criação, do seu usuário, do alcance legal, técnico, organizacional, social, e cultural-intelectual com o qual o produtor e usuário operam, e no qual o documento tem significado, e a intervenção inicial e a mediação contínua dos arquivistas. A natureza do “arquivo” resultante tem assim sérias conseqüências para a responsabilidade administrativa, o direito dos cidadãos, a memória coletiva, e o conhecimento histórico, tudo isso moldado – tacitamente, sutilmente, às vezes inconscientemente, mas mesmo assim profundamente – pela aparente naturalidade, pelo poder invisível e raramente questionado dos arquivos (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 17).

Intervenções essas que são influenciadas por diversos fatores - concepções teórico-metodológicas, políticas, visões historiográficas e arquivísticas, comemoração de efemérides, relações sociais e familiares, cujos resultados concorrem para a ressignificação dos próprios acervos e das instituições que os custodiam.

Em relação ao período em estudo, sem determinos na produção documental, o que demandaria outra abordagem, gostaríamos inicialmente de relembrar que, em linhas muito gerais, podemos apontar para dois grandes

conjuntos documentais: aqueles produzidos e recebidos pelas várias instâncias do governo imperial e os produzidos e recebidos pelos farroupilhas e, mais tarde, pela República Rio-grandense.

O último conjunto documental referido, o que foi produzido e recebido pela República Rio-grandense, sofreria as vicissitudes de uma conjuntura de conflito. Podemos pensar, então, para nossa análise, em partes de arquivos espalhadas por repartições, carretas, acampamentos militares, casas de particulares, escondidos, interceptados pelo inimigo, enfim, talvez em muitos outros lugares, que não pudemos detectar através da documentação e que deve ter resultado em consideráveis perdas. Um exemplo disso é o que menciona Domingos José de Almeida na carta abaixo:

Do lugar onde se ocultaram um canhão, os arquivos das secretarias da extinta República, livraria do Gabinete de Leitura que se criava para Biblioteca Pública e Tipografia no município de Alegrete, quando se aproximou o Sr. Marquês de Caxias em 1843 desapareceram tais objetos; e não me constando que fossem arrecadados e nem queimados por força do Exército Imperial, se V. Ex^a me permitir, farei esforços para descobrir seu destino; entendo-me para isso com alguns oficiais que ainda existam da brigada do falecido Coronel Loureiro, que de Santana do Livramento se destacara então do dito exército para Missões e passara nas aproximações do lugar onde se ocultaram tais objetos. Deus guarde a V. Ex^a. Pelotas, 7 de dezembro de 1859.³

Terminada a guerra, parte da documentação produzida e recebida pelo governo imperial seguiria o curso institucional e, no início do século XX, uma boa parcela dos acervos referentes à Farroupilha se encontraria recolhida principalmente no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e no Arquivo do Itamaraty. Do outro lado, os papéis remanescentes da República Rio-grandense, na

3 Carta (Minuta) de DJA ao presidente Conselheiro Antônio. Pelotas, 7 de dezembro de 1859. (CV- 688) (ARQUIVO, vol.3, 1979, p. 156)

maioria, permaneceriam com seus líderes e seguidores, principalmente com Domingos José Almeida, que fora Ministro e Secretário do Interior e Fazenda, por cujas mãos passara parte importante desse conjunto documental e que por eles demonstrava ter particular cuidado e interesse.

Durante algum tempo, esses documentos continuariam a ser usados com finalidades probatórias em contendas judiciais. Almeida, por sua vez, tinha projetos de publicizá-los através de seu jornal “O Brado do Sul” e de escrever a história desse decênio, o que, sofrendo considerável oposição, nada se concretizou.

REPÚBLICA E INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

A origem das instituições de memória no Rio Grande do Sul está vinculada ao início da República e, principalmente, à instalação de um governo com fortes traços positivistas no estado. É notória a gradativa ressignificação e apropriação da guerra farroupilha pelo movimento republicano, o que se consolidou na República, de fato, quando passaram a utilizar-se do discurso de independência do Rio Grande em relação ao resto do país e da bravura de seus líderes.

Na realidade, esse processo não era isolado e inseria-se em um contexto nacional que, desde o início do século XX, segundo Lúcia Guimarães, vivia uma crescente “onda de interesse pelas questões nacionais” e de “efervescentes manifestações cívicas” (GUIMARÃES, 2006, p. 163). Entre as lições desse novo “catecismo cívico, sobressaía o estudo da história pátria”, como dizia Oliveira Lima, o sentimento nacional devia ser reforçado, construindo-se um passado comum a todos os brasileiros (LIMA, 1971, apud GUIMARÃES, 2006, p. 163).

O Rio Grande, portanto, também trabalhava para a construção de sua identidade regional, sem deixar de buscar “reconhecimento de espaços – políticos e intelectuais – para o Rio Grande do Sul nos centros de poder do país” (NEDEL, 1999, p. 96).

É importante, nesse sentido, ressaltar a análise de Nedel sobre a elaboração da identidade regional. Estigmatizado como “corpo estranho à nação” pelo caráter isolacionista e autônomo, surgia nos primeiros anos da República uma nova corrente que partia da visão de que o Rio Grande era o “guardião das fronteiras nacionais”, e, como tal o mais brasileiro dos estados, em condições morais de dispor com maior legitimidade sobre a política nacional (NEDEL, 1999, p. 96-99).

Para Martins, era uma nova inserção no âmbito nacional que rompia com o “isolamento da província”, favorecendo a criação de vias de acesso e trânsito no meio literário-intelectual. Porém, para isso seria necessário conquistar a aceitação dos “pares que já tinham sua posição ‘definida’ no ‘campo’ intelectual regional ou nacional”.⁴ (MARTINS, 2011, p. 35-36).

Dessa forma, em meio a disputas que iam além dos campos tradicionais de batalha, depois de frustradas tentativas no século XIX de se criar um arquivo provincial e um instituto histórico e geográfico, surgiam, no início do século XX, as primeiras instituições de memória no Estado.

A primeira, o Museu do Estado do Rio Grande do Sul (depois Museu Júlio de Castilhos – MJC), foi criada pelo Decreto 589 de 1903, da presidência do Estado. Inicialmente sediado em uma sala ao lado da Escola de Engenharia, logo foi transferido para galpões da Redenção e, mais tarde, para sua sede atual. Do seu primeiro regulamento temos que a quarta sessão ocupava-se das ciências, artes e documentos históricos e tinha como tarefas:

4 Os intelectuais vinculados ao IHGRGS, “a partir de uma agenda intelectual” se organizaram, “detendo um certo capital cultural e social” para, então, “*impor a maneira legítima de ver o mundo*”, ou seja, “dizer aos rio-grandenses (e ao Brasil) o que [era] o Rio Grande do Sul”. Esses historiadores compartilhavam “um capital (mais ou menos) comum de aquisições, conceitos, métodos e procedimentos de verificação histórica, suficientes para fornecer-lhes um grau mínimo de ‘identidade de grupo’, e a partir destes critérios [elegiam] quem [poderia] ou não fazer parte daquela agremiação (MARTINS, 2011, p. 48-49).

Inc 1- receber e dispor metodicamente todos os produtos, recentes ou não, das ciências, das indústrias e artes, que lhe forem confiados.

Inc 2- catalogar os manuscritos e mais documentos que lhe forem distribuídos.

Inc 3- ordenar sistematicamente selos, estampilhas, sinetes, emblemas moedas, etc., que o Museu adquirir (PERETTI; GIOVANAZ, 2003, p. 164).

O Arquivo Público (APERS) foi criado poucos anos depois, em 08 de março de 1906, e regulamentado em 1913. Na sua composição, os serviços estavam distribuídos em três seções: a primeira com a custódia dos arquivos administrativos do Estado, da União e dos municípios; a segunda, responsável pelos arquivos histórico e geográfico; e a terceira, encarregada dos arquivos forenses (SPINELLI, 2005, p. 50). Percebe-se, portanto, que já na organização da segunda seção se iniciara a separação do acervo que daria origem, mais tarde, ao próprio Arquivo Histórico.

Entre a iniciativa privada, porém com todo o suporte público, nasceu o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) em 20 de agosto de 1920, que significou a real definição de um espaço social para os intelectuais (MARTINS, 2015). Nesse espírito, criaram os estatutos da nova instituição que objetivava coligir, classificar e conservar os documentos (sempre chamados de manuscritos), livros, cartas geográficas e objetos relacionados à História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia, Línguas Indígenas e Folclore, a fim de se constituir o arquivo, a biblioteca e o museu do IHGRGS.

Ao longo dos anos 1920 e 1930, foram se consolidando essas instâncias legitimadoras do labor histórico, não mais se admitindo que se baseasse esse apenas na tradição oral ou em relatos fidedignos. A procura de fontes documentais passou a ser tarefa fundamental, “quase um fim em si mesmo, sendo determinante do grau de competência ‘científica’ do

pesquisador”, como afirma Nedel:

Desde a criação do IHGRGS e a intensificação das pesquisas pela seção do Arquivo sediado no MJC, a história passara a ser matéria para poucos estudiosos, lotados como pesquisadores dos órgãos públicos ou cadastrados nos índices dos sócios do IHGRGS. Restrita a um círculo especializado de eruditos, a memória historiográfica, situada entre a história oficial de cunho cientificista e documental e a memória coletiva fundadora da identidade regional, podia habilitar “cientificamente” a reconstrução do passado face à necessidade de reversão do estigma imputado ao estado desde o século passado (NEDEL, 1999, p. 100).

A “CAÇA” AOS DOCUMENTOS FARROUPILHAS: O ARQUIVO HISTÓRICO

No início da década de 1920, sob a direção de Florêncio de Abreu⁵ e com a chefia de Eduardo Duarte⁶, a 2ª seção do APERS desenvolveu-se. Começou-se a editar a Revista do Archivo Público e era evidente a mútua

5 Florêncio Carlos de Abreu e Silva (Rio de Janeiro, 1883-1969). Magistrado, ensaísta e historiador. Foi diretor do APERS e sócio-fundador e presidente do IHGRGS (VILLAS-BÔAS, 1974, p. 15, 16).

6 Eduardo Duarte nasceu em Porto Alegre em 1874. Formou-se na Escola Normal, ingressando, em 1899, através de concurso realizado em Porto Alegre, no funcionalismo estadual como professor em Alfredo Chaves (hoje Veranópolis-RS), onde foi professor da 5ª aula até 1914. Após cursar Odontologia, formou-se, em 1919, em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica. Em 1917 foi nomeado cartorário provisório por ter permutado seu cargo de escrivão do Cartório do Cível e Crime de Alfredo Chaves com o sr. Luis Peixoto de Oliveira, passando a servir na 3ª seção (Depósito) do APERS. Posteriormente foi aprovado em concurso para 3º oficial e, em 1920, nomeado cartorário efetivo. Nesse mesmo ano, foi promovido por merecimento a 2º oficial e designado para chefiar interinamente e 2ª seção (Arquivo Histórico e Geográfico) e depois, também por merecimento, para o cargo de 1º oficial do Arquivo. Em 1921, passou a chefiar a 2ª seção. Também se empenhou na criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul do qual vai ser membro fundador e secretário (e, a partir de 1934, secretário perpétuo), além de participar das Comissões Permanentes de Admissão de Sócios e Estatutos e Comissão da Revista. Tornou-se membro correspondente dos Institutos Histórico e Geográfico do Uruguai, de Santa Catarina e do Pará. Eduardo Duarte faleceu em Veranópolis (Alfredo Chaves) em 09 de dezembro de 1962.

A síntese biográfica apoia-se basicamente nos discursos por ocasião da homenagem realizada a Eduardo Duarte, quando completou 35 anos de serviço público, que foram publicados na Revista do IHGRGS (1934) e em informações coletadas no seu arquivo pessoal, custodiado no IHGRGS.

colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico, recém fundado, que funcionava nas suas dependências. A ideia da criação de um Arquivo Histórico vinculado ao Museu Júlio de Castilhos parece ter nesse período amadurecido entre os confrades e colegas das três instituições.

O crescimento da 2ª seção adquiria cada vez mais força com as iniciativas de ampliar as fontes documentais disponíveis aos pesquisadores. No que se refere às fontes da farroupilha, o arquivo empenhara-se na aquisição de dois acervos o de Alfredo Ferreira Rodrigues e o de Apolinário Porto Alegre (de que falaremos mais adiante).

Alfredo Ferreira Rodrigues, também estudioso da Revolução Farroupilha, coletara documentos daquele período. Considerando que deveriam existir muitos documentos espalhados pelo Estado, Rodrigues temia que viessem a desaparecer, pois muitos de seus possuidores não saberiam o valor que tinham. Visando evitar essa perda, chegou a publicar uma série de “a pedidos” junto à imprensa, anunciando sua busca por documentos. Para

ele, cartas, proclamações, ordens do dia, jornais, apontamentos, tudo servia, já que às vezes uma carta, uma notícia à primeira vista insignificante teria grande importância, pois poderia fixar uma data, assinalar um nome, descobrir a pista de um fato desconhecido. De acordo com essa idéia, concluía o historiador destacando que esses documentos, uma vez espalhados, de pouco serviriam; porém, reunidos, aumentariam de valor, tornando-se um guia seguro para quem tentasse fazer reviver o passado rio-grandense (ALVES, 2011, p. 15).

De fato, no relatório apresentado em 1923, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior Protásio Alves ao Presidente do Estado Borges de Medeiros, o diretor do Arquivo, Florencio C. de Abreu e Silva, referia à Comissão incumbida pelo Governo do Estado para “examinar e avaliar os arquivos historicos do sr. Alfredo

Ferreira Rodrigues e do espolio do sr. Apollinario Porto Alegre” [...] que

julgou em Outubro do ano passado de toda conveniencia a aquisição dos alludidos archivos, avaliando-se em vinte e cinco contos de réis (25:000\$000), cada um. O sr. Alfredo Rodrigues immediatamente fez recolher á 2ª secção desta Repartição o seu preciosissimo archivo [...] (RELATÓRIO..., 1923, p. 775-776).

Foi nesse ambiente de incentivo e reconhecimento dos estudos históricos, balizado por tais concepções de história e pelo caráter cívico, num momento de intenso trabalho de construção identitária, que se deu o desmembramento da segunda seção, a de História e Geografia, do Arquivo Público e sua anexação ao Museu Júlio de Castilhos (1925), surgindo como Arquivo Histórico vinculado à Direção de História Nacional do Museu.

Portanto, ao iniciarem-se os preparativos das comemorações do Centenário Farroupilha tínhamos uma instituição voltada ao recolhimento e tratamento de acervos considerados históricos (Arquivo Histórico do MJC) e outra, que também recolheria acervos, mas que se voltaria para o estudo e escrita da história do Rio Grande (IHGRGS). Havia forte colaboração entre as duas instituições, que resultava “em ‘pareceres históricos’ sob encomenda do executivo estadual e das municipalidades para a fixação de ‘efemérides’, além da publicação de revistas e realização de congressos”. A principal realização conjunta nesse período foi a organização das festividades do Centenário Farroupilha, em 1935 (NEDEL, 2005, p. 101). Eduardo Duarte, referindo-se à parceria, foi ainda mais longe:

Mas, não será o Instituto uma continuação do Arquivo Histórico? As suas finalidades se encontram, e mais: fundado o Instituto, a sua sede foi estabelecida naquela Repartição, e a sua biblioteca, tão valiosa, pois atinge a seis mil volumes, foi organizada por quem ainda hoje dela cuida, e como a biblioteca do Arquivo Histórico, há dois olhos que para ambas têm sempre igual carícia.

E assim, considerada esta proveitosa xipofagia do Instituto com a repartição de que sou funcionário, é que tenho procurado servir o Instituto da melhor forma possível [...] Era meu dever, como elemento do Arquivo Histórico do Estado.⁷

Correspondendo a essa dupla função, em conferência proferida em 1926, nas dependências do “Museu e Archivo Historico” intitulada “Da opulência do Archivo Histórico Rio-Grandense”, Eduardo Duarte destacaria que, sobre o período farroupilha, o que se encontrava no Arquivo era “altamente valioso e de grande decisão para o estudo dessa campanha, pois nada menos de tres mil e quinhentos papeis avulsos já seleccionados e [poderiam] ser consultados a qualquer momento”. Comentava, ainda, que

vem sendo publicados alguns documentos pela Revista do IHGRGS, [...] desse modo habilitando os estudiosos que desde já pensam na commemoração da Republica de Piratiny por ocasião das festas centenarias, que não estão longe, pois nove annos se escôam com velocidade (DUARTE, 1926, p. 16).

Como não poderia deixar de mencionar, Duarte apontava a importância do acervo a quem desejava escrever sobre a farroupilha, pois encontraria “os elementos necessarios ao seu trabalho, calcando-o na verdade dos factos, apanhada através de documentos que não admitem dúvidas nem sophismas.” (DUARTE, 1926, p. 17).

A grande alavanca que impulsionou a *caça aos documentos* farroupilhas foram as mobilizações para os festejos do Centenário Farroupilha. Desde os fins da década de 1920, as jovens instituições (Arquivo Histórico/MJC e Instituto Histórico e Geográfico), cujo pivô era Eduardo Duarte, iniciaram verdadeira cruzada para recolher os documentos que ainda se encontravam dispersos.

7 Discurso proferido por Eduardo Duarte na cerimônia em homenagem aos seus 35 anos de serviço público, realizada na Sala de Conferências da Biblioteca Pública do Estado em 12 de maio de 1934 (RIHGRGS, 1934, p. 285).

No cenário político, tínhamos a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas – com as disputas entre o governo federal e o estadual – e a nova inserção do Rio Grande no contexto nacional. Voltaria à tônica a reatualização da Guerra Civil de 1835 e as batalhas do campo historiográfico invertiam posições: as interpretações que tendiam ao movimento como mais autônomo perdiam espaço para as posições mais integradoras.⁸

Nesse momento, o Arquivo Histórico (ainda vinculado ao Museu Júlio de Castilhos) voltou seus esforços para recolher documentos farroupilhas, o que aconteceu em várias frentes, visando a arquivos públicos e privados. Dentro das instituições públicas, foram duas as frentes principais em que se empenharam: as *intendências municipais* que detinham documentação histórica do período; e as *instituições do Rio de Janeiro*, capital do país, para onde os documentos oficiais da Farroupilha acabaram sendo em sua maior parte recolhidos.⁹

Merece destaque o trabalho realizado junto às intendências, sobretudo a partir do Congresso das Municipalidades¹⁰, ocorrido em 1929, quando Eduardo Duarte aprovou a tese apresentada de que se deveriam recolher ao Museu e Arquivo os documentos relevantes para a História do Estado que houvesse nos municípios.

No relatório subsequente, Eduardo Duarte esclareceu como seu programa fora colocado em prática, assinalando as localidades visitadas por ele e os contatos que promoveu.

De *Caçapava*, lamentou a existência de poucos

8 Sobre os festejos do Centenário Farroupilha e sua relação com o acervo documental do Arquivo Histórico/MJC ver: (ARCE, 2011; ARCE, 2015).

9 Um estudo mais detalhado desse processo encontra-se em: (ARCE, 2014; ARCE, 2015).

10 Em julho de 1929 ocorreu o 1º Congresso das Municipalidades Sul-Rio-Grandenses com o objetivo de “promover, pela cooperação do Estado com os Municípios e pela destes entre si, a solução sistemática de importantes questões e problemas comuns”. Foram discutidas “teses” referentes a questões como ensino, saúde, segurança, agricultura e pecuária, quedas d’água, política e administração, criação e redação (BAKOS, 1996, p. 27).

documentos remanescentes do período, mas conseguiu entrar em contato com descendentes de Ulhôa Cintra, “vulto de grande destaque na revolução”, que cederam seu acervo ao Arquivo.¹¹ Já, em *Cachoeira do Sul*, apresentou-se lhe o mesmo problema, pois em 1840, o major Adolfo Charão, “à testa de força legaes”, destruíra tudo o que referia “à revolução. Livros cortados em suas páginas, papéis avulsos queimados, um auto de fé em regra, tendo escapado apenas o livro de vereanças correspondente ao período”. A documentação que compreendia o período de fundação do município até 1850 foi solicitada ao Intendente para também ser recolhida.¹²

Como podemos observar, além da informação e coleta de materiais, essas viagens também traziam a possibilidade de contatar famílias detentoras de acervos privados que interessavam ao Arquivo. Pode-se inferir, através da documentação administrativa pesquisada, particularmente as cartas que ofereciam ou acompanhavam as doações, que as relações pessoais com membros do Arquivo ou do governo, as indicações de relações em comum, ou o prestígio do representante da Instituição eram importantes na decisão de se franquear o acesso a essas relíquias de família, que descendentes de combatentes do conflito ainda detinham em seu poder.

As observações feitas no relatório de Duarte revelam, em parte, quais papéis eram considerados importantes e dignos de estar no Arquivo Histórico do Estado, ou seja, “a documentação considerada subsidiária ao estudo da historia regional”. Isso corresponderia ao período que vai do início da ocupação do território à década de 1850, especialmente o referente ao decênio farrapo, seguindo a ideia de que a documentação histórica de todo o Estado deveria estar

11 Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (Ofícios Recebidos, 1930, AP. 2.007 - MJC)

12 Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (Ofícios Recebidos, 1930, AP. 2.007 - MJC)

nessa instituição, reunida para uso dos historiadores.¹³

Na mesma viagem, Duarte deparou-se em Rio Pardo com um significativo acervo do período, e fez “o tombamento dos livros manuscritos, em numero de 148, [...]; os papéis avulsos [eram] em elevada quantidade, compreendendo o Brasil Colonia desde 1809, primeiro e segundo imperio”. Sobre o decênio farroupilha apontou que a cidade contribuiria “com mais de um volume em nossas publicações commemorativas do próximo centenário”.¹⁴

Em *Rio Grande*, pareceu decepcionar-se com a falta de documentação, tendo selecionado pouca coisa, notadamente dois livros de sesmarias que completariam a coleção existente no Arquivo. De *Pelotas*, registrou que não era muito o que a cidade possuía, mas era “precioso; uma carta de Netto escripta dias antes do combate do Seival”; “correspondencia de Domingos José de Almeida, uma das maiores cabeças da revolução, além de outros vultos de destaque político, [...] peças de decidido valor histórico”. E também buscou em acervos privados, “a casa de antigas famílias”, onde esperava “conseguir alguma cousa, inclusive uns livros de Piratiny”.¹⁵

Na primeira capital da República Rio-grandense, *Piratini*, Duarte deparou-se com “um archivo [...] muito precioso para o estudo da revolução de 1835-45”, em que verificou a existência de “elevadíssimo número de peças avulsas, cartas, officios, partes de combates, correspondência passiva dos maiores vultos do grande movimento”. E ainda

13 Cabe lembrar que, a partir da década de 1920, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico vinculado ao Museu Júlio de Castilhos (que estaria adquirindo caráter predominantemente histórico), os estudos históricos no Estado ganham um importante impulso e o Arquivo Histórico deveria ser a instituição que reuniria os documentos do Estado possibilitando aos pesquisadores, muitas vezes membros dessas mesmas instituições, realizar suas pesquisas.

14 Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (Ofícios Recebidos, 1930, AP. 2.007 - MJC)

15 Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (Ofícios Recebidos, 1930, AP. 2.007 - MJC)

teve notícia de que os “livros de vereanças” de número 1 e 2 (“que incidem com o tempo do levante”) estavam em poder de particulares, em Pelotas.¹⁶

Parece bastante evidente a importância da comemoração da efeméride para a reunião desse acervo, seja pelos esforços da Instituição, seja pela legitimidade que conferia ao processo de recolhimento de papéis, que sem a mobilização causada pela celebração talvez não fosse possível sua retirada das repartições em que se encontravam.¹⁷ Por outro lado, resultou também na fragmentação de alguns fundos municipais, que se encontram atualmente dispersos por várias instituições.

Para atuar na outra frente, das instituições detentoras de documentos do período na capital do País, designou-se Aurélio Porto para realizar a maior parte da tarefa. O pesquisador encontrou algumas dificuldades na empreitada, como a falta de organização e de instrumentos de pesquisa referentes a essa documentação e a necessidade de intervenção de autoridades para aceder a determinados acervos (principalmente no que referia à documentação do Ministério da Guerra e do Itamaraty).

Alguns anos mais tarde, às vésperas das comemorações, o trabalho já se encontrava mais consolidado. O Arquivo Nacional, em comemoração ao Centenário publicaria o “1º volume do célebre ‘Processo dos Farrapos’, instaurado nessa capital contra os gloriosos chefes daquele movimento”. A Biblioteca Nacional contribuiria também “para a história da nossa terra publicando, em seus ‘Anais’, o Compêndio Noticioso, códice manuscrito inédito do brigadeiro Francisco João Roscío”. O Itamaraty reunira “em cópias datilografadas, todo o material alí existente sobre o

16 Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (Ofícios Recebidos, 1930 AP. 2.007 – MJC)

17 Relatório (cópia) apresentado ao Director do Museu Júlio de Castilhos Dr. Alcides Maya pelo Director do Departamento de História Nacional Dr. Eduardo Duarte. 30 de junho de 1930. (Ofícios Expedidos, 1930, AP 1.008 – MJC)

período farroupilha, por ordem do Sr. ministro das Relações Exteriores”. Também, Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, prometera “contribuir com tres datilografos para o trabalho de cópias a executar nos arquivos, donde serão extraídos, competentemente autenticados, preciosos documentos pesquisados pelo coronel Jonatas Rago Monteiro, e pelo Sr. Aurélio Porto”.¹⁸

Apesar de tais resultados, o Diretor do MJC, em relatório de 1936, avaliando a participação do Museu e Arquivo no Centenário Farroupilha, lamentava não ter podido levar a cabo todo o programa de trabalho: “infelizmente não nos foi possível editar cêrca de duas mil folhas datilografadas, contendo a correspondencia integral dos presidentes da província, durante a década memorável de 1835-45.” Também não se publicou “o volume terceiro da serie ‘Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução’ apesar de já estar pronto para ser levado ao prélo”.¹⁹ O esforço para a transcrição e publicação de documentos, custodiados por instituições da capital, ia ao encontro das necessidades dos pesquisadores, pois muitos desses acervos eram inacessíveis. Por outro lado, ao centralizar também as cópias documentais, o Arquivo Histórico tornar-se-ia referência para o estudo do tema.

Em relação aos acervos privados, além das doações, alguns conjuntos documentais eram ofertados ao Arquivo para compra; outros, avaliados de interesse para a Instituição, a levavam a fazer propostas para sua aquisição. Na década de 1920, houvera a compra de um importante conjunto documental, o de Alfredo Ferreira Rodrigues e o fracasso das negociações do acervo de Apolinário Porto Alegre. Com a proximidade do Centenário, surgem outras ofertas, das quais destacaríamos três: o acervo do Barão do

18 Carta enviada do Rio de Janeiro, em 1/10/1933 por Eduardo Duarte ao Diretor do MJC. (Ofícios Recebidos 1933-1936, AP. 2.009 - MJC)

19 Relatório do Museu Julio de Castilhos correspondente aos anos de 1935 e 1936 até 16 de junho. 19 de junho de 1936. (Ofícios Expedidos 1933-1936, AP. 1.012 - MJC)

Jacuhy, do Conde de Piratini e a coleção de Nestor Ascoli.

Tendo sido proposto, em 1926, o acervo do Barão do Jacuhy para aquisição, solicitou-se a entrega do material para avaliação: “duzentos e sete (207) documentos numerados e seis (6) avulsos”.²⁰ Entretanto, após minuciosa análise do “valor documental”, o avaliador, Eduardo Duarte, expunha sua decepção com a coleção ofertada, pois a importância da documentação não parecia condizer com o destaque da personalidade a quem pertencera. Avaliara a documentação a partir das referências que poderia vir a ter sobre um episódio particular da Guerra do Paraguai em que Jacuhy teria atuado, no qual “David Canabarro sofreu grandes acusações, e foi submetido a conselho de guerra, por ter deixado o inimigo atravessar, sem ser molestado, os nossos rios, até se alojar em Uruguayana” E conclui que “sobre esse controverso período da história, o arquivo nada adianta”.²¹

Isso nos leva a crer que esse era um dos episódios polêmicos que se acreditava poder esclarecer com o aparecimento de nova documentação. Ainda que nessa situação em particular não se tratada documentação referente à Farroupilha (“ha algumas peças muito interessantes, de valor subsidiário. Merecem toda a consideração estariam bem collocadas em nossa rubrica: Campanha de 1835-45”), o fato permite pensar em que “documentos reveladores”, com os quais se poderia esclarecer alguns episódios controversos tinham preferência e também seriam mais valiosos (“muito relativo o valor documental do arquivo em questão e quanto ao seu preço estimo-o em quinhentos mil réis”).²² Estimou-se, então, que não seria de interesse da Instituição: “tenho a honra de comunicar a V. Exa. que o

20 Recibo 6 de julho de 1926. (Ofícios Expedidos, 1925 -1926, AP. 1.004 - MJC)

21 Ofício do director interino do MJC ao Secretario de Estado interino dos Negocios do Interior e Exterior. 9 de setembro de 1926. (Ofícios Expedidos, 1925 -1926, AP. 1.004 - MJC)

22 Ofício do director interino do MJC ao Secretario de Estado interino dos Negocios do Interior e Exterior. 9 de setembro de 1926. (Ofícios Expedidos, 1925 -1926, AP. 1.004 - MJC)

governo do estado resolveu não adquirir o archivo historico deixado pelo finado riograndense, barão de Jacuhy, e que V. Exa. há tempos offereceu à venda”.²³

Outro acervo ofertado foi o do Conde de Piratini, cuja proposta permite analisar alguns aspectos interessantes em relação ao modo como foi oferecido o acervo e a valorização do mesmo por parte do ofertante. Em primeiro lugar, procurou-se destacar a importância histórica do personagem: “possuiu na Província remarcada influencia politica e social. Depois se passou a valorizar o conjunto documental por tratar de ‘nossa’ historia tão cheia de lances épicos”, porque “sobre 35 existem documentos de real valor”, pelo seu volume e do estado de conservação (“alem dos documentos em apreço, tenho 18 copiadores de carta em papel de linho, com mais de 200 folhas cada um, em perfeito estado de conservação”) ou pela sua autenticidade e valor autógrafo, “autenticados pelo Conde”. Então, apelou-se para as avalizadas opiniões das relações sociais em comum que poderiam garantir a importância desse acervo. A seguir, enfatizou-se não ter sido o “interesse material” o motivo da venda da coleção, portanto o valor solicitado (que não consta na carta) seria ínfimo diante da importância da coleção. E, por último, acenou-se com a possibilidade de existirem outros interessados, mas que a intenção da permanência desse acervo no estado fez “com que se dê preferência ao Museu em sua aquisição”. Ou seja, a possibilidade da perda desse acervo poderia levar à conclusão de que deveria ser adquirido para permanecer no estado.²⁴

Seguindo o mesmo procedimento da coleção do Barão de Jacuí, o arquivo foi recolhido para exame.²⁵ Duarte

23 Carta do Diretor Interino a D. Orphila Ferrando Brusque de Abreu, 17 de setembro 1926. (Ofícios Expedidos, 1925 -1926, AP. 1.004 - MJC)

24 Carta de João Carlos C. de Azevedo a Eduardo Duarte. 12 de maio de 1932. (Ofícios Expedidos 1932, Ap 1.011 - MJC)

25 Ofício do Diretor do MJC ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. 16 julho 1934. (Ofícios Expedidos 1933-1936, AP. 1.012 - MJC)

constatou que se tratava de “correspondência passiva”, ou seja, de “um grande número de cartas firmadas por figura de alto destaque no cenário político-social do Rio Grande, em dilatado período de tempo, tendo porém apenas o valor do autografo”, e “correspondência ativa”, “cópias de cartas comerciais, e, conquanto bastas vezes [referia] a assuntos políticos, [carecia] entretanto, de importância subsidiária ao estudo do nosso passado.” E concluiu que era “de parecer que o mesmo arquivo [fosse] devolvido ao proprietário”.²⁶

Chama a atenção na justificativa do avaliador o reconhecimento de que a coleção trata de assuntos políticos (e sabe-se da importância da história política nessa época), mas que, ainda assim, não tem importância “ao estudo do nosso passado”. Percebe-se então que o legado documental de dois personagens, Barão do Jacuí e o Visconde de Piratini, com reconhecida atuação na história do Estado não tem ingresso no Arquivo que pretende reunir a documentação que vai subsidiar o estudo do passado do Rio Grande. Pode se considerar que na concepção de documento histórico da época, esses papéis carecessem de valor, mas é impossível não deixar de perceber que são personagens que participaram do conflito do outro lado, permanecendo fiéis ao Império. Talvez isso não fosse determinante para o não prosseguimento das negociações, mas o fato é que ao ficarem de fora, impossibilitou-se que se tivesse acesso às informações contidas nesses acervos.

Bastante diferente foi a negociação do acervo de Nestor Ascoli, que envolveu intensa troca de correspondência entre figuras destacadas do governo estadual (o próprio governador) e nacional. Porém, infelizmente, não consta nessa documentação o desfecho das negociações e as razões pelas quais o acervo aparentemente não foi adquirido. Também chama a atenção nesse processo o valor em que

26 Ofício de Eduardo Duarte, Diretor de História Nacional ao Diretor do MJC. 31 de agosto de 1934. (Ofícios Recebidos 1933-1936, AP. 2.009 - MJC)

foi estimada coleção, 30 contos para 400 documentos, em contraste com o relativamente pequeno avaliado pelo arquivo do Barão do Jacuí, 500 mil reis para 214 peças.

Nestor Ascoli inicia as negociações diretamente com Flores da Cunha, o interventor Federal do Estado, que estava de passagem pelo Rio de Janeiro, mostrando-lhe parte de seu acervo.²⁷ Na carta ao interventor, em que formaliza a oferta, alguns aspectos merecem destaque. O primeiro deles seria o senso de oportunidade do ofertante, considerando a mobilização em torno das comemorações e de tudo o que diz respeito ao Decênio Farroupilha, ou seja, a ciência de que recursos estariam disponíveis e que haveria maior propensão a que a coleção despertasse interesse. Também a possibilidade de contactar com o mandatário máximo do estado, que se interessando pela proposta poderia agilizar os trâmites. E, para dar maior peso à sua oferta, o aval de Leonardo Truda, que além de intelectual do IHGRGS, o que o habilitaria a julgar um conjunto documental referente ao estado, também era membro do governo federal.

Adiante, com a chancela de Truda, propõe o valor de 30 contos pela coleção, que considerava um preço módico diante da qualidade da mesma e do trabalho que deu formá-la, pagando pelas peças muitas vezes preços elevados. E, por último, que só se desfaria dos documentos em virtude das comemorações do centenário e do fato de estar Flores da Cunha à frente do governo do estado, a quem admirava desde sua “mocidade republicana”, evocando a afinidade partidária. A essa carta juntou-se cópia da enviada por Leonardo Truda a Ascoli, em que se destacaria o valor da coleção ofertada.

Pouco mais de um mês depois, escreve Ascoli novamente a Flores da Cunha, insistindo na oferta: “Espero da elevada gentileza de V. Exa. que me releve esta attenciosa

27 Carta (Cópia) de Nestor Ascoli a Flores da Cunha. Rio de Janeiro, em 30 de Janeiro de 1934. (Ofícios Recebidos 1933-1936, AP. 2.009 - MJC)

importunação pelo desejo de que seria agradecido, de saber a opinião de V. Exa. a respeito do caso emergente”.²⁸

A tramitação segue, criando-se uma “comissão de peritos” para avaliar a coleção, composta por “Eduardo Duarte e dois ou mais membros do Instituto Histórico e Geográfico”²⁹, ao arbítrio da Secretaria do Interior”.³⁰ O tom da correspondência parece entusiasmado, mas como em nenhum momento aparece uma descrição dos documentos, não é possível avaliar o seu teor, mas a relevância pode ser depreendida do aval de tantas autoridades e de ter sido um dos acervos privados em que pesquisou Alfredo Varela.³¹ Mas as negociações parecem não resultar e mais de um ano depois do início das negociações dirige-se Nestor Ascoli, por telegrama, novamente a Flores da Cunha: “Permita respeitosamente appellar grande gentileza vossencia possivel solução proposta documentos farroupilhas”.³²

No relatório de junho de 1936, em que se reportam às aquisições do Museu, não há referência alguma a esse acervo. Entretanto, comunica-se a doação da maior coleção privada referente ao Decênio Farrapo, o arquivo de Alfredo Varela.

Aqui vale a pena retroceder um pouco e seguir a trajetória desse arquivo. Formado em sua grande maioria pelos papéis que tinham pertencido a Domingos José de Almeida, e que, quando de seu falecimento, continuou com a família. O filho de Almeida, Epaminondas Piratinino,

28 Carta de Nestor Ascoli a Flores da Cunha. 2 de março de 1934. (Ofícios Recebidos 1933-1936, AP. 2.009 - MJC)

29 O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul era frequentemente consultado para avaliar coleções, peças e emitir pareceres. Era reconhecido como autoridade em assuntos históricos e trabalhava muito próximo ao Arquivo Público e, depois, ao Arquivo Histórico, tendo muitos membros em comum com essas instituições.

30 Do diretor do MJC, Alcides Maia, ao Diretor Geral do Expediente da Secretaria do Interior. 30 de abril de 1934. (Ofícios Recebidos 1933-1936, AP. 2.009 - MJC)

31 No catálogo do arquivo de Alfredo Varela são mencionados no item 68, documentos copiados de arquivo de Nestor Ascoli.

32 Telegrama de Nestor Ascoli ao Interventor Federal, Flores da Cunha. 05 de setembro de 1934. (Ofícios Recebidos 1933-1936, AP. 2.009 - MJC)

deu certa continuidade ao trabalho do pai, empreendendo pesquisas para concluir a história do período farroupilha. Seus esforços se deram também no sentido de buscar a memória dos velhos combatentes farroupilhas³³, que ainda sobreviviam em fins do século XIX, “transformando o que para a geração anterior era um recurso menor, apesar de não desprezível, em patrimônio político a ser cultivado e ampliado” (MENEGAT, 2009, p. 176).

A passagem desse acervo da família Almeida a Alfredo Varela, o esclarecimento das circunstâncias e os motivos dessa doação ainda permanece em aberto. Entretanto, chegamos a uma resposta parcial, a partir de documentação referente à doação de algumas peças do período farroupilha por parte do próprio historiador ao Museu Júlio de Castilhos. Em sua correspondência havia menção ao nome Abrilina. Tratava-se de uma lista de doações entre as quais se destacava um prato de porcelana “da baixela de Bento Gonçalves”. Tinha sido oferecido pelo “grande patriota, a sua afilhada Abrilina e desta passou a minhas mãos, por dádiva da veneranda filha de Almeida”.³⁴ Abrilina Decimanona Caçapavana foi uma das filhas mais longevas, nasceu durante a revolução, em 1839, e morreu em 1914.

No Catálogo de sua doação também percebemos que Varela denominava a parte principal de seu acervo de Coleção Abrilina, referência também existente no livro *Solar Brasílico*, publicado após a doação (VARELA, s.d., p. 69). E o prefácio de *Visconde de Mauá. Autobiografia*, de Cláudio Ganns, termina por esclarecer essa parte da questão:

Feliz encontro, ocorrido recentemente no Instituto Histórico, na presença dos Srs. Max Fleiuss e Wanderley

33 Um exemplo disso é o depoimento dado a Manuel Alves da Silva Caldeira - “Fatos que se deram na Revolução de 1835. Oferecidos ao muito digno Dr. E. Pratio (sic) de Almeida [...] Pelotas, 20 de agosto de 1896. Vosso amigo muito admirador”. (CV-3101) (ARQUIVO, v. 5, 1981, p. 339)

34 Carta de Alfredo Varela ao Diretor do MJC, 7/05/1933. Offícios Recebidos 1933-1936, p. 65, MJC.

Pinho, (em 18-10-1939) com o eminente historiador sul-rio-grandense [Alfredo Varela], arguido sobre aqueles fatos, fizeram-no esclarecê-los, a meu pedido, melhor ainda.

A correspondência a que se refere, está na coleção Abrilina (recentemente doada por ele ao Estado do Rio Grande do Sul), que pertenceu a uma filha de Domingos de Almeida, ao mesmo tempo afillhada de Bento Gonçalves (GANNS, 1942, p. 32).

Confirmou-se que os documentos estiveram de posse da filha de Almeida, mas algumas questões permanecem abertas, entre elas se teria a coleção passado pelas mãos do irmão Epaminondas Piratinino, já que como o pai também tivera a intenção de escrever a história da Revolução. Outra indagação relevante seria quanto à relação entre Abrilina e Varela e quando teria sido feita a entrega a esse último.

Em relação à data provável da doação de Abrilina temos que, quando escreveu “Revoluções Cisplatinas”, publicado em 1915, cujo prefácio data de 1911 (Yokohama, Japão), fê-lo em grande parte com base na documentação de seu arquivo. Acervo que, como é possível perceber pelas citações feitas, já havia incorporado os papéis de Almeida. Mas talvez a incorporação tenha se dado bem antes disso.

O ingresso do acervo de Alfredo Varela ao Arquivo Histórico foi um processo bastante conturbado.³⁵ Sua posição no contexto político e no meio intelectual da época não era confortável. Auspiciado pelo governo estadual e IHGRGS publicara sua “História da Grande Revolução”, mas a obra causara polêmica entre os membros dessa Instituição e fora perdendo espaço no cenário estadual.³⁶ Sem entrar nos detalhes desses conflitos, ressaltaríamos

35 A história arquivística da Coleção Varela e em especial as circunstâncias que envolveram sua doação ao Arquivo Histórico encontram-se um pouco mais detalhadas em: (ARCE, 2011).

36 Vale lembrar que membros do IHGRGS também eram funcionários do Museu e Arquivo, como Alcides Maya, Eduardo Duarte e Aurélio Porto, além de secretários de Estado, como por exemplo, Darcy Azambuja e Othelo Rosa.

que o historiador foi se sentindo cada vez mais boicotado: “Expilar desalmadamente, sempre; citar honradamente, nunca, ou o menos que for possível. [...] Com êste cavalheiresco entretenimento, cerrar fileiras, numa zelosa emprêsa farisáica: a conspiração do silêncio, hoje notoríssima!” (VARELA, s.d., p. 53).

Apesar disso e das contundentes críticas ao rumo que estavam levando os preparativos dos festejos, Varela cogitava a possibilidade de inserir nessa celebração a doação do seu acervo, que reputava como “o melhor dos monumentos comemorativos”. Em telegrama enviado a Darcy Azambuja, Secretário de Estado do Interior e Exterior, referiu que colocara “à disposição de nosso Arquivo Público” o acervo que organizara “em mais de meio século de puro devotamento cívico”, cuja doação gratuita, estava condicionada ao Estado fornecer “com o recibo de tais preciosidades, uma lista especificadíssima das mesmas”. Teria apressado a “dádiva, na certeza de que constituiria o [...] venerando tesouro, a máxima curiosidade ou o objeto do mais vivo interesse, no certame farroupilha instaurado a 20 de setembro último” (VARELA, s.d., p. 24-25).

Planejara e sugerira a entrega solene da sua coleção numa cerimônia em Jaguarão, sua terra natal, com a presença do governador. Mas o governo não pareceu interessar-se pelo assunto e Varela, em telegrama enviado a Azambuja, queixou-se que o Estado não lhe mandara “uma linha que fosse, a respeito da espontânea liberalidade, e se esquivara de responder a 2 telegramas do [seu] procurador [...] para combinar a forma de ideada entrega”, pois ele “motu-próprio e sem despesa alguma para o nosso desfalcado erário, sem pêso algum para nossa empobrecida economia; sem ônus efetivo, algum, [...] ministrava o mais belo meio de homenagear os heróis do áureo decênio” (VARELA, s.d., p. 25-26).

A cerimônia planejada não ocorreu e os documentos

foram levados para São Paulo, onde se encontrava o seu custodiador, que tendo cumprido a missão de escrever a história da Revolução Farroupilha e vendo aproximar-se o final da vida, procurava encontrar um destino para sua coleção.

Apesar das reiteradas menções ao desinteresse dos órgãos públicos, Varela, em janeiro de 1936, retomou as negociações com o governo do Estado, por meio do secretário Darcy Azambuja, que se ajustando à condição por ele imposta para a “doação de seu formidável arquivo” intercedeu junto ao “nosso brilhante confrade Othelo Rosa, a cuja Secretaria está subordinado o Museu, e que já tomou severas providências das quais êle próprio, em carta lhe dará ciência” (VARELA, s.d., p. 75).

Em relatório de 19-06-1936, o Diretor do Museu faz referência à incorporação informando que o acervo foi

enriquecido com a valiosa doação feita pelo dr. Alfredo Varela, de seu arquivo, repositório precioso de papeis sobre a jornada farroupilha, por aquele historiador utilizado na elaboração de sua obra ‘A história da Grande Revolução’.³⁷

Circunstâncias conturbadas envolveram o processo de doação da Coleção Varela e ele poderia ter tido outro desfecho. Felizmente, para as gerações que desse “tão precioso espólio” se valerem e se valem para seus estudos e fazem dela seu patrimônio comum, acabou se concretizando dentro do território a que pertenciam esses documentos. Certamente para o pesquisador ou cidadão rio-grandense, o acesso a essa coleção tão importante para sua história seria muito mais complicado se tivesse tido algum outro destino.³⁸

37 Relatório do Museu Júlio de Castilhos correspondente aos anos de 1935 3 1936 até 16 de junho. 19 de junho de 1936. (Ofícios Expedidos 1933-1936, AP. 1.012 - MJC)

38 Alfredo Varela pareceu ter cogitado outros destinos para seu acervo, como referiu nesta passagem: “Estava disposto a convidar o Instituto, no dia 30 de abril, [...], para que visse o meu arquivo, organizado em meio século de labuta. Em face das últimas deliberações da illustre assembleia, julgo mais de azo inquirir se não é oportuno fazer, com a soberba coleção, um auto-da-fé.[...] A verdade, por certo, não é a que se compendiou em cinquenta

Voltando mais uma vez ao relatório de 1936, vemos o Diretor orgulhar-se da Instituição e seu acervo, pois ao referir-se ao Congresso de História, promovido pelo IHGRGS, comentou que esse “deu origem ao aparecimento de inúmeras teses de carácter histórico, quasi todas calcadas na farta e exuberante documentação aqui existente, servindo para realçar ainda mais o valor da magnífica contribuição do Arquivo Histórico”.³⁹

O ACERVO FARROUPILHA NO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Outros acervos tiveram trajetória diferente da exposta até o momento, sofrendo outros percursos históricos que lhes moldaram outro perfil arquivístico. Referimo-nos aos acervos privados em instituição privada, como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no qual queremos enfatizar o de Apolinário Porto Alegre.

Na época das aquisições de acervos relativos à Revolução Farroupilha, a família de Apolinário Porto Alegre foi procurada para vender o espólio do patriarca. Entretanto, não temos qualquer notícia a respeito do contato; não sabemos se houve negociação ou quais os motivos para a oferta não ter sido aceita como o fez Alfredo Ferreira Rodrigues.⁴⁰ No Relatório da Comissão encarregada, lê-se:

Quanto ao espólio de Apollinario Porto Alegre, lamentavelmente os seus actuaes depositarios ainda

annos de estudo, com base naquella documentação. Para nada serve ella: que o fogo a purgue, para que não triunphe a *mentira* em livros porvindouros. A pura *verdade*, a eterna *verdade*, essa, vae ter symbolos appropriados, nas moedas e sellos do vinmdouro centenário” (VARELA, 1935, p. 294, grifo do autor).

39 Relatório do Museu Julio de Castilhos correspondente aos anos de 1935 a 1936 até 16 de junho. 19 de junho de 1936. (Ofícios Expedidos 1933-1936, AP. 1.012 - MJC)

40 Especulamos que a trajetória política da marcante figura de Apolinário Porto Alegre estivesse ainda muito presente na vida familiar. Republicano convicto, Apolinário foi perseguido pelo castilhismo, preso, teve sua casa invadida e saqueada diversas vezes pelos legalistas, chegando ao exílio durante a Revolução Federalista. Ao retornar à capital, dedicou-se ao jornalismo combativo nas páginas de *A Reforma*, jornal que também foi redator no final de sua vida. Faleceu em Porto Alegre em março de 1904.

nada resolveram; mas é lícito esperar do seu patriotismo que elles o cedam afinal ao Estado, passando assim ao patrimonio commum do Rio Grande do Sul um thezouro moral de tão grande valia. Recolhidos ao Archivo Publico, methodicamente classificados, catalogados e mesmo dados à estampa, poderiam esses documentos ser utilmente consultados e examinados por todos quantos se interessam pelas cousas da historia patria (RELATÓRIO..., 1923, p. 775-776).

O fato é que permaneceram com a família os documentos que foram de Apolinário Porto Alegre, os quais, ao longo do século XX, sofreram sucessivos desmembramentos.

Apolinário Porto Alegre, como tantos de sua época e defensor do movimento revolucionário de 1835 como símbolo de luta em defesa da liberdade contra a opressão monárquica, coletava documentos referentes ao período como fonte de inspiração para sua produção literária. Provenientes de diversas origens, teria acumulado considerável acervo, como o próprio Varela referiu-se:

cheias as casas e repartições de armário, com os arquivos da Revolução Farroupilha, por cima das mesas se estendiam os documentos em exame, nos constantes estudos históricos do benemérito professor. Várias, pelas paredes, atraíam os olhares, as tocantes relíquias do decênio imortal: retratos dos heróis, planos de combates, roteiros de marcha, cimélios múltiplos [...] (VARELA, 1959, p. 188).

Tal como afirma Adriana Angelita da Conceição (2014) a respeito das etapas da temporalidade de conservação, Apolinário foi o principal responsável pela primeira etapa de conservação da produção produzida por ele mesmo e, provavelmente, foi a única pessoa que de fato sabia o seu volume. Por outro lado, ele não foi quem cumpriu a primeira etapa de conservação quanto aos documentos relativos à Revolução Farroupilha, e o que podemos afirmar é que foi colecionador de referidos documentos, assim como somente

ele poderia fornecer informações a respeito do volume.

Essa questão é importante, pois uma série de problematizações de relevância vão se somando à medida que avançamos nas tentativas de entender a trajetória deste acervo. Além disso, junto dos documentos das mais variadas proveniências, também ficou sob seu poder considerável acervo de Bernardo Pires de Oliveira, interlocutor de Apolinário na década de 1880, incumbido de encontrar pessoas e documentos relacionados à farroupilha, e mandá-los ao amigo, como demonstra a carta de Bernardo a Apolinário:

Com demora de 33, dias chegou ao meu poder súa carta de 26, de Setembro próximo passado por ella vejo quanto V. S.^a necessita de uma coleção completa do Jornal = O Povo = essa apreciada escrituração que com cuidado fui encadernando, dei esses livros ao Coronel Almeida quando tentou escrever a historia da revolução, e como existem em poder dos filhos delle que não querem dar; V. S.^a dirija a carta incluza em que a elles rogo o favor de lhe auxiliar com elkes e mais apontamentos que dei; pode ser que com elles nos auxiliem.

Nesta occazião tenho já incaixotado grande porção de documentos originaes e cópias verdadeiras; de tudo isso poderá V. S.^a colher muitos factos que possão servir, senão para o primeiro, servirão para o 2^o, panorama de seu immenso trabalho, para o que concorrerei com os dezenhos do estandarte tricolor, das divizas que se uzarão e de mais algumas poezias, alem das que agora vão. Só não poderão hir os retratos daqueles chevez republicanos, por que naquelle tempo ainda não haviam photographias. O retrato do finado Coronel Crecencio poderá V. S.^a obter pedindo a algum amigo seu, da cidade de Jaguarão onde creio que ainda prezista a família delle.

Espero um carreteiro fiel que a dias foi com cargas para Dom Pedrito, para por elle remeter os papeis ao Snr. Carlos Pinto em Pelotas, onde V. S.^a os poderá mandar receber. Não estou na caza onde tenho meu grande

archivo, mas enquanto não volta o carreteiro, vou ainda dar húa busca a vêr se acho o tratado das pázes, o assassinato do General Lima em Missões; A marcha do nefando castelhano Bonifacio Caldeirão Issás, a quem a sua columna perceguimos alcançando-o em Cassapava onde derrubou o magestozo monumento que continha os restos mortais daquele General, queimou archivos do governo fazendo toda sorte de malvadêz.⁴¹

Ao que parece, a ajuda do amigo combatente foi fundamental para o conjunto que deve ter acumulado Apolinário Porto Alegre. Porém, as vicissitudes de sua própria história também atingiram os documentos.

Álvaro Porto Alegre, filho mais velho de Apolinário, ocupou-se a escrever sobre o pai. Em uma das ocasiões, encontramos a seguinte passagem:

a sua Casa Branca fora assaltada repetidas vezes por beleguins da ditadura imperante, pondo portas abaixo, quebrando vidraças, fazendo em estilhas os tampos das janelas, despedaçando móveis, arremessando à rua livros e papeis que se estragavam sob a ação do tempo, fugindo apavorados os empregados para os matos próximos (1956).

A negativa (ou ausência de resposta) ao governo do Estado quanto ao interesse em adquirir o espólio de Apolinário, em 1923, fez com que esse acervo enfrentasse no século XX um percurso desgastante e pulverizador.

Álvaro Porto Alegre, ao que tudo indica, teria sido o membro familiar responsável pela custódia dos documentos, entre os quais se incluíam correspondências, jornais, impressos de época. Através de depoimentos e conversas⁴² com antigos membros do CIPEL⁴³, foi possível saber que

41 IHGRGS. *Arquivo Pessoal Apolinário Porto Alegre*, Carta de Bernardo Pires, Asprezas (Piratini), 20/9/1881.

42 Agradecemos, especialmente, ao Prof. Moacyr Flores.

43 O Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) foi fundado em 1966 por um grupo de pesquisadores de literatura, objetivando desenvolver pesquisas sócio-histórico-literárias. Em 1968, resolveram dedicar-se ao exame dos dados sobre o Parthenon Literário que

Álvaro ofertava documentos do pai a pessoas próximas (e talvez também os vendesse).

Portanto, é impossível saber o que ficou conservado entre o falecimento de Apolinário e o total desmembramento do acervo em 1970.

Após o falecimento de Álvaro Porto Alegre em 1969, Adecarlice Ferreira Porto Alegre, sua viúva, em 1970 começou a desfazer-se do que restava sob a custódia do marido. O primeiro “lote” de documentos foi vendido ao monsenhor João Maria Balém, que em seguida doou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Sabe-se que este “lote” teria sido o mais volumoso, contendo a correspondência pessoal de Apolinário (cerca de 250 itens), além dos documentos referentes à Revolução Farroupilha. Incluía-se no “lote” o arquivo pessoal de Bernardo Pires.

No mesmo ano de 1970, estiveram na casa da viúva Adecarlice quatro sócios do jovem CIPEL: Lothar Hessel, Helio Moro Mariante, Gabriel Borges Fortes e Moacyr Flores. A documentação que ainda havia foi separada em quatro “pilhas”, tendo sido atendido o pedido de Gabriel Borges Fortes que em sua “pilha” fossem colocados os jornais⁴⁴; em seguida, cada um pegou, às cegas, uma “pilha”, sem saber o conteúdo. E assim foram repartidos os documentos, posteriormente intercambiados entre os quatro integrantes, conforme os interesses de pesquisa. Das quatro partes adquiridas, prof. Moacyr Flores mantém a sua; Gabriel Borges Fortes fez diversas doações de livros e documentos ao Núcleo de Cultura de Venâncio Aires, sua terra natal e, após seu falecimento, o espólio de jornais e documentos foi

completava, naquela ocasião, o centenário de fundação. Foram lançados livros, publicações em jornal. Além disso, o CIPEL propunha localizar obras raras e iam pelo estado afora, fazendo excursões, pesquisando em bibliotecas privadas.

44 Gabriel Borges Fortes também era bibliófilo, tendo realizado, sozinho, outras visitas a Adecarlice, adquirindo livros publicados por Apolinário Porto Alegre e outras raridades oitocentistas que se encontram atualmente no Instituto Histórico de Passo Fundo. Na mesma biblioteca do Instituto Histórico de Passo Fundo, há uma coleção quase completa da Revista do Parthenon Litterario, inclusive com notas de Apolinário.

doado ao IHGRGS; a de Lothar Hessel, alguns originais do *Popularium* encontram-se no seu arquivo pessoal (IHGRHS), mas soubemos que Lothar distribuía os documentos que não eram de seu interesse; quanto à parte de Hélio Moro Mariante, não conseguimos contato com a família para saber se ainda mantém sob sua custódia algum documento dessa origem.

DOCUMENTOS E ARQUIVOS: PÚBLICO X PRIVADO

Pensava-se que, à medida que os documentos fossem encontrados organizados criticados e editados, o conhecimento histórico iria se ampliando. Era preferível que se descortinasse assim parceladamente antes que as grandes sínteses pudessem ser feitas, já que estas seriam de difícil execução, considerada a massa documental que ainda deveria ser trabalhada. Preconizava-se que a História avançaria com o esforço coletivo, em associações de intelectuais, “prestando cada um dos confrades informações seguras acerca do estudo e do progresso da especialidade a que se dedica”. Sendo essa, segundo Docca ainda, “a razão e o objecto dos diversos institutos historicos existentes em nosso paiz” (DOCCA, 1928, p. 142).

Tal avanço dos estudos históricos só seria possível se os acervos fossem reunidos e se tornassem públicos, *patrimônio documental* do Estado. Entretanto, na primeira metade do século XX, período em que se realizaram os recolhimentos antes mencionados, a discussão e legislação sobre patrimônio histórico cultural ainda era incipiente.

Inicialmente, na década de 1920, a legislação refletia a preocupação com a saída dos objetos de arte do país, portanto nada impedia que pudessem “ser retirados de seus edifícios de origem para serem incorporados a residências particulares” (PINHEIRO, 2006, p. 7). Entretanto, as iniciativas preservacionistas foram, aos poucos, conquistando certo espaço, com a apresentação

de projetos no Congresso, criando-se, na esfera federal, a Inspeção dos Monumentos Nacionais (1934) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1936). Nesse mesmo período, foi promulgada a Constituição Federal de 1934, que no capítulo 2, da Educação e da Cultura, trazia caber à União, Estados e Município “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País”. E, em 1937, o Decreto-lei Nº 25, tratava do patrimônio artístico e histórico e do seu tombamento:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O patrimônio documental aqui tratado poderia encontrar-se nos “bens móveis” com “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”, que se inscreveria no Livro Tombo Histórico (“as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica”), cuja inscrição poderia se dar voluntária ou compulsoriamente, o que abriria a possibilidade de salvaguarda de bens independente da vontade de seus proprietários. Entretanto, as ações voltaram-se mais para o patrimônio arquitetônico e artístico, apesar da preocupação de alguns intelectuais com a documentação, principalmente a pública, que se encontrava em mãos privadas, como exemplifica o ofício enviado pelo Diretor do Museu-Arquivo ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior:

Outrossim, informados que sômos de estarem em poder de particulares, materiaes correspondentes a este assumpto, colhidos nos Archivos Municipaes, e que se ligam directamente a questões historicas do nosso passado, e, sobretudo, á proxima commemoração do Centenario de 35, convirá nos termos regimentaes, ficar esta Directoria habilitada a providenciar sobre a reintegração de taes documentos no patrimonio do Estado, confiado ao Museu Julio de Castilhos.

Incumbirá a Vossencia indicar os meios de acção a fim de semelhante programma, indispensavel e urgente ser transformado em objecto de trabalho nosso.⁴⁵

Na Constituição de 1988, houve alguns avanços nas políticas de preservação documental, pois em seu artigo 216, parágrafo IV, inclui os documentos no “patrimônio cultural brasileiro”⁴⁶ e, ainda no mesmo artigo, menciona que:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Com a *Lei de Arquivos*, de 1991, temos no capítulo III referente a arquivos privados que: “Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (art. 12). Esses conjuntos documentais não poderão “ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior”, e que “na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição” (art. 13). E o acesso a esses documentos “poderá ser

45 Ofício do Director do MJC ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. 28 de fevereiro de 1929. (AP 1.007, MJC)

46 Na legislação, o termo “patrimônio documental” só vai aparecer a partir dos anos 2000. No Decreto 4073 de 3 janeiro de 2002, encontramos a primeira menção, referente à documentação dos órgãos e entidades federais extintos: “a assistência para a orientação necessária à preservação e à destinação do patrimônio documental acumulado”.

Uma regulamentação que trata do patrimônio documental de maneira mais ampla é a portaria n. 259 de setembro de 2004, que cria o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. A portaria tem como pressuposto: “a importância da preservação do patrimônio documental brasileiro para o desenvolvimento da nação” e estabelece que “o Comitê tem como objetivo assegurar a preservação das coleções documentais de importância mundial, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o seu acesso e criar a consciência sobre a sua importância e a necessidade de preservá-lo” (CONARQ, 2014).

franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor” (art.14).

Essa lei foi regulamentada pelo decreto 4.073 de 2002, que normatizava a *declaração de interesse público e social de arquivos privados*, ampliando o que estava posto na *Lei de Arquivos*, pois são considerados para esse fim os acervos privados que “contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional” (art.22). Tal declaração, por outro lado,

não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo (art. 22).

O artigo 24 do mesmo decreto determina que o proprietário ou detentor de “arquivo privado declarado de interesse público e social” comunique previamente ao CONARQ a transferência do local de guarda do arquivo ou de quaisquer de seus documentos, dentro do território nacional. No caso de tais acervos serem alienados, a União deverá ser notificada como “titular do direito de preferência, para que manifeste, no prazo máximo de sessenta dias, interesse na aquisição” (art. 25). O decreto ainda aponta para a punição de eventuais danos a esse patrimônio:

Art. 26. Os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público e social devem manter preservados os acervos sob sua custódia, ficando sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente.

Entretanto, apesar da legislação, é sabido que não há garantias da preservação de uma documentação que poderia ser valiosa para o estudo do período abordado, em mãos privadas. Em muitos destes casos ainda pode se agregar o desconhecimento da importância de tais documentos pelos

próprios detentores (tal como a preocupação de Alfredo Ferreira Rodrigues no final do século XIX). A dispersão proporciona a inacessibilidade à pesquisa e, quiçá, riscos à integridade física dos documentos.⁴⁷

O que o acervo do período farroupilha atualiza é a exemplaridade de uma época modelar e heróica, anterior à própria existência de muitos daqueles que o reuniram, mas da qual também participaram como herdeiros e divulgadores. Nesse sentido, parece pertinente a observação de Luciana Heymann, quando diz que

a experiência singular a qual se associa a noção de legado é investida de uma exemplaridade que faz com que seja possível ressignificá-la ao longo do tempo, com sentidos que variam e se renovam, num processo em que o próprio legado é alimentado e ganha fôlego, sendo preservado juntamente com os agentes que a ele se associam (HEYMANN, 2005, p. 4).

Por isso, é importante que se estude a trajetória dos conjuntos documentais dentro da instituição pública ou privada que os acolheu, e que também foi se modificando. A compreensão das intervenções que os conjuntos documentais sofreram ao longo do tempo é que lhe atribuem o caráter e forma atuais. Pois,

a dimensão de escolha no tratamento dos arquivos, dentro de um quadro de possibilidades aberto pela própria documentação, faria do arquivista não um mero conservador, mas um “produtor” de saber obrigado a lançar mão de categorias e ferramentas intelectuais de natureza semelhante àquelas utilizadas

47 Nesse sentido vale lembrar os princípios arquivísticos vinculados ao patrimônio documental que pontuam: “para que os arquivos permaneçam vivos e sejam utilizados e melhor entendidos, eles devem, o mais possível, ser conservados nos meios donde emanam ou que influenciaram a sua produção” (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 86). Do mesmo modo, Couture e Rousseau ressaltam o princípio da territorialidade, o qual “estipula que os arquivos deveriam ser conservados nos serviços de arquivo do território em que foram produzidos” (COUTURE; ROUSSEAU 1998, p.87). E, reforçando essa ideia, no plano regional, “prevê que os arquivos, reflexo e emanação de um dado território, pertençam de direito à sociedade que lhes deu origem, e sejam conservados onde foram criados” (idem, 1998, p. 88).

na prática histórica, ainda que com objetivos distintos do historiador (HEYMANN, 2008, p. 7).

A atuação do arquivista, que participa diretamente da “produção” de saber, se dá desde a seleção dos documentos que serão recolhidos pela instituição às opções de tratamento. Sabemos que a não incorporação de determinado conjunto documental ao acervo vai, a priori, limitar as possibilidades da escrita da história. Mas também é prudente ressaltar que ainda que incorporados determinados fundos ou coleções, o tratamento que esses papéis vão sofrer ao longo do tempo, seja o arranjo, o tipo de descrição que lhes facilita (ou não) o acesso ou mesmo as políticas de preservação também influenciarão e restringirão (ou ampliarão) essas possibilidades. Por isso, a transparência do trabalho é fundamental, explicitando “as categorias colocadas em prática no tratamento documental e a estrutura arquivística por meio da qual o historiador acede aos documentos” (HEYMANN, 2008, p. 7).⁴⁸

Os arquivos e os arquivistas, ao tratarem os documentos e criarem a estrutura arquivística que dá acesso aos historiadores, também participam na construção das políticas de identidade. No período estudado, ao longo do trabalho pudemos perceber em linhas gerais como isso foi se dando e o papel desempenhado por Eduardo Duarte nessa função. Schwartz e Cook procuram evidenciar essa questão, quando consideram que “conscientemente ou não, os arquivistas são artífices das políticas de identidade”, pois:

48 José Subtil no seu estudo sobre “O desembargo do Paço”, em que dedica um capítulo ao arquivo e a produção documental, refere ao fato dos historiadores se concentrarem na informação contida no conteúdo dos documentos e desprezarem “a estrutura e a tramitação burocrática onde se inserem esses mesmos documentos”. Isso acarretaria um “déficit heurístico e hermenêutico”, pois **os documentos de arquivo não são peças isoladas**, mas “elementos de um todo orgânico”. Nesse sentido o historiador deve assumir “uma dupla desconfiança com os materiais de arquivo histórico: uma desconfiança em relação à forma como lhe são sugeridas as séries documentais e uma desconfiança sobre o trabalho arquivístico desenvolvido sobre a documentação”. O autor afirma que sua aposta metodológica nesse sentido foi “compensadora porque permitiu conhecer, como de outra forma não seria possível, estruturas e procedimentos administrativos com importantes reflexos político-administrativos” (SUBTIL, 1996, p. 105-115).

Eles avaliam, coletam e preservam os suportes das noções de identidade. Estas são confirmadas e justificadas como documentos históricos validados pela autoridade da “evidência”. Enquanto as relações entre arquivos e identidade ocorrem em diversos contextos históricos e culturais, questões comuns envolvendo o poder sobre os arquivos ligam as crises de identidade experimentadas por vários grupos subalternos que procuram construir uma identidade viável, autêntica e coesiva. Assim, o papel dos arquivos e arquivistas deve ser examinado contra esse pano de fundo de discurso sobre a identidade (SCHWARTZ; COOK 2004, p. 26).

Mais ou menos sensíveis e problemáticas, as memórias nos constituem e identificam, pois a rememoração é capaz de nos conectar ao passado “e os modos de rememorar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro” (HUYSSSEN, 2000, p. 67). A necessidade de rememoração desse passado “revolucionário e heróico” e sua constituição como forte marca identitária regional levou, entre outras coisas, à conformação de um vasto acervo documental que hoje público e disponível pode espelhar outros olhares e ampliar nossa noção de identidade.

Ao passar pelas instituições antes mencionadas, os arquivos farroupilhas foram sendo ressignificados e também acabaram por ressignificar as próprias instituições. Heymann é enfática ao tratar disso, pois, em suas palavras, devemos “atentar para o fato de eles circularem em espaços que dotam os documentos de significado, ao mesmo tempo em que os arquivos qualificam e legitimam esses espaços” (HEYMANN, 2008, p. 9).

Não devemos perder de vista que, como alerta Bloch, o que está em jogo:

não é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. E se a “passagem” não acontece, é por a negligência, que extravia documentos;

principalmente a paixão pelo segredo – segredo diplomático, segredo dos negócios, segredo das famílias – que os esconde ou os destrói (apud MASTROGREGORI, 2008, p. 82).⁴⁹

Assim, nestas notas, ao percorrer a trajetória de parte dos acervos que ainda restam sobre a *República Rio-grandense*, não podemos deixar de alertar para a necessidade de salvaguarda da documentação que ainda existe sobre o período, seja nas instituições de memória, seja nas coleções privadas.

FONTES CONSULTADAS:

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

Coleção Varela 3101, v. 5, 1981

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Arquivo Pessoal Apolinário Porto Alegre.

Arquivo Pessoal Eduardo Duarte.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS

Ofícios Recebidos, 1930, AP. 2.007

Ofícios Recebidos 1933-1936, AP. 2.009

Ofícios Expedidos, 1925 -1926, AP. 1.004

Ofícios Expedidos, 1930, AP. 1.008

Ofícios Expedidos 1932, AP. 1.011

Ofícios Expedidos 1933-1936, AP. 1.012

REFERÊNCIAS:

ALVES, Francisco das Neves. Fazendo História no Rio Grande do Sul. A virada do século XIX para o XX: o trabalho de Alfredo Ferreira Rodrigues. **Historiae**, Rio Grande, 2 (1): 9-24, 2011.

⁴⁹ Essa citação é diferente da que se encontra na versão final de *Ofício de historiador*. Foi traduzido por Massimo Mastrogregori do texto datilografado do *Métier d'Historien*, conservado no Arquivo de E. Bloch.

ARCE, Ana Inés. **Os Verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades**: uma história arquivística da coleção Varela. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Departamento de Ciências da Comunicação. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br>

_____. A Coleção Varela e o Centenário Farroupilha: acervo documental e identidade sul-riograndense. In: LÓPES, Aristeu; GILL, Lorena; POSSAMAI, Paulo (Orgs.). **Anais do I Encontro Internacional Fronteiras e Identidades**. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2012, p. 78-88.

_____. A incorporação de acervos do decênio farroupilha ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul nas comemorações do Centenário. In: SCHIAVON, Carmem G. Burgert; OLIVEIRA, Marcelo França de; SBABO, Janaina Schaun (orgs.). **Anais do II Seminário de História e Patrimônio**, Rio Grande: Universidade Federal de Rio Grande, 2014, p. 138-152.

_____. **“Jóias para os museus da história”**: o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Lei 8159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a

política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Decreto 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm> Acesso em: 10 jun. 2016.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. Apolinário Porto Alegre: trajetória de um acervo e custódia no IHGRGS. **COLÓQUIO Apolinário Porto Alegre**, IHGRGS, Porto Alegre, 24 mai. 2016.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA HOMENAGEM. Eduardo Duarte: homenagem prestada ao dr. Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 56, p. 273-302, IV Trimestre, Ano XIV, 1934.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Coletânea da Legislação arquivística brasileira e correlata**. Disponível em <http://www.conarq.gov.br/images/coletanea/jan_2016/CONARQ_legarquivos_janeiro_2016_word.pdf>. Acesso em: 01 out 2016.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A diversidade custodial das cartas do Vice-Rei 2º Marquês do Lavradio e o manuscrito inédito da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 135-145, jul./dez. 2014.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.11, n. 21, 1998, p. 129-149.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O Estudo da Historia. **Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do**

Sul. Porto Alegre, n. 20, junho 1928. Impressa nas Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

DUARTE, Eduardo. Da opulencia do Archivo Historico Rio-Grandense. Separata de: **Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do Sul Porto Alegre**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926.

GANNES, Cláudio. A trajetória de um pioneiro. In: **Visconde de Mauá. Autobiografia**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde Editor, 1942.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”**: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

_____. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: SEMINÁRIO CPDOC 35 ANOS: **A interdisciplinaridade nos estudos históricos**, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006, p. 162-181.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Pensamento Histórico e Social de Jorge Salis Goulart**: uma incursão pelo “campo intelectual” rio-grandense (1920-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

_____. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudos das redes de solidariedade (e conflitos) entre os intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2015.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos**. (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan./jun. 2005, p. 87-112.

PINHEIRO; Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural do Brasil. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. (on line), n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PORTO ALEGRE, Álvaro. **Ronda da História**. Porto Alegre: Thurmman, 1956.

PERETTI, Luis Armando e GIOVANAZ; Marlise Maria. O Museu como locus de produção da história nacional e regional: o caso do Museu Júlio de Castilhos. **Revista de Iniciação Científica/Universidade Luterana do Brasil**, Canoas, vol. 1, n. 1, 2003, p. 159-168.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, secretário de estado dos negócios do interior e exterior em 31 de agosto de 1923. II volume. Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação, 1923.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, IV trimestre, Ano XIV, 1934.

SPINELLI, Teniza (org.). **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação**. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

SUBTIL, José. **O desembargo do Paço (1750-1833)**. Lisboa: Universidade Autônoma, 1996.

SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry; M. Arquivo, Documentos e Poder: A construção da memória moderna. **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-memória de Indaiatuba, Indaiatuba, vol.3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

VARELA, Alfredo. **Solar Brasília. Remate nos muros austrinos**. Rio de Janeiro: Instituto América, s.d. 2v.

_____. **Rememranças. Tempos idos e vividos**. Rio de Janeiro: AGUSA Editora, 1959. 2v.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de bibliografia sul-riograndense**: autores. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1974.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NAS PÁGINAS DO ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO, DO ANUÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL E DO ALMANAQUE POPULAR BRASILEIRO

Jefferson Teles Martins¹
Miguel Frederico do Espírito Santo²

Esse texto tem uma preocupação de natureza sociológica, qual seja, entender como se deu a construção social de um tema particular dentro do conhecimento no campo histórico, no final do século XIX e no início do século XX: a revolução farroupilha. Para isto, abordará a contribuição dos almanaques que circularam no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do XX, para a produção e vulgarização de textos (estudos, documentos, biografias e outros) relacionados ao referido tema. Esses almanaques foram: o Anuário do Estado do Rio Grande do Sul (1885-1914), dirigido por Graciano Alves Azambuja; o Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul (1889-1917), de Alfredo Ferreira Rodrigues; e, o Almanaque Popular Brasileiro (1894-1909), de Alberto Ferreira Rodrigues.

O primeiro trabalho acadêmico a chamar a atenção para a importância dos almanaques, que circularam no Rio Grande do Sul no final do século XIX, como categoria de produção historiográfica anterior à institucionalização da História no estado, foi a dissertação de mestrado de Marlene Medaglia Almeida. Essa autora destacou que aquele tipo de publicação cumpria função “didática e informativa” que podia ser “explícita ou estar inserida num contexto lúdico” (ALMEIDA, 1983 p.115). Além disso, chamou a atenção para o efeito da “popularização” da história rio-grandense,

1 Doutor em História pela PUCRS.

2 Presidente do IHGRGS, mestre em História. A ideia inicial deste artigo foi sugestão do professor Miguel, que também coletou os dados relativos ao Almanaque Popular Brasileiro e outras fontes.

isso porque o público-alvo dos almanaques não era o restrito círculo dos “iniciados”, mas a população letrada em geral. Era um tipo de publicação “não especializada”, mas que veiculava, em alguma medida, artigos ou ensaios de “especialistas”, em meio a textos genéricos (poesia, contos, charadas). Cumpriam, uns mais outros menos, a função de vulgarização de conhecimentos “especializados” ou “científicos”.

Segundo Guilhermino César, os almanaques publicados no Rio Grande “tiveram grande voga e prestígio” no final do século XIX. Para o professor e crítico literário aqueles almanaques “eram o melhor veículo da poesia, do conto e do estudo histórico” e se constituíam em “repositório de pesquisas e ensaios da maior importância”. Considerava o Anuário do Rio Grande do Sul, de Graciano Azambuja, como sendo o de melhor qualidade (“o mais prestante de todos”), enquanto que o Almanaque Literário, de Alfredo Ferreira Rodrigues, tinha “feição eminentemente histórica” (CÉSAR, 1956, p. 370).

Os almanaques exerciam funções diversas: calendarização, informação, ensino, recreação. Sua função também se relaciona com a difusão da cultura e do gosto literário burguês. Ainda cumpriam o papel de repositórios estatísticos, literários e históricos. No contexto de produção dos almanaques no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, serviram para estimular um mercado editorial financeiramente frágil, pois a publicação de livros era cara. Veiculavam uma parte “recreativa”, menos exigente do ponto de vista do repertório de leitura, mais atraentes ao público geral, e como resultado podiam ser vendidos com mais facilidade.

Um dos maiores méritos de seus diretores estava em identificar determinadas carências no meio cultural e institucional do estado e trabalhar para supri-las. Desta forma, aqueles empreendimentos intelectuais, (1) foram

pioneiros na divulgação histórica (e no caso de Alfredo Ferreira Rodrigues na produção), (2) integraram o meio intelectual do Rio Grande do Sul a um sistema intelectual mais amplo, e, (3) se anteciparam ao poder público na função arquivística e estatística de compilação e divulgação dos mais variados dados de interesse para o Rio Grande, servindo como “repositórios” de informações, dados e estatísticas que servissem para a consulta dos interessados, e, ainda, dos futuros estudiosos e pesquisadores do Rio Grande do Sul. Os referidos anuários e almanaques, portanto, vieram suprir “lacunas” identificadas por seus idealizadores no final do século XIX no Rio Grande do Sul.

O Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul e o Anuário do Estado do Rio Grande do Sul se destacam como “empresas”³ intelectuais, com programas próprios e definidos imbricados a interesses e lógicas comerciais e editoriais. Por seu turno, o Almanaque Popular Brasileiro, diferentemente dos outros dois, era o que mais se aproximava de um empreendimento editorial no qual prevalecia a lógica comercial. Estas lógicas (intelectual, editorial e comercial) não são antagônicas ou excludentes, entretanto, no caso do Almanaque Literário e do Anuário do Rio Grande do Sul, a lógica do seu programa intelectual era mais clara e prevalente, ao ponto de que mesmo que o almanaque não desse lucro ao diretor ou editores, o seu programa não era abandonado.

Do ponto de vista comercial, os três principais almanaques do Rio Grande do Sul, criados no final do século XIX, refletem a divisão do incipiente mercado editorial gaúcho representado pelas três principais livrarias que faziam as vezes de “casas editoras” no estado (província) na época. A Livraria Gundlach, em Porto Alegre, editou, a partir de 1885, o Anuário da Província do Rio Grande do Sul, o qual

3 Empresa aqui entendida no mesmo sentido que Letícia Nedel (2005) deu ao Folclore. Weber segundo Nedel: “uma ação que persegue fins de uma determinada ordem de modo contínuo” (NEDEL, 2005, p. 289).

seria o modelo para as publicações desse gênero que lhe seguiram; a Livraria Americana, com sede em Rio Grande, editou o Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, a partir de 1889; e, por fim, a Livraria Universal, com sede em Pelotas, lançou, em 1894, o Almanaque Popular Brasileiro. Essa organização mostra que o centro do “mercado editorial” estava no sul do estado, nas cidades de Rio Grande e Pelotas. A sua divisão se desdobrava na especialização do conteúdo dos almanaques, todos com uma parte comum compartilhada com os demais, mas, cada um com outra parte que tinha características específicas que lhe davam interesse e feição singular.

A respeito da especialização dos almanaques é possível afirmar que o Almanaque Estatístico e Literário do Rio Grande do Sul se distinguiu do Anuário e do Almanaque Popular pela sua orientação para a “a história regional, e mais especialmente, o movimento de 35” (ALMEIDA, 1983, p. 120). Esta foi a sua principal característica. Guilhermino César apontou que o Almanaque Literário tinha “feição eminentemente histórica, publicando em suas páginas a maior parte da obra de revisão que empreendeu no concernente aos farrapos” (CÉSAR, 1956, p. 370). O Almanaque Popular Brasileiro era o que tinha um conteúdo menos regional e mais nacional. O Anuário apresentava conteúdo mais diversificado e sofisticado, mas voltado para questões de interesse regional. Grosso modo, pode-se dizer que o Anuário, com o passar do tempo, se direcionou para o público mais refinado, o Almanaque Popular Brasileiro voltou-se para público popular e o Almanaque Literário acomodou-se no espaço intermediário, atingindo pessoas de todas as classes.

Apesar de circularem no mesmo ambiente regional, a competição direta era transposta ou, pelo menos, obliterada pelos seus diretores por meio da “especialização” dos conteúdos, de sorte que, apesar da concorrência, também,

existia cooperação entre eles. Há exemplos disso, como a publicação de textos de autoria de Graciano Azambuja⁴ no Almanaque Literário e no Almanaque Popular, e a troca de correspondências entre Ferreira e Azambuja.⁵ Vale ainda lembrar que Alfredo Ferreira Rodrigues e Alberto Ferreira Rodrigues, diretor do Almanaque Popular, eram irmãos. E ainda, havia a remessa de documentos de um para o outro, como foi o caso de uma carta considerada valiosa, do ponto de vista histórico, de Bento Gonçalves dirigida a João Evangelista Tavares, em janeiro de 1836. Segundo Graciano Azambuja, “essa carta autoriza a crer que se, ao levantar a revolução de 1835, havia plano de proclamar a república, esse plano não era compartilhado por todos os chefes nem pelo principal deles, o chefe dos chefes, Bento Gonçalves da Silva”. O destino que teve o documento original demonstra o reconhecimento de Graciano Azambuja, em 1900, da primazia do almanaque de Alfredo Ferreira Rodrigues na seara dos estudos sobre a revolução. Ao publicá-lo destacou: “o original desta carta está em poder do diretor deste Anuário, **e vai ser enviado ao sr. Alfredo Ferreira Rodrigues**, na cidade do Rio Grande” (grifo meu).⁶

A apresentação do primeiro volume do Almanaque Literário, em 1889, já apontava para o escopo desse empreendimento de larga existência relativa para os padrões do estado: 29 anos ao todo. Alfredo Ferreira Rodrigues mencionou na apresentação as vicissitudes enfrentadas para a consecução do primeiro volume. Dizia: “faltaram-nos dados de toda espécie” (...) “sobretudo certas informações de procedência oficial com que contávamos e não pudemos obter”, pois, segundo ele, não havia “na província um serviço sobre estatística regularmente organizado”. Diz que tomou o “compromisso” de apresentar já no primeiro

4 Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, 1904, Nota Final, p. 14-18.

5 Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, 1907, Bento Gonçalves suas convicções monarquistas, p. 233.

6 Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, 1901, Um documento Histórico, p. 244.

ano da publicação do Almanaque “a biografia de um rio-grandense distinto”.⁷ O “vulto” escolhido para estampar o primeiro volume foi o poeta e jornalista Félix da Cunha. Para isto, procurou o irmão do biografado Francisco da Cunha para obter informações que ajudassem na composição do trabalho, tendo ouvido deste que não poderia atender ao pedido, pois “não tinha bem presente certos fatos”. Também dirigiu-se ao filho de Félix da Cunha, por meio de um “pequeno questionário”, do qual teve em resposta “o mais absoluto silêncio”. Assim, coube a Damasceno Vieira a tarefa de escrever a primeira biografia do Almanaque Literário e Estatístico. Essa pequena narração ilustra o grau de dificuldades encontradas por Alfredo Rodrigues para a realização de pesquisas sobre indivíduos e a história rio-grandenses em um ambiente cultural limitado do ponto de vista das instituições (públicas ou privadas). Nessa época, não havia ainda a Repartição de Estatísticas do Estado, o Arquivo Público, o Museu do Estado. Somente as Bibliotecas Públicas em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Alfredo Ferreira Rodrigues foi criado e educado por seu cunhado e padrinho Bernardo Taveira Junior, desde os dois anos de idade. Bernardo Taveira era professor de Português, Inglês, Latim e História. Era ainda cultor da língua alemã. Transmitiu ao afilhado e discípulo sólida instrução e o gosto pelo cultivo das atividades intelectuais (MARTINS, 1978, p. 576; BROSSARD, 1990, p. 14). É bastante significativo que no primeiro número do Almanaque Literário, tenha sido publicado um pequeno texto de Bernardo Taveira Junior intitulado “O Historiador”. Nele, Taveira define quais seriam as principais qualidades necessárias ao historiador, o que sem dúvida foi a síntese do que transmitiu ao longo da vida ao seu pupilo. Taveira acreditava que todo aquele que presasse “os foros de historiador” deveria “abstrair-se de todo eiva pessoal, doutrina de opinião e preocupação nacional”. Para

7 Com o tempo, os “vultos” biografados comporiam um quadro, principalmente, de líderes da revolução farroupilha.

ele, a “missão do historiador”, “difícil e espinhosa” requeria: “talento”, “variada ilustração”, “integridade de caráter”, “solidez de raciocínio” e “um profundíssimo senso crítico”. Sem tais qualidades, aconselhava: “quem não as possuir fará melhor em abandonar o campo das investigações históricas do que expor-se ao desastre inevitável que consigo sempre acarretam inteligências enfatuadas”.⁸ Estas foram, provavelmente, as balizas do “ofício” de historiador transmitidas por Taveira Junior e que Alfredo Ferreira Rodrigues procurou seguir. As primeiras características apontadas por Taveira Junior remetem ao contexto de predomínio dos pressupostos da pretendida “neutralidade científica”. Entretanto, não deixavam de representar um avanço num ambiente intelectual dominado pelas paixões partidárias. Especialmente, a imprensa rio-grandense – principal instância de produção e veiculação ideológica e cultural daquele período – estava eivada pelos sectarismos e partidarismos.

Graciano Alves de Azambuja nasceu em Porto Alegre, em 1847. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1885, deu lume ao Anuário da Província (mais tarde Anuário do Rio Grande), que dirigiu até falecer em 1911. O empreendimento de Graciano Azambuja alcançou rápido reconhecimento e prestígio. Em 1886, Ramiro Barcelos, que substituíra Júlio de Castilhos na direção da redação de ‘A Federação’, fez publicar na primeira página desse jornal, um pedido do conselheiro José Maria da Silva Paranhos, futuro Barão do Rio Branco, a respeito de dados e informações sobre a revolução farroupilha endereçado a Azambuja. Nessa ocasião, o conselheiro Paranhos morava na Europa. Tinha, no entanto, conhecimento da publicação do Anuário. Dizia: “Estimarei que você continue a arquivar no seu Anuário outros documentos sobre a guerra civil. (...) Conto que você me remeterá tudo que aí for publicado

8 Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, 1889, p. 88.

sobre esses acontecimentos”.⁹ Vê-se, assim, que havia uma ampla circulação desse almanaque, pelo menos, nos círculos ilustrados e, também, o reconhecimento do seu valor, além de uma rede de colaboração e solidariedade intelectual que tinha como mediador a figura pessoal de Graciano Azambuja. Em um ambiente onde havia a ausência de instituições acadêmicas, o caminho mais seguro para se ter acesso a informações e fontes históricas era o acionamento de recursos das relações sociais. Neste mesmo sentido, Alfredo Ferreira Rodrigues soube mobilizar seu capital social para angariar material para os seus estudos e publicações sobre a revolução farroupilha, como quando obteve a poesia “Padre Nosso dos Farrapos” que, segundo Rodrigues, “foi dada por um amigo” que possuía “grande número de documentos curiosos daquela época”.¹⁰ Também, as cartas de João Suplício Ferreira a João da Silva Tavares, e, ainda, outra carta do General Neto a João da Silva Tavares, que eram “do arquivo de um amigo” que facultou-lhes a publicação no Almanaque.¹¹

A apresentação do primeiro volume do Anuário (1885) ilumina as razões e objetivos pretendidos com essa publicação. Os editores da Livraria Gundlach apontaram para “uma falta demasiadamente sensível” de uma publicação anual que reunisse informações de “calendário, das efemérides astronômicas, das tabelas, indicações e leituras amenas”, mas também, que trouxesse “estudos sobre assuntos de interesse local e pequenos ensaios de vulgarização científica destinados à instrução popular”. Ao mesmo tempo, os editores expressaram a percepção da carência ou necessidade de uma produção dessa natureza, e a intenção de fazer do Anuário “um repositório indispensável em todas as casas”.¹² Na apresentação do

9 A Federação, 22 de fevereiro 1886, p. 1.

10 Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, 1890, p. 78.

11 Idem, 1890, p. 146-148.

12 Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, 1885, p. 1, 2.

segundo volume, para o ano de 1886, os editores fizeram um balanço do trabalho anterior e da recepção que obtivera. Justificaram as “faltas” ocorridas devido a não haver “nem elementos de trabalho, nem fácil obtenção das informações necessárias”. Sobre a forma como foi recebido o novo almanaque, assinalaram que “a superioridade do Anuário sobre todas as publicações similares” foi “desde logo reconhecida e proclamada incontestavelmente”. E ainda sobre o acolhimento público da obra, acrescentam que obtiveram “leitores numerosos especialmente entre os habitantes do interior e do sul da província”. Talvez por isso mesmo, tenham surgido lá, no sul do Rio Grande do Sul, os dois almanaques que seguiram o modelo do Anuário, e lhe fizeram concorrência. Finalmente, os editores afirmam o compromisso de melhorar a publicação à medida que se expandisse a sua circulação, tendo como modelo “as obras desse gênero que anualmente aparecem na Europa”.¹³ A “nota final” do Anuário daquele ano também mostra a estratégia do redator, Graciano Azambuja, para “agradar a maior parte dos leitores”. Assim, revela que suprimiu dois artigos de “vulgarização” científica para estender a “parte histórica”, pois reconhecia que não se podia “restringir além de um certo limite a sua parte amena e recreativa para alargar o seu lado instrutivo e útil”.¹⁴

Mais esclarecedora é a avaliação realizada na edição do décimo volume do Anuário, em 1895. Na “nota preliminar” daquela edição, os editores reafirmaram seu compromisso com o programa original do Anuário, de fazer dele uma leitura “que recreie e instrua”, consignando através de suas páginas “não apenas artigos de instrução popular, como também uma espécie de repositório de tudo o que se refere ao Rio Grande do Sul”.¹⁵ Mas, o mais interessante é a avaliação objetiva das condições de produção e circulação

13 Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, 1886, Apresentação, p. 1, 2.

14 Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, 1886, Nota Final, p. 293.

15 Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, 1895, Nota Preliminar, s.n.

do almanaque realizada no fim daquela primeira década de existência. Diziam os editores: “somos forçados a confessar, nem o Anuário corresponde ao nosso ideal, quando o criamos no ano de 1884, nem tem dado aos seus editores a remuneração que era de esperar”.¹⁶ E continuam:

tínhamos, porém, esperança de que a circulação tornar-se-ia em alguns anos muito extensa e que o aumento das edições compensaria em poucos anos a baixa do preço. Assim, porém, não aconteceu nem é provável que aconteça agora em vista da concorrência com publicações similares, quicá talvez melhores que o Anuário.¹⁷

Por isso, resolveram elevar o preço da publicação que desde o primeiro ano estava fixado em 1\$000, e também devido às dificuldades “de circulação no interior do estado” (pois, desde 1893, o estado estava em guerra civil) e a “elevação do custo do material e dos salários”.¹⁸

A partir de 1911, assumiu a direção do Anuário, o jornalista Alcides Cruz. No ano seguinte, o Anuário publicou uma extensa notícia biográfica sobre o seu criador, que falecera em julho do ano anterior. Ao discorrer sobre a empresa de Graciano como idealizador e realizador do Anuário, o autor (possivelmente Alcides Cruz) disse que ele era “conhecedor do meio em que vivia”, portanto, sabia que a “terra não comportaria uma revista, nem mesmo da índole das chamadas magazines”. Assim, decidiu que já que não poderia ser trimestral, nem semestral, que a publicação “fosse anual”. Portanto, “praticamente havia uma única forma a dar-lhe: a de almanaque. Só assim, poderia vingar a empresa”.¹⁹ O trecho a seguir vale como um balanço dos 27 anos de funcionamento (25 dos quais sob a liderança de Graciano – o Anuário apareceu durante 29 anos):

16 Idem.

17 Idem.

18 Idem.

19 Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, 1912, Dr. Graciano Alves Azambuja, p. 19.

O Anuário surgiu com programa certo, jamais renunciado, cumprido à risca e sucessivamente melhorado; e impondo-se a escolhido, mas pequeno número de leitores, seus fiéis favorecedores, conseguiu fazer-se conhecido não só no Brasil como no estrangeiro. **Se não é uma publicação literalmente popular, o que é certo é que a sua clientela, conquanto resumida, é seleta, constituída de verdadeira elite científica.**²⁰

A última parte do trecho acima, é esclarecedora sobre o público que consumia o Anuário. Em primeiro lugar, enfatiza uma tendência percebida lá em 1895, de que a sua circulação não se tornaria “extensa”, entre outros fatores, pela “concorrência de publicações similares”. Como resultado a sua clientela permaneceu “resumida”. Em segundo lugar, revela que os leitores constituíam “uma elite científica”, pois o Anuário acentuou ao longo do tempo a sua característica de “revista de vulgarização”, apresentando um conteúdo mais refinado, explorando campos do conhecimento como geologia, botânica e ciências naturais em geral. Finalmente, infere-se que o Anuário como empresa intelectual atuava na confluência de várias lógicas: a lógica intelectual do seu programa, além da lógica comercial e editorial. Porém, mesmo enfrentando dificuldades de ordem comercial (e financeira) o seu programa inicial não sucumbiu a essa lógica, e foi cumprido “à risca”.

Agora este artigo se deterá sobre a seguinte questão: qual a contribuição dos almanaques no processo de conversão da “revolução farroupilha”, de assunto condenado ao “esquecimento” em tema histórico chave ou privilegiado na agenda historiográfica sul-rio-grandense?

É certo que os almanaques não foram os empreendimentos pioneiros na publicação de documentos, biografias, ou, mesmo, estudos a respeito da revolução farroupilha. Antes deles, na imprensa, o fizeram, por exemplo, o efêmero periódico “Murmúrios do Guaíba”, ou

20 Idem.

a famosa “Revista do Parthenon” (GOMES, 2012, p. 28). Ou, através de livro, Assis Brasil publicara, em 1882, o seu “História da República Rio-Grandense”. Entretanto, tais publicações eram escassas e descontínuas constituindo-se em iniciativas pioneiras e isoladas. Além disso, as publicações realizadas em trabalhos periódicos facilmente se perdiam. A caracterização da imprensa periódica sul-rio-grandense como “empresa intelectual” seria algo difícil para o século XIX, ela era dependente do campo político. Devido à subordinação aos grupos partidários e programas ideológicos se tornava agente orgânico da vida partidária e cuja pauta estava submersa em lutas e tensões políticas de caráter pragmático e imediato. Desta forma a lógica predominante na atividade periodista era a lógica política, e mesmo sendo essa atividade um espaço que proporcionasse gratificações e rendimentos (econômicos e sociais) aos intelectuais, estes submetiam-se aos interesses políticos. Essa característica era parte constituinte do trabalho periodista. Por estas razões seria muito difícil para a imprensa periódica, no século XIX, definir um programa ou projeto intelectual estrito e “autônomo” e persegui-lo de modo contínuo. Isto não significa dizer, entretanto, que a imprensa não tenha contribuído muito para a fixação de uma “cultura histórica” (ver GOMES, 2012).

Daí surge a questão: os almanaques, caracterizados como empresas intelectuais (neste trabalho), tinham autonomia em relação à política? Para responder essa pergunta, há que se olhar para os seus diretores: Graciano Azambuja e Alfredo Rodrigues. Ambos eram de fato republicanos, porém, não entusiasmados. Tinham boas relações com os políticos republicanos, mas por razões diferentes não eram dependentes da burocracia do estado ou favores políticos. Graciano Azambuja tinha fortuna própria. Alfredo Rodrigues, por seu turno, tinha a autonomia necessária que a gerência de uma livraria bem estabelecida podia dar ao diretor de um empreendimento

como o Almanaque Literário. Mesmo quando a atividade de gerente não lhe deu as condições necessárias para manter uma família numerosa como a sua, não recorreu às redes políticas de apadrinhamento, mas empreendeu no ramo do comércio farmacêutico continuando a dirigir o Almanaque por mais três anos.

Na escala de prestígio intelectual, o livro estava no topo como produto mais valorizado (e mais caro), enquanto que no ponto mais baixo da escala estava a imprensa periódica, pelo seu caráter efêmero e pela fugacidade de seu conteúdo. No meio do caminho estava a revista e o almanaque. Este último, num universo de limitadas possibilidades editoriais, onde a publicação era cara, equivalia a uma revista anual, ou quase um livro. Desta forma, pelo prestígio e reconhecimento pelas “elites” letradas do estado (e de fora também, vide o exemplo, já citado, do conselheiro Paranhos, que residia em Liverpool, onde era cônsul), os almanaques foram influentes na fixação de uma “cultura histórica” que fomentou a discussão e o aparecimento da produção de uma história escrita para a revolução farroupilha. Nesse sentido, é possível pensar nos almanaques como “empresas intelectuais” que articularam, a partir de programas definidos, o cultivo de uma memória regional, resultando naquilo que afirmou Guilhermino César a respeito dessas publicações que, segundo ele, “chegaram a exercer influência na vida mental” do estado (CÉSAR, 1956, p. 372).

No final do século XIX, Alfredo Ferreira Rodrigues constatava que a “revolução de 1835” ainda não tinha uma “história escrita”. Segundo ele, dos poucos trabalhos que havia, uns nunca tinham sido terminados como a “República Rio-grandense”, de Assis Brasil, ou eram “verdadeiros libelos contra a revolução, como a ‘Guerra Civil’, do Conselheiro Araripe”. Além disso, havia a falta de documentos que possibilitassem suprir essa história

escrita. Assim, o historiador reuniu, durante muitos anos, os documentos para “reconstituir a história dessa época”. Mesmo já tendo reunido “um arquivo bastante valioso”, reconhecia que havia “grandes lacunas, rico de informações sobre um período e completamente vazio no referente aos anos seguintes”. A falta de um arquivo histórico no estado dificultava esse trabalho de reunião de documentos que iam desaparecendo aos poucos. Por isso, Rodrigues, diversas vezes, apelou através do Almanaque Literário para que seus leitores remetessem “papéis relativos à revolução”, aos quais comprometia-se a devolve-los depois de copiá-los. Justificava o pedido desta forma: “esses documentos que, espalhados, de pouco servem, reunidos aumentarão de valor, tornando-se um guia seguro para quem como eu tenta fazer reviver o nosso passado”.²¹

Entretanto, no âmbito dos almanaques, foi Graciano Azambuja, através do Anuário da Província, quem iniciou a publicação de documentos históricos a respeito da revolução, com o intuito duplo de arquivar tais documentos e originar interesse e discussão sobre o assunto. Cabe lembrar, que o Anuário começou a circular ainda sob o regime monárquico, quando vigorava o decreto imperial que “ordenava o esquecimento do passado referente aos atos e líderes da guerra civil no Rio Grande de São Pedro” (GOMES, 2012, p.15). Em 1887, o Anuário iniciou a publicação de uma memória sobre a revolução farroupilha intitulada “Memória sobre a Revolução de 20 de Setembro”, que Pereira Coruja atribuiu ao major João da Cunha Lobo Barreto, tendo continuação em 1888 e finalização em 1889. Neste último ano, entretanto, provocou a diatribe dos filhos de Bento Gonçalves. Por carta, rebateram a referida memória, que segundo eles, fazia a falsa acusação de que Bento Gonçalves teria mandado matar o coronel Albano de Oliveira.²²

21 Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, 1897, p. 270.

22 Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, 1889, p. 129.

Agora vamos analisar o conteúdo dos almanaques sul-rio-grandenses em relação ao tema da revolução farroupilha. Ao todo, esses almanaques em conjunto publicaram 150 textos entre ensaios históricos, biografias e documentos. A especialização do Almanaque Literário, de Alfredo Ferreira Rodrigues, fica evidente quando compara-se com o número de publicações de textos dessa natureza nos outros dois almanaques analisados. O Almanaque Literário publicou 99 textos (ensaios, biografias e documentos) relacionados ao movimento farroupilha; o Anuário publicou ao todo 33 trabalhos desse tipo; e, finalmente, o Almanaque Popular publicou apenas 18.

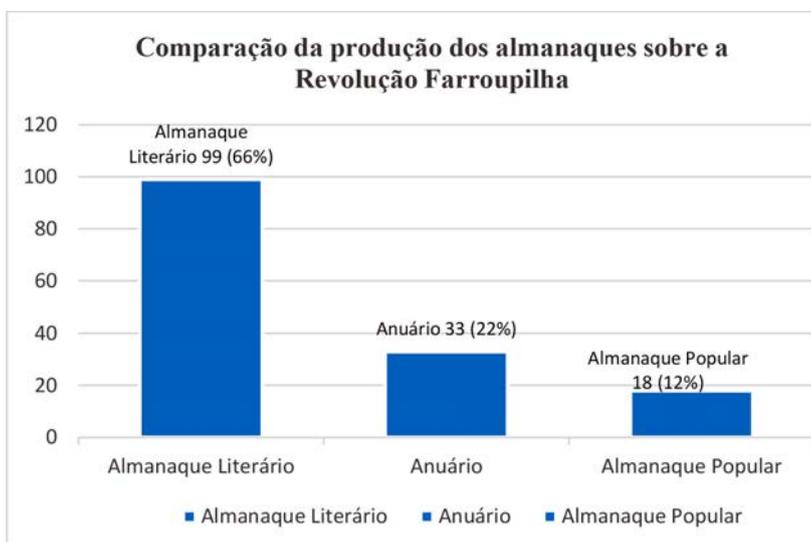


Gráfico 1. Textos sobre a revolução farroupilha nos almanaques sul-rio-grandenses.

Existem dificuldades inerentes a toda categorização de textos, especialmente, no campo historiográfico, quando se tratam daqueles produzidos numa época em que não havia distinção clara entre um texto histórico, biográfico ou historiográfico. Como toda categorização, esta realizada aqui é arbitrária, mas tentou seguir os seguintes parâmetros:

Documentos – transcrições de cartas e proclamações. São transcrições curtas (1 ou 2 páginas)

Notícias históricas – são pequenos textos em que são lembrados acontecimentos, batalhas, anedotas, refutações, etc. (máximo 6 páginas).

Memórias – transcrição de diários ou memórias da revolução escritas por seus contemporâneos. São transcrições longas (mínimo 20 páginas).

Ensaio histórico ou biográfico – são ensaios ou estudos históricos que, mesmo no caso dos estudos biográficos, os autores expressam interpretações históricas. São mais densos (com o mínimo de 20 páginas, em média).

Notícias biográficas – são os pequenos textos que trazem informações sobre a vida ou um evento particular de um indivíduo (até 4 páginas).

Notas ou comentários – são comentários, geralmente, sobre memórias realizados por “especialistas”. Expressam juízo histórico ou historiográfico.

Poesias – são poemas da época da revolução.

A partir dessa classificação de conteúdo, vamos analisar cada almanaque, começando pelo Almanaque Literário. Veja o gráfico abaixo:

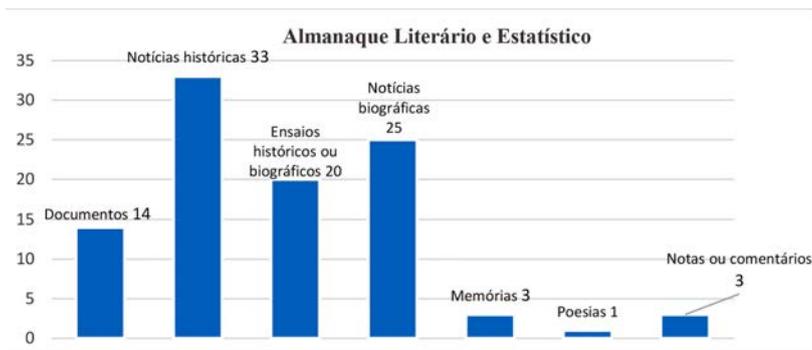


Gráfico 2. Textos da revolução no Almanaque Literário.

Vale destacar a significativa presença de *ensaios históricos e biográficos*. Foram publicados 20 desses textos pelo Almanaque Literário. Esse montante é mais expressivo se levarmos em conta o número de páginas, pois verifica-se que corresponde a 414 páginas. As *notícias biográficas* mesmo sendo mais numerosas em títulos (34) somam apenas 96 páginas. Também merecem destaque as *notícias biográficas* com 25 títulos e 75 páginas.

Agora veja-se a distribuição temporal do número de publicação desses textos no Almanaque Literário.

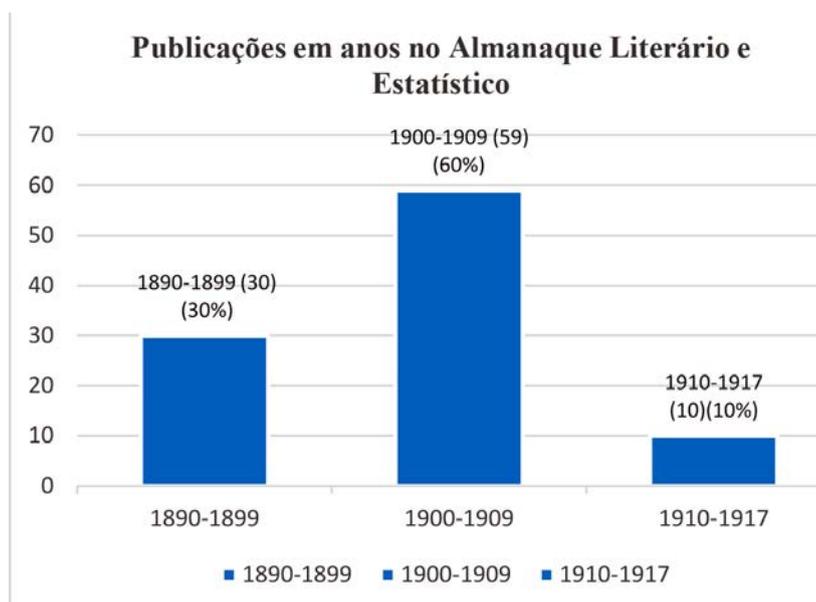


Gráfico 3. Distribuição temporal das publicações sobre a revolução farroupilha no Almanaque Literário.

Percebe-se que o investimento do Almanaque nessa temática sofreu um progressivo incremento da década de 1890 até a década de 1900, ocorrendo a partir da década de 1910 uma nítida diminuição.

Em conjunto os três almanaques publicaram 59 textos sobre o tema durante a década de 1890 (1890-1899), assim

distribuídos: o Almanaque Literário 30 vezes, o Anuário 17 vezes e o Almanaque Popular 12 vezes.

A maior parte das publicações sobre o tema farroupilha se deram entre os anos 1900 e 1909 (60% do total), fazendo desse período o auge do investimento dos almanaques na referida temática. Por outro lado, se tomamos em conjunto todas as publicações dessa natureza nos três almanaques analisados, para o mesmo período (1900 e 1909), percebe-se que o Almanaque Literário exerceu hegemonia sobre o assunto, publicando 88% do total (59 vezes, ou seja, sozinho igualou-se ao total que fora publicado pelos três almanaques na década anterior); o Almanaque Popular publicou 9% do total; e o Anuário apenas 3% do total. Veja-se o gráfico:

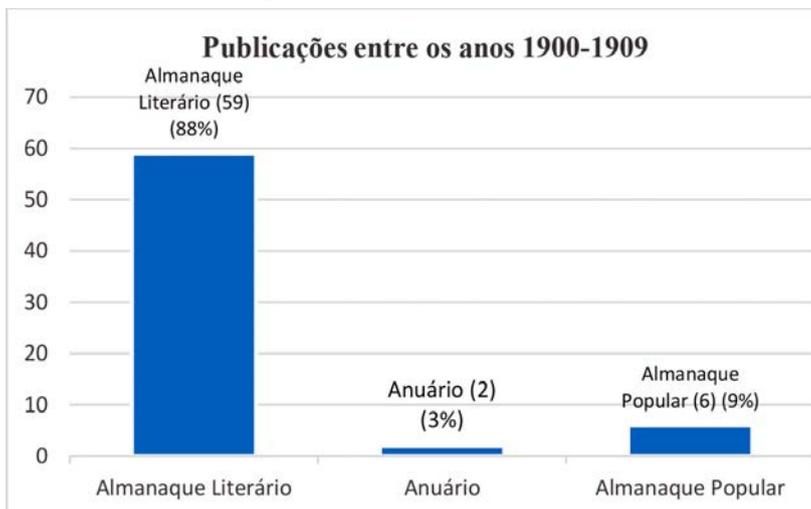


Gráfico 4. Número de publicações nos almanaques (1900-1909).

Por seu turno, quando se analisa o Anuário, percebe-se (em relação ao Almanaque Literário) a inexpressividade de *Ensaio histórico e biográfico*. A única publicação dessa natureza foi o estudo sobre o “Visconde do Rio Grande – Araújo Ribeiro”, de autoria de Graciano Azambuja, que tornou-se um texto de referência e foi republicado nos outros dois almanaques.

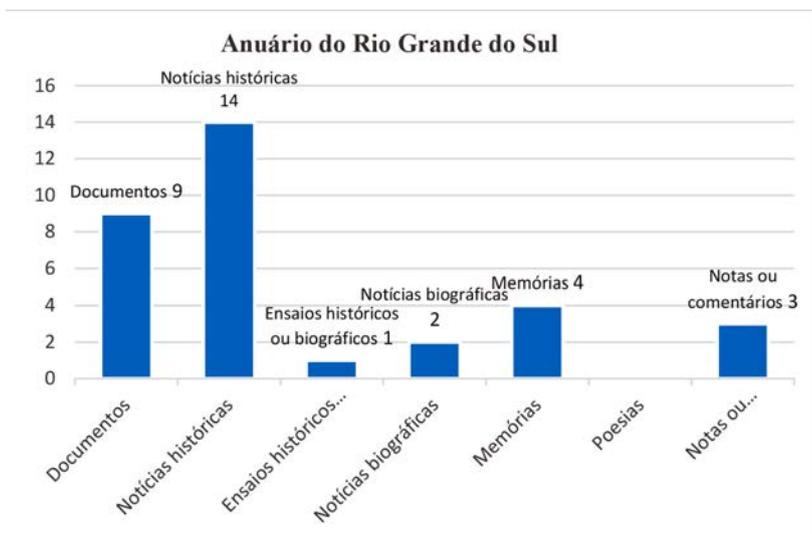


Gráfico 5. Textos da revolução no Anuário do Rio Grande do Sul.

Se o Anuário não se destaca pelo número de publicações e nem pela produção de interpretações historiográficas, teve o mérito de chamar a atenção dos seus leitores para o assunto publicando memórias, documentos e notícias históricas, e despertando o interesse sobre o tema. Os demais almanaques seguiram os seus passos, até que o Almanaque Literário especializou-se no tema e pode deslocá-lo desse “campo”. Com o tempo ocorreu o gradual abandono do tema por parte do Anuário, à medida que o Almanaque Literário assumiu sua hegemonia.

Veja no gráfico abaixo que quase 30% do total de publicações no Anuário sobre o tema ocorreram antes da concorrência direta com o Almanaque Literário (1885-1889), quando este passou a dar atenção ao assunto a partir do seu segundo volume, em 1890. A maior parte dessas publicações, no Anuário, ocorreram na década de 1890 (67%), enquanto que depois de 1901, somente duas (2) publicações apareceram em suas páginas. Isso, não significa dizer que o Anuário abandonou os estudos históricos sobre o

Rio Grande do Sul. De certa forma, pode-se dizer o contrário, pois passou a investir na publicação de numerosos e densos estudos sobre a história gaúcha em outras temáticas, principalmente a história das Missões. Na especialização histórica dos almanaques, o Almanaque Literário ficou com o quinhão da “farroupilha” e o Anuário com a primazia sobre os estudos “missioneiros”, com larga colaboração dos padres jesuítas Carlos Teschauer e João Batista Hafkemeyer.

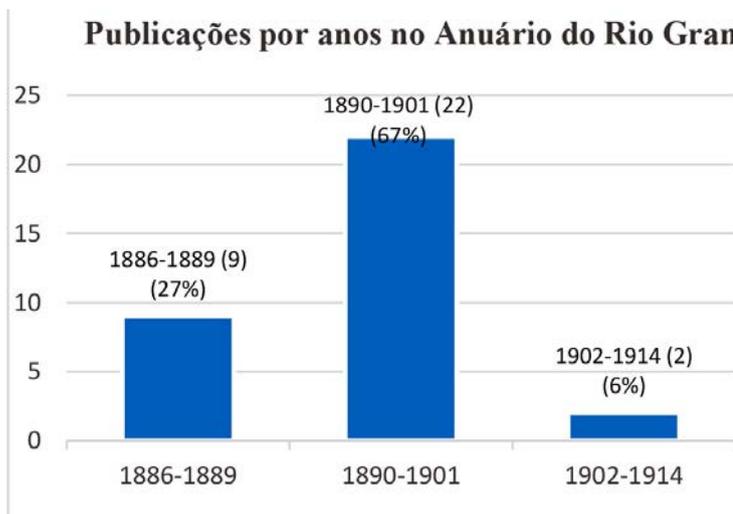


Gráfico 6. Publicações sobre o tema farroupilha no Anuário por anos (1885-1914).

Por fim, o Almanaque Popular é o menos expressivo, do ponto de vista do número de publicações sobre a revolução farroupilha. O único ensaio biográfico é o mesmo publicado originalmente no Anuário e depois no Almanaque Literário, sobre o “Visconde do Rio Grande – Araújo Ribeiro”, de autoria de Graciano Azambuja. O maior destaque é para as *notícias históricas*, textos menores de 2 ou 3 páginas, no máximo. De fato, como o nome do almanaque indica o seu conteúdo era mais “nacional” do que os outros dois almanaques que privilegiavam conteúdos regionais. Assim, veiculou estudos sobre a história da Guerra do Paraguai, diferentemente dos seus congêneres que ficaram restritos à

história sul-rio-grandense. Diferentemente do Anuário, não era preocupado com a vulgarização de matérias “científicas” como a designação “popular” muito bem indica.

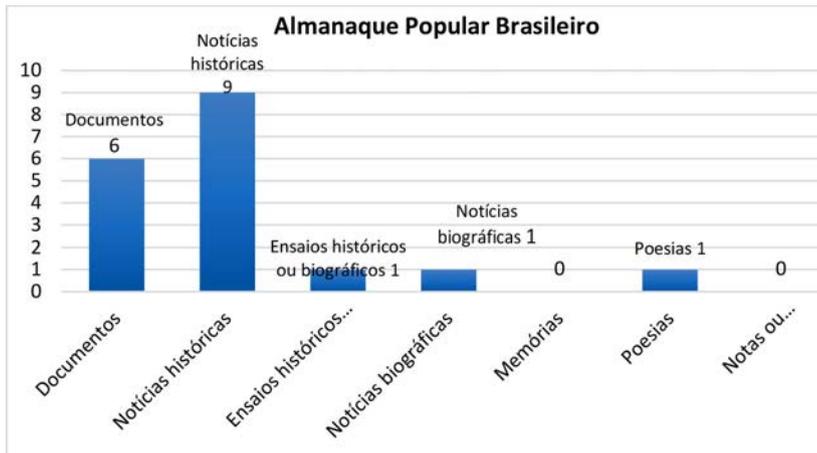


Gráfico 7. Textos da revolução no Almanaque Popular Brasileiro.

Por fim, vale ressaltar a participação de vários colaboradores dos almanaques no campo dos estudos históricos que mais tarde seriam membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como os já citados Carlos Teschauer e J. B. Hafekemeyer, e, também, Emílio Souza Docca, José Zeferino da Cunha, José Paulo Ribeiro e Tancredo de Mello. Portanto, a institucionalização da História no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, recebeu a influência e foi facilitada pelo trabalho realizado pelos almanaques na construção de uma cultura histórica.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Como ficou demonstrado os almanaques, aqui analisados, contribuíram para a divulgação de textos (estudos, biografias e documentos) relativos à revolução farroupilha, servindo para a construção tanto de uma “cultura histórica” regional, como para impulsionar o

aparecimento de novos estudos relacionados ao tema. Não se quis afirmar aqui que este foi o único caminho percorrido para que a temática da revolução farroupilha chegasse a ter a importância que teve (especialmente na primeira metade do século XX) entre os historiadores gaúchos. Certamente muitos fatores concorreram para isto, mas a trajetória dos almanaques e seus diretores, foi um dos muitos percursos percorridos para que mais tarde se desse a organização e institucionalização do campo histórico no estado e se estabelecessem as hierarquias temáticas e suas problemáticas legítimas.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-riograndense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)**. Dissertação (mestrado em sociologia) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

ANASTACIO, Vanda. Almanagues, origens, gêneros, produção feminina. **Revista Veredas**. n. 18. Lisboa, p. 53, 74, 2012.

BROSSARD, Paulo. **Vultos e Fatos da Revolução Farroupilha**. Brasília: Gráfica do Congresso, 1990.

CÉSAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1956.

GOMES, Carla Renata A. S. **Entre Tinteiros e Bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)**. Tese de doutorado. PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1978.

NEDEL, Letícia B. **Um Passado Novo para uma História em Crise. Regionalistas e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese de doutorado. Universidade de

Brasília, 2005.

FONTES CONSULTADAS:

Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul (1889-1917) – Livraria Americana, Rio Grande. Biblioteca do IHGRGS.

Almanaque Popular Brasileiro (1894-1909) – Livraria Universal, Pelotas. Biblioteca do IHGRGS.

Anuário do Estado do Rio Grande do Sul (1885-1914) – Livraria Gundlach e Casa Krahe, Porto Alegre. Biblioteca do IHGRGS.